



prgP

Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

biodesign

**PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO
DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)**

**RELATÓRIO AMBIENTAL
Versão para Discussão Pública**

4.ª Fase

outubro de 2023



DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO
E GESTÃO DA SERRA DO
CALDEIRÃO

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos e Margarida Tomé

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, Sara Fernandes e João Pedro Carvalho

Promoção de processos participativos – Paula Antunes e Pedro Clemente

Sistemas de Informação Geográfica – Cristina Henriques e Júlio Almeida

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO

RELATÓRIO AMBIENTAL

Versão para Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS E SIGLAS	1
1 INTRODUÇÃO	3
2 OBJETIVO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	3
2.1 ENQUADRAMENTO	3
2.2 FASEAMENTO METODOLÓGICO	4
2.2.1 1.ª Fase - Relatório metodológico e definição dos limites da área de intervenção.....	4
2.2.2 2.ª Fase - Determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance.....	4
2.2.3 3.ª Fase – Relatório Ambiental.....	5
2.2.4 4.ª Fase - Elaboração dos elementos de suporte à Discussão Pública	8
2.2.5 5.ª Fase - Elaboração da versão final do Relatório Ambiental e Proposta de Declaração Ambiental	8
3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	10
3.1 OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	10
3.2 PRGP SC	10
3.2.1 Área de intervenção	10
3.2.2 Quadro Problema	20
3.2.3 Enquadramento legal.....	22
3.2.4 Conteúdos	23
3.3 ÂMBITO ESTRATÉGICO	24
3.3.1 Objetivos operacionais.....	25
3.3.2 Objetivos estratégicos.....	25
3.3.3 Objetivos Principais.....	26
4 ANÁLISE INTEGRADA DAS COMPONENTES DE BASE ESTRATÉGICA	26
4.1 COMPONENTES DE BASE ESTRATÉGICA.....	27
4.1.1 Questões Estratégicas (QE).....	27
4.1.2 Fatores Ambientais (FA).....	27
4.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)	28
4.1.4 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD).....	31

4.1.4.1	Convergência dos FA com os FCD	32
4.1.4.2	Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD	33
4.1.4.3	Quadro de Avaliação (Critérios, Objetivos de Sustentabilidade, Indicadores e Metas)	35
5	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE PROGRAMA	47
5.1	AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS	47
5.1.1	Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação.....	47
5.1.2	Avaliação Comparativa de Cenários Alternativos.....	54
5.2	AVALIAÇÃO POR FCD	57
5.2.1	FCD1 Resiliência ao Fogo	57
5.2.1.1	Análise da Situação de Referência.....	57
5.2.1.2	Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC).....	78
5.2.1.3	Medidas e Recomendações	88
5.2.1.4	Quadro de Governança	89
5.2.2	FCD2 Valorização do Território.....	90
5.2.2.1	Análise da Situação de Referência.....	90
5.2.2.2	Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC).....	119
5.2.2.3	Medidas e Recomendações	123
5.2.2.4	Quadro de Governança	124
5.2.3	FCD3 Serviços dos Ecossistemas.....	125
5.2.3.1	Análise da Situação de Referência.....	125
5.2.3.2	Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC).....	130
5.2.3.3	Medidas e Recomendações	135
5.2.3.4	Quadro de Governança	136
5.2.4	FCD4 Governança Territorial.....	136
5.2.4.1	Análise da Situação de Referência.....	136
5.2.4.2	Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC).....	152
5.2.4.3	Medidas e Recomendações	158
5.2.4.4	Quadro de Governança	158
6	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	159
6.1	ANÁLISE DE OPORTUNIDADES E RISCOS – QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE	159
6.2	SÍNTESE DAS MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES	178
6.2.1	Síntese das Medidas e Recomendações de Planejamento e Gestão	178
6.2.2	Síntese das Medidas e Recomendações de Seguimento	178
6.3	SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA.....	179
7	PROGRAMA DE SEGUIMENTO	181
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189
9	ANEXOS.....	190

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Faseamento do PRGP SC e articulação com a AA	9
Figura 2 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SC	11
Figura 3 – Freguesias integradas na área de intervenção do PRGP SC	12
Figura 4 – Critérios de definição do limite da área de intervenção do PRGP SC	13
Figura 5 – Bacias e sub-bacias hidrográficas abrangidas pela AI do PRGP SC.....	14
Figura 6 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC.....	15
Figura 7 – Ocupação e uso do solo na área de intervenção do PRGP SC	16
Figura 8 – Sub-regiões homogéneas do PROF Algarve na área de intervenção do PRGP SC	19
Figura 9 – Unidades de paisagem na área de intervenção do PRGP SC.....	20
Figura 10 – Variação da (% de ocupação) das categorias de uso do solo 1995-2018.....	58
Figura 11 – Ocupação do solo COS (nível 1) – 2018, na área de intervenção do PRGP SC	60
Figura 12 – Recorrência do fogo entre 1975 e 2022	65
Figura 13 – Modelos de combustível usados nas simulações de propagação do fogo (Godinho e Guiomar, 2022)	67
Figura 14 – Mega-incêndios que afetaram a AI do PRGP SC	68
Figura 15 – Gráfico da evolução da temperatura e precipitação média, segundo os cenários RCP 4.5 e 8.5 na área de intervenção do PRGP SC	74
Figura 16 – Distribuição das áreas estratégicas de gestão de combustível.....	82
Figura 17 – Gráfico da evolução da temperatura e precipitação média, segundo os cenários RCP 4.5 e 8.5 na área de intervenção do PRGP SC	86
Figura 18 – Densidade populacional na AI do PRGP SC	96
Figura 19 – Variação % da população residente nas freguesias da AI do Programa, entre os anos de 1991 e 2021	97
Figura 20 – Índice de envelhecimento na AI do PRGP SC.....	99
Figura 21 – Nível de qualificações da população residente nas freguesias da AI do Programa, por concelho, em 2021	100
Figura 22 – Distribuição da população total empregada nas freguesias da AI do Programa, por concelho, em 2021	101
Figura 23 – População residente, empregada, por setor de atividade económica na AI do PRGP SC.....	104
Figura 24 – Distribuição dos empreendimentos turísticos, nas freguesias da AI do PRGP SC.....	108
Figura 25 – Distribuição dos alojamentos locais nas freguesias da AI do Programa, SIGTUR (março 2023)	109
Figura 26 – Evolução do número total de alojamentos turísticos, por tipo de alojamento	109
Figura 27 – Evolução do número de animais nas freguesias incluídas na AI do PRGP SC	114
Figura 28 – Lista de SE prioritários considerados na área do PRGP SC	128
Figura 29 – Reserva Agrícola Nacional abrangida pela área de intervenção do PRGP SC	146
Figura 30 – Reserva Ecológica Nacional abrangida pela área de intervenção do PRGP SC.....	147
Figura 31 – Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Paisagem Protegidas integradas na área de intervenção do PRGP SC.....	148
Figura 32 – Outras SRUP abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC.....	149

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 - Correspondência das alíneas do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de Maio com os capítulos do RA	7
Quadro 2 – Concelhos e freguesias na área de intervenção do PRGP SC, respetiva área (ha) e percentagem da área.....	12
Quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SC	21
Quadro 4 - QE do PRGP SC	27
Quadro 5 - Convergência das QE do PRGP SC com os FA	28
Quadro 6 – Macropolíticas do QRE do PRGP SC	29
Quadro 7 – Convergência das macropolíticas do QRE com as QE do PRGP SC	30
Quadro 8 - Definição e descrição dos FCD	32
Quadro 9 – Convergência dos FCD com os FA	32
Quadro 10 – Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD	34
Quadro 11 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)	36
Quadro 12 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)	39
Quadro 13 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)	44
Quadro 14 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial)	45
Quadro 15 – Descrição de Cenários Alternativos.....	49
Quadro 16 – Avaliação Comparativa de Cenários Alternativos, por FCD	54
Quadro 17 – Área ardida em povoamentos florestais.....	66
Quadro 18 – Área afetada por fogos rurais com área ardida superior a 500ha	68
Quadro 19 – Intensidade linear das chamas	70
Quadro 20 – Perigosidade conjuntural de fogos rurais 2021 (ICNF)	71
Quadro 21 – Intensidade linear das chamas e velocidade de propagação	83
Quadro 22 – População residente, no ano 2021, por sexo, assim como, a respetiva taxa de variação face a 2011 e densidade populacional.....	95
Quadro 23 – Variação População residente, no ano 2021, por faixa etária	98
Quadro 24 – População ativa e taxa de desemprego, no ano 2021, por freguesia.....	101
Quadro 25 – População empregada, no ano 2021, por setor de atividade	103
Quadro 26 – Estabelecimentos por município, segundo a CAE-Rev.3, 2020.....	105
Quadro 27 – Empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020.....	105
Quadro 28 – Volume de negócios das empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020 ...	106
Quadro 29 – Valor acrescentado bruto das empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020	106
Quadro 30 – Número de alojamentos turísticos e capacidade de alojamento, nas freguesias que integram a AI do Programa, SIGTUR 2023	108
Quadro 31 – Hóspedes, dormidas e proveitos nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2021	110
Quadro 32 – Evolução da área de culturas permanentes entre 1989 e 2019.....	112
Quadro 33 – Evolução da área de culturas temporárias entre 1989 e 2019 por freguesia e variação em relação a 1989 (%)	113
Quadro 34 – Colmeias e cortiços povoados por freguesia incluída na AI e RA	116

Quadro 35 – Identificação de SE na AI do PRGP SC.....	130
Quadro 36 - Incremento da provisão dos serviços dos ecossistemas na área do PRGP SC com a ações previstas no Desenho da Paisagem Proposto.....	133
Quadro 37 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo).....	160
Quadro 38 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território).....	166
Quadro 39 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas).....	171
Quadro 40 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial).....	173
Quadro 41 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo).....	183
Quadro 42 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território).....	185
Quadro 43 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas).....	187
Quadro 44 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial).....	188

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AI	Área de Intervenção
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
COS	Carta de Ocupação do Solo
DA	Declaração Ambiental
DGT	Direção-Geral do Território
EA	Entidades de Acompanhamento
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
ERPA	Estratos de Referência da Paisagem Atual
FA	Fatores Ambientais
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FGC	Faixas de Gestão de Combustível
PRGP SC	Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão
PRGP SMS	Programa de Reordenamento e Gestão das Serras de Monchique e Silves
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
OOTU	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PMDFCI	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROF Algarve	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica

RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
REOT	Relatório do Estado do Ordenamento do Território
RICA	Rede de Informação de Contabilidade Agrícola
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRP	Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem
RNT	Resumo Não Técnico
SE	Serviços dos Ecossistemas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SRH	Sub-Regiões Homogéneas
SRUP	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
UGP	Unidade de Gestão da Paisagem

1 INTRODUÇÃO

O PRGP da Serra do Caldeirão (SC), atendendo à alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica – RJAEE), é sujeito a avaliação ambiental, devendo fazer parte do conteúdo documental o Relatório Ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do programa e as suas alternativas razoáveis.

A orientação dada pelo preâmbulo do mesmo Decreto-Lei refere ainda que *“a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”*

A Avaliação Ambiental (AA) irá processar-se em cinco fases de elaboração, em contínua articulação com as fases do PRGP SC, conforme descrito no capítulo 2 do presente Relatório.

O Relatório Ambiental (RA) constitui, no âmbito do processo de AA, o entregável da 3.ª Fase do PRGP SC – Proposta de Programa e Relatório Ambiental, e encontra-se estruturado da seguinte forma: Objectivo e Metodologia de Avaliação (capítulo 2), Descrição do Objeto de Avaliação (capítulo 3), Análise Integrada das Componentes de Base Estratégica (capítulo 4), Avaliação Estratégica da Proposta de Programa (capítulo 5), Síntese da Avaliação Ambiental (capítulo 6), Programa de Seguimento (capítulo 7) e, no Anexo I, as Orientações e Metas do QRE, no Anexo II a Ponderação dos Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE e no Anexo III os Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE. O RA é ainda acompanhado do seu Resumo Não Técnico.

De referir que a presente versão do Relatório Ambiental integra as ponderações aos pareceres emitidos pelas entidades competentes em fases anteriores, tendo em vista a sua disponibilização para apoio à Discussão Pública.

2 OBJETIVO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

2.1 ENQUADRAMENTO

O objetivo da presente AA é de apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do Programa, contribuindo de forma contínua e efetiva para a avaliação das consequências ambientais da Proposta de PRGP SC, durante a sua fase de elaboração e antes da sua aprovação.

Baseada numa metodologia facilitadora do processo de planeamento, a AA irá alertar para as situações de risco ou de oportunidade, numa perspetiva de sustentabilidade, em função dos temas mais relevantes que vierem a ser identificados, na área de intervenção do PRGP SC.

Nos subcapítulos seguintes é apresentado o faseamento metodológico da AA do PRGP SC.

2.2 FASEAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia da AA é estruturada em cinco fases de realização, em contínua articulação com as fases de elaboração do Programa, conforme se apresenta:

2.2.1 1.ª Fase - Relatório metodológico e definição dos limites da área de intervenção

O Relatório metodológico foi entregue à DGT no dia 5 de dezembro de 2022 incluindo, a aferição da metodologia de elaboração do Programa, da AA e do Processo Participativo, assim como a calendarização dos trabalhos e a proposta do limite da área de intervenção do PRGP SC.

2.2.2 2.ª Fase - Determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance

O Relatório de Fatores Críticos de Decisão (RFCD) foi desenvolvida em simultâneo com o Diagnóstico prospetivo e com a Proposta Preliminar do Desenho da Paisagem do PRGP SC.

Uma vez estabelecida a área de intervenção do PRGP SC, a descrição do objeto de avaliação de âmbito territorial e legal, foi efetuada atendendo aos estudos de enquadramento e diagnóstico prospetivo, desenvolvidos nesta fase do Programa.

Quanto ao âmbito estratégico, a focagem no objeto de avaliação foi assegurada com a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), identificados como os temas chave que permitem estruturar e objetivar a análise e a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica, decorrentes da futura implementação da Proposta de PRGP SC.

Na determinação dos FCD foi efetuada uma análise integrada das componentes de base estratégica designadamente, as Questões Estratégicas (QE), o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os Fatores Ambientais (FA), tendo permitido a construção do Quadro de Avaliação que integrou os FCD

estabelecidos e, para cada um deles, os respetivos Critérios, Objetivos de Sustentabilidade, Indicadores de Avaliação e Metas.

O Quadro de Avaliação constitui uma ferramenta de apoio à tomada de decisão nas fases subsequentes de elaboração da Proposta de Programa, na medida em que permite a identificação e a avaliação dos efeitos significativos para o ambiente e para o território, das soluções que forem equacionadas, durante a construção da Proposta de PRGP SC.

O RFCD foi sujeito a parecer das ERAE, conforme previsto no n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

O RFCD foi submetido na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial no dia 10 de maio de 2023 para consulta e emissão de parecer das ERAE.

Os pareceres recebidos das ERAE, assim como a sua ponderação no RA e na Proposta do PRGP SC, encontram-se nos Anexos II e III, ao presente Relatório.

2.2.3 3.ª Fase – Relatório Ambiental

O RA foi desenvolvido na presente fase, em simultâneo com a Proposta de Programa do PRGP SC e teve início com a aferição do RFCD decorrente da ponderação e integração dos resultados obtidos na consulta às ERAE e integração da informação no Relatório Ambiental.

A estratégia de comunicação adotada no processo de AA continuou a ser articulada com o Processo Participativo estabelecido para o Programa, no que diz respeito às partes interessadas a envolver (entidades competentes e o público relevante) assim como aos momentos participativos de interação, designadamente a Reunião de Participação Pública Alargada que teve lugar em Tavira no dia 6 de junho de 2023, para a obtenção de contributos na fase de elaboração da Proposta de Programa, consolidando a articulação processual entre a AA e a elaboração da Proposta de PRGP SC.

A elaboração do RA cumpriu as seguintes etapas, em conformidade com o Artigo 6.º do RJAAE:

- Avaliação de Cenários, considerados no âmbito da elaboração da Proposta do PRGP SC;
- Avaliação Estratégica e dos efeitos no ambiente por FCD, incluindo a análise da Situação de Referência e a análise de Oportunidades e Riscos decorrentes da aplicação da Proposta do PRGP SC;

- Definição de Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão a considerar e integrar durante a elaboração da Proposta do PRGP SC;
- Definição de Medidas e Recomendações de Seguimento, estabelecidas com o objetivo de avaliar o desempenho ambiental, aquando da implementação da Proposta do PRGP SC e de identificar, atempadamente, possíveis efeitos negativos;
- Definição de um Quadro de Governança que se destina a integrar o Programa de Seguimento da presente AAE, acompanhando o ciclo de planeamento e a concretização da sua aplicação.

Foram ainda realizadas as seguintes tarefas:

- Síntese da Avaliação Ambiental (análise integrada por FCD), que compreende a identificação das Questões Críticas de Sustentabilidade, o estabelecimento da Síntese das Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão e de Seguimento e da Síntese do Quadro de Governança para a Proposta do PRGP SC, destinado a apresentar o conjunto de entidades que, através das suas ações, contribuirão direta ou indiretamente para assegurar o cumprimento das Medidas e Recomendações de Seguimento;
- Programa de Seguimento que foi elaborado para cada FCD, sistematizando critérios, objetivos de sustentabilidade, medidas e recomendações de seguimento, indicadores de seguimento, periodicidade para o seu cálculo e a entidade(s) responsável pela implementação das medidas e recomendações, assim como de outras entidades ou parceiros, considerados indispensáveis à sua prossecução.

Terminados os trabalhos, a DGT apresentou às entidades territorialmente competente a Proposta do Programa e o respetivo Resumo Não Técnico (RNT), para Conferência Procedimental, Pareceres das Entidades e eventuais Reuniões de Concertação.

Esta 3ª Fase materializou-se no Relatório Ambiental que contem a informação estipulada no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio, conforme quadro que seguidamente se apresenta:

Quadro 1 - Correspondência das alíneas do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de Maio com os capítulos do RA

Correspondência das alíneas do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio com os capítulos do RA	
Alíneas do Artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio	Capítulos do RA que correspondem às referidas alíneas
a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;	3. Descrição do Objeto de Avaliação 3.1. Objeto de Avaliação 3.2. PRGP SC 3.2.1. Área de Intervenção 3.2.2. Quadro Problema 3.3. Âmbito Estratégico 3.3.1. Objetivos operacionais 3.3.2. Objetivos estratégicos 3.3.2. Objetivos principais 4. Análise integrada das componentes de base estratégica 4.1. Componentes de Base Estratégica 4.1.1. Questões Estratégicas (QE) 4.1.3. Quadro de Referência Estratégico (QRE)
b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;	3.2. PRGP SC 3.3.2. Quadro Problema 5.2. Avaliação por FCD 5.2.1.1., 5.2.2.1., 5.2.3.1., 5.2.4.1. Análise da Situação de Referência 5.2.1.1.1., 5.2.2.1.1., 5.2.3.1.1., 5.2.4.1.1., Análise SWOT 6. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica 6.1. Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade
c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;	5.2. Avaliação por FCD 5.2.1.2., 5.2.2.2., 5.2.3.2., 5.2.4.2. Análise de Oportunidade e Riscos 6. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica 6.1. Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade
d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;	4.1. Componentes de Base Estratégica 4.1.1. Questões Estratégicas 4.1.3. Quadro de Referência Estratégico Anexo I - Orientações e Metas do QRE

Correspondência das alíneas do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio com os capítulos do RA

Alíneas do Artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio	Capítulos do RA que correspondem às referidas alíneas
e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;	4.1. Componentes de Base Estratégica 4.1.2. Fatores Ambientais 5.2. Avaliação por FCD 5.2.1.2., 5.2.2.2., 5.2.3.2., 5.2.4.2., Análise de Oportunidade e Riscos 6. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica 6.1. Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade
f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;	5.2. Avaliação por FCD 5.2.1.3, 5.2.2.3, 5.2.3.3, 5.2.4.3. Medidas e Recomendações 5.2.1.4, 5.2.2.4, 5.2.3.4, 5.2.4.4. Quadro de Governança 6. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica 6.2. Síntese das Medidas e Recomendações 6.2.1. Síntese de Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão 6.2.2. Síntese de Medidas e Recomendações de Seguimento 6.3. Síntese do Quadro de Governança
g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;	5.1. Avaliação de Cenários Alternativos 5.1.1. Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação 5.1.2. Avaliação Comparativa de Cenários Alternativos
h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no Artigo 11.º;	7. Programa de Seguimento
i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.	Resumo Não Técnico (Documento Independente)

2.2.4 4.ª Fase - Elaboração dos elementos de suporte à Discussão Pública

Decorrente da consulta das entidades territorialmente competentes e sob a coordenação da DGT, proceder-se à ponderação dos pareceres a integrar no RA e respetivo RNT que acompanhará a Proposta de PRGP SC, para Discussão Pública.

2.2.5 5.ª Fase - Elaboração da versão final do Relatório Ambiental e Proposta de Declaração Ambiental

Concluído o período de Discussão Pública, serão compiladas todas as participações e ponderadas as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados.

Resultantes do Relatório da Discussão Pública, serão efetuadas as alterações consideradas relevantes e produzida a Proposta de PRGP SC (versão final) que incluirá o RA (versão final).

Será elaborada a Proposta de Declaração Ambiental, conforme os elementos estipulados no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, às restantes ERAE consultadas no procedimento de AAE e disponibilizada ao público para consulta, através da página da internet da APA.

No esquema do faseamento do PRGP SC (Figura 1), evidenciam-se as principais etapas de desenvolvimento do Programa e da sua articulação com o processo da AA, incluindo os fluxos de informação e os momentos de interação com as ERAE e com as Entidades Territorialmente Competentes.

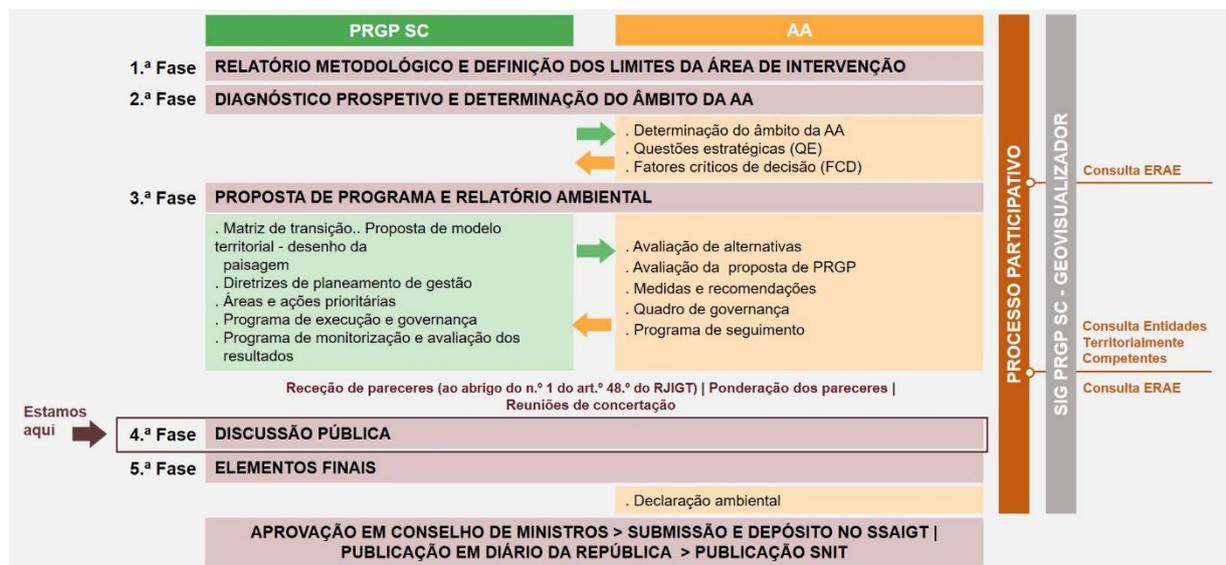


Figura 1 – Faseamento do PRGP SC e articulação com a AA

3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1 OBJETO DE AVALIAÇÃO

A estratégia de elaboração do PRGP SC, dando cumprimento aos objetivos operacionais definidos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho e aos objetivos estratégicos estabelecidos no Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, será materializada no modelo de ordenamento territorial (desenho da paisagem) para a área de intervenção, constituindo o objeto de avaliação da presente AA.

3.2 PRGP SC

3.2.1 Área de intervenção

O PRGP SC constitui um instrumento que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e da severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência.

A área de intervenção do PRGP SC, com uma expressão territorial de 56.348 hectares, localiza-se na região do Algarve (NUTS II e III), e integra parte dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, conforme se ilustra na Figura 2.

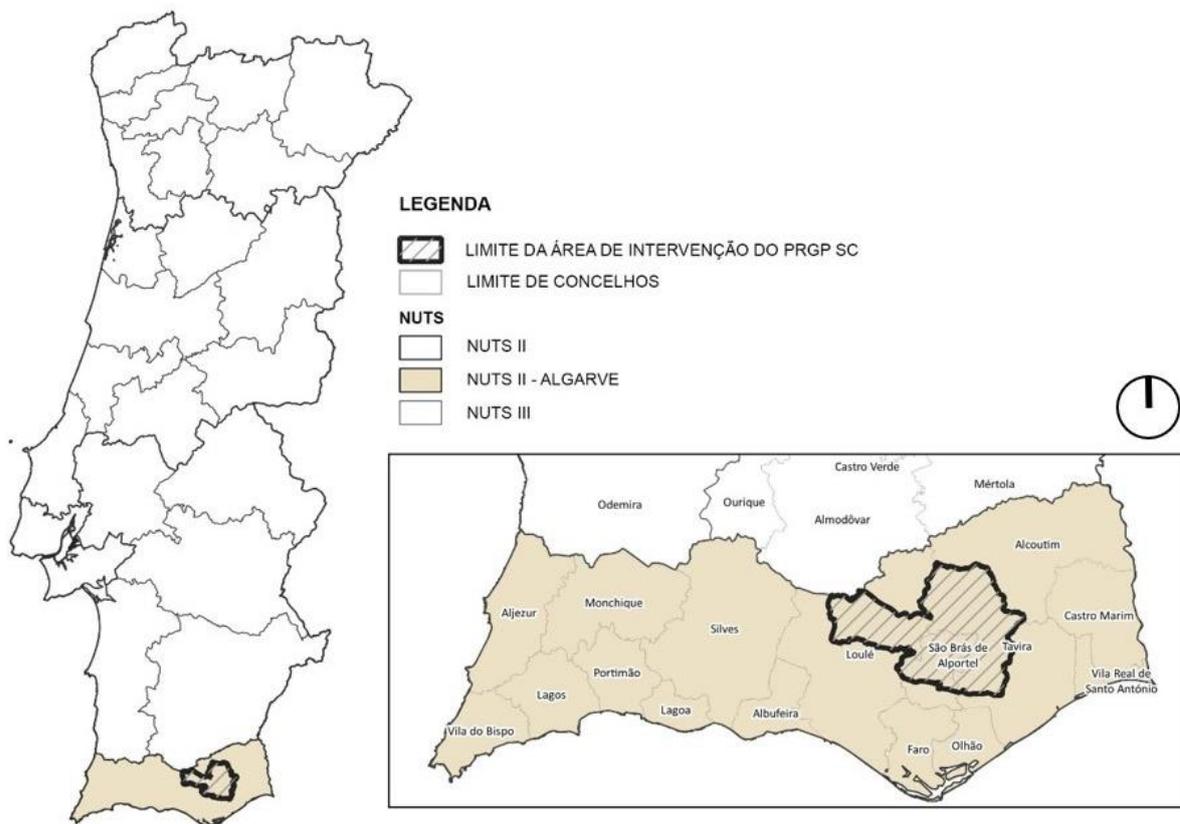


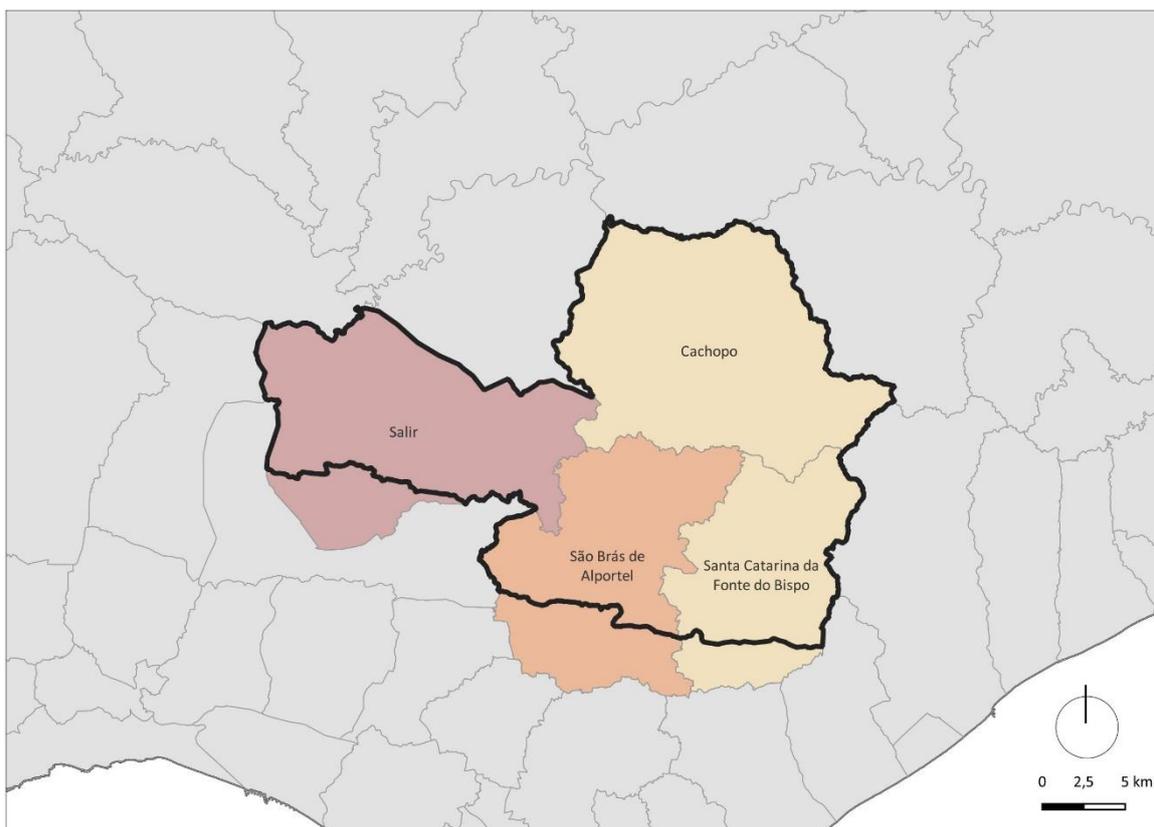
Figura 2 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SC

A **área de intervenção** (AI) do PRGP SC, tal como indicado no Anexo I do Despacho n.º 11891/2021 de 2 de dezembro, integra a totalidade a freguesia de Cachopo pertencente ao concelho de Tavira e integra parcialmente as freguesias Santa Catarina da Fonte do Bispo (83%) também pertencente ao concelho de Tavira, Salir (83%) no concelho de Loulé e São Brás de Alportel (70%) no concelho homónimo, conforme Figura 3.

A definição dos seus limites foi ajustada à escala 1:10.000, tendo em consideração os limites de base natural e os limites de base socioeconómica mais relevantes que permitissem uma delimitação da Serra do Caldeirão.

Nas áreas das freguesias de Salir, São Brás de Alportel e de Santa Catarina da Fonte do Bispo foi considerada diversa informação cartográfica que permitiu obter a delimitação mais precisa da Serra do Caldeirão, diferenciando a zona da Serra da zona do Barrocal Algarvio, que compreendem lógicas distintas de ocupação do território.

Uma vez efetuado o cruzamento da referida informação cartográfica e da identificação dos vários pontos comuns, foram estabelecidos como critérios de definição do limite da AI a rede viária e as linhas de água, além dos limites administrativos previamente instituídos.



Legenda

- Proposta de Limite da Área de Intervenção do PRGP SC
- Concelhos que integram a Área de Intervenção do PRGP SC
 - Loulé
 - São Brás de Alportel
 - Tavira
 - Limites de Freguesia

Figura 3 – Freguesias integradas na área de intervenção do PRGP SC

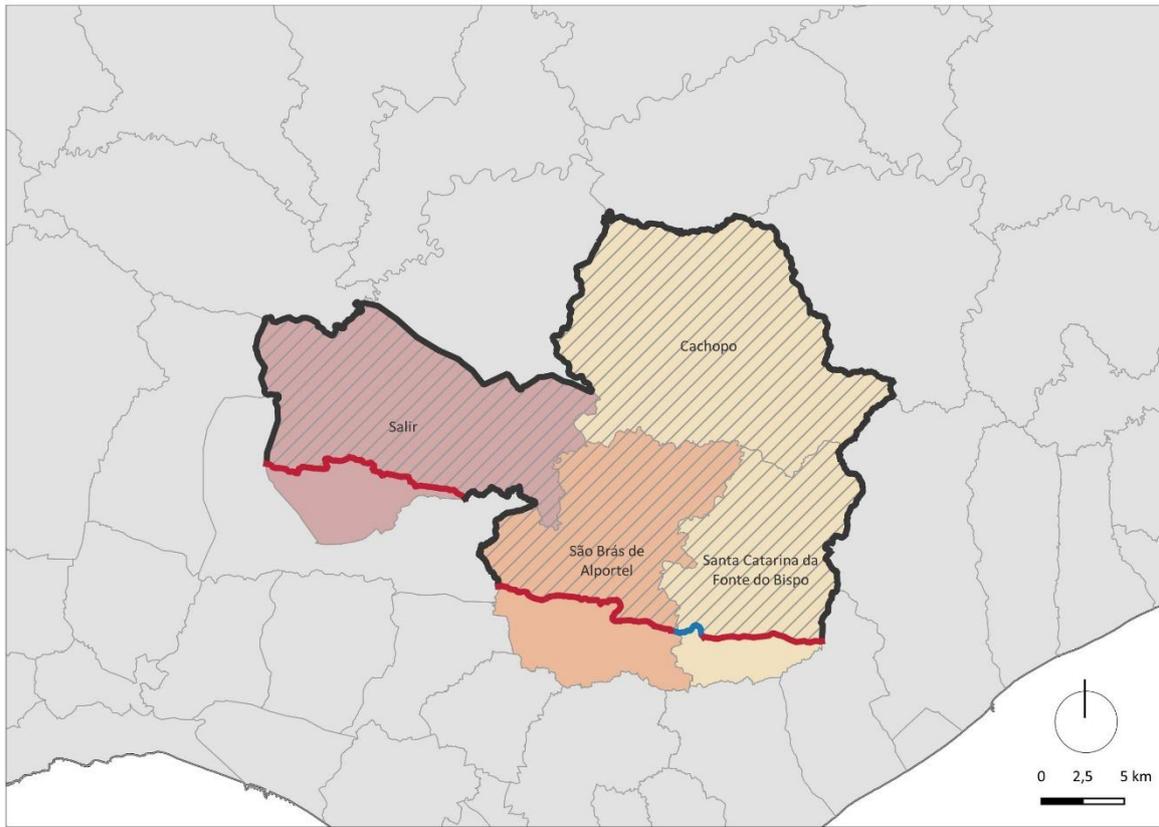
No Quadro 2 identificam-se os concelhos e as freguesias que integram a área de intervenção do PRGP SC.

Quadro 2 – Concelhos e freguesias na área de intervenção do PRGP SC, respetiva área (ha) e percentagem da área

NUTS II	NUTS III	Distrito	Concelho	Freguesia	Área (ha)	%
Algarve	Algarve	Faro	Loulé	Salir *	15 572,32	28%
			São Brás de Alportel	São Brás de Alportel*	10 711,51	19%
			Tavira	Santa Catarina da Fonte do Bispo*	9 712,14	17%
				Cachopo	20 352,22	36%
					56 348,19	100,0%

(*) Freguesia não integrada na totalidade na área de intervenção do PRGP SC

Na Figura 4 são apresentados os critérios de definição do limite da área de intervenção, no âmbito do PRGP SC.



Legenda

- Proposta de Limite da Área de Intervenção do PRGP SC
- Critérios para a definição do limite da Área de Intervenção do PRGP SC
 - Limites administrativos
 - Linha de água
 - Rede viária
- Concelhos que integram a Área de Intervenção do PRGP SC
 - Loulé
 - São Brás de Alportel
 - Távira
 - Limites de Freguesia

Figura 4 – Critérios de definição do limite da área de intervenção do PRGP SC ¹

No que respeita à **rede hidrográfica**, a AI é abrangida pelas regiões hidrográficas do Guadiana e das ribeiras do Algarve, conforme Figura 5.

No caso da região hidrográfica do rio Guadiana, a AI do PRGP SC integra parte das bacias hidrográficas das ribeiras do Vascão e de Odeleite, ambos afluentes da margem direita do rio Guadiana.

¹ Nota: Na referida figura são apresentados símbolos na legenda que não são apresentados claramente por uma questão de escala. Para uma melhor visualização desta planta, recomenda-se a consulta do Desenho CD 03, presente no volume da Cartografia.

No caso da região hidrográfica das Ribeiras do Algarve, integra parte das bacias hidrográficas do rio Arade, da ribeira de Quarteira e do rio Séqua, que desaguam diretamente no litoral do barlavento algarvio.

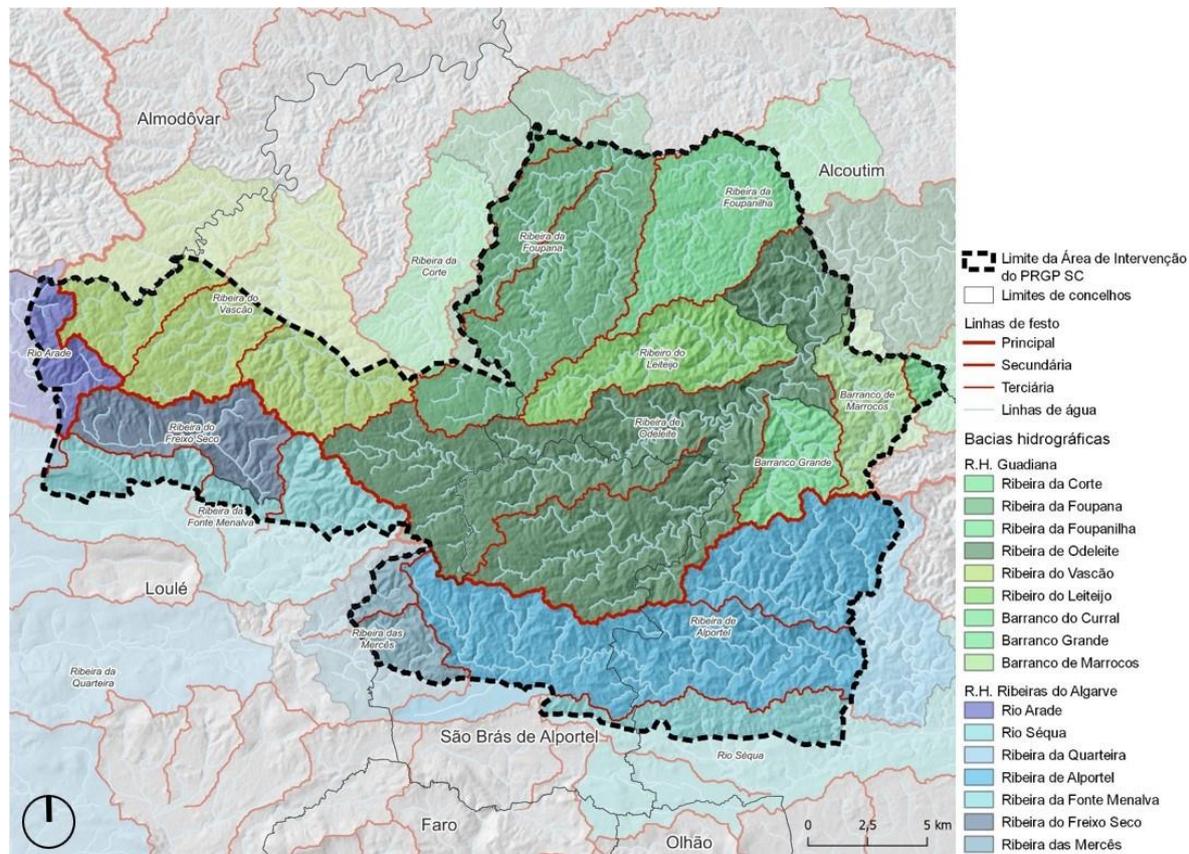


Figura 5 – Bacias e sub-bacias hidrográficas abrangidas pela AI do PRGP SC

No que se refere à **conservação da natureza**, das áreas nucleares que fazem parte do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, encontram-se abrangidas na área de intervenção do PRGP SC, áreas da Rede Natura 2000, da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, conforme Figura 6.

No âmbito da Rede Natura 2000, a área intervenção do PRGP SC integra parte da área da Zona Especial de Conservação (ZEC) do Caldeirão (PTCON0057) (22.877,99 ha), que representa cerca de 48% da área total da ZEC (47.192,99 ha), estendendo-se pelos concelhos de Almodôvar, Silves, Loulé, São Brás de Alportel e Tavira. Correspondente à área da ZEC Caldeirão, está também integrada a Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057).

Do mesmo modo, a área de intervenção do PRGP SC integra parte da ZEC Barrocal (PTCON0049) (535,67 ha), que representa cerca de 3% da área total da ZEC (20.844,82 ha), estendendo-se pelos concelhos de Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel.

A área de intervenção integra ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), a Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena, com uma área total de 671,82 ha, dos quais 491,09 ha se situam dentro da mesma.

Quanto a áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, é abrangido pela área de intervenção o Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão (3PT030), que corresponde a uma área de 5.574,45 ha, cuja área total é de 44.329,90 ha.

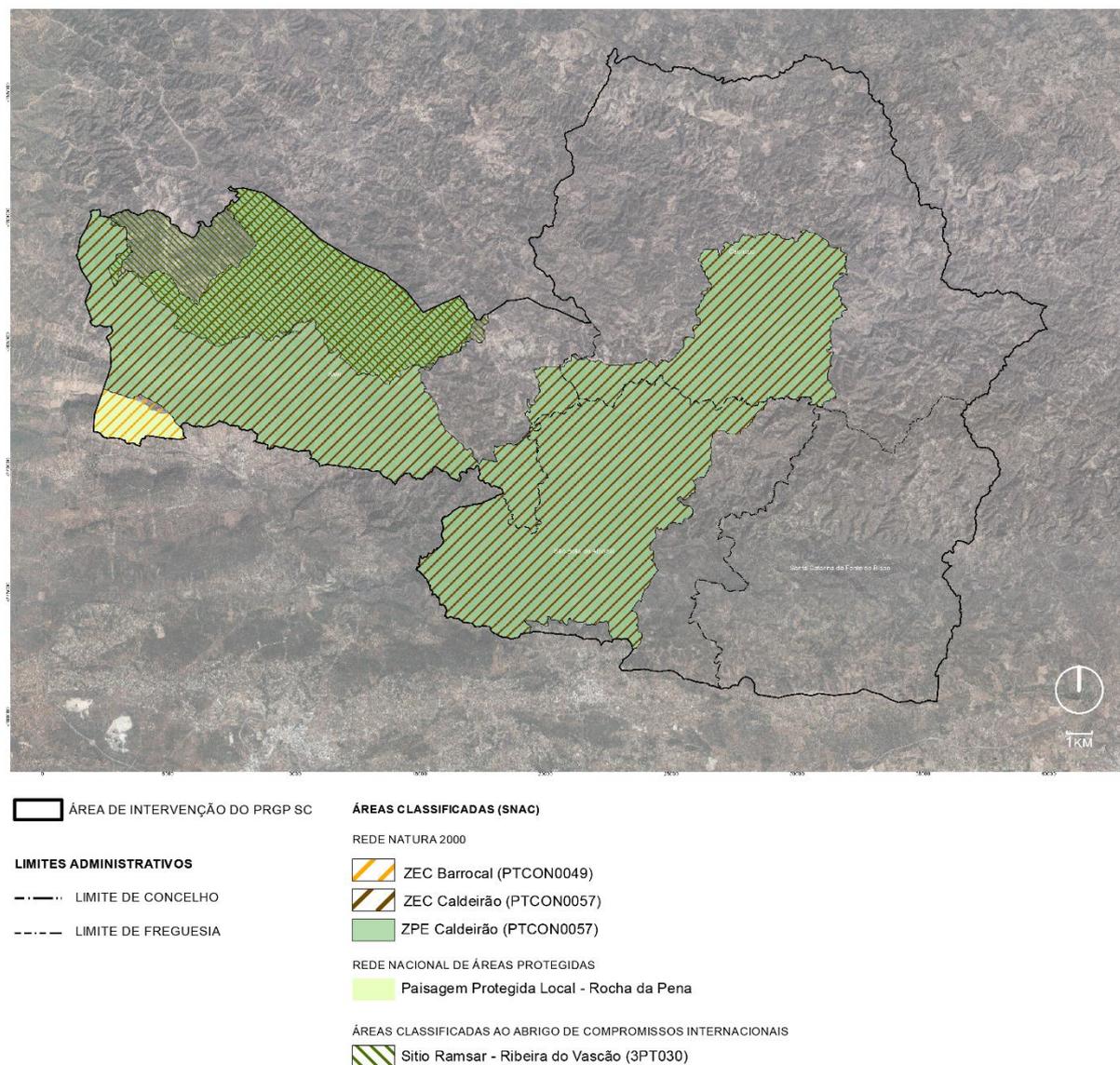


Figura 6 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC

No que se refere às **ocupações do solo** na área de intervenção do PRGP SC e conforme Figura 7, as que detêm maior representatividade são as Florestas (60%), seguidas dos Matos (28,8%), da Agricultura e das Superfícies agroflorestais (SAF) (4,7% e 4,5%, respetivamente), das Pastagens

(0,8%), dos Territórios artificializados (0,7%) e das Massas de água superficiais (0,5%), contabilizando estas categorias a totalidade da AI.

A área de Florestas apresenta uma dominância de Florestas de sobreiro (24 770 ha), seguindo-se as áreas ocupadas por Florestas de pinheiro manso (4 553 ha), SAF (2 546 ha) e Florestas de azinheira (1 776 ha), localizam-se predominantemente nas áreas dos concelhos de Loulé e São Brás de Alportel. Com uma representatividade residual surgem as Florestas de pinheiro bravo, Eucalipto e de Outras folhosas (respetivamente 763 ha, 549 ha e 321ha).

Os diferentes tipos de SAF de sobreiro, de azinheira, sobreiro com azinheira e outras misturas encontram-se disseminadas pela AI representando uma área total de 2 546 ha.

As áreas de Matos com uma representatividade de 29% da área (correspondente a 16 207 ha) localizam-se predominantemente na área do concelho de Tavira.

Os espaços dedicados à Agricultura presentes em 5 % da AI (2 637 ha), possuem uma maior expressão junto ao limite sul da AI, na transição da Serra para o Barrocal.

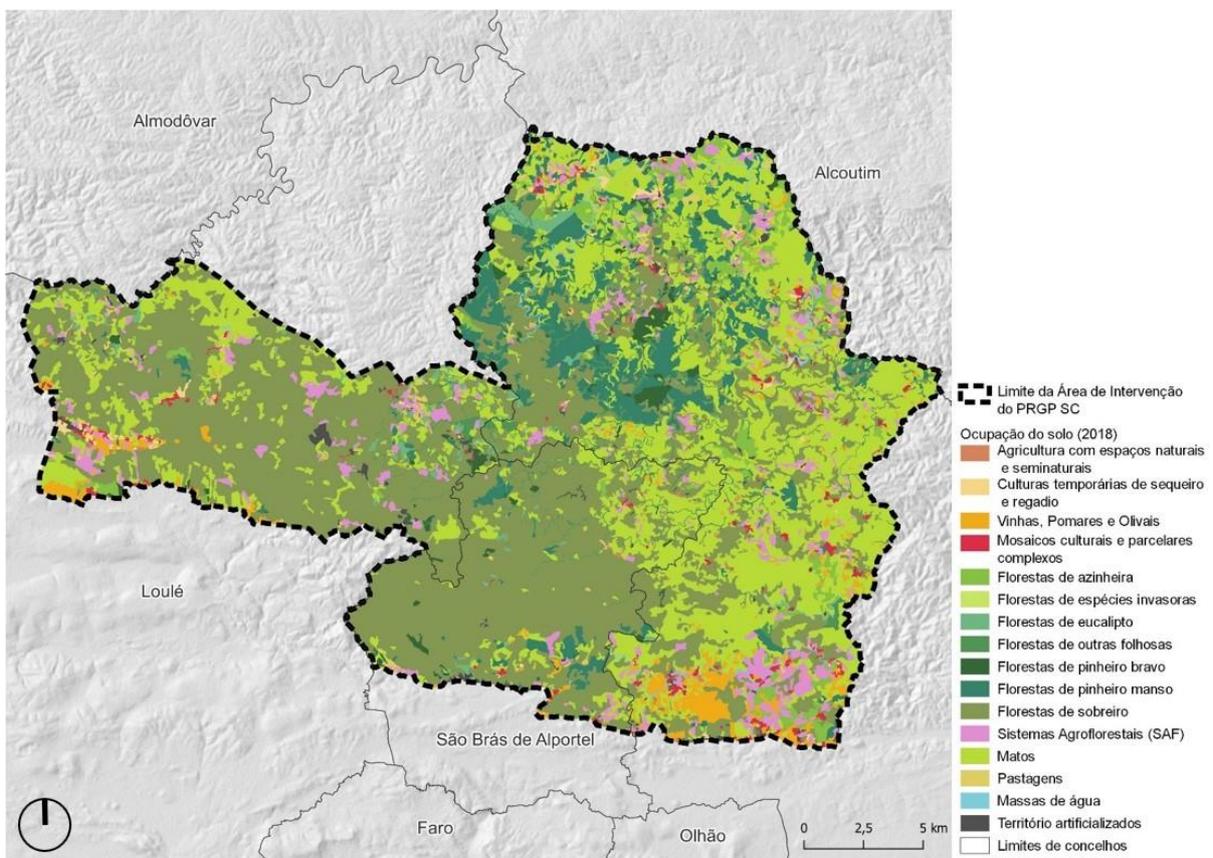


Figura 7 – Ocupação e uso do solo na área de intervenção do PRGP SC

Da análise da evolução da ocupação do solo na AI, no período 1995 e 2018, regista-se uma estabilidade da área de “Agricultura” que decorre de um pequeno aumento da área de culturas permanentes simultâneo com a diminuição das culturas temporárias, embora não as substituindo diretamente (e.g a área de olival variou 10,6% essencialmente substituindo “Matos”).

Segundo a análise da informação disponível, a estabilidade da área florestal decorre essencialmente da área de Floresta de sobreiro, estável pela sua natureza produtiva e proteção jurídica e pelos investimentos realizados principalmente no âmbito da florestação de terras agrícolas com incidência principal nos povoamentos de Pinheiro manso, que terão compensado perdas decorrentes de dois grandes incêndios (2004 e 2012). A área florestal de azinheira, outras folhosas e pinheiro-bravo manteve-se estável.

No entanto, conforme informação disponibilizada pelo ICNF², existem “evidências no terreno [que] indicam uma forte expansão natural do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro, designadamente nas áreas de serra onde o declínio é mais acentuado, pelo que é previsível que áreas que hoje em dia ainda apresentam dominância de sobreiro, em futuro passarão a ter dominância de pinheiro-bravo, com um aumento da área ocupada por pinheiro-bravo e diminuição da área ocupada por sobreiro”.

Do referido, verifica-se assim a estabilidade da área de Floresta de sobreiro (variação de 1,9%), a variação positiva da área de Pinheiro Manso (43,3%), em grande medida substituindo área de “Matos”.

A variação negativa da área de “Pastagens” estará associada à variação negativa muito pronunciada no número de animais em produção pecuária.

Na AI encontram-se dois **aproveitamentos hidroagrícolas**. O de Grainho que se localiza na freguesia de Cachopo e possui uma área total de projeto de 6 ha, encontrando-se em exploração 4 ha, enquanto que o da Mealha, também localizado na freguesia de Cachopo, possui uma área de projeto de 12 ha, estando em exploração 3 ha.

A AI do PRGP SC regista uma **baixa densidade populacional**, onde a população residente é envelhecida, decorrente da fraca capacidade de retenção de jovens, quer pela falta de oportunidades de empregos, e dificuldades na aquisição/aluguer de habitação, criando condições favoráveis para a migração para o litoral. A freguesia de Cachopo, no concelho de Tavira, apresentou a maior perda de população, com cerca de 34% entre 2011 e 2021.

O decréscimo de população nos últimos 30 anos e o seu envelhecimento, associados aos baixos rendimentos, tem levado à degradação da capacidade de gestão e de manutenção dos terrenos

² Ofício n.º S-020231/2023 de 17 de maio de 2023.

agrícolas e florestais que acabam por ser abandonados, aumentando os riscos de incêndios rurais e os custos do seu combate.

No que se refere à **estrutura da propriedade**, a sua fragmentação e pequena dimensão, constituem fatores de extrema importância no ordenamento e na gestão do espaço rústico, com reflexos na dificuldade de iniciativas de cooperação e de associativismo por parte dos utilizadores do território, tendo em vista o aumento de escala e a obtenção de rentabilidade das explorações, constituindo assim constrangimentos à efetiva transformação da paisagem.

A distribuição espacial dos prédios rústicos de área reduzida é heterogénea e tem predominância junto aos principais aglomerados urbanos existentes na AI, em particular na envolvente de Alcaria do João, Montes Novos e Besteirinhos (Salir), Feiteira, Vale João Farto e Cachopo (Cachopo), Javali, Parizes, Cabeça do Velho, Cova da Muda, Alportel (São Brás de Alportel), Chãs, Hortas e Corte Vidreiro, Espartosa e Pociçais (Santa Catarina da Fonte do Bispo).

Já os prédios de maior dimensão, localizam-se na zona sudoeste da freguesia de Cachopo, junto Valeira, Monte da Gineta, Estraga Mantens, Feitoso, Alcornicosa e Alcaria Alta, e na zona este da freguesia de São Brás de Alportel junto a Arimbo e Monte da Beijuda.

Na AI do PRGP SC encontram-se abrangidas 13 **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)**, representando mais de 50% da mesma, designadamente: ZIF Freixo Verde (PTZIF103); ZIF Serra do Caldeirão/Loulé (PTZIF004); ZIF Serra do Caldeirão – Loulé II – Vale da Rosa (PTZIF226); ZIF Serra do Caldeirão – Loulé III – Carrasqueiro (PTZIF227); ZIF Serra do Caldeirão-Loulé IV-Besteiros (PTZIF228); ZIF Serra do Caldeirão – Tavira (PTZIF026); ZIF Serra do Caldeirão – Tavira II (PTZIF151); ZIF Serra do Caldeirão – Cachopo Norte (PTZIF178); ZIF Serra do Caldeirão – Cachopo Sul (PTZIF169); ZIF Serra do Caldeirão – São Brás de Alportel (PTZIF029); São Brás de Alportel II – Cova da Muda (PTZIF247); São Brás de Alportel III – Cabeça do Velho (PTZIF251); ZIF Tavira - Aba do Caldeirão (PTZIF 271).

Quanto ao **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)**, publicado pela Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro, a área de intervenção é abrangida pelas sub-regiões homogéneas “Serra do Caldeirão” na sua quase totalidade e “Barrocal”, como se apresenta na Figura 8.

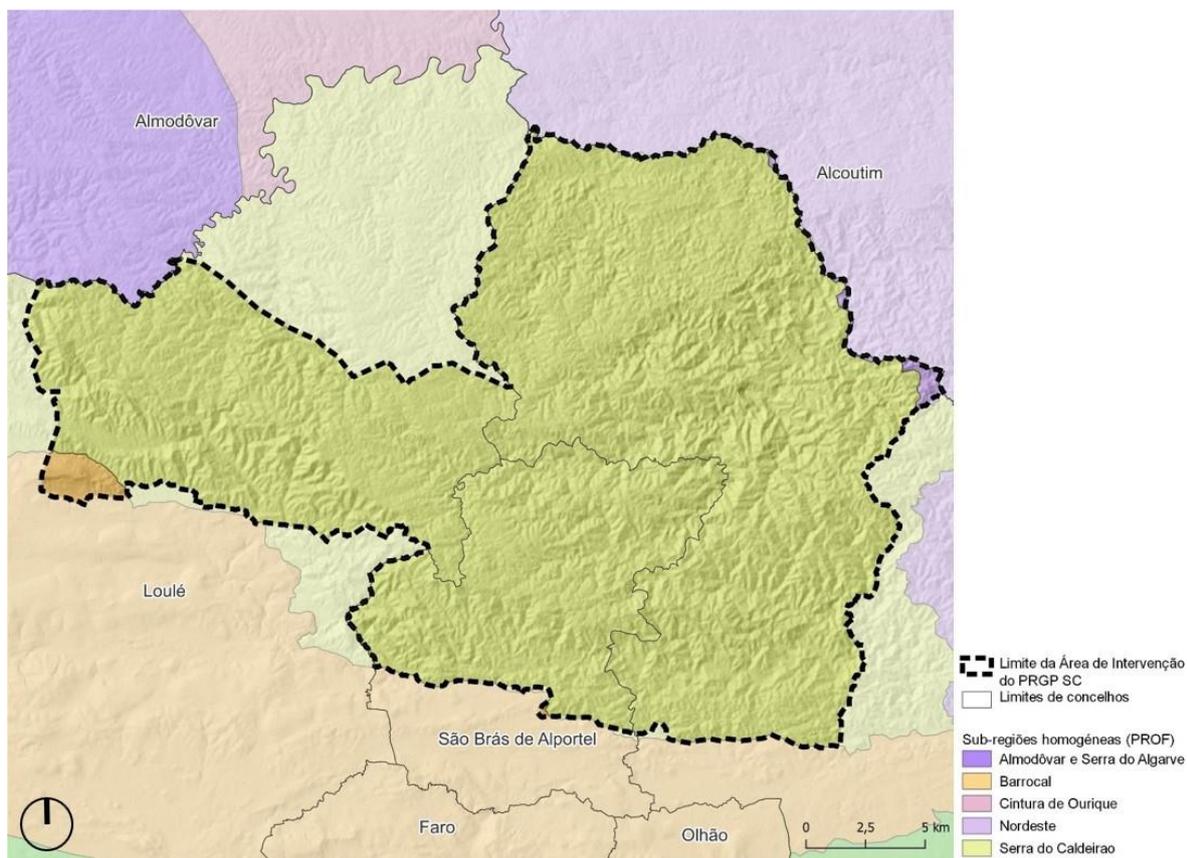


Figura 8 – Sub-regiões homogêneas do PROF Algarve na área de intervenção do PRGP SC

No que se refere às **Unidades de Gestão da Paisagem**, a AI do PRGP SC é abrangida pela “UGP1 | Cabeceira da Serra do Caldeirão”, UGP2a – Pinhais de Alcaria”, UGP2b – Relevos de Cachopo”, UGP3 – Encostas de Odeleite”, UGP4 – Vale agrícola de Alportel”, “UGP5 – Vale do Freixo Seco” e “UGP6 - Rocha da Pena”, conforme Figura 9.

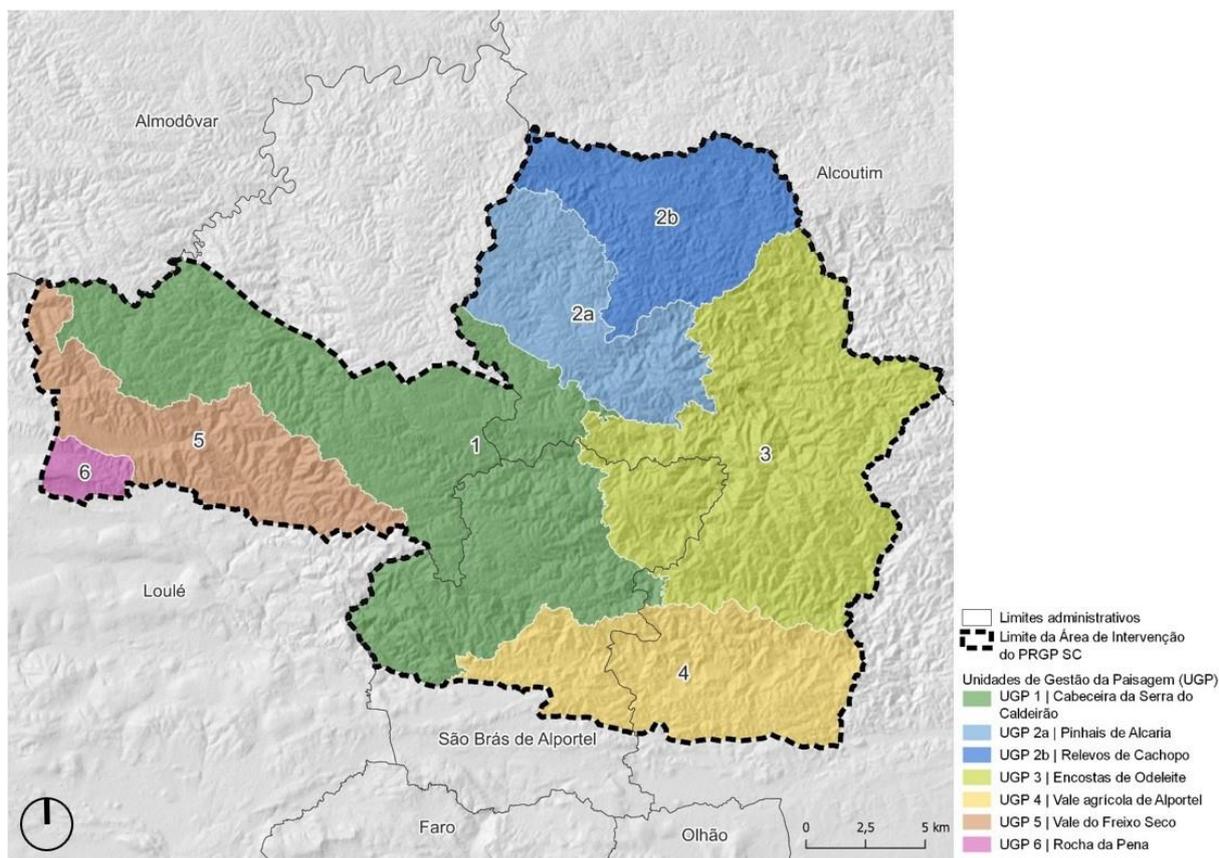


Figura 9 – Unidades de paisagem na área de intervenção do PRGP SC

3.2.2 Quadro Problema

Para uma melhor compreensão dos desafios colocados à elaboração da AA do PRGP SC, na fase de Diagnostico Prospetivo tiveram particular relevância os conteúdos das entrevistas com os atores chave do território realizadas no âmbito do Processo Participativo do PRGP SC e a informação recolhida na sua 1ª Reunião de Acompanhamento que teve lugar em São Brás de Alportel, a 17 de março de 2023.

No Quadro 3 encontram-se sistematizados os principais problemas e oportunidades identificados na área de intervenção do PRGP SC e que contribuíram para o estabelecimento das QE e para a definição dos FCD.

Quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SC

PROBLEMAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ População residente envelhecida ▪ Falta de oportunidades de emprego ▪ Migração da serra para o litoral ▪ Ocupação territorial dispersa ▪ Propriedade muito fragmentada e de pequena dimensão ▪ Dificuldades na aquisição de habitação e na aquisição/aluguer de terrenos para desenvolver projetos ▪ Limitações no acesso a infraestruturas ou serviços essenciais ▪ Dificuldades na fixação de novas gerações com papel ativo no território ▪ Degradação da capacidade de gestão e de manutenção dos terrenos agrícolas e florestais ▪ Abandono de terrenos agrícolas e florestais potenciando os riscos de incêndios rurais ▪ Falta de investimento e dinamização florestal e agrícola ▪ Solos pobres e orografia acidentada ▪ Redução progressiva da precipitação ▪ Aumento do risco de erosão do solo, desertificação e perda da biodiversidade ▪ Aumentado da presença de invasoras (em particular nas linhas de água) ▪ Perda de vitalidade dos povoamentos de sobreiro (incêndios rurais e doenças) com decréscimo das funções produtiva e de conservação ▪ Reduzida dinâmica de empreendedorismo, de cooperação e de associativismo, condicionam o acesso a financiamentos e apoios à produção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de uma gestão multifuncional das propriedades, combinando diferentes atividades económicas que permitam gerar rendimento atrativo ▪ Criação de mosaicos estratégicos para a promoção de descontinuidades de resiliência ao fogo ▪ Recuperação e revitalização dos solos e aposta em espécies autóctones ▪ Revitalização das linhas de água e galerias ripícolas ▪ Continuação da realização de estudos de diagnóstico tendentes à minimização do declínio do sobreiro (povoamentos e montados) ▪ Incremento na gestão adequada do sobreiro para melhorar as funções produtivas e de conservação ▪ Aposta nos pomares de medronheiro e alfarrobeira face à sua valorização económica ▪ Manutenção do pinheiro manso atendendo às suas funções de proteção do solo ▪ Articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, para a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta ▪ Promoção de mosaicos de agricultura e pastorícia de pequena escala, constituindo descontinuidades no território ▪ Gestão agregada das propriedades, criação de bancos de terras ou facilidade no aluguer dos terrenos, tendo em vista o aumento da produtividade e da atratividade ▪ Recuperação e valorização de produtos/recursos endógenos e tradicionais (medronho, mel, alfarroba, ...) ▪ Remuneração pelos serviços de ecossistemas prestados pelos utilizadores do território ▪ Revitalização de aglomerados populacionais onde ainda existe atividade humana, com papel ativo na dinamização do território ▪ Incremento de atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético, científico e criativo) e das atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas ▪ Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 ▪ Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural ▪ Beneficiação e integração das pequenas rotas de caminhada na rede de rotas existentes

3.2.3 Enquadramento legal

O PRGP SC está a ser elaborado em conformidade com a legislação em vigor, tendo por base a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial- RJIGT), o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho (Regime jurídico da reconversão da paisagem – RJRP), o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (aplicável por remissão do Artigo 47.º do RJIGT) e a demais legislação complementar.

O âmbito territorial do PRGP SC é estabelecido na alínea e) do número 5 e no Anexo V do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro, que determina ainda no número 1, alínea e), a elaboração do Programa.

A sua elaboração é determinada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 46.º do RJIGT, e nos termos da legislação específica, Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, e desenvolvida (elaboração, conteúdo material e documental, acompanhamento, participação e aprovação) em conformidade com o disposto nos Artigos 39.º, 40.º, 41.º, 46.º, 47.º, 48.º, 50.º e 51.º do RJIGT e nos Artigos 7.º e 10.º do RJRP.

O PRGP SC constitui um programa setorial, instrumento estratégico de âmbito nacional, de desenvolvimento e concretização de diversas políticas com incidência no território, destinado “a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas” (conforme PTP e RJRP), mediante a definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, atendendo à aptidão do solo e às necessidades de gestão e de ordenamento.

No quadro de interação coordenada do sistema de gestão territorial, o PRGP SC estabelecerá diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto n.º 2 do Artigo 7.º do RJRP e no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

As Diretrizes de Planeamento e Gestão estabelecidas no âmbito do PRGP SC dividem-se em:

1. Diretrizes de Planeamento e Gestão

- a) Diretrizes a incorporar nos Planos Diretores Municipais (PDM) de Loulé. São Brás de Alportel e Tavira, associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem;

- b) Diretrizes de transposição/aplicação do PROF ALG e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);
- c) Diretrizes a articular com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF), quando existirem;
- d) Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento.

2. Orientações para a transformação da paisagem.

O PRGP SC deverá incluir um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, como previsto no n.º 5 do Artigo 41.º do RJIGT, com o objetivo de suportar a avaliação (da adequação e concretização da disciplina neles consagrada) prevista no Capítulo VIII do mesmo.

3.2.4 Conteúdos

O PRGP SC está a ser elaborado de acordo com as disposições presentes no RJIGT publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a alteração publicada pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março; no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (aplicável por remissão do Artigo 47.º do RJIGT); no RJRP publicado pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho; demais legislação complementar aplicável; e no Anexo ao Caderno de Encargos do Concurso.

Nos Artigos 40.º e 41.º do RJIGT são estabelecidos, respetivamente, os conteúdos material e documental dos Programas Setoriais.

No Artigo 8.º e Anexo I do RJRP são indicados os conteúdos documental e material mínimos dos PRGP.

Nos pontos 1.7 e 1.6 do Anexo do Caderno de Encargos do Concurso são estabelecidos, respetivamente, os conteúdos material e documental do PRGP SC.

Nos Artigos 5.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho são estabelecidos os conteúdos que deverão consubstanciar os produtos resultantes da AA, nomeadamente do RA e da respetiva DA.

Atendendo às disposições legais dos diplomas e documentos referidos, os produtos finais a obter com a elaboração do PRGP SC deverão compreender:

1. Relatório do Programa que estabelece e justifica as opções e os objetivos, define as diretrizes e normas e determina o modelo de ordenamento territorial, incluindo:
 - a) Desenho da paisagem;
 - b) Matriz de transição e valoração;
 - c) Diretrizes de planeamento e gestão;

- d) Áreas e ações prioritárias;
 - e) Programa de execução e governança;
 - f) Programa de monitorização e avaliação dos resultados (incluindo indicadores qualitativos e quantitativos);
 - g) Cartografia de suporte (cartograma, peças gráficas necessárias ao desenho da paisagem e áreas prioritárias, bem como demais peças necessárias à respetiva representação territorial).
2. Acompanhado:
- a) Relatório de Diagnóstico Prospetivo;
 - b) Relatório Ambiental (e Resumo Não Técnico);
 - c) Declaração Ambiental.

3.3 ÂMBITO ESTRATÉGICO

O atual Programa do Governo define uma reforma florestal suportada num conjunto de medidas de intervenção em espaço rural que visam a diversificação e valorização multidimensional da paisagem, a diminuição da carga de combustível, o aumento da área florestal e a sua reconversão e densificação para espécies mais adaptadas ao território, aumentando a sua resiliência aos riscos.

Alinhado com as estratégias contidas no Programa de Transformação da Paisagem (PTP), no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), na Estratégia Nacional para as Florestas 2030 (ENF 2030) e na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), o PRGP SC irá, através do desenho da paisagem, ordenar o território florestal vulnerável onde incide, construindo paisagens qualificadas, alicerçadas nas aptidões do solo e nos ativos locais, resilientes a vulnerabilidades e riscos, revitalizadoras de atividades existentes e potenciais, promotoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis a partir de recursos endógenos, contribuindo para a atratividade territorial e a qualidade de vida das populações destas áreas rurais.

A elaboração do PRGP SC irá definir o referencial para a transformação da paisagem, estabelecer as diretrizes e medidas adequadas para a promoção de novas economias, identificar áreas de intervenção prioritárias para o desenvolvimento de operações integradas de gestão da paisagem e esquematizar o quadro de apoios e incentivos ao investimento, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas.

O âmbito estratégico do PRGP SC encontra-se estabelecido:

- nas estratégias contidas no PNPOT, na ENF 2030 e na ENCNB 2030 para os territórios florestais vulneráveis;

- nos princípios orientadores e nos objetivos específicos estabelecidos na PTP (publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho);
- nos objetivos estratégicos dos PRGP definidos no Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro.

3.3.1 Objetivos operacionais

Constituem objetivos operacionais do PRGP SC, de acordo com o n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro e nos termos do n.º 7 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, os seguidamente apresentados:

- “Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;
- Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;
- Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;
- Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;
- Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;
- Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala. “

3.3.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do PRGP SC encontram-se estabelecidos no n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro, que determina a elaboração do Programa:

- “Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;
- Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e

consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;

- Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvo pastoris, cinegéticas e turísticas;
- Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem”.

3.3.3 Objetivos Principais

Em síntese, os objetivos principais do PRGP SC, são:

- Resiliência do território, mediante a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais;
- Valorização do território, promovendo a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- Impulsionar uma nova economia, através do aumento do valor dos ativos territoriais e da dinamização da economia.

4 ANÁLISE INTEGRADA DAS COMPONENTES DE BASE ESTRATÉGICA

Conforme descrito no capítulo Objetivo e Metodologia de Avaliação, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada dos elementos de base estratégica, seguidamente apresentados: Questões Estratégicas, Fatores Ambientais e Quadro de Referência Estratégica.

4.1 COMPONENTES DE BASE ESTRATÉGICA

4.1.1 Questões Estratégicas (QE)

Atendendo às estratégias contidas no PNPOT, na ENF 2030 e na ENCNB 2030 para os territórios florestais vulneráveis, os princípios orientadores e os objetivos específicos estabelecidos na PTP, os objetivos estratégicos e principais preconizados para os PRGP e os problemas e oportunidades identificadas para a área de intervenção do PRGP SC, foram definidas as QE que consubstanciam os objetivos e as linhas de força associados ao objeto de avaliação e irão contribuir para a definição dos FCD.

No Quadro 4 apresentam-se as QE estabelecidas para a avaliação do PRGP SC e a sua descrição.

Quadro 4 - QE do PRGP SC

QE do PRGP SC	Objetivos e linhas de força associadas ao objecto de avaliação
QE1: Adaptação e resiliência dos territórios	Prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e minimização de outras vulnerabilidades, no quadro das mudanças climáticas e socioeconómicas
QE2: Valorização do capital natural	Incremento da biodiversidade, do restauro dos ecossistemas e da conectividade ecológica. Proteção e regeneração do solo e da água
QE3: Atratividade e desenvolvimento económico	Incremento da multifuncionalidade territorial, valorização dos ativos locais e da gestão sustentável da propriedade rústica, favorecendo a remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas. Promoção de atividades inovadoras e geradoras de novas economias de proximidade que favoreçam a criação de emprego e a dinamização dos aglomerados populacionais
QE4: Colaboração e governança territorial	Incremento das competências e relacionamentos entre atores públicos e privados. Envolvimento e corresponsabilização dos produtores agrícolas, florestais e outros agentes de gestão ativa do território através de novas formas de gestão coletiva e agrupada. Articulação com outros instrumentos de ordenamento territorial
QE5: Adequação ao modelo de financiamento	Programação das intervenções estruturais de reconversão da paisagem em articulação com os diferentes modelos de financiamento estabelecidos (modalidade operacional multifundos)

4.1.2 Fatores Ambientais (FA)

Os Fatores Ambientais considerados na presente avaliação foram estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, no que respeita à “biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”.

No Quadro 5 é feita a análise das relações estabelecidas entre cada QE do PRGP SC e os FA legalmente estabelecidos.

Quadro 5 - Convergência das QE do PRGP SC com os FA

QE do PRGP SC	FA
QE1 Adaptação e resiliência dos territórios	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
QE2 Valorização do capital natural	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Património cultural Paisagem
QE3 Atratividade e desenvolvimento económico	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Bens materiais Património cultural Paisagem
QE4 Colaboração e governança territorial	Populações Bens materiais Património cultural Paisagem
QE5 Adequação ao Modelo de Financiamento	População Bens materiais Património cultural Paisagem

Da análise do quadro anterior verifica-se uma forte convergência das QE com os FA, sendo que as QE1 “Adaptação e resiliência dos territórios”, QE2: “Valorização do capital natural” e QE3 “Atratividade e desenvolvimento económico” se relacionam com a maioria dos FA.

Quanto às QE4 “Colaboração e governança territorial” e QE5 “Adequação ao Modelo de Financiamento” verifica-se, uma convergência mais fraca com os FA, decorrente dos temas que lhe estão subjacentes (consciência cívica, envolvimento dos atores chave, corresponsabilização dos agentes do território, programação das intervenções e modalidades de financiamento).

4.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O QRE representa as macro orientações de políticas, planos e programas, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, que são relevantes na determinação do referencial para avaliação do Programa.

O Quadro 6 apresenta as macropolíticas de âmbito nacional, regional e municipal selecionadas e que contêm as estratégias que devem nortear a elaboração da Proposta do PRGP SC.

No Anexo I do presente Relatório são identificadas, para cada um destes instrumentos, as orientações de ambiente e de sustentabilidade mais relevantes, assim como as metas que lhe estão associadas.

Quadro 6 – Macropolíticas do QRE do PRGP SC

Macropolíticas do QRE
Âmbito Nacional
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Programa de Transformação da Paisagem (PTP)
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)
Política Nacional da Arquitetura e Paisagem (PNAP)
Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF2030)
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8 (PRGRH 2016-2021)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana – RH7 (PRGRH 2016-2021)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)
Âmbito Regional
Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL)
Programa de Valorização do Interior (PVI)
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC-AMAL)
Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Norte
Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Sul
Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena
Plano Regional de Eficiência Hídrica – Região do Algarve
Âmbito Municipal
Plano Diretor Municipal de S. Brás de Alportel (PDM S. Brás de Alportel)
Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM Loulé)
Plano Diretor Municipal do Tavira (PDM de Tavira)
Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé (PMAAC de Loulé)
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de S. Brás de Alportel (PMDFCI S. Brás de Alportel)
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Loulé (PMDFCI Loulé)
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Tavira (PMDFCI Tavira)

O Quadro 7 sumariza a relação de convergência entre as orientações das macropolíticas constantes no QRE e as QE do PRGP SC.

Quadro 7 – Convergência das macropolíticas do QRE com as QE do PRGP SC

Macropolíticas do QRE do PRGP SC	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
Âmbito Nacional					
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)					
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)					
Programa de Transformação da Paisagem (PTP)					
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)					
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)					
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)					
Política Nacional da Arquitetura e Paisagem (PNAP)					
Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF2030)					
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)					
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)					
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)					
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)					
Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8 (PRGRH 2016-2021)					
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana – RH7 (PRGRH 2016-2021)					
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)					
Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)					
Âmbito Regional					
Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL)					
Programa de Valorização do Interior (PVI)					
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC-AMAL)					
Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Norte					
Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Sul					
Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena					
Plano Regional de Eficiência Hídrica – Região do Algarve (PREH-Algarve)					
Âmbito Municipal					
Plano Diretor Municipal de S. Brás de Alportel (PDM S. Brás de Alportel)					
Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM Loulé)					
Plano Diretor Municipal do Tavira (PDM de Tavira)					
Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé (PMAAC de Loulé)					
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de S. Brás de Alportel (PMDFCI S. Brás de Alportel)					
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Loulé (PMDFCI Loulé)					
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Tavira (PMDFCI Tavira)					

Da análise do quadro anterior verifica-se que todas as QE têm uma relação muito forte com as orientações constantes nas macropolíticas, evidenciando assim o alinhamento da estratégia subjacente ao PRGP SC com as estratégias estabelecidas nos instrumentos do QRE.

De referir que a QE2 “Valorização do capital natural” e a QE3 “Atratividade e desenvolvimento económico” apresentam convergência com a totalidade das macropolíticas do QRE.

De entre os documentos identificados, salientam-se o PNPOT, PTP, ENF2030, ENCNB2030, PNGIFR, PSRN2000, PROF Algarve, PANCD e o PVI por apresentarem convergência com todas as QE do PRGP SC.

Em contrapartida o PROTAL não apresenta convergência com a QE4 “Colaboração e governança territorial” e com a QE5 “Adequação ao Modelo de Financiamento”, atendendo à especificidade dos temas que lhes estão associados.

Também os PDM de S. Brás de Alportel, PDM de Loulé e PDM de Tavira apresentam convergência com a QE1 e a QE5. Refira-se que os 3 PDM se encontram em fase de revisão.

4.1.4 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Os FCD constituem os temas chave, considerados mais relevantes na avaliação da sustentabilidade ambiental da Proposta de PRGP SC e encontram-se descritos no Quadro 8.

O seu estabelecimento resultou da análise do objeto de avaliação, em particular do quadro problema, bem como da análise das componentes de base estratégica (QE, FA e QRE e relações entre eles).

Os FCD estabelecem assim o foco no que é efetivamente importante na Proposta do Programa, contribuindo para a identificação dos efeitos ambientais positivos na paisagem atual e estabelecimento de medidas de mitigação, para eventuais efeitos negativos, decorrentes das opções de transformação da paisagem.

Constituem ainda os elementos estruturantes das etapas subsequentes, quer na avaliação da situação de referência, quer na análise tendencial associada à evolução expectável, com a Proposta de PRGP SC.

Quadro 8 - Definição e descrição dos FCD

FCD	Descrição Sumária
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no ordenamento biodiverso e resiliente da floresta conjugado com mosaicos agrícolas e silvo-pastoris, de áreas abertas, promovendo a prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e a outras vulnerabilidades, no quadro de mudanças climáticas
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na promoção da multifuncionalidade territorial, na valorização dos ativos locais e na gestão sustentável da propriedade rústica. Avalia ainda o incremento da Proposta do Programa na diversificação das atividades económicas promovendo a criação de emprego, a fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na criação de valor, quer a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais, quer no incremento da biodiversidade e conservação da natureza, promovendo a remuneração dos serviços dos ecossistemas.
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no reforço das competências e do relacionamento entre atores públicos e privados, no envolvimento e coresponsabilização dos produtores agrícolas, florestais e outros agentes do território em novas formas de gestão coletiva e agrupada. Avalia ainda a articulação da Proposta de Programa com os outros instrumentos de ordenamento territorial

Uma vez identificados os FCD, apresentam-se nos pontos seguintes a análise da relação destes com os FA e com as macropolíticas do QRE.

4.1.4.1 Convergência dos FA com os FCD

Foi efetuada a análise da convergência dos FA com os FCD estabelecidos com o objetivo de verificar se os temas selecionados para a avaliação da sustentabilidade do Programa são convergentes com os domínios ambientais definidos no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Convergência dos FCD com os FA

FCD	FA definidos legalmente
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Biodiversidade População Saúde humana Solo Água Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Biodiversidade População Bens materiais Património cultural Paisagem

Da análise do quadro anterior verifica-se uma forte relação dos FCD com os FA, sendo que os FCD “Resiliência ao Fogo”, “Valorização do Território” e “Serviços dos Ecossistemas” apresentam convergência com a maioria dos FA definidos.

4.1.4.2 Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD

No Quadro 10 é efetuada a análise de convergência entre as macropolíticas do QRE com os FCD estabelecidos.

Quadro 10 – Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD

FCD	QRE
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Programa de Transformação da Paisagem (PTP) Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) Roteiro pra a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) Política Nacional da Arquitetura e Paisagem (PNAP) Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF2030) Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve) Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8 (PRGRH 2016-2021) Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana – RH7 (PRGRH 2016-2021) Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) Estratégia Turismo 2027 (ET 2027) Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL) Programa de Valorização do Interior (PVI) Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC- Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Plano de Gestão Florestal da Zona de Intervenção Florestal de Cachopo Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena Plano Regional de Eficiência Hídrica – Região do Algarve (PREH-RAIg) Plano Diretor Municipal de S. Brás de Alportel (PDM S. Brás de Alportel) Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM Loulé) Plano Diretor Municipal do Tavira (PDM de Tavira) Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé (PMAAC de Loulé) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de S. Brás de Alportel (PMDFCI S. Brás de Alportel) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Loulé (PMDFCI Loulé) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Tavira (PMDFCI Tavira)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	

Da análise do quadro anterior verifica-se que todos os FCD se relacionam com macropolíticas do QRE, sendo que o FCD “Valorização do Território” e o FCD “Serviços dos Ecossistemas” são os que apresentam convergência com a maioria dos documentos do QRE.

Do ponto de vista dos instrumentos selecionados que integram o QRE do PRGP SC, verifica-se que a Agenda 2030, o PNPOT, o PTP, P-3AC, PNE, PNAP, RNC2050, ENF2030, ECNB2030, PNGIFR, PNRN2000, PROF ALG, PGRH7 2016-2021, PGRH8 2016-2021, PVI, PIAAC-AMAL, PMDFCI S. Brás de Alportel, PMDFCI Loulé, PMDFCI Tavira apresentarem uma forte relação com todos os FCD.

4.1.4.3 Quadro de Avaliação (Critérios, Objetivos de Sustentabilidade, Indicadores e Metas)

Uma vez identificados os FCD para a área a sujeitar ao PRGP SC, são definidos:

- Critérios, que constituem subtemas dentro dos FCD, que permitem a focagem no objeto de avaliação;
- Objetivos de sustentabilidade, que constituem os propósitos a atingir no processo de avaliação, por critério e FCD;
- Indicadores, que constituem métricas de avaliação do processo ambiental, que podem ser quantitativas ou qualitativas;
- Metas a atingir com a implementação do Programa tendo como referência, para além das metas definidas nos instrumentos orientadores, designadamente PRR, PNPOT, PTP, ENF2030, PMDFCI S. Brás de Alportel, PMDFCI Loulé e PMDFCI Tavira, outras mais específicas que o Programa se propõe atingir, tendo em vista possibilitar uma futura análise comparativa. Trata-se de uma abordagem preliminar, que será aferida ao longo do processo de AA e consubstanciada no seu Programa de Seguimento.

Os Quadros de 11 a 14 apresentam os Quadros de Avaliação contendo critérios, objetivos de sustentabilidade, indicadores e metas a atingir, por FCD estabelecido.

Quadro 11 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados	Área de mosaicos agrícolas silvo-pastoris e de áreas abertas criados (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas	Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve)
			Matos com gestão	Área de Matos integrados em AEGC (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)
			Descontinuidades no território	Área de descontinuidades no território (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve)
	Gestão dos espaços rurais		Áreas rurais com gestão	Áreas emparceladas ou agregadas (ha)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Gestão dos espaços rurais	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	Áreas rurais com gestão	Novos residentes (N.º)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)
				Áreas com gestão associativa / agregada (ha)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração floresta” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Manter a rentabilidade das culturas e diminuir o uso da água”, Aproveitar recursos endógenos e que melhorem a economia local” cf. PIAAC- AMAL) e “Utilizar águas para reutilização (ApR) na agricultura”, cf. PREH-Região do Algarve)
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	Povoamentos florestais afetados por fogos rurais	Área ardida em povoamentos florestais (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Manter a área ardida abaixo de 100ha
				Área afetada por fogos superiores a 1000 ha (%)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição em 100% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 1000 ha
			Intensidade potencial do fogo	Alteração do comportamento do fogo nas áreas estratégicas de gestão de combustível (Rede Primária, mosaicos de parcelas de gestão de combustível, e nas futuras AIGP) (% de área com valores acima de 4000 kW/m)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área passível de ser consumida pelo fogo acima da capacidade de extinção nas áreas estratégicas de gestão de combustível

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	Perigosidade de incêndio rural	Áreas classificadas como alta e muito alta perigosidade de fogo rural (%), cf. cartografia ICNF	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	Erosão dos solos	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão dos solos (ha)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P-3AC e no PIAAC AMAL
			Áreas de solos e vegetação degradados nas áreas mais suscetíveis à desertificação	Área de solos e vegetação degradados intervencionada nas áreas mais suscetíveis à desertificação (ha)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P-3AC, no PIAAC AMAL e no PANCD Cumprimento do efeito esperado “Salvaguarda dos solos de elevado valor e/ou suscetíveis à desertificação” relativas à medida de ação “1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030)

Quadro 12 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores			Metas	
			Designação	Formulação	Aplicação		
				Fase de Planeamento	Fase de Seguimento		
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados	Área de mosaicos agrícolas silvo-pastoris e de áreas abertas criados (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas	Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve)
			Matos com gestão	Área de Matos integrados em AEGC (ha)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)
			Áreas rurais com gestão	Áreas emparceladas ou agregadas (ha)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores			Metas	
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento		Fase de Seguimento
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Áreas rurais com gestão	Áreas com gestão associativa / agregada (ha)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)
			Linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas e propostas	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas (ha)	X	X	• Cumprimento da meta relacionada com a “Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas” cf. ENF2030
				Extensão galerias ripícolas propostas (ha)	X	X	
			Património cultural valorizado	Iniciativas de valorização do património cultural, total e por tipologia (n.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Reabilitação do património cultural e arquitetónico” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030)
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Diversificação das atividades económicas (agricultura, floresta, silvo-pastorícia, cinegética, turismo e cultura)	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE (n.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)
				VAB por atividade económica		X	
				Explorações agrícolas instaladas (N.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)
				Evolução do efetivo pecuário (N.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Diversificação das atividades económicas (agricultura, floresta, silvo-pastorícia, cinegética, turismo e cultura)	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados (N.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030)
				Evolução da área ocupada por culturas emergentes (medronheiro, alfarrobeira) (ha)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)
				Empresas de animação turística (n.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”.
				Extensão de trilhos e percursos pedestres sinalizados (ml)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”.
				Estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)		X	• Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”.
			Apoios financiados aos espaços rurais	X	X	• Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos P Regionais e na PAC 2023-2027	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores			Metas	
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planejamento		Fase de Seguimento
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário (n.º)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)
			População residente	População residente, por grupo etário (n.º)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Minimização das situações de perda demográfica nos meios rurais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)
			População presente	População presente, por grupo etário (n.º)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Aglomerados populacionais	Iniciativas de desenvolvimento dos aglomerados populacionais (n.º) ou Condomínios de Aldeia (n.º)		X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)

Quadro 13 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	Incremento da provisão por tipo de serviço	Incremento da provisão por serviços de aprovisionamento* (unidade adequada a cada tipo de SE)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Produção de informação e mapeamento de ecossistemas e seus serviços para dispor da sua valoração e posterior remuneração” relativa à medida de ação “Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial” cf. PNPOT (até 2030) Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos PO Regionais
				Incremento da provisão por serviços de regulação e manutenção** (unidade adequada a cada tipo de SE)	X	X	
				Incremento da provisão por serviços de culturais*** (unidade adequada a cada tipo de SE)	X	X	

* bens ou produtos extraídos dos ecossistemas (ex. produtos da atividade agrícola, pecuária e cinegética, plantas silvestres e outros produtos, fibras e outros materiais);

** benefícios associados ao controlo dos processos naturais (ex. conservação de habitats, regulação hidrológica, conservação do solo e controlo de erosão, controlo do risco de incêndio);

*** benefícios não materiais que se obtêm dos ecossistemas (ex. recreio e turismo de natureza, identidade cultural, informação para a ciência e educação, valor estético da paisagem, valor de existência e legado).

Quadro 14 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores				Metas
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	Atores públicos e privados envolvidos à elaboração e implementação do PRGP SC	Atores públicos e privados envolvidos, total e por tipologia (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da participação cívica nos processos de elaboração, monitorização e avaliação de instrumentos de gestão territorial” relativo à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PN POT (até 2030) 100% dos atores públicos e privados identificados como partes interessadas
			Reforço de competências e de relacionamento	Ações de capacitação e de sensibilização (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” e do efeito esperado “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” relativa à medida de ação “Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas” cf. PN POT (até 2030)
				Participantes nas ações, total e por tipologia (n.º)	X	X	
				Redes de cooperação estabelecidas (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” e do efeito esperado “Reforço das redes de cooperação territorial” relativa à medida de ação “Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais” cf. PN POT” (até 2030)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores			Metas	
			Designação	Formulação	Aplicação		
					Fase de Planeamento		Fase de Seguimento
	Cooperação territorial	Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Agentes do território envolvidos (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Envolvimento das comunidades locais na resolução de problemas e cocriação de soluções de ordenamento do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PNPOT” (até 2030) 100% dos agentes do território identificados como partes interessadas
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Formas de interação entre agentes do território (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Fomentar uma maior coordenação e articulação entre as entidades envolvidas e as políticas e planos setoriais, territoriais, e de financiamento” relativa à medida de ação “Prevenir riscos e adaptar o território às alterações climáticas” cf. PNPOT (até 2030)
				Redes de cooperação estabelecidas (n.º)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	Articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis	Avaliação qualitativa da articulação / compatibilização do Programa com os IGT aplicáveis	X	X	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SC com os IGT aplicáveis
			Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SARUP) consideradas no Programa	Avaliação qualitativa da articulação do Programa com as SARUP aplicáveis	X	X	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SC com condicionantes territoriais

5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE PROGRAMA

5.1 AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, bem como o Guia de Boas Práticas para a AAE (APA, 2007) consideram que, enquanto abordagem estratégica, um dos objetivos da AAE consiste em “Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão.”

O referido diploma, estabelece ainda na alínea g) do n.º 1 do Artigo 6.º que deve constar do Relatório Ambiental “Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação (...)”.

Para dar resposta ao acima referido, no âmbito do RA da Proposta do PRGP SC, apresenta-se nos pontos seguintes a descrição dos cenários alternativos que foram selecionados e a sua avaliação comparativa e escolha do cenário considerado mais favorável, a ser adotado pelo Programa.

5.1.1 Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação

O Diagnóstico Prospetivo da área de intervenção do PRGP SC, evidenciou que na maior parte do território as transformações incidirão principalmente na melhoria da gestão das atividades onde ocorrem disfunções que diminuem a provisão dos serviços dos ecossistemas e que se relacionam com a suscetibilidade ao fogo ou com o impacto dos incêndios rurais, designadamente i) a vitalidade povoamentos de sobreiro e os fatores que interferem nessa mesma vitalidade; ii) a economia da produção suberícola; iii) o impacto da gestão no habitat e populações de espécies classificadas pela Rede Natura 2000, em particular dos valores-alvo identificados no Plano de Gestão da ZEC Caldeirão; iv) o impacto da gestão nas populações cinegéticas.

As transformações na gestão substanciam-se em seis regimes que serão apoiados no quadro dos sistemas de incentivo associados ao Programa:

- RG1 - O regime de gestão de combustíveis destina-se a diminuir a probabilidade da ocorrência de incêndios de grande extensão e elevada severidade. Este regime tem componentes associadas a todos os outros regimes;
- RG2 - O regime de gestão dos sobreirais e montado destina-se a melhorar a vitalidade dos povoamentos de sobreiro;

- RG3 - O regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso destina-se a manter a sua função de proteção e a promover opções de utilização produtiva;
- RG4 - O regime de gestão cinegética destina-se a melhorar os habitats do coelho-bravo, perdiz-vermelha e veado, a melhorar a gestão das populações cinegéticas, nomeadamente através da obtenção de informação de censos, e a evidenciar os resultados da exploração cinegética;
- RG5 - O regime silvo-pastoril destina-se a aumentar o número de caprinos e ovinos em pastoreio nas áreas florestais;
- RG6 – O regime de gestão de floresta ripícola destina-se a controlar as espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola e reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada.

A organização dos Cenários Alternativos (Cenário Passivo, Cenário de Transição Positiva e Cenário Ideal), desenvolvidos no âmbito do PRGP SC, englobaram diversas dinâmicas do território, tendo sido estruturados de acordo com as seguintes áreas de ação:

- Gestão de áreas protegidas e classificadas
- Ocupação do solo
- Gestão de fogos rurais
- Economia do território
- Regime de apoios e investimentos
- Governança

A descrição dos 3 Cenários Alternativos, por critério de ponderação, apresenta-se no Quadro 15.

Quadro 15 – Descrição de Cenários Alternativos

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E CLASSIFICADAS		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas áreas sobre jurisdição do ICNF aplicam-se as disposições dos Planos de Gestão das ZEC 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As propostas para o desenho da paisagem do PRGP SC aplicam-se fora das áreas da ZEC Caldeirão e ZEC Barrocal sendo que, dentro destas, aplicar-se-ão as normas que constarem dos respetivos Planos de Gestão em elaboração. ▪ Os PRGP “ (...) destinam-se a planejar e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas”, tendo, assim, objetivos específicos, associados à vulnerabilidade aos fogos rurais. Atendendo ainda ao disposto na alínea d) do Art.º 7º do Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro, e ao facto dos Planos de Gestão das ZEC serem articulados com o SGIFR, propõe-se incluir no presente cenário, as propostas relativas às AEGC, dentro da área classificada pela Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As propostas do PRGP SC aplicam-se à totalidade da área de intervenção e nas áreas sobre jurisdição do ICNF, articulando-se sinergicamente com os Planos de Gestão das ZEC
OCUPAÇÃO DO SOLO		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção da ocupação do solo atual na generalidade da área de intervenção, no horizonte do programa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As áreas de agricultura são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas inseridas em RAN e para outras áreas contíguas com potencial agrícola, contribuindo para o mosaico agrícola heterogéneo com áreas abertas ▪ As galerias ripícolas são valorizadas e plantadas nas principais linhas de água fora da área das ZEC, sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola (aplica-se o RG6), contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada ▪ As pastagens fora das áreas de ZEC são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas de matos com declive < 30% (decorrente dos RG1, RG4 e RG5), contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As áreas de agricultura ocupam também as áreas de RAN que não estão atualmente em modo produtivo e, desejavelmente, expandem-se para outras áreas contíguas com potencial agrícola, contribuindo para o mosaico agrícola heterogéneo com áreas abertas ▪ As galerias ripícolas são valorizadas e plantadas em todas as linhas de água fora e dentro das áreas da ZEC sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola (aplica-se o RG6), promovendo o aumento da área dos habitats 92D0 e 92A0 e contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada ▪ As áreas de pastagens, fora e dentro das áreas da ZEC, são expandidas para todas as áreas com aptidão para tal, de que são exemplo as áreas de matos com declive < 30% (decorrente dos RG1, RG4 e RG5), contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os matos em áreas com declive > 30%, dentro das AEGC propostas e dentro das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplica-se o RG1) ▪ Os matos em áreas com declive > 30%, dentro das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os matos em áreas com declive > 30%, fora das AEGC propostas e fora das ZEC, são geridos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os matos em áreas com declive < 30%, dentro das AEGC propostas e dentro das ZEC, são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplica-se o RG1) ▪ Os matos em áreas com declive < 30%, dentro das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os matos em áreas com declive < 30%, fora das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ 13 611,29 ha de povoamentos de sobreiro e de SAF de sobreiro e de azinheira, fora das ZEC, são mantidos, mas melhorando a sua vitalidade e, conseqüentemente a sua produtividade (aplicam-se os RG1, RG2, RG4 e RG5) ▪ As florestas de outras folhosas são mantidas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ As florestas de eucaliptos são mantidas, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor (aplica-se o RG1) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os matos em áreas com declive > 30%, quer estejam dentro ou fora das AEGC propostas, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os matos em áreas com declive < 30% dentro das AEGC propostas são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os matos em áreas com declive < 30% fora das AEGC propostas, são convertidos em áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ Os povoamentos de sobreiro e de SAF de sobreiro e de azinheira, dentro e fora das ZEC, são mantidos, mas melhorando a sua vitalidade e, conseqüentemente a sua produtividade (aplicam-se o RG1, RG2, RG4 e RG5), sendo que uma fração dos povoamentos evolui para áreas de habitat 9330 e 6310 com bom grau de conservação ▪ As florestas de outras folhosas são mantidas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive > 30% e fora das ZEC, são mantidas até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível (aplicam-se os RG1 e RG4) ▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive < 30% e fora das ZEC, são transformadas no termo da exploração, em culturas permanentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ As florestas de pinheiro manso fora das ZEC são mantidas, assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva (aplicam-se os RG1, RG3, RG4 e RG5) ▪ As florestas de espécies invasoras em áreas com declive > 30% são erradicadas e transformadas em mata de proteção, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As florestas de eucaliptos são mantidas, com possível rearboreização nos termos da legislação em vigor (aplica-se o RG1) ▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive > 30%, dentro e fora da ZEC, são mantidos até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível (aplicam-se os RG1 e RG4) ▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive < 30% dentro e fora da ZEC, são transformados, no termo da exploração, em culturas permanentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5) ▪ As florestas de pinheiro manso dentro e fora da ZEC, são mantidas assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva (aplicam-se os RG1, RG3, RG4 e RG5) ▪ As florestas de espécies invasoras em áreas com declive > 30% são erradicadas e transformadas em mata de proteção, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)
GESTÃO DE FOGOS RURAIS		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ --- 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O regime de gestão de combustíveis tem componentes associadas aos outros regimes e aplica-se a todas as áreas de mato e floresta dentro e fora da área de ZEC 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O regime de gestão de combustíveis tem componentes associadas aos outros regimes e aplica-se a todas as áreas de mato e floresta, não incluindo as áreas de habitats alvo, na área de ZEC
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A implementação e manutenção das Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) da Rede Primária segue o padrão atual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As FGC da Rede Primária são implementadas e geridas de acordo com as metas estabelecidas no Programa Regional de Ação para a Gestão Integrada de Fogos Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Rede Primária de FGC é implementada na sua totalidade associando-se a estas tipos de ocupações e usos do solo compatíveis com as suas funções e que permitam manter a longevidade dos tratamentos iniciais e reduzir os custos de manutenção
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de combustíveis em mosaicos com o padrão atual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas AEGC pratica-se a gestão anual de 5-10% das áreas de matos inseridos em mosaicos previamente estabelecidos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas AEGC pratica-se a gestão anual de 15-20% das áreas matos em mosaicos previamente estabelecidos, combinando-se técnicas de gestão de combustível (e.g., técnicas mecânicas + fogo controlado + pastoreio) para aumentar a longevidade das ações

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
<ul style="list-style-type: none"> Não é preconizada a constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos 	<ul style="list-style-type: none"> Nas AEGC são constituídos anualmente 5-10% dos mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos previamente definidos, como áreas de descontinuidades para o aumento da resiliência aos fogos rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Nas AEGC são constituídos anualmente 15-20% dos mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos previamente definidos, e estabelecida uma estratégia de co-gestão e expansão do mosaico
<ul style="list-style-type: none"> Operações de fogo controlado mantém o padrão e intensidade atual 	<ul style="list-style-type: none"> Nas AEGC as áreas de matos integram um programa regional de fogo controlado abrangendo anualmente 5-10% da sua área 	<ul style="list-style-type: none"> Nas AEGC as áreas de matos integram um programa regional de fogo controlado abrangendo anualmente 10-15% da sua área, e são definidas áreas a ser complementares passíveis de serem percorridas por fogos de gestão (fogos resultantes de ignições não programadas, que ocorram dentro em matos, matos com árvores dispersas ou complexos de combustível com herbáceas e arbustivas, dentro da janela de prescrição para o fogo controlado ou de outras prescrições que venham a ser definidas pelas autoridades públicas)
<ul style="list-style-type: none"> A perigosidade de fogo rural mantém o seu padrão atual 	<ul style="list-style-type: none"> As classes de perigosidade alta e muito alta de incêndio rural reduzem a sua área em 10%, com uma periodicidade que depende da avaliação do ICNF 	<ul style="list-style-type: none"> As classes de perigosidade alta e muito alta de incêndio rural reduzem a sua área em 20%, com uma periodicidade que depende da avaliação do ICNF
ECONOMIA DO TERRITÓRIO		
<ul style="list-style-type: none"> Economia do território sem alterações significativas no horizonte do programa 	<ul style="list-style-type: none"> No horizonte do programa, a economia do território beneficia do financiamento assegurado pela implementação do PRGP, e designadamente dos mecanismos de remuneração dos serviços dos ecossistemas, particularmente dos serviços de regulação e culturais que não são devidamente remunerados pelos mercados São implementadas ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e cultural, tendo em vista a sua visitação e usufruto As atividades turísticas promovidas na Serra do Caldeirão constituem uma oferta diferenciada e complementar, relativamente aos habituais produtos “Sol e Mar”, com particular foco na procura de outubro a maio As atividades turísticas relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como as atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas, são estruturadas e incrementadas O corredor turístico ao longo da estrada N2 é reforçado e melhor articulado com as infraestruturas existentes, incluindo a melhoria da rede de percursos cicláveis e de caminhada que é estruturada, sinalizada e divulgada 	<ul style="list-style-type: none"> Os patrimónios natural e cultural em presença são reconhecidos como os principais ativos de valorização do território e são assegurados financiamentos públicos e privados que permitem o aproveitamento de todo o seu potencial para a criação de infraestruturas e a dinamização de atividades socioeconómicas compatíveis com a sua preservação A alteração estrutural da economia do território associada à dinamização das atividades socioeconómicas, bem como a melhoria das condições de acessibilidade e a oferta de serviços básicos, promovem a criação de emprego, a fixação de novos habitantes nos aglomerados populacionais e o aumento da atratividade de visitantes Verifica-se a revitalização e crescimento controlado de todos os aglomerados populacionais com interesse para o ordenamento da paisagem da Serra do Caldeirão e impede-se o crescimento do povoamento disperso indesejável (se possível com a sua regressão nalgumas áreas). Dessa forma é possível otimizar o investimento em infraestruturas, assegurar os serviços essenciais ao bem-estar da população residente e visitantes, reduzir as pressões negativas sobre ecossistemas

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É aumentada a oferta e a divulgação de produtos tradicionais e endógenos da região ▪ Em respostas às dinâmicas socioeconómicas imprimidas no território verifica-se um aumento de população a residir e/ou a trabalhar na Serra do Caldeirão ▪ Os principais aglomerados populacionais são revitalizados (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem (AIGP a criar) e possibilidade de constituição de Condomínios de Aldeia ▪ O crescimento do povoamento disperso é controlado de modo a evitar a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais, a perturbação de ecossistemas sensíveis e a necessidade de assegurar a prestação de serviços essenciais com custos muito elevados (e.g. recolha de resíduos) 	<p>sensíveis e criar melhores condições para a prevenção e combate de fogos rurais</p>
REGIME DE APOIOS E INVESTIMENTOS		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O regime de apoios ao investimento florestal e manutenção mantém o padrão atual ▪ Inexistência de um esquema de remuneração por serviços dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para as áreas e ações prioritárias do PRGP SC são efetivados financiamentos públicos e ações que promovam a provisão de SE (fundamentalmente SE re regulação e culturais), incluindo a cobertura de custos de investimento, de manutenção, de oportunidade e de compensação pela criação de externalidades espaciais positivas (spillover benefits), por um período de 10 a 15 anos, acompanhados por um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em toda a área do PRGP SC são efetivados financiamentos públicos a ações que promovam a provisão de SE (fundamentalmente SE de regulação e culturais), incluindo a cobertura de custos de investimento, de manutenção, de oportunidade e de compensação pela criação de externalidades espaciais positivas (spillover benefits), por um período de 20 anos, revistos ao fim de 10 anos de acordo com os resultados de um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados ▪ Complementarmente, fomenta-se o financiamento privado através do estabelecimento de parcerias voluntárias com organizações que estejam disponíveis para participar no âmbito das suas estratégias ou de compromissos no âmbito da responsabilidade ambiental ou social
GOVERNANÇA		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ ----- 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O reforço do envolvimento das entidades com responsabilidades no território, o estabelecimento de parcerias e o dinamismo dos atores locais e beneficiários viabiliza a concretização das áreas e ações prioritárias previstas no PRGP SC, assegurando a sua monitorização e avaliação periódicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O reforço do envolvimento das entidades com responsabilidades no território, o estabelecimento de parcerias e o dinamismo dos atores locais e beneficiários viabiliza a concretização das ações previstas para a totalidade do território do PRGP SC, assegurando a sua monitorização e avaliação periódicas ▪ O modelo de governança alcançado permite a replicação das medidas e ações

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
		previstas no PRGP SC a toda a unidade homogênea <ul style="list-style-type: none"> Promoção de parcerias público-privadas que permitam a participação de organizações privadas nas atividades de financiamento, gestão e monitorização

5.1.2 Avaliação Comparativa de Cenários Alternativos

Precede-se conforme Quadro 16 à avaliação comparativa dos Cenários Alternativos enquanto possíveis cenários a serem adotados na Proposta do PRGP SC, atendendo aos FCD e respetivos critérios estabelecidos no Quadro de Avaliação (cf ponto 4.1.4.3).

Esta análise visa identificar as tendências de evolução (eventuais fragilidades e potencialidades) no ambiente e no território da área de intervenção, decorrentes da futura implementação do Programa e permitir a escolha da alternativa mais equilibrada, integradora e exequível das questões ambientais e socioeconómicas.

Quadro 16 – Avaliação Comparativa de Cenários Alternativos, por FCD

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário Passivo	Cenário de Transição Positiva	Cenário Ideal
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	↓	↑	↑
	Gestão dos espaços rurais		↓	↑	↑
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	→	↑	↑
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	↓	↑	↑
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	↓	↑	↑
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	↓	↑	↑

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário Passivo	Cenário de Transição Positiva	Cenário Ideal
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	↓	↑	↑
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	→	↑	↑
		Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	→	↑	↑
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	→	↑	↑

Efeitos:

(↑) muito positivo; (↑) positivo; (→) neutro; (↓) negativo; (↓) muito negativo

Da análise efetuada verifica-se que o Cenário Passivo apresenta comportamentos que oscilam entre os efeitos neutro e o tendencialmente negativo, face aos FCD analisados. Este cenário representa as tendências de evolução que se verificam na situação atual da área de intervenção, sem contemplar as propostas de transformação para o território, que virem a ser preconizadas no âmbito do PRGP SC.

Já no que à avaliação dos Cenários de Transição Positiva e Ideal, estes apresentam globalmente efeitos potencialmente positivos e muito positivos para o ambiente e para o território da área do PRGP SC.

O Cenário Ideal contabiliza 8 critérios potencialmente mais positivos em 9, quando comparado com o Cenário de Transição Positiva, designadamente:

- Uso e ocupação do solo
- Gestão dos espaços rurais
- Fogos rurais
- Alterações Climáticas
- Valorização dos ativos do território

- Dinâmica socioeconómica
- Provisão dos serviços dos ecossistemas
- Cooperação territorial

Quanto ao critério Articulação entre IGT considera-se que análise comparativa efetuada, entre os cenários de Transição Positiva e Ideal, são espectáveis efeitos potencialmente muito positivos no que respeita à articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com as condicionantes territoriais existentes.

Desta análise conclui-se que o Cenário Ideal apresenta um comportamento globalmente mais favorável, apresentando expectativas de efeitos potencialmente muito positivos.

Contudo, a escolha do cenário a adotar para o PRGP SC recaiu sobre o **Cenário de Transição Positiva**.

A escolha deste cenário é justificada por apresentando efeitos potencialmente positivos em relação à situação atual foi considerado globalmente mais equilibrado e exequível, atendendo ao horizonte temporal definido para o Programa (10 anos), durante o qual serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos SE para as áreas e ações identificadas como prioritárias e atendendo ao conjunto de propostas que apresenta, nomeadamente:

- Da alteração da ocupação do solo, nomeadamente de áreas de matos reconvertidas em mosaicos de áreas abertas, beneficiando de regimes de gestão de combustíveis, de cinegética e silvo-pastoril, contribuindo para o aumento da resiliência aos fogos rurais e para o fomento dos pequenos ruminantes;
- Do incremento na gestão de fogos rurais decorrente das FGC da Rede Primária serem implementadas e geridas de acordo com as metas estabelecidas no Programa Regional de Ação para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais;
- Da continuidade da gestão de áreas protegidas e classificadas, considerando a existência dos futuros Planos de Gestão das ZEC do Caldeirão e do Barrocal;
- Da economia do território, prevendo uma progressiva internalização dos benefícios resultantes da remuneração dos serviços dos ecossistemas de regulação e culturais, aumento das atividades turísticas relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como das atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas e aumento da oferta e divulgação de produtos de base local;

- Da revitalização dos principais aglomerados populacionais (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho) bem como de outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção e gestão da paisagem;
- Da aplicação dos apoios ao investimento florestal, dando continuidade aos modelos de financiamento previsto no PTP e PRR, nomeadamente para as áreas e ações que vierem a ser consideradas prioritárias;
- Da governança no sentido do envolvimento das entidades com responsabilidades no território e no estabelecimento de parcerias com os atores locais, tendo em vista a dinamização e promoção das iniciativas previstas no Programa.

O cenário adotado pelo PRGP SC permitirá uma transição gradual da paisagem atual para o desenho da paisagem proposto no horizonte temporal de 10 anos, admitindo-se a possibilidade de uma futura evolução no sentido do Cenário Ideal, num horizonte temporal mais alargado de 20 anos.

5.2 AVALIAÇÃO POR FCD

5.2.1 FCD1 Resiliência ao Fogo

5.2.1.1 Análise da Situação de Referência

a) **Critério: Uso e ocupação do solo**

Atendendo ao Programa de Transformação da Paisagem (conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) “...impõe-se desenvolver respostas estruturadas e sustentáveis ambiental e financeiramente de forma a aumentar a sua resiliência socio ecológica e contribuir para o seu desenvolvimento integrado, a partir do reordenamento da paisagem, na senda de uma floresta ordenada, biodiversa e resiliente, conjugada com um mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril, capaz de prestar diversos serviços ambientais e de sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas, reduzindo significativamente a severidade da área ardida”.

Considerando o **Critério Uso e ocupação do solo** para a área de intervenção do PRGP SC, e para dar cumprimento na presente avaliação ao objetivo de sustentabilidade que visa o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro das mudanças climáticas, importa perceber as transformações relevantes ocorridas nas últimas décadas e como se apresentam atualmente os espaços florestais, as áreas agrícolas e as áreas que promovem descontinuidades no território.

A área de intervenção do PRGP SC, no período entre 1995 e 2018, em termos de uso e ocupação do solo manteve-se estável, ocorrendo o essencial das transformações no uso e ocupação do solo, decorrentes do abandono agrícola da segunda metade do século XX, antes de 1995.

Entre 1995 e 2018, verifica-se que a maior variação percentual negativa (-56,5%) se verificou nas “Pastagens” com uma transição de área para “Floresta”, “Matos” e “Territórios artificializados”. A principal variação positiva verificou-se nos “Territórios artificializados” (37,1%), consequência da evolução das áreas urbanas e infraestruturas nas últimas três décadas. A área de “Matos” apresenta uma variação negativa, que deverá ter decorrido da incidência de políticas de florestação incidindo principalmente no pinheiro-manso (vd. Figura 10)

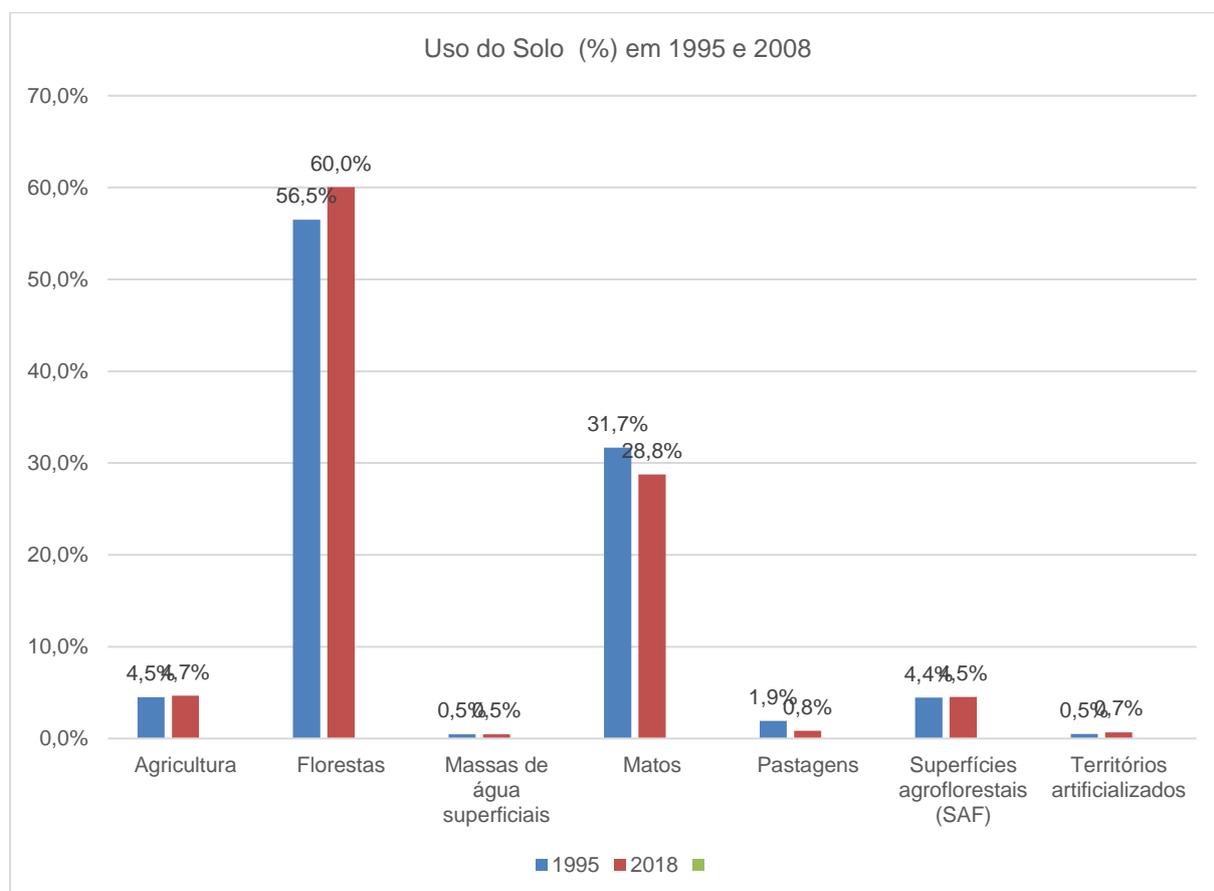


Figura 10 – Variação da (% de ocupação) das categorias de uso do solo 1995-2018

A estabilidade da área de “Agricultura” decorre de um pequeno aumento da área de culturas permanentes em simultâneo com a diminuição das culturas temporárias, embora não as substituindo diretamente (e.g. a área de olival variou 10,6% essencialmente substituindo “Matos”).

A estabilidade da área florestal decorre, principalmente, da fração de “floresta de sobreiro” estável (variação de 1,9% entre 1995 e 2018), pela sua natureza produtiva e proteção jurídica e pelos

investimentos realizados principalmente no âmbito da florestação de terras agrícolas com incidência principal nos povoamentos de pinheiro-manso (variação positiva de 43,3%, entre 1995 e 2018) que terão compensado perdas decorrentes de dois grandes incêndios (2004 e 2012). A área florestal de azinheira, outras folhosas e pinheiro-bravo manteve-se estável, no período em análise. A variação na área de “Pastagens” estará associada à variação negativa muito pronunciada, no número de animais em produção pecuária.

Segundo a definição do PROF Algarve os espaços florestais são os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional. Considerando categorias da COS2018 (vd. Figura 11) F, e respetiva representatividade na área do PRGP SC, temos:

- Florestas – 33 838,7ha
- Matos – 16 208,4ha
- Pastagens – 472,3ha
- Sistemas agroflorestais – 2 546,3 ha

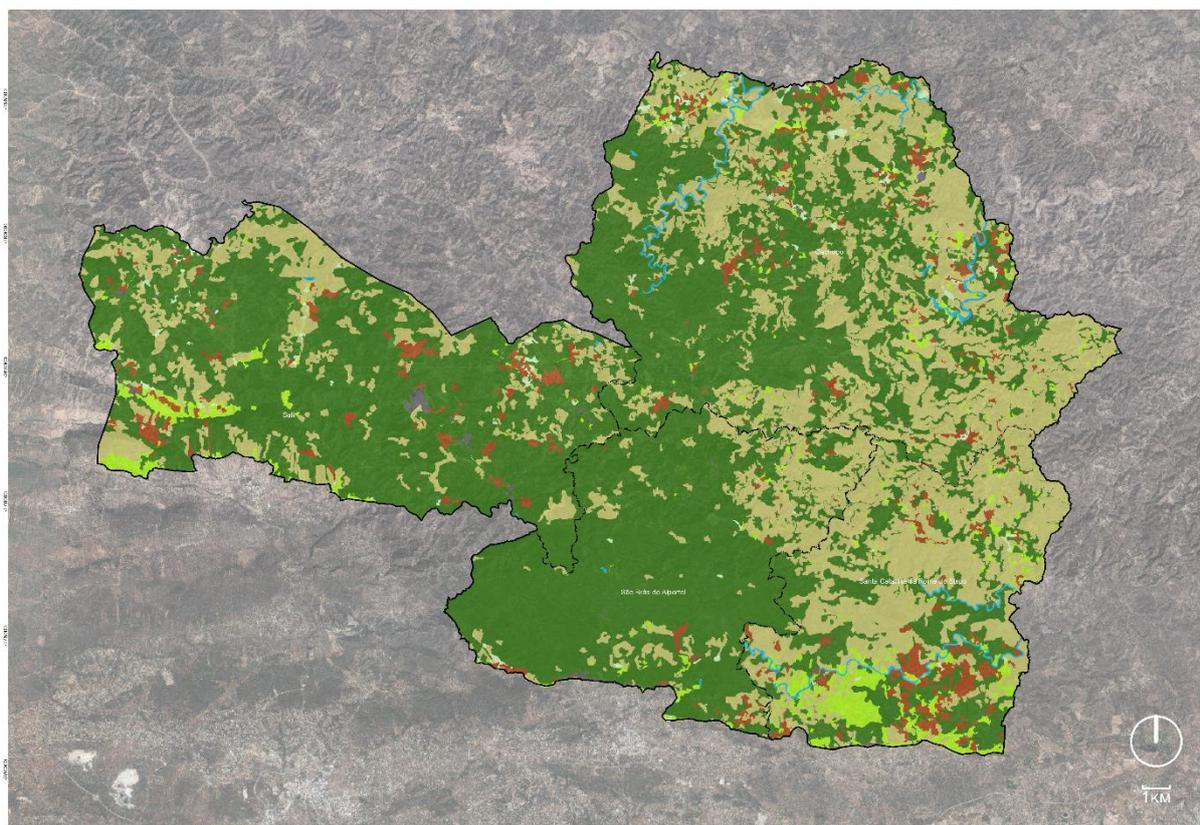


Figura 11 – Ocupação do solo COS (nível 1) – 2018, na área de intervenção do PRGP SC

A área de florestas, que representam cerca de 60% da área do PRGP SC, encontra-se dividida em florestas de azinheira, florestas de eucalipto, florestas de outras folhosas, florestas de pinheiro bravo, florestas de pinheiro manso, florestas de sobreiro. As florestas de sobreiro predominam com cerca de 73% da área total de florestas.

A área de floresta domina a zona poente do PRGP SC sendo a presença de matos mais notada a nascente.

Por último, as Superfícies agroflorestais (SAF de azinheira, SAF de outras misturas, SAF de pinheiro manso, SAF de sobreiro e SAF de sobreiro com azinheira) com uma área de 2 546,3 ha (4,5% da área

total em estudo) distribuem-se pela AI, com presença distinta no limite sudoeste da área do PRGP SC, na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, sobretudo a sul da Ribeira do Alportel.

No geral, observa-se uma fragmentação da propriedade relativamente aos prédios ocupados por florestas de sobreiro, ao contrário do que sucede no caso do pinheiro-manso. Esta conclusão é consubstanciada no facto de a área média dos prédios ocupados maioritariamente por pinheiro-manso, i.e., que possuem mais de 50% da sua área total com este tipo de ocupação, ser de aproximadamente 4,6 ha, ao invés dos prédios maioritariamente ocupados por florestas de sobreiro, cuja área média é de apenas 1,4 ha.

No contexto geral dos prédios com ocupação florestal, de matos ou de pastagens, a respetiva área média situa-se nos 1,6 ha. Na área ocupada por matos, verifica-se a inexistência do registo de prédios, particularmente nas freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo e na zona sul da freguesia de Cachopo. Os prédios de mais reduzida dimensão, além de se localizarem essencialmente na envolvente próxima dos principais aglomerados urbanos, encontram-se associados a usos agrícolas ou agroflorestais.

Partindo da informação contida no Diagnóstico prospetivo elaborado na 2ª Fase, complementada pela informação recolhida nos momentos de interação com os intervenientes no território até à presente data (entrevistas com atores do território, sessão de lançamento do PRGP SC com Entidades de Acompanhamento e reunião de participação pública alargada), para a situação de referência na área do PRGP SC, apresentam-se as principais tendências registadas para a **reconversão dos espaços florestais**, visando a sua melhor gestão, valorização e resiliência aos fogos rurais e a outros riscos decorrentes das alterações climáticas:

- **Diversificação das espécies arbóreas** (eventual fomento de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*);
- **Melhoria do estado fitossanitário dos povoamentos de quercíneas**, com melhoria das suas funções produtivas e de conservação;
- **Manutenção das áreas de pinheiro manso**, mantendo as suas funções de proteção e conservação do solo e da água, permitindo uma eventual diversificação produtiva (e.g resinagem), e a continuidade do apoio à manutenção dos povoamentos e a remuneração dos serviços dos ecossistemas;
- **Gestão das áreas de matos** em função do declive e da localização das áreas estratégicas de gestão de combustíveis (AEGC);
- **Manutenção das pastagens existentes e possível expansão** em áreas com aptidão (transformação de matagais com declives compatíveis <30%), tendo em vista o incremento do efetivo caprino (raça algarvia autóctone) e a criação de descontinuidades;
- **Preservação e valorização do habitat 9330**, nas áreas de ZEC, nos termos do respetivo Plano de Gestão;

- **Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras**, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;
- **Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais**, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;
- **Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris**, com áreas abertas com sobreiros, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro.

Quanto às áreas de Agricultura na AI do PRGP SC, segundo o Recenseamento Agrícola (RA), a área de culturas permanentes manteve-se quase inalterada no conjunto das freguesias da AI: em 1989 (5 973 ha) e em 2019 (5 811 ha totalizam 7 186,0 ha. A evolução da área de culturas temporárias é negativa (-95,4%) variando de 5 644 ha em 1989, para 257 ha em 2019.

Os usos agrícolas ou agroflorestais, encontram-se associados a prédios de mais reduzida dimensão, e localizam-se essencialmente na envolvente próxima dos principais aglomerados urbanos.

O incremento das áreas de mosaicos agrícolas revitalizados e de áreas agrícolas reabilitadas na AI do PRGP SC, constituem importantes contributos para a valorização e diversificação do mosaico cultural e, conseqüentemente, para o aumento da resiliência dos territórios aos fogos rurais e aos riscos associados às alterações climáticas.

Atendendo à informação contida no Diagnostico Prospetivo, complementada pela informação recolhida nos vários momentos participativos, para a situação de referência na área do PRGP SC, apresentam-se as principais tendências para a **diversificação e dinamização dos mosaicos agrícolas**:

- **Revitalização e possível expansão de mosaicos agrícolas** (preferencialmente em áreas de RAN e de aproveitamentos hidroagrícolas existentes), promovendo a diversidade dos usos e funções;
- **Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba** (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%);
- **Revitalização da atividade agro-silvopastoril**, essencial para garantir uma adequada gestão do território, exigindo que as estratégias e soluções para aumentar o rendimento das explorações sejam compatíveis com a manutenção dos valores naturais e das espécies autóctones.

As áreas referidas, de diversificação e dinamização dos mosaicos agrícolas e agro-silvopastoris, promovem **descontinuidades no território** que constituem obstáculos à propagação dos fogos rurais e têm de ser considerados elementos fundamentais no desenho de uma paisagem mais resiliente.

b) Critério: Gestão dos espaços rurais

A gestão dos espaços rurais constitui mais uma temática relevante a ter em consideração no aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro das mudanças climáticas.

A estrutura da propriedade na área do PRGP SC onde predominam os prédios de reduzida dimensão constitui um fator de extrema importância, constituindo um dos fatores limitantes na gestão do espaço rústico.

A baixa densidade populacional (as freguesias de Salir com 2 448 habitantes, Cachopo com 471 habitantes e Santa Catarina da Fonte do Bispo com 1 873 habitantes são considerados territórios de baixa densidade) agravada pelo decréscimo de população (principalmente na freguesia de Cachopo que perdeu entre 2011 e 2021, 34,22% da população residente) resultaram em processos de abandono que justificam a transição de espaços de uso agrícola, outrora relevantes, numa colonização destas áreas por matos.

A predominância dos povoamentos de sobreiro na área florestal presente na área do PRGP SC, tem apresentado estabilidade pela sua natureza produtiva e proteção jurídica. No entanto, deve ser acompanhada a evolução da vitalidade na produtividade, alterada com a ocorrência de fogos não só pela afetação direta nas árvores, mas também pela dinâmica da vegetação e implicações ao nível de pragas e doenças, o que associado aos custos da exploração da cortiça, poderá constituir um problema económico de base associado à gestão dos povoamentos de sobreiro. É neste contexto económico e fitossanitário que as propostas de gestão destes povoamentos devem ser formuladas.

Na área do PRGP SC é relevante a estrutura de gestão cinegética de base associativa com a concessão de zonas de caça com dimensão adequada à gestão de qualquer uma das espécies cinegéticas sedentárias ocorrentes na região. A plena realização do potencial cinegético poderá ter implicações importantes na gestão de combustíveis e na criação de habitat para espécies classificadas.

Associadas à ocupação florestal que ocorre na AI do PRGP SC, existem 12 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) constituídas, abrangendo o total das mesmas, cerca de 50% da área do PRGP SC.

Conforme caracterização da situação de referência da AI do PRGP SC presente no Diagnóstico prospetivo, complementada pela informação recolhida nos vários momentos de Participação Pública, apresentam-se as principais tendências de evolução que podem contribuir para uma melhoria da gestão dos espaços rurais, no sentido da sua dinamização e aumento de rentabilidade, contribuindo para uma maior resiliência destas áreas aos fogos rurais:

- **Promoção de uma abordagem integrada ao problema da perda de vitalidade dos povoamentos de quercíneas**, visando a melhoria do estado fitossanitário, dos povoamentos

e a melhoria das funções produtivas e de conservação. Os grandes fogos florestais e as doenças que têm vindo a afetar o sobreiro vieram trazer alterações significativas nas últimas décadas. Tendencialmente existe diminuição das áreas de sobreiro, havendo cada vez menor capacidade de regeneração face à menor precipitação e aos fogos que frequentemente ocorrem. Estes fatores têm vindo a desincentivar a gestão ativa dos proprietários, até pelo largo horizonte que implica para obter rentabilidade, estimando-se que a produção da cortiça tenha sofrido uma redução de cerca de 70% ao longo de uma década;

- **Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território**, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta. A reduzida dinâmica de empreendedorismo e a fraca tradição de cooperação e associativismo, são fundamentais nestes territórios de pequena propriedade e reduzida margem de rentabilidade, sendo a sua falta um fator limitante ao desenvolvimento das atividades económicas. Os proprietários dificilmente conseguem ter escala para aceder a financiamento ou apoios à exploração de atividades produtivas e desenvolvimento dos seus negócios. O papel das ZIF que fizeram um grande esforço de dinamização e sensibilização juntos dos proprietários, e são identificadas como instrumentos de grande potencial para promover uma melhor gestão e valorização da floresta, ainda não tiveram o efeito prático desejado no território pelo que importa fomentar a articulação do PRGP SC com as ZIF e estimular as diversas entidades;
- **Revitalização e possível expansão de mosaicos agrícolas** (preferencialmente em áreas de RAN e outras contíguas e nas áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas), promovendo a diversidade dos usos e funções. A pouca rentabilidade das propriedades constitui-se como um elemento-chave para a falta de investimento e dinamização florestal e agrícola, com exceção de algumas propriedades de grande dimensão que ainda existem no território;
- **Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras**, combatendo a dispersão dos minifúndios e promovendo a sua viabilidade económica. Com o êxodo rural e o não regresso das novas gerações às suas terras de origem, estes terrenos de pequena dimensão, são votados ao abandono e não atraem investimentos no setor agrícola, agro-silvopastoril ou florestal. Ainda a divisão das propriedades em processos de heranças tem tido um impacto muito significativo na gestão do território, inviabilizando uma exploração rentável e dificultando a venda/aluguer das propriedades.

c) Critério: Fogos rurais

A AI PRGP SC encontra-se integrada num território vulnerável à perigosidade de fogo rural para o qual se pretende aumentar a sua resiliência, nomeadamente, no que se refere aos riscos para as pessoas, animais, bens e património natural e cultural decorrentes, no quadro das alterações climáticas, com consequências na biodiversidade, na capacidade produtiva e nos processos de erosão e desertificação física dos solos, assim como na dinâmica socioeconómica das populações.

Assim, no FCD1 Resiliência ao fogo, Critério Fogos rurais é efetuada a análise da suscetibilidade ao fogo da AI do PRGP SC tendo em vista a sua diminuição através de respostas estruturadas e sustentáveis, ambiental e financeiramente, contribuindo para o desenvolvimento integrado desta área.

A AI do PRGP SC tem sido fustigada por incêndios recorrentes, que têm afetado fortemente os sobreirais e que, conseqüentemente, fomentam o abandono dos terrenos e aumentam o crescimento dos matos.

De acordo com o Relatório de Diagnóstico Prospetivo do PRGP SC, cerca de 57,5% da AI do PRGP SC ardeu entre 1975 e 2022, tendo em conta os dados disponibilizados ICNF no seu geocatálogo. No entanto, a recorrência do fogo nesta área é muito baixa, conforme Figura 12, sendo que grande parte da área afetada por incêndios rurais (cerca 88,8%) ardeu somente uma vez no período considerado.

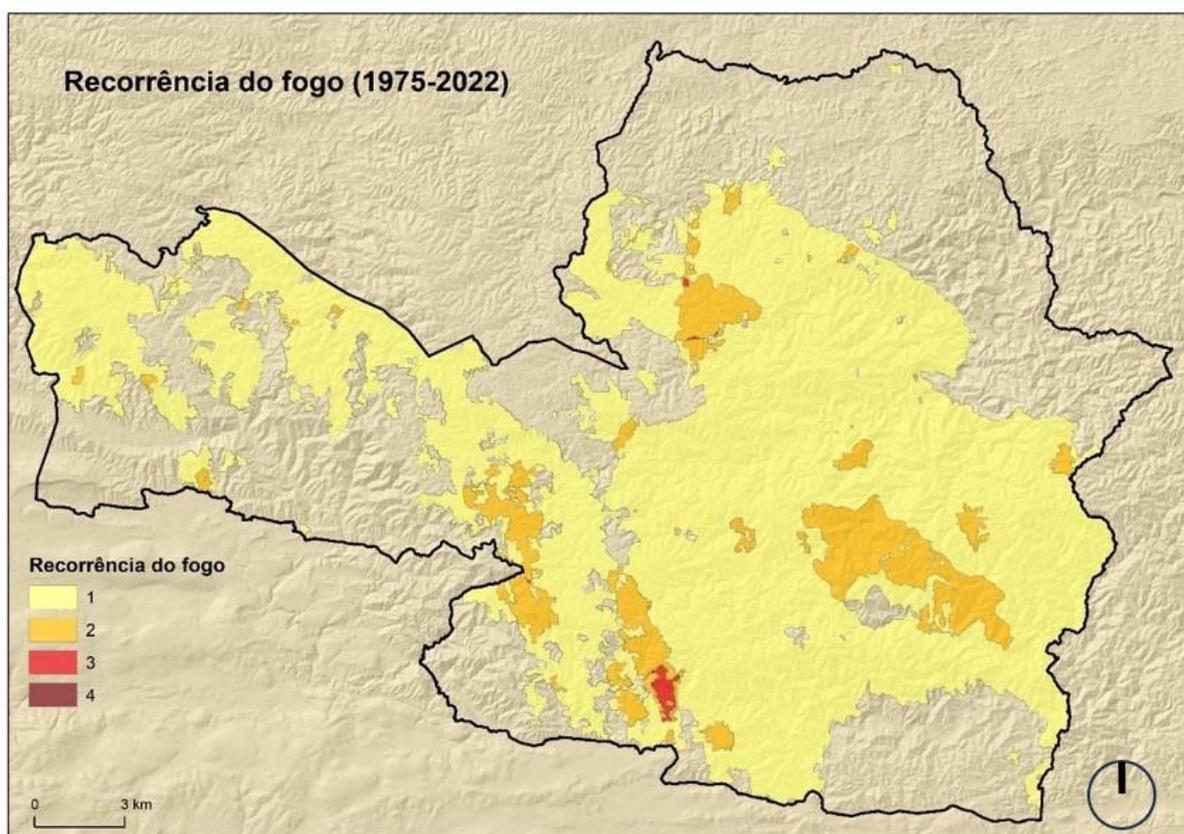


Figura 12 – Recorrência do fogo entre 1975 e 2022

Fonte dos dados: ICNF

Nos últimos 10 anos verifica-se que na área do PRGP foram percorridos por fogos rurais 88,18 ha, que representam menos de 1% da área. Contudo, nos últimos 20 anos regista-se a ocorrência de dois mega incêndios, em 2004 e 2012, que consumiram 30.742,44 ha, cerca de 58,10% da área do Programa.

As ocupações do solo mais afetadas por estes dois fogos, considerando as classes das COS 2010, 2015 e 2018, correspondem às áreas de sobreiro e de matos, e às áreas de sobreiro, outras folhosas, pinheiro manso e de matos, nos anos de 2004 e de 2012, respetivamente, conforme Quadro 17.

Por sua vez os povoamentos florestais mais afetados, de acordo com o mesmo quadro, são os sobreiros e os matos.

Quadro 17 – Área ardida em povoamentos florestais

Povoamentos florestais	Área ardida em povoamentos florestais por ano (ha)												Total (2013-2022)	Total (2004+2012)
	2004	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
Áreas agrícolas	101,13	654,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,32	0,00	2,20	0,46	3,98	755,45
Pastagens	72,15	76,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,65	0,12	0,00	1,77	148,34
Azinheira	74,98	408,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,44	0,00	11,88	0,18	14,51	483,71
Sobreiro	6661,15	8940,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,83	0,79	6,43	0,11	10,17	15601,43
Eucalipto	37,26	56,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,30	0,30	93,77
Outras folhosas	105,00	921,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,30	0,00	1,36	0,82	4,48	1026,17
Pinheiro bravo	51,77	388,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	439,85
Pinheiro manso	118,62	2117,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,16	0,00	0,46	0,00	8,61	2235,77
Matos	1836,69	8121,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,60	0,00	4,96	3,80	44,36	9957,94
Total:	9058,76	21683,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,66	2,44	27,40	5,68	88,18	30742,44
Fontes dos dados:	COS 1995	COS 2007	-	-	-	-	-	-	COS 2018	COS 2018	COS 2018	COS 2018		

Considerando a Figura 13, 51,35% da AI do PRGP SC, que representa modelos de combustível de matos e de mosaicos de matos e herbáceas (VMAb e VMH). Já a percentagem de área classificada por modelos de combustível típicos de pinhais regista mais do dobro daquela que está classificada na COS 2018 como povoamentos florestais de pinheiro bravo e pinheiro manso, respetivamente 21,05% e 9,36%. Por sua vez, o modelo de combustível mais característico dos povoamentos adultos de carvalhos perenifólios está representado apenas em 12,57% da AI.

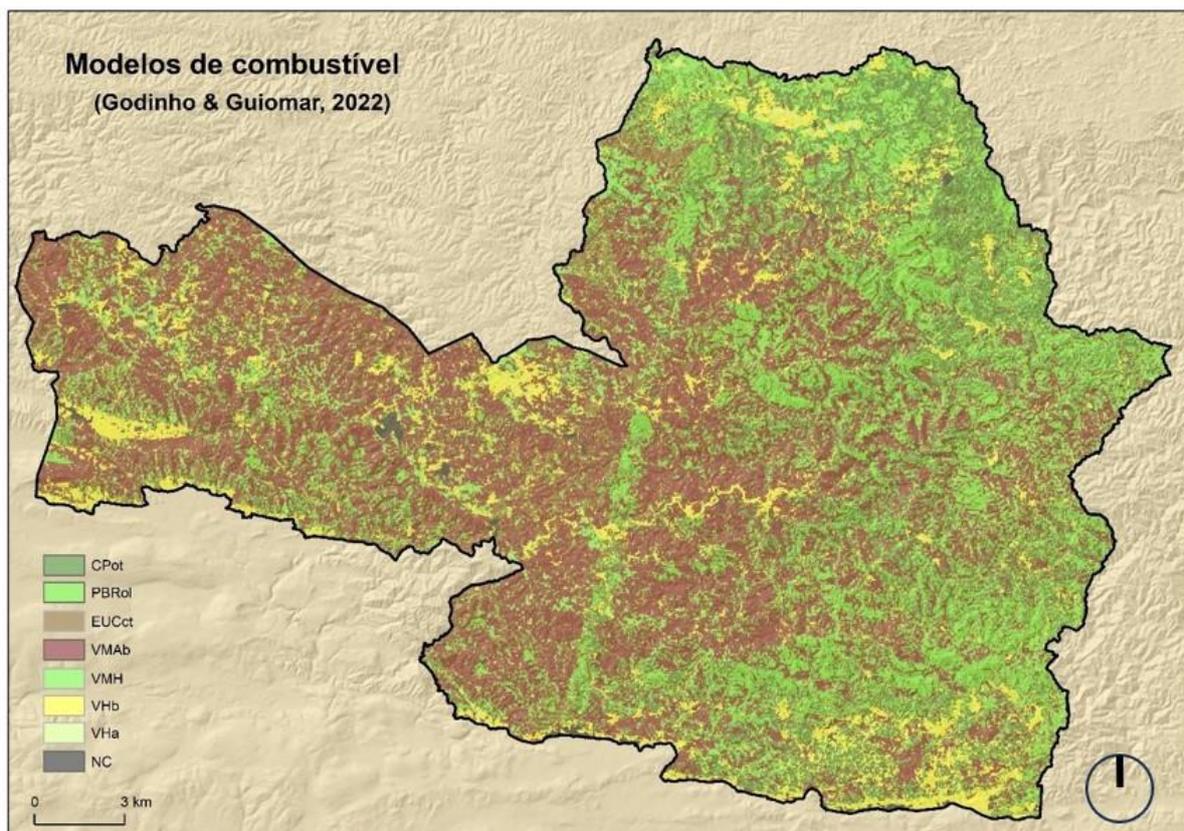


Figura 13 – Modelos de combustível usados nas simulações de propagação do fogo (Godinho e Guiomar, 2022)

No que se refere aos grandes e mega-incêndios (fogos rurais cuja área ardida é superior a 500ha), conforme Figura 14 e Quadro 18, registam-se duas grandes ocorrências nos últimos 20 anos.

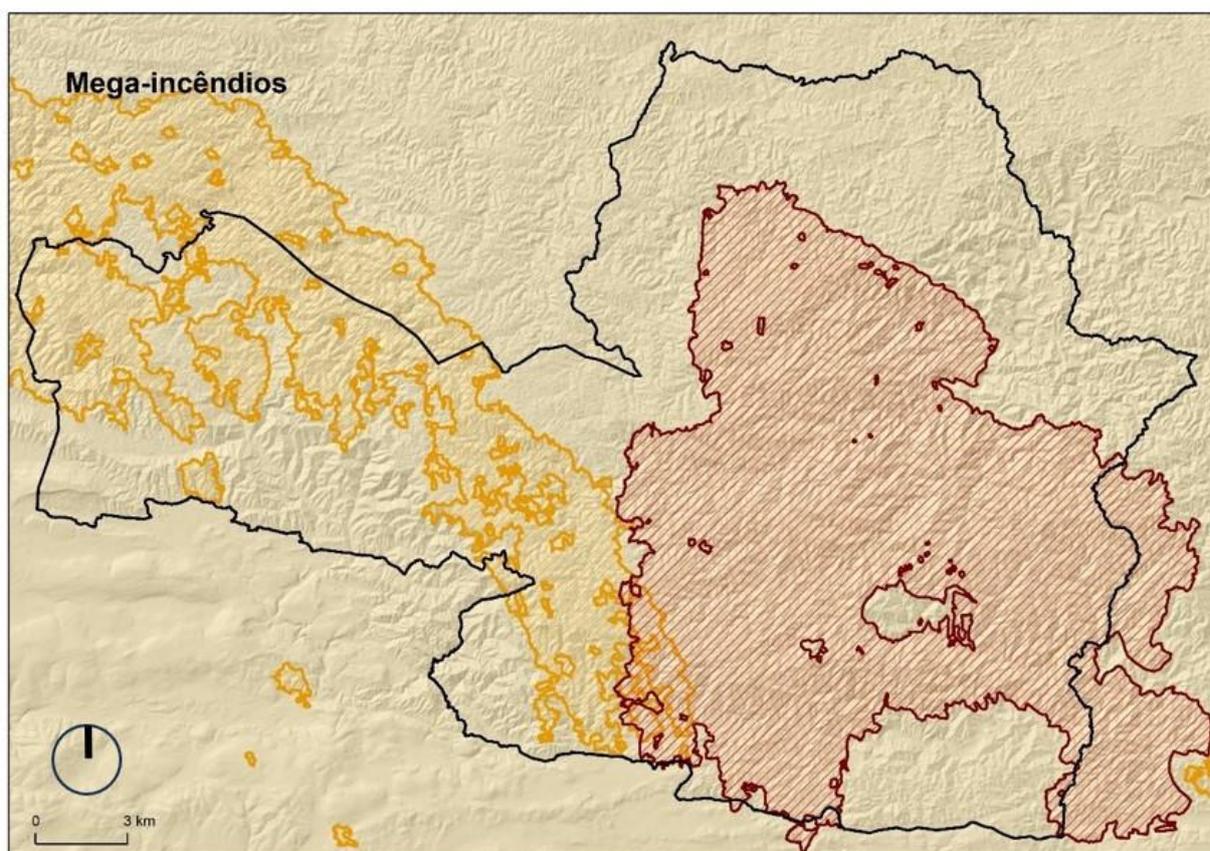


Figura 14 – Mega-incêndios que afetaram a AI do PRGP SC

Fonte dos dados: ICNF

Os fogos rurais que registaram mais área ardida superior a 500ha na área do PRGP SC, ocorreram em 2004 (o incêndio rural de Almodôvar/São Barnabé) e 2012 (incêndio rural de Catraia/São Brás de Alportel), uma ocorrência em cada ano, afetando 8 882,45ha e 21 682,69 ha, respetivamente. Cada um destes fogos apresenta uma área afetada superior a 1 000ha.

De referir que nos anos subsequentes a 2012 não se registaram fogos rurais com área ardida superior a 1 000 ou a 500ha.

Quadro 18 – Área afetada por fogos rurais com área ardida superior a 500ha

	Área afetada por fogos rurais com área ardida superior a 500 ha											
	2004	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de fogos com área superior a 500 ha	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área total ardida por esses fogos	23 219,26	24 833,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área ardida por esses fogos na área de intervenção do PRGP	8 882,45	21 682,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Sem minimizar a rugosidade topográfica, a intensidade do vento foi um fator determinante na dimensão destas duas ocorrências. Os incêndios rurais nas comunidades arbustivas dominantes propagam-se normalmente mais lentamente do que em outros tipos de matos, devido à descontinuidade dos estratos e copa relativamente esparsa, apresentando alguma resistência à propagação do fogo em condições de ventos fracos a moderados. A maior severidade em alguns momentos da propagação do fogo nos maiores incêndios rurais que percorreram a Serra do Caldeirão terá afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo.

Considerando a distribuição espacial do número de incêndios rurais e da área ardida, a AI do PRGP SC integra o macro-regime dos “grandes e mega-incêndios” e o regime de fogo correspondente aos “hot spots dos mega-incêndios com intervalos de retorno do fogo até 15 anos, baixa densidade de ocorrências com tendência temporal decrescente, e baixa pirodiversidade”.

Para além de identificar e descrever as áreas afetadas por fogos rurais, importa analisar a intensidade do fogo, que relaciona o dano potencial do fogo no território relacionada com a severidade deste e a capacidade de supressão ou de combate.

Para a análise da intensidade do fogo na situação de referência da área do PRGP SC, são consideradas as áreas estratégicas de gestão de combustível que compreendem as faixas e as áreas estratégicas.

As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias, secundárias e terciárias, que têm como funções: permitir a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, facilitando uma intervenção direta no combate ao fogo; reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo as vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, áreas edificadas e florestais e agrícolas; e isolar de potenciais focos de ignição de incêndios.

Enquanto áreas estratégicas de gestão de combustível no âmbito da área de intervenção do PRGP SC são consideradas a rede primária de faixas de gestão de combustível e suas áreas de influência, que visam condicionar o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizar os seus impactos (conforme Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro).

A intensidade do fogo pode ser classificada em:

- reduzida - intensidade linear das chamas < 500 kW/m;
- moderada - intensidade linear das chamas 500 - 2000 kW/m;
- elevada - intensidade linear das chamas 2000 - 4000 kW/m;
- muito elevada - intensidade linear das chamas 4000 - 10000 kW/m;
- extrema - intensidade linear das chamas \geq 10000 kW/m.

Para a análise da intensidade do fogo na área de intervenção do Programa é considerado o linear de ≥ 4000 kW/m de intensidade das chamas, na medida em que a intensidade do fogo é muito elevada e o ataque direto ao mesmo só é possível apenas com meios aéreos pesados, sem garantia de sucesso, e os esforços de controle com meios terrestres são aconselhados apenas nos flancos e retaguarda do fogo.

Da análise do Quadro 19, verifica-se que 3,74 % da área de intervenção do PRGP SC apresenta intensidade linear das chamas muito elevada a extrema, com correspondência a 3,47% da rede primária das faixas de gestão de combustível (incluindo em 3,88% da área de influência da rede primária).

Quadro 19 – Intensidade linear das chamas

	Intensidade linear das chamas ≥ 4000 kW/m (%)
Percentagem da área de intervenção do PRGP	3,74
Percentagem da Rede Primária na área de intervenção do PRGP	3,47
Percentagem de uma área de influência de 500 m na adjacência da Rede Primária	3,88

Mostra-se relevante analisar também a velocidade de propagação do fogo que permite avaliar o comportamento do fogo desafiando a sua capacidade de extinção.

Para a análise da velocidade de propagação do fogo na área de intervenção do PRGP SC é considerado o linear de 0,6, que corresponde a fogos com propagação rápida ou muito rápida (acima de 600 m/h), que envolvem geralmente a copa das árvores, a não ser em povoamentos com descontinuidade vertical bastante acentuada.

Importa ainda analisar a perigosidade conjuntural de fogos rurais, com base na cartografia de perigosidade de incêndio rural, realizada pelo ICNF, I.P., anualmente, na qual são identificados os territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, e para os quais devem ser estabelecidas intervenções de redução da carga combustível e condicionamentos ao incremento de valor em áreas, onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade (atendendo ao disposto no Artigo 41.º do Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro).

Considerando a carta de Perigosidade Conjuntural de 2021 (ICNF), apresenta-se no Quadro 20, a distribuição das classes de perigosidade conjuntural de fogos rurais, representando as classes Alta e Muito alta um total de 62,61 % da área de intervenção do Programa. A classe Alta corresponde a 52,17% da área do PRGP SC, enquanto que a classe Muito Alta abrange 10,44% da área do Programa. Estas áreas de classificadas com perigosidade Alta e Muito Alta carecem de especial atenção no que se refere aos usos a propor.

Quadro 20 – Perigosidade conjuntural de fogos rurais 2021 (ICNF)

Perigosidade conjuntural de fogos rurais	Área de intervenção do PRGP SC (%)
Muito baixa	1,88
Baixa	11,28
Média	24,24
Alta	52,17
Muito alta	10,44

Considerando a classificação e cartografia de regimes de fogo em Portugal continental (1980-2017), tendo como unidade de referência as freguesias, foram identificados nove regimes de fogo, inserindo-se a AI do PRGP SC no regime 4A: “poucos fogos, distribuídos por uma época relativamente curta e tendo ocorrência muito esporádica. Ocorre predominantemente em montados de sobro e azinho e pastagens, em clima quente e seco, e em regiões com muito baixa densidade populacional. Localiza-se sobretudo na metade Sul de Portugal e nalgumas freguesias da região litoral do Centro”, conforme indicado no Relatório de Diagnóstico prospetivo do Programa.

Atendendo às características morfológicas do território, suas aptidões biofísicas e sua suscetibilidade ao fogo e efetiva identificação de áreas já afetadas mega-incêndios, mostra-se da máxima relevância o estabelecimento de uma estratégia que estrutura a paisagem da AI do PRGP SC, que potencie uma melhor gestão do combustível existente, criando elementos de descontinuidade e de “barreira” à progressão de fogos rurais, tendo em vista uma diversificação da paisagem, uma maior resiliência aos riscos decorrentes das alterações climáticas e uma redução da suscetibilidade da AI ao fogo e à severidade da área ardida.

d) Critério: Alterações climáticas

A serra do Caldeirão “constitui uma barreira física à passagem dos ventos frios do quadrante norte e às depressões de noroeste, contribuindo para a existência de um clima mediterrânico no litoral algarvio, com fracas precipitações anuais e temperaturas suaves no Inverno. Por outro lado, é também uma barreira de condensação para os ventos húmidos do quadrante sul.” (Turismo do Algarve, 2012a).

Para a caracterização sumária do clima atual da área em que se insere o PRGP SC, foram consultados os dados das normais climatológicas disponíveis no Portal do Clima e no Portal CliPick – *Climate Change Web Picker*, para o período de 1971-2000.

A área de intervenção do PRGP SC, encontra-se inserida, de acordo com a classificação climática de Köppen, na região de clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e Quente (Csa).

De forma geral, o clima da região do Algarve é caracterizado pela ocorrência de período de verão

quente e seco e inverno moderado, conforme os dados relativos aos valores médios da temperatura média e precipitação acumulada que constam do Portal do Clima.

De acordo com os valores históricos disponibilizados no portal CliPick a partir do modelo ESGF - KNMI-RACMOE22, conforme metodologia descrita no Anexo I do Relatório do Programa, e para o período de 19-71-2000, constata-se uma variação da temperatura da média entre os 13,7 e os 14,7 °C.

Relativamente à precipitação, esta ocorre sobretudo entre os meses de novembro e abril, sendo que o valor médio de precipitação, varia entre os 40,9 e os 64,9mm, demonstrando o efeito orográfico na variação da precipitação entre a zona sudeste e noroeste do PRGP SC, respetivamente.

Quanto ao valor médio da humidade relativa do ar, este varia entre os 35,9 e os 37,5%.

Já a velocidade média do vento varia entre os 3,6 km/h e os 4,0 km/h, na zona noroeste e sudeste, respetivamente, classificando-se a intensidade do mesmo, segundo a escala de Beaufort, como brisa fraca.

Da análise comparativa efetuada aos dados das normais climatológicas, referentes aos pontos de referência da área de intervenção do PRGP, conforme apresentados no Anexo I, verifica-se o seguinte:

- o efeito de altitude faz-se sentir ao nível da variação da humidade relativa média do ar, apresentando o ponto de Macheira, localizado a 530 m de altitude, o maior valor de humidade relativa média do ar;
- a variação da precipitação observada é influenciada pelo efeito orográfico da serra do Caldeirão, registando-se os maiores valores de precipitação na zona poente da mesma, ao contrário do registado na zona a nascente;
- este efeito tem ainda influência nos valores da temperatura (máxima, média e mínima), registando-se valores mais elevados nos pontos de altitude mais reduzidas, ao contrário do que sucede nos pontos de cota mais elevada;
- na zona norte da área de intervenção, situada na zona de fronteira com a planície alentejana, e na zona sudeste, na zona de fronteira com o barrocal algarvio, verificam-se os valores mais elevados de radiação solar;
- na zona nascente da área de intervenção do PRGP SC são registados maiores valores de velocidade média do vento;
- apesar das diferenças descritas anteriormente, a maior diferenciação registada entre os pontos de análise considerados, ocorre ao nível da precipitação.

Constituindo as alterações climáticas um tema premente, face aos impactos que geram na degradação e perda de recursos ambientais, no agravamento de riscos e vulnerabilidades e na criação de constrangimentos económicas e sociais, é fundamental a sua integração, enquanto variável

determinante na construção de uma paisagem resiliente e sustentável, a partir da análise das tendências climáticas mais relevantes. Desta forma, foram analisados os cenários de alterações climáticas definidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), mais concretamente os cenários RCP4.5 e RCP8.5³, com base nas projeções climáticas (séries de dados simulados 2011 – 2040 e 2041 – 2070) do IPCC AR5 (projeto CORDEX), igualmente disponíveis no portal CliPick.

A partir da análise dos dados disponíveis, conforme se apresentam no Anexo I do Relatório do Programa, verifica-se uma expetável subida da temperatura e uma descida da precipitação até ao ano de 2100.

Em termos quantitativos, até este ano é esperado uma alteração na temperatura média que, considerando o cenário mais gravoso (RCP 8.5), pode chegar ao valor de 17,3 °C (média anual) ou de 25,9 °C, no mês mais quente (agosto). Esta alteração pode provocar um aumento de 1,6 e 3,6 °C na temperatura média anual face aos valores atuais, considerando os cenários RCP4.5 e RCP8.5, respetivamente.

Além disso a temperatura mínima (nos meses mais frios de janeiro/fevereiro) poderá sofrer um aumento de aproximadamente 1,3 e 2,5 °C e a temperatura máxima (no mês mais quente de agosto) de aproximadamente 1,7 e 4,2 °C, respetivamente, considerando os cenários RCP4.5 e RCP8.5, respetivamente.

Quanto à precipitação, a tendência é contrária à da temperatura, estimando-se uma redução na precipitação média máxima (no mês de dezembro), cujos valores poderão passar a variar entre os 108,2 mm e os 110,9 mm, em contraponto com o valor máximo para o período de 1971-2000, de 129,1 mm.

A redução da precipitação média poderá ser ainda mais intensa no período de verão (principalmente no mês de julho), cujos valores poderão chegar a mínimos de 3,1 e 4,7 mm nos cenários de emissões considerados, prevendo-se assim uma redução do valor mínimo da precipitação de mais de 30% face ao valor histórico de 6,8 mm para esse mês, no período de 1971-2000.

No entanto, com o conhecimento científico disponível, prevê-se um aumento da ocorrência de fenómenos extremos, principalmente ao nível da precipitação intensa.

No gráfico da Figura 15 é possível verificar a evolução estimada da temperatura e da precipitação

³ Os cenários dizem respeito a duas perspetivas distintas no que diz respeito à capacidade de controlo das emissões de gases com efeito de estufa no caso do cenário RCP 4.5. é projetada uma evolução socioeconómica capaz de controlar o aumento das emissões, atingindo um máximo na concentração em meados do séc. XXI. Por oposição, o cenário RCP 8.5 tem como pressuposto o crescimento contínuo nas emissões durante o séc. XXI.

média anual na área de intervenção do PRGP SC, considerando os dados históricos do período 1971-2000, e da simulação para os períodos compreendidos entre 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2100, considerando os cenários RCP4.5 e 8.5

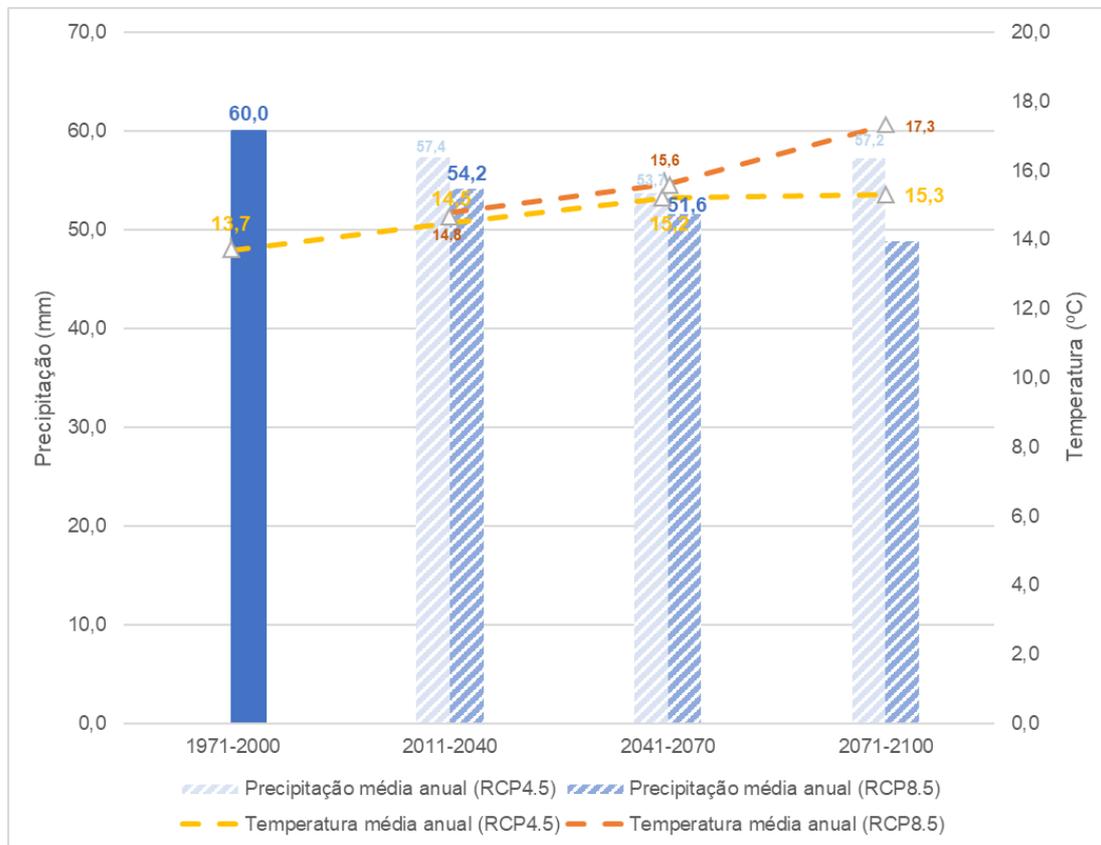


Figura 15 – Gráfico da evolução da temperatura e precipitação média, segundo os cenários RCP 4.5 e 8.5 na área de intervenção do PRGP SC

Neste contexto de evolução climática existem várias dinâmicas que se poderão alterar no território, podendo essas provocar alterações na biodiversidade e aumentar a exposição aos fatores climáticos que acentuem o impacto em várias vertentes, como a biodiversidade, energia, agricultura, floresta, ordenamento do território, saúde, o turismo, mas em particular na gestão dos impactos dos eventos mais severos com incidência na segurança de pessoas e bens e no turismo.

Ao nível da biodiversidade, a alteração dos padrões climáticos poderá agudizar problemas de produtividade e de fitossanidade em várias espécies através de agente bióticos nocivos.

Estas dinâmicas de alteração serão, ao nível da área de intervenção do PRGP SC, sentidas de forma mais intensa nas zonas sudeste e norte, devido ao aumento da temperatura média e da redução da precipitação, respetivamente.

5.2.1.1.1 Análise SWOT

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT da situação atual do FCD1 Resiliência ao Fogo.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Uso e ocupação do Solo			
<ul style="list-style-type: none"> Áreas de Rede Natura 2000: ZEC do Caldeirão ZEC Barrocal, ZPE do Caldeirão Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão A área de Florestas representa cerca de 60% da área da AI, sendo que as florestas de sobreiro predominam com cerca de 73% da área total de florestas 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área de sobreiral com manifesta falta de vitalidade e existência de problemas fitossanitários Fragmentação dos prédios ocupados por florestas de sobreiro (área média de 1,4 ha), geram rendimentos muito baixos Decréscimo da área de Pastagens em 56,5% (1995-2018) A evolução da área de culturas temporárias é negativa (-95,4%) variando de 5 644 ha em 1989, para 257 ha em 2019 Degradação da capacidade de gestão e manutenção de terrenos agrícolas e florestais conduzindo ao seu abandono e aumento da vulnerabilidade aos fogos rurais e aos riscos decorrentes das alterações climáticas 98% da AI do PRGP SC tem solos de muito baixa fertilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de mosaicos estratégicos de áreas abertas, de forma estruturada, promovendo descontinuidades de resiliência ao fogo Potencial para recompor a produtividade do sobreiral e montado de sobreiro para valorização da cortiça Aposta na alfarrobeira e medronheiro Promoção da revitalização das áreas de agricultura e da pastorícia, contribuindo para a expansão dos mosaicos agrícolas Promoção do repovoamento da Serra com espécies autóctones, numa lógica de remuneração dos serviços de ecossistemas Reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e da biodiversidade associada, através da valorização das galerias ripícolas e controlo das espécies exóticas invasoras Existência de modelos de financiamento na modalidade multifundos (PRR, FA, FEADER, FEDER e PO Regionais para apoio às intervenções de reconversão da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população e despovoamento Abandono de terrenos agrícolas

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Gestão dos espaços rurais			
<ul style="list-style-type: none"> Estabilidade dos povoamentos de sobreiro pela sua natureza produtiva e proteção jurídica Relevante estrutura de gestão cinegética de base associativa com a concessão de zonas de caça com dimensão adequada à gestão de qualquer uma das espécies cinegéticas sedentárias ocorrentes na região Existência de 12 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) constituídas, abrangendo cerca de 50% da área do PRGP SC 	<ul style="list-style-type: none"> Território de baixa densidade populacional e progressivamente mais despovoado População residente muito envelhecida Transição de espaços de uso agrícola, outrora relevantes, numa colonização destas áreas por matos Perda de vitalidade dos povoamentos de quercíneas Produção da cortiça reduziu cerca de 70% ao longo de uma década Ocupação territorial dispersa e uma elevada fragmentação da propriedade, Dispersão de atuação das entidades públicas, reduzida coordenação entre os diversos sectores de atividade, o que não tem contribuído para uma gestão efetiva e integrada do território 	<ul style="list-style-type: none"> Uma plena realização do potencial cinegético poderá ter implicações positivas na gestão de combustíveis e na criação de habitat para espécies classificadas. Dinamização e implementação das ZIF existentes para uma melhor gestão e valorização da floresta Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras, combatendo a dispersão dos minifúndios e promovendo a sua viabilidade económica Emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores 	<ul style="list-style-type: none"> Insuficientes condições para alavancar os investimentos nas explorações agrícolas e florestais Dificuldades no acesso aos apoios/subsídios à instalação, produção e gestão das atividades agrícolas
Fogos rurais			
<ul style="list-style-type: none"> Grande parte da área afetada por incêndios rurais (88,8%) ardeu apenas uma vez entre 1975 e 2022. O último mega-incêndio ocorreu em 2012 Existência de delimitação das áreas ardidas onde ocorreram os mega-incêndios (áreas superiores a 500ha) Existência de delimitação da rede primária de faixas de gestão de combustível e suas áreas de influência 	<ul style="list-style-type: none"> Verifica-se uma trajetória contínua de colonização por matos quer após o abandono agrícola, quer no pós-fogo, mais relevante em áreas marginais e fragmentadas conectadas com matagal existente A maior severidade em alguns momentos da propagação do fogo nos maiores incêndios rurais que percorreram a Serra do Caldeirão terá afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo Cerca de 62,61% da AI do PRGP encontra-se classificada como Alta e Muito Alta perigosidade conjuntural de fogos rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de áreas estratégicas de gestão de combustível que integre a rede primária de faixas de gestão de combustível Promover a gestão de combustíveis e a diversificação das ocupações e/ou usos do solo nas faixas de gestão de combustível com usos compatíveis com as suas funções Efetuar a gestão de matos através da aplicação de técnicas de gestão de combustível ou autorizados fogos de gestão Promoção de mosaicos agro-silvo-pastoris e de mosaicos agrícolas heterogêneos Controlar o crescimento disperso de povoamentos florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de terrenos agrícolas e florestais abandonados Recorrência de fogos rurais para a segurança de pessoas e bens

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Alterações climáticas			
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos estratégicos nacionais com programas financeiros tais como ENAAC 2020, QEPIC, PNEC 2030 (P-3AC) Existência do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Aproveitamento energético da energia solar 	<ul style="list-style-type: none"> Subida da temperatura média do ar na região de aproximadamente 4,1 °C face aos valores atuais, considerando o pior cenário de emissões de GEE (Portal do Clima, 2021). Redução na precipitação média acumulada máxima (no mês de dezembro). A redução da precipitação média poderá ser ainda mais intensa no período de verão (principalmente no mês de julho), cujos valores poderão chegar a mínimos de 1,5mm (redução do valor mínimo da precipitação de mais de 50%) 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização e implementação das ZIF existentes para uma melhor gestão e valorização da floresta Incentivos ao emparcelamento para o desenvolvimento rentável da atividade silvo pastoril Uso eficiente da água nos diferentes setores Promoção do repovoamento com espécies autóctones visando a adaptação do território e da paisagem aos cenários futuros para região, em termos de precipitação, temperatura, risco de incêndio, entre outras variáveis 	<ul style="list-style-type: none"> Ao nível da biodiversidade, a alteração dos padrões climáticos poderá agudizar problemas de produtividade e de fitossanidade Redução das disponibilidades hídricas Aumento risco de erosão do solo Aumento do risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas Aumento do risco de fenómenos extremos como secas e cheias decorrentes dos cenários de alterações climáticas Risco de alteração da estrutura e composição da vegetação com incremento de invasoras Possíveis impactes adversos à saúde

5.2.1.2 Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC)

Apresenta-se em seguida a análise de oportunidades e riscos que incide sobre a Proposta de PRGP SC, que adotou o Cenário de Transição Positiva (ponto 5.1. do presente Relatório).

a) Critério: Uso e ocupação do solo

Considerando o Critério Uso e ocupação do solo para a AI, e para dar cumprimento na presente avaliação ao objetivo de sustentabilidade que visa o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos para o território no quadro das mudanças climáticas, a análise incide sobre as estratégias de intervenção que suportam o Desenho da Paisagem Proposto (Parte II do Relatório do Plano), em particular no ponto 3 relativo à Estruturação e Transformação da Paisagem.

Para concretizar a avaliação deste critério, foram analisados temas considerados relevantes designadamente a revitalização do coberto vegetal, manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas, gestão de áreas rurais, a valorização e criação de habitats e a valorização do património natural e cultural.

A Proposta de PRGP SC contempla um conjunto de ações para a **revitalização do coberto vegetal**, tendo em vista a sua melhor gestão, valorização e resiliência aos fogos rurais e a outros riscos decorrentes das alterações climáticas:

- **Manutenção dos povoamentos de sobreiros, azinheiras e SAF** (13 611,29 ha) com melhoria da sua vitalidade e produtividade e aplicação de regimes de gestão;
- **Manutenção das áreas de pinheiro manso** (3 272,59 ha), mantendo as suas funções de proteção e conservação do solo e da água, permitindo uma eventual diversificação produtiva (e.g resinagem), e a continuidade do apoio à manutenção dos povoamentos e a remuneração dos serviços dos ecossistemas
- **Áreas de matos** geridos em função do declive e da localização, dentro das AEGC (1 369,20 ha) e fora das AEGC (11 202,23 ha);
- **Manutenção das pastagens existentes e possível expansão** em áreas com aptidão (transformação de matagais com declives compatíveis <30%), tendo em vista o incremento do efetivo caprino (raça algarvia autóctone) e a criação de descontinuidades;
- **Preservação e valorização do habitat 9330**, nas áreas de ZEC, nos termos do respetivo Plano de Gestão;
- **Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras**, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;

- **Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais**, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;
- **Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris**, com áreas abertas com sobreiros, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar).

Ao nível das áreas agrícolas ou agroflorestais, a Proposta do PRGP SC prevê a **diversificação e dinamização dos mosaicos agrícolas** capazes de promover descontinuidades na paisagem e fomentar o dinamismo económico, através das seguintes ações:

- **Revitalização e possível expansão de mosaicos agrícolas** (preferencialmente em RAN, áreas contíguas e áreas pertencentes aos aproveitamentos hidroagrícolas), promovendo a diversidade dos usos e funções;
- **Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba** (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%);

O Desenho da Paisagem Proposto contempla **áreas de descontinuidades no território** que constituem obstáculos à propagação dos fogos rurais, pela constituição de mosaicos agrícolas heterogéneos de áreas abertas (2 488,30 ha) e mosaicos agro-silvo-pastoril de áreas abertas (12762,95 ha), num total de 15 251,25 ha.

A gestão do regime do fogo proposta tem o objetivo de gerir a acumulação de combustíveis e alterar o comportamento potencial do fogo à escala da paisagem, prevendo as seguintes intervenções:

- **Rede primária**, que corresponde às áreas disponibilizadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e que ainda carecem de aprovação no Programa de Ação Regional;
- **Gestão de matos**, que corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com esteva (eventualmente medronheiros esparsos), e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível (muito provavelmente terão que ser combinadas técnicas, tal como demonstrado por Guiomar et al. (2011)) ou autorizados fogos de gestão;
- **Mosaico agro-silvo-pastoril**, que corresponde a áreas abertas com sobreiros com clareiras, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar);
- **Mosaico agrícola heterogéneo**, que corresponde à reduzida área de solos mais férteis, e onde se pretende manter a atividade agrícola,
- **Recuperação de galerias ripícolas**, que ocorrem em espaços de vale com dimensão para recuperar uma galeria com potencial para ter efeito no comportamento do fogo.

b) Critério: Gestão dos espaços rurais

A gestão dos espaços rurais tem como objetivo de sustentabilidade o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro das mudanças climáticas.

A Proposta de PRGP SC preconiza no Desenho da Paisagem Proposto, no domínio da gestão da propriedade rústica a promoção e incentivo de uma gestão multifuncional das propriedades, que permita combinar diferentes atividades económicas, como a produção florestal, pequena agricultura, pastoreio e/ou turismo que, em conjunto, consigam gerar mais-valias suficientes para garantir rentabilidade aos proprietários e assim estimular uma gestão ativa e maior atratividade.

Preconiza ainda o emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores. Uma gestão agregada das propriedades, a criação de bancos de terras, ou maior facilidade no aluguer dos terrenos, poderiam ser importantes ferramentas para estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.

c) Critério: Fogos rurais

No que se refere ao critério Fogos rurais, tendo em vista o objetivo de sustentabilidade “Diminuir a perigosidade de incêndios rurais”, verifica-se que a Proposta de PRGP SC compreende uma estratégia de gestão do regime do fogo.

A gestão do regime de fogo preconizada no Programa assenta em dois objetivos fundamentais: aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais e aumentar a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate.

Correspondendo a resiliência ecológica à quantidade máxima de perturbação que o sistema consegue absorver sem sair do estado de equilíbrio, importa referir que presença/ausência do fogo no sistema não determina a resiliência das espécies e comunidades vegetais, mas sim o seu regime (Keeley et al., 2011), são as alterações no regime de fogo (frequência, intensidade, severidade, entre outras características) que podem provocar dinâmicas complexas em muitas paisagens (e.g., Miller et al., 1995; Díaz-Delgado et al., 2002; Úbeda et al., 2006; Maia et al., 2012). Reconhece a Proposta de Programa o fogo como elemento endógeno, cuja assinatura está marcada na forma progride na paisagem e nos mecanismos evolutivos presentes na vegetação natural que permitem a regeneração pós-fogo (Guiomar, no prelo).

Tendo em consideração os limiares de resiliência ao fogo das espécies arbóreas (carvalho-negral, pinheiro-bravo, azinheira, pinheiro-negro, pseudotsuga e sobreiro) e os seus mecanismos de dispersão,

bem como a vantagem competitiva das espécies arbustivas dominantes (giestas, urzes e carqueja) face a fogos de elevada intensidade, severidade e extensão que se propagam no período estival, a estratégia do PRGP SC propões:

- mudanças no regime de fogo que promovam ocorrências de menor dimensão (diminuindo o efeito do isolamento dos indivíduos que constituem o legado biológico garantindo novas gerações de árvores nos carvalhais) e de baixa intensidade (reduzindo o potencial de propagação do fogo no verão ao reduzir a carga de combustíveis finos e mortos, permanecendo no limiar de resiliência das espécies arbóreas sem favorecer as espécies arbustivas como as giestas);
- aumento da capacidade supressão, aumentando a área disponível passível de se constituir como oportunidade para o combate, através da diminuição da intensidade exetável do fogo (níveis Moderado e Reduzido).

Assim, a gestão de regime de fogo proposta no PRGP SC assenta em cinco estratégias complementares (Figura 16) que permitirão gerir a acumulação de combustíveis e alterar substancialmente o comportamento potencial do fogo à escala da paisagem, designadamente:

- Rede Primária (de Faixa de Gestão de Combustível): corresponde às áreas disponibilizadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, e que ainda carecem de aprovação no Programa de Ação Regional;
- Gestão de matos: corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente ocupadas com esteva (eventualmente medronheiros esparsos), e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível (muito provavelmente terão que ser combinadas técnicas, tal como demonstrado por Guiomar et al. (2011)) ou autorizados fogos de gestão;
- Mosaico agro-silvo-pastoril: correspondem a áreas abertas com sobreiros com clareiras, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob-coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar);
- Mosaico agrícola heterogéneo: corresponde à reduzida área de solos mais férteis, e onde se pretende manter a atividade agrícola;
- Recuperação de galerias ripícolas: espaços de vale com dimensão para recuperar uma galeria com potencial para ter efeito no comportamento do fogo.

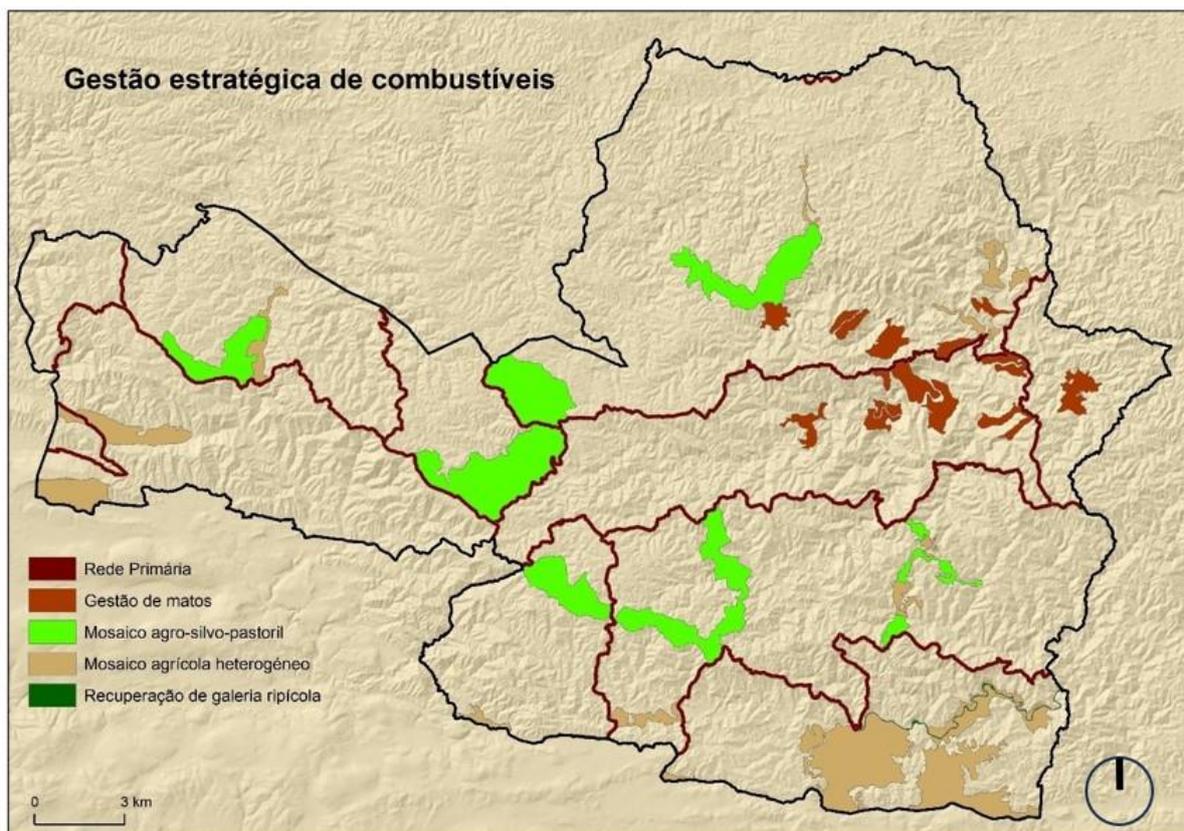


Figura 16 – Distribuição das áreas estratégicas de gestão de combustível

A proposta de gestão do regime de fogo do PRGP SC, preconiza desta forma mudanças que certamente apresentarão efeitos positivos na diminuição da perigosidade dos fogos rurais no horizonte do Programa (10 anos), que terão uma maior expressão num horizonte mais alargado de planeamento (50 a 100anos) atendendo ao registo histórico dos mesmos.

Relativamente aos povoamentos florestais a Proposta de PRGP SC a manutenção de 55,2% das áreas ocupadas com sobreiro e azinheira e que têm orientação silvo-pastoril ou agroflorestal o que terá um efeito positivo na redução das áreas de povoamentos florestais ardidas, podendo inclusivamente constituir-se como oportunidades para o combate em situações meteorológicas propícias a grandes incêndios rurais. A emissão de gases de efeito de estufa (GEE) efetuada pelos mega-incêndios deverá ser monitorizada.

No entanto, a Proposta recomenda a mitigação desta situação através da realização de operações silvícolas e de fogo controlado nos matos.

Quanto à intensidade do fogo a Proposta de PRGP SC prevê uma redução global da intensidade linear da frente de fogo e da velocidade de propagação, reduzindo as áreas classificadas como muito elevada a extrema para 0,17% e 11,47% respetivamente.

No que se refere à área de influência da rede primária (Quadro 21), a intensidade linear das chamas é superior a elevada em 0,05% da sua área, e a velocidade de propagação é superior a elevada e, 10,27% da sua área.

Quadro 21 – Intensidade linear das chamas e velocidade de propagação

	Intensidade linear das chamas \geq 4000 kW/m (%)	Velocidade de propagação \geq 0,6 km/h (%)
Percentagem da área de intervenção do PRGP	0,17%	11,47%
Percentagem da Rede Primária na área de intervenção do PRGP	0,05%	10,27%
Percentagem de uma área de influência de 500 m na adjacência da Rede Primária	0,14%	9,89%

O regime de gestão de fogo proposto no Programa terá efeitos positivos no que se refere à perigosidade de fogos rurais, quer a conjuntural, quer a estrutural, reduzindo a representatividade da área de intervenção nas classes de perigosidade Alta e Muito Alta.

A perigosidade de fogos rurais poderá ser verificada anualmente (perigosidade conjuntural) com recurso à cartografia de perigosidade de incêndio rural produzida anualmente pelo ICNF.

Porém, é de esperar que os efeitos ao nível da perigosidade de fogos rurais sejam mais evidentes no horizonte de 5 a 10 anos de implementação do regime de gestão de fogo proposto no Programa, uma vez que interferem com transformações na ocupação e gestão do solo cujos efeitos nem sempre são imediatos.

d) Critério: Alterações climáticas

O 6.º Relatório de Avaliação da responsabilidade do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), apresentado publicamente em agosto de 2021, aborda, à luz dos conhecimentos mais atualizados, os fenómenos físicos relacionados com cada componente do sistema climático e a sua evolução ao longo do tempo. O Relatório sublinha a fortíssima contribuição humana para o aquecimento global e para os fenómenos a ele associados, indicando como inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e a terra, resultando na ocorrência de mudanças rápidas e generalizadas na atmosfera, oceanos, criosfera e biosfera terrestres.

As evidências das alterações climáticas em curso são observadas em fenómenos extremos, como ondas de calor, eventos de precipitação intensa, secas e ciclones tropicais, sendo fortalecida a metodologia de atribuição destes fenómenos à influência humana.

O relatório do IPCC fornece novas estimativas das probabilidades do nível de aquecimento global de 1,5 °C ser ultrapassado nas próximas décadas e conclui que, a menos que haja reduções imediatas, rápidas e em grande escala das emissões de GEE, a limitação do aquecimento a cerca de 1,5 °C ou mesmo 2 °C, será inalcançável. Em todos os cenários considerados no curto e no médio prazo, o aumento da temperatura média global atinge e ultrapassa os 1,5 °C.

As alterações climáticas não se cingem apenas ao aumento da temperatura média global, inclui mudanças nos níveis de humidade e secura, nos regimes de ventos, neve e gelo, nas áreas costeiras e nos oceanos.

Este 6.º Relatório de Avaliação foca a atenção nas emissões de metano (CH₄), alertando para o facto de se as emissões não forem reduzidas tal irá prejudicar os objetivos do Acordo de Paris, que fixa como limiar de aquecimento global os 1,5 °C. As concentrações de metano na atmosfera – decorrentes, sobretudo, da produção de gás, da atividade mineira, das rejeições de resíduos e águas residuais e da pecuária – são as mais elevadas em 800 mil anos. do nível do mar nas cidades costeiras.

Florestas, solos e oceanos funcionam como sumidouros de carbono, sem os quais os efeitos das alterações climáticas seriam ainda mais graves. Estima-se que nas últimas seis décadas tais sumidouros tenham absorvido anual e globalmente 56% (taxa relativamente constante) do dióxido de carbono emitido para a atmosfera pelas atividades humanas, ainda que com diferenças regionais.

O relatório mostra que as ações humanas ainda têm o potencial de determinar o curso futuro do clima. A evidência é clara de que o dióxido de carbono é o principal impulsionador das alterações climáticas, mesmo que emissões de outros GEE e de poluentes do ar também afetem o clima. As conclusões apontam para que reduções fortes e sustentadas nas emissões de dióxido de carbono e de outros GEE limitariam as alterações climáticas. Embora os benefícios para a qualidade do ar possam surgir rapidamente, serão necessárias duas a três décadas para que as temperaturas globais estabilizem. A limitação de emissões de outros GEE e de poluentes do ar, especialmente o metano, pode trazer benefícios tanto para a saúde quanto para o clima. Os esforços por uma estabilização do clima exigirão, assim, reduções fortes, rápidas e sustentadas das emissões de GEE e a obtenção da neutralidade carbónica.

Foram analisados, para a região a área de intervenção, a evolução das normais climatológicas de acordo com os cenários de alterações climáticas definidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), mais concretamente os cenários RCP4.5 e RCP8.5⁴, com base nas projeções

⁴ Os cenários dizem respeito a duas perspetivas distintas no que diz respeito à capacidade de controlo das emissões de gases com efeito de estufa no caso do cenário RCP 4.5. é projetada uma evolução socioeconómica capaz de controlar o aumento das emissões, atingindo um máximo na concentração em meados do séc. XXI. Por oposição, o cenário RCP 8.5 tem como pressuposto o crescimento contínuo nas emissões durante o séc. XXI.

climáticas (séries de dados simulados 2011 – 2040 e 2041 – 2070) do IPCC AR5 (projeto CORDEX), disponíveis no portal CliPick.

A partir da análise dos dados disponíveis, conforme se apresentam no Anexo I do Relatório do Programa, verifica-se uma exetável subida da temperatura e uma descida da precipitação até ao ano de 2100.

Em termos quantitativos, até este ano é esperado uma alteração na temperatura média que, considerando o cenário mais gravoso (RCP 8.5), pode chegar ao valor de 17,3 °C (média anual) ou de 25,9 °C, no mês mais quente (agosto). Esta alteração pode provocar um aumento de 1,6 e 3,6 °C na temperatura média anual face aos valores atuais, considerando os cenários RCP4.5 e RCP8.5, respetivamente.

Além disso a temperatura mínima (nos meses mais frios de janeiro/fevereiro) poderá sofrer um aumento de aproximadamente 1,3 e 2,5 °C e a temperatura máxima (no mês mais quente de agosto) de aproximadamente 1,7 e 4,2 °C, respetivamente, considerando os cenários RCP4.5 e RCP8.5, respetivamente.

Quanto à precipitação, a tendência é contrária à da temperatura, estimando-se uma redução na precipitação média máxima (no mês de dezembro), cujos valores poderão passar a variar entre os 108,2 mm e os 110,9 mm, em contraponto com o valor máximo para o período de 1971-2000, de 129,1 mm.

A redução da precipitação média poderá ser ainda mais intensa no período de verão (principalmente no mês de julho), cujos valores poderão chegar a mínimos de 3,1 e 4,7 mm nos cenários de emissões considerados, prevendo-se assim uma redução do valor mínimo da precipitação de mais de 30% face ao valor histórico de 6,8 mm para esse mês, no período de 1971-2000.

No entanto, com o conhecimento científico disponível, prevê-se um aumento da ocorrência de fenómenos extremos, principalmente ao nível da precipitação intensa.

No gráfico da Figura 17 é possível verificar a evolução estimada da temperatura e da precipitação média anual na área de intervenção do PRGP SC, considerando os dados históricos do período 1971-2000, e da simulação para os períodos compreendidos entre 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2100, considerando os cenários RCP4.5 e 8.5

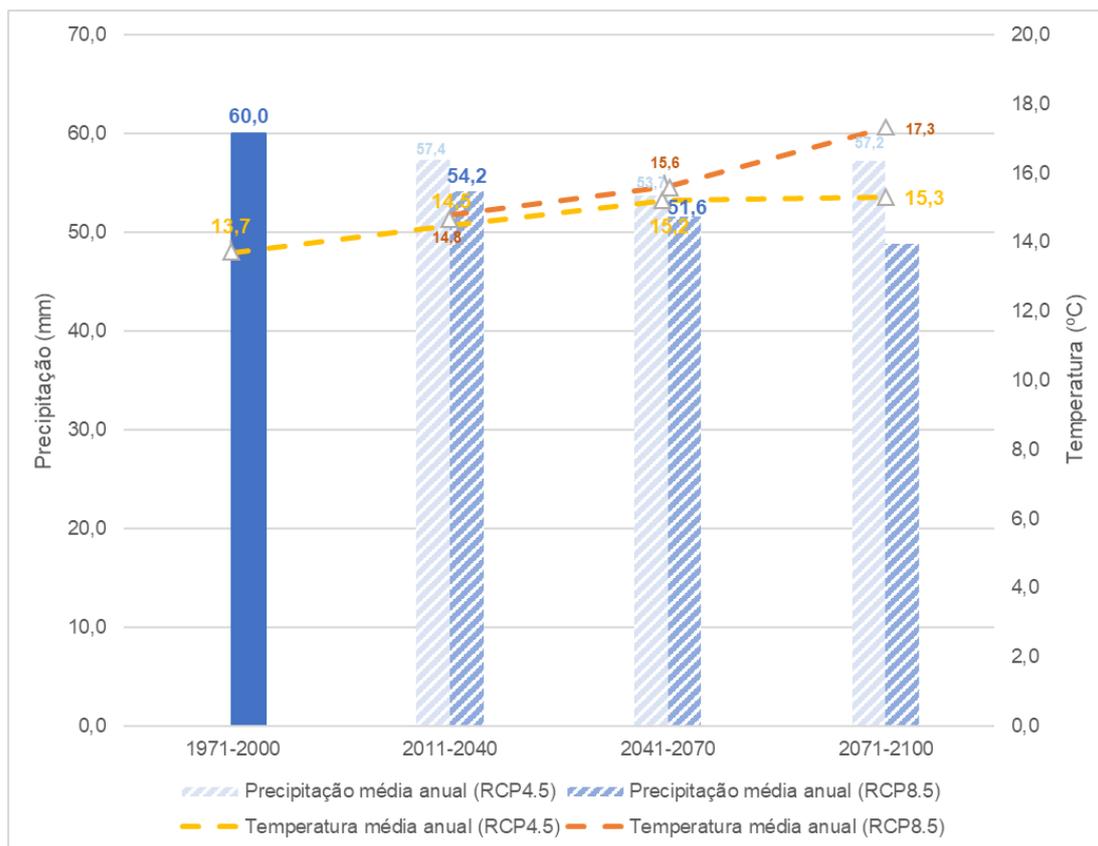


Figura 17 – Gráfico da evolução da temperatura e precipitação média, segundo os cenários RCP 4.5 e 8.5 na área de intervenção do PRGP SC

Estas previsões de redução da precipitação anual, o aumento da sua variabilidade e a consequente alteração do regime de escoamento, perspetivam uma depleção dos caudais dos rios e da recarga dos aquíferos, com consequências ao nível da qualidade da água, (superficial e subterrânea) intensificação de episódios de seca e uma maior pressão para a desertificação, com perda de biodiversidade associada à alteração da estrutura e dinâmica dos ecossistemas.

Os novos regimes de temperatura e de precipitação associados às alterações climáticas acarretam o aumento previsível do número de ocorrências de ondas de calor, da sua duração e intensidade, a intensificação do número e intensidade dos grandes incêndios rurais e fenómenos meteorológicos extremos, imprevisíveis, intensos e localizados, sendo de destacar, entre outros, chuva torrencial, queda de granizo, ciclones e tornados, com as inerentes perdas de biodiversidade.

A alteração dos regimes de temperatura e de precipitação, potenciam ainda a propagação de novas doenças transmitidas por vetores, bem como o risco de pragas e doenças de plantas, extensíveis aos sistemas agrícolas e florestais.

Adicionalmente as implicações das variações climáticas assim como as atividades humanas contribuem para a ameaça de aridez e desertificação com degradação dos solos.

A sensibilização dos atores chave do território é fundamental no sentido de contribuírem para a construção de soluções para a paisagem baseadas na natureza, no sentido de combater a perda da biodiversidade e, simultaneamente, tornar o território mais resiliente às alterações climáticas.

Neste contexto, os modelos de gestão coletiva tornam-se relevantes para a operacionalização do PRGP SC destacando-se as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) orientadas para comunidades locais concretas e as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) prevendo-se a promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta.

Na área do PRGP SC observa-se uma sobreposição relevante com áreas que integram a Reserva Ecológica Nacional, surgindo como uma oportunidade para a partilha dos mesmos objetivos fundamentais que orientam o regime da REN, em particular no que se refere à proteção dos recursos naturais água e solo, salvaguarda dos sistemas e processos biofísicos que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas e contribuição para a conectividade e a coerência ecológica das propostas apresentadas no Desenho da Paisagem Proposto.

Para as áreas que integram a Rede Natura 2000 - ZPE Caldeirão, ZEC Caldeirão e ZEC Barrocal – e da Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena (que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas, presentes na área do PRGP SC, o Desenho da Paisagem Proposta remete para as orientações de gestão destas áreas protegidas assegurando os objetivos de conservação a longo prazo das espécies e dos habitats, contribuindo para parar a perda de biodiversidade e para aumentar a resiliência aos efeitos das alterações climáticas.

Tendo em consideração as Linhas de Ação que guiam o Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SC, salientam-se as ações prioritárias a desenvolver no quadro da implementação do Programa, alinhadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente as incluídas nas Linhas de Ação associadas à “Recuperação e revitalização do coberto vegetal”, “Manutenção e expansão de mosaicos em zonas abertas”, e “Valorização e criação de habitats”.

5.2.1.3 Medidas e Recomendações

Apresentam-se seguidamente as Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão do FCD1 Resiliência ao Fogo.

Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão (elaboração da Proposta de PRGP SC)

- Prever a adoção do programa de apoio ao emparcelamento rural simples tendo em vista aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos
- Promover o registo cadastral
- Prever ações que visem o controlo da erosão (em particular de áreas ardidas), de consolidação e recuperação de taludes e margens de linhas de água, privilegiando a criação e reabilitação das galerias ripícolas
- Considerar orientações que contribuam para aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis: i) nas cabeceiras das bacias hidrográficas; ii) nas encostas mais declivosas e propensas à erosão; e iii) na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)

- Monitorizar a ocupação e uso do solo resultante da transformação proposta no PRGP SC
- Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem – floresta revitalizada, mosaicos agrícolas e agro-silvo-pastoril criados, rede hidrográfica requalificada e galerias ripícolas reabilitadas e criadas e património natural e cultural valorizados
- Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas
- Promover a articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a dinamização da sua implementação e promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta
- Assegurar a constituição das AIGP propostas no PRGP SC
- Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercíneas
- Monitorizar as áreas ardidas por ocupação do solo
- Monitorizar as emissões de GEE pelos incêndios rurais de grande dimensão
- Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto
- Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo
- Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF)
- Monitorizar o controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies autóctones melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água)
- Monitorizar as galerias ripícolas (criação e reabilitação da galeria ripícola)
- Monitorizar a preservação e valorização do habitat 9330
- Assegurar o controlo de espécies invasoras
- Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com os valores naturais existentes

5.2.1.4 Quadro de Governança

Apresenta-se em seguida o Quadro de Governança referente ao FCD1 Resiliência ao Fogo.

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação proposta no PRGP SC Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das áreas ardidas por ocupação do solo Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF) Assegurar a concretização de medidas de mitigação preconizadas no âmbito do regime de gestão do fogo proposto
APA, AGIF	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as emissões de GEE pelos incêndios rurais de grande dimensão
DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento
DGADR, APA, Associações de produtores, Agricultores, produtores florestais e empresários	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos sistemas de monitorização das necessidades efetivas de água das culturas ao longo dos ciclos de crescimento
ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários ou produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> Promover o envolvimento das ZIF na dinamização e implementação do PRGP SC
ICNF, APA,	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água Vigilância e monitorização de pragas agrícolas e florestais, nomeadamente a nível da sua distribuição geográfica
DGT, ANEPC, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a implementação das AIGP propostas no PRGP SC
DGT, ANEPC, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a constituição e implementação das AIGP propostas no PRGP SC
CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, APA	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de manutenção das galerias ripícolas criadas e reabilitadas
CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, ICNF, APA, Associações de produtores, Agricultores e produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos: Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água

5.2.2 FCD2 Valorização do Território

5.2.2.1 Análise da Situação de Referência

a) **Critério: Valorização dos ativos do território**

Tendo como objetivo de sustentabilidade a promoção da competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos, são analisadas seguidamente as temáticas que contribuem para estes objetivos, nomeadamente a revitalização do coberto vegetal, manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas, gestão de áreas rurais, áreas ardidadas e galerias ripícolas reabilitadas e a valorização do património natural e cultural.

▪ **Recuperação e revitalização do coberto vegetal**

A área de “Florestas de sobreiro” mantém-se estável nas últimas três décadas (24 320 ha, segundo a COS 1995 e 24 651 ha segundo a COS 2010). Como esperado, a floresta de sobreiro ocupa essencialmente os mesmos espaços (97% da floresta de sobreiro em 1995 mantém-se nos mesmos locais em 2018).

Desde 1995 ocorreram incêndios florestais na AI, sendo os de maior dimensão os de 2004 (Almodôvar/São Barnabé) (6 398 ha de floresta de sobreiro afetada) e de 2012 (Catraia/São Brás de Alportel) (8 334 ha de floresta de sobreiro afetada).

A severidade do fogo é fator determinante na diminuição do coberto arbóreo (Moreira et al., 2009; Fernandes e Guiomar, 2017). De acordo com Fernandes e Guiomar (2017) a cobertura arbórea de sobreiro diminui em função da severidade do fogo.

As pressões de longo prazo sobre estes ecossistemas estão ainda frequentemente relacionadas com défices na regeneração natural e conseqüente envelhecimento da estrutura arbórea, resultando num progressivo e acentuado aumento na sua vulnerabilidade a novas perturbações. Neste contexto, a perturbação pelo fogo cria condições para o adensamento de matos e matagais dos estágios iniciais da sucessão ecológica e que são dominados por espécies propensas para arderem, resistentes à seca e, que, também colonizam paisagens abandonadas e outros ambientes perturbados (Acácio et al., 2009; Baeza et al., 2011).

A maior severidade em alguns momentos da propagação do fogo nos maiores incêndios rurais que percorreram a Serra do Caldeirão terá afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo. A frequência e extensão das secas, a presença de sobreiros com problemas fitossanitários (*Phytophthora cinnamomi*) e a dominância de solos muito pobres, contribuem cumulativamente para a

baixa resiliência destas paisagens. Estas dinâmicas sinérgicas podem potencialmente aumentar a homogeneidade espacial das comunidades arbustivas, aumentando o potencial de propagação do fogo e promovendo mudanças no regime do fogo.

A gestão dos povoamentos de sobreiro na AI é, assim, um problema económico e ambiental muito relevante.

No que respeita ao pinheiro-manso e segundo a COS 2018 a área é de 4 453 ha, muito semelhante à área registada em 2015.

A informação sobre o sub-coberto dos povoamentos de pinheiro-manso fornece alguma indicação sobre o regime de gestão proporcionado pelos prémios à manutenção e perda de rendimento, associados às medidas de florestação de terras agrícolas. Em 1995 cerca de 15% dos povoamentos tinham sub-coberto de mato, em 2005 a fração era 17%, em 2010 aumentou para 23% e em 2015 para 33%. Atualmente, ainda é conspícua a diferença entre o tratamento dos povoamentos de pinheiro-manso na AI e os povoamentos de outras espécies, sendo observável o impacto de operações de desbaste e controlo da vegetação arbustiva.

Não existindo dados estatísticos disponíveis para este estudo sobre a produção de pinha ou madeira com desagregação suficiente para serem aplicados à AI, pode afirmar-se que a principal função destes povoamentos é a proteção.

Quanto ao medronheiro, a sua presença faz-se sentir em toda a AI do PRGP SC.

Atualmente observa-se uma ocupação territorial dispersa e uma elevada fragmentação da propriedade, havendo um predomínio de micro propriedades que restringem o potencial de rentabilidade das explorações. Com o perpetuar do êxodo rural e o não regresso das novas gerações às suas terras de origem, estes terrenos de pequena dimensão, são cada vez mais votados ao abandono e não atraem investimentos nos setores agro-silvopastoril ou florestal.

- **Manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas**

Na área do PRGP SC os prédios de mais reduzida dimensão, além de se localizarem essencialmente na envolvente próxima dos principais aglomerados urbanos, encontram-se associados a usos agrícolas ou agroflorestais.

A área de culturas permanentes manteve-se quase inalterada entre 1989 e 2019 e no mesmo período a área de culturas temporárias diminuiu mais de 87% em todas as freguesias.

Regista-se uma variação negativa (-56,5%) da área de pastagens associada à variação negativa muito pronunciada no número de animais em produção pecuária.

A reduzida dimensão da propriedade, e por vezes a falta de informação, constituem fatores de extrema importância no ordenamento e na gestão do espaço rústico, constituindo estes constrangimentos fatores limitantes à efetiva transformação da paisagem.

A criação de mosaicos agrícolas e a promoção de pastoreio, promovem discontinuidades que teriam um impacto muito positivo na gestão desta paisagem, tanto para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também para a redução do risco de incêndio. Um grande impulso à sua dinamização seria o emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores. Uma gestão agregada das propriedades, a criação de bancos de terras, ou maior facilidade no aluguer dos terrenos, poderiam ser importantes ferramentas para estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.

- **Gestão de áreas rurais**

Na área do PRG SC existem 12 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) constituídas, abrangendo o total das mesmas, cerca de 50% da área do PRGP SC.

As freguesias da AI são tradicionalmente pouco dinâmicas, apresentam uma baixa taxa de empreendedorismo, sem tradição de associativismo, partilha e colaboração em investimentos ou aquisições. No entanto o emparcelamento pode ser estimulado de diversas formas, através da aquisição de propriedades pelo Estado português através de um banco de terras, pela criação de condomínios ou cooperativas de proprietários, ou mesmo através da atribuição de incentivos ao emparcelamento das propriedades.

No que respeita à atividade cinegética, enquanto prática de recreio e lazer mas também como forma de gestão das espécies animais na AI, existem áreas de caça associativa turística e municipal, que representam um potencial de atração de visitantes e de dinamização das áreas rurais. Importa por isso enquadrar esta atividade como elemento relevante para a gestão e valorização da AI.

- **Áreas ardidadas e galerias ripícolas reabilitadas**

No que respeita às áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos para a sua reabilitação, em função das características biofísicas e da aptidão dos locais específicos em causa, serão definidos usos compatíveis de recuperação, restauro e aproveitamento económico dos sistemas agro-silvopastoris.

A reabilitação da vegetação ripícola dos troços dos cursos de água em que existe constitui uma prioridade para qualquer intervenção de ordenamento e gestão da paisagem, podendo fazer parte da rede natural de corta-fogos.

De referir a necessidade de controlo de ações que promovam a contaminação das linhas de água, a destruição das galerias ripícolas e a existência de espécies invasoras.

Assim sendo, a preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das respetivas galerias ripícolas, nomeadamente com outras espécies autóctones, são consideradas essenciais para a estabilidade da rede hidrográfica, para a valorização da composição do mosaico paisagístico, para a fauna local existente e para funcionarem como barreira em caso de ocorrência de fogos florestais, para além de constituírem um importante elemento de valorização da paisagem.

▪ **Valorização do turismo e património cultural**

Grande parte da população ativa neste território é absorvida pelo sector terciário, o que revela uma especialização da economia local na área dos bens e serviços, com maior incidência no turismo e atividades associadas.

O grande potencial turístico nos concelhos de Loulé e de Tavira, reflete-se numa maior oferta de infraestruturas turísticas que dão suporte à oferta no eixo do turismo de lazer, cultura e natureza. Contudo, nas freguesias em análise, Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo (ambas do concelho de Tavira) dispõem de menos alojamentos turísticos, comparativamente às freguesias de Salir e São Brás de Alportel. No entanto, todas estas freguesias têm um elevado potencial turístico, ligado ao turismo de natureza, desporto/aventura, gastronomia e património.

Desta forma, importar conciliar o turismo e a preservação do território, numa lógica integrada de oferta de valor.

Dispondo atualmente de uma conhecida infraestrutura de percursos de caminhada e cicláveis (BTT), a promoção e valorização deste destino turístico tem de compatibilizar esta atividade económica com a preservação dos valores naturais existentes. Nesse sentido, é essencial coordenar esforços entre entidades e empresas para que se possam desenvolver atividades de recreio e lazer em espaços naturais, com a devida atenção à capacidade de carga do território e às melhores práticas ambientais.

Também a atividade cinegética está ligada à natureza humana e evoluiu de uma atividade indispensável à sobrevivência para uma prática de recreio e lazer, mas também para uma gestão dos territórios rurais. Embora pouco aproveitada atualmente, pode constituir-se enquanto atividade

recreativa neste território, com benefícios colaterais nomeadamente na gestão de combustível, sendo necessário, para isso, enquadrá-la como elemento relevante para a gestão e valorização da AI.

Relativamente aos pontos de interesse e percursos importa considerar o património arqueológico e o património histórico e natural tal como, igrejas, miradouros, fontes, parques, etc., bem como os percursos pedestres, de que é exemplo a Via Algarviana.

b) Critério: Dinâmica socioeconómica

Atendendo ao objetivo de sustentabilidade estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais, são analisados seguidamente os temas que contribuem para retratar, na situação de referência estes objetivos, nomeadamente a população residente (população residente por grupo etário), a criação de emprego (população empregada por setor de atividade económica), a diversificação das atividades económicas (focada na agricultura, floresta, silvo-pastorícia, cinegética, turismo e cultura) e os apoios financiados aos espaços rurais (volume dos apoios financiados aos espaços rurais).

A informação utilizada na análise da dinâmica socioeconómica da área do PRGP SC integra o Diagnóstico prospetivo, foi complementada pela informação recolhida nos vários momentos de interação com partes relevantes do território e com recurso aos dados disponíveis referentes aos Censos 1991, 2001, 2011 e 2021 (resultados preliminares) e outros dados estatísticos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

▪ População residente

Para caracterizar demograficamente os concelhos e as freguesias que compõem a AI deste Programa, apresenta-se no Quadro 22, de acordo com os dados dos Censos 2021, a população residente total e por género, a densidade populacional, bem como a variação da população residente entre 2011 e 2021.

De forma geral, estes concelhos e as suas freguesias apresentam uma baixa densidade populacional (ver Figura 18), inferior a Portugal Continental. As freguesias de Salir, Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são considerados territórios de baixa densidade. A freguesia de São Brás de Alportel, a única freguesia do concelho, apresenta uma densidade populacional interessante, contudo os principais núcleos urbanos da freguesia encontram-se fora da área de estudo, uma vez que apenas parte da freguesia está incluída na área de estudo. À exceção desta freguesia, as restantes três apresentam populações residentes muito reduzidas, Salir (2448), Cachopo (471) e Santa Catarina da Fonte do Bispo (1 873).

Os três concelhos têm uma taxa de variação da população residente positiva entre 2011 e 2021. No entanto, das quatro freguesias abrangidas pela área do Programa, Salir e Cachopo perderam população residente entre 2011 e 2021, em particular Cachopo com uma perda de 34,22%, numa freguesia já com apenas 471 residentes. No mesmo período de tempo, a freguesia de São Brás de Alportel apresenta um aumento populacional de 5,50% e Santa Catarina da Fonte do Bispo com 3,54%.

Quadro 22 – População residente, no ano 2021, por sexo, assim como, a respetiva taxa de variação face a 2011 e densidade populacional.

Região Concelho Freguesia	População residente (N.º hab), 2021			Taxa de variação da população residente (%), (2011- 2021)			Densidade populacional (N.º/ km²), 2021
	HM	H	M	HM	H	M	N.º/ km²
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846	-2,07	-2,50	-1,68	112,15
Continente	9 855 909	4 687 055	5 168 854	-1,91	-2,33	-1,52	110,61
Algarve	467 343	226 775	240 568	3,62	3,11	4,11	93,53
Loulé	72 332	34 976	37 356	3,09	2,26	3,88	94,72
Salir	2 448	1 210	1 238	-11,78	-12,38	-11,19	13,04
São Brás de Alportel	11 248	5 426	5 822	5,50	3,71	7,22	73,34
São Brás de Alportel	11 248	5 426	5 822	5,50	3,71	7,22	73,34
Tavira	27 523	13 579	13 944	5,18	5,97	4,43	45,35
Cachopo	471	232	239	-34,22	-35,38	-33,05	2,31
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1873	939	934	3,54	3,07	4,01	15,93

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023.

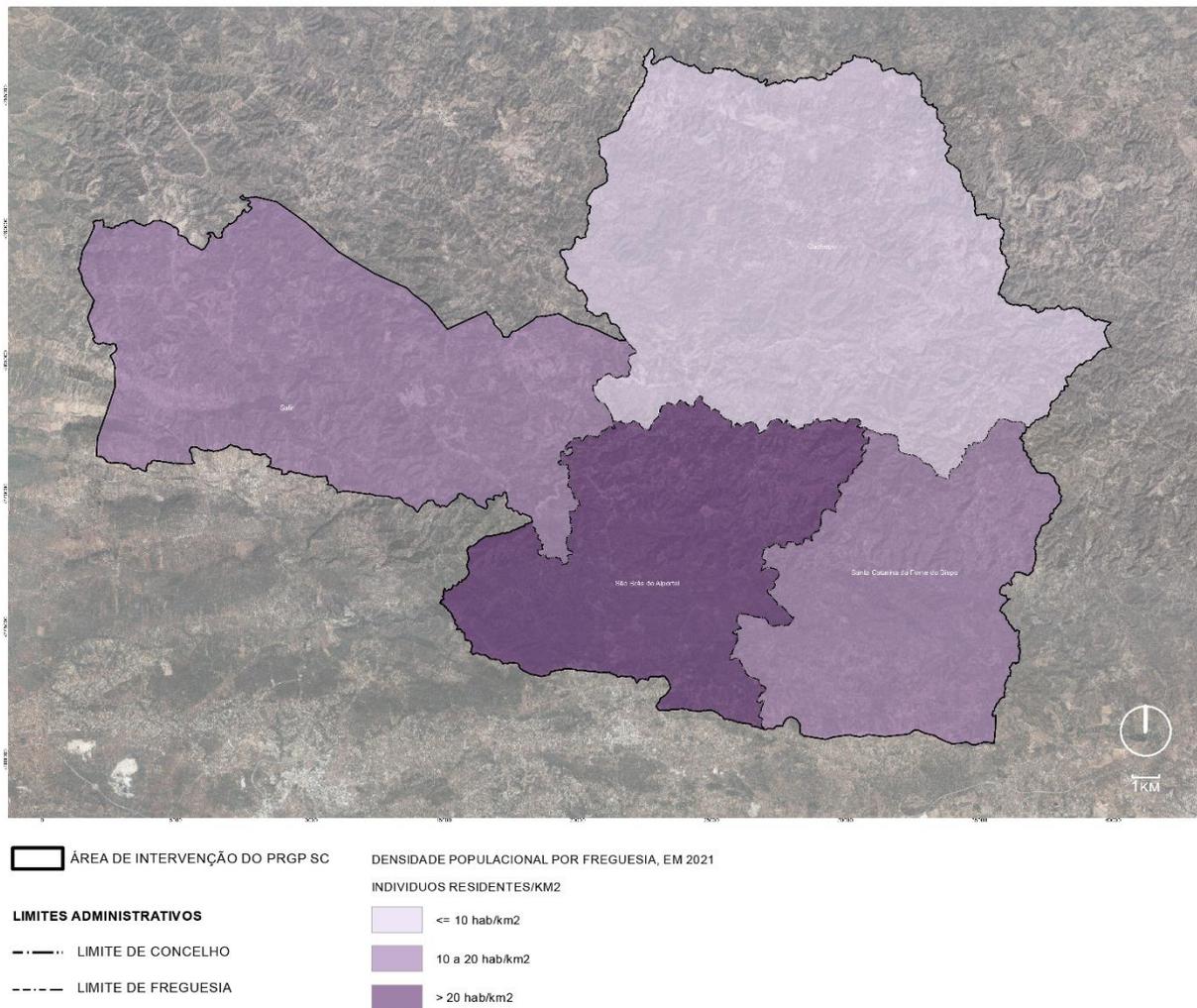


Figura 18 – Densidade populacional na AI do PRGP SC

Ao analisar a variação populacional num período histórico mais alargado, entre 1991 e 2021, constata-se uma perda populacional relevante em três freguesias, mas que atingiu, com maior impacto a freguesia de Cachopo (Tavira) que perdeu cerca de 66% da população residente neste período, como se observa na Figura 19. Ainda assim, verifica-se que no concelho de São Brás de Alportel a tendência foi invertida, com um ganho populacional substancial de 49,46%.

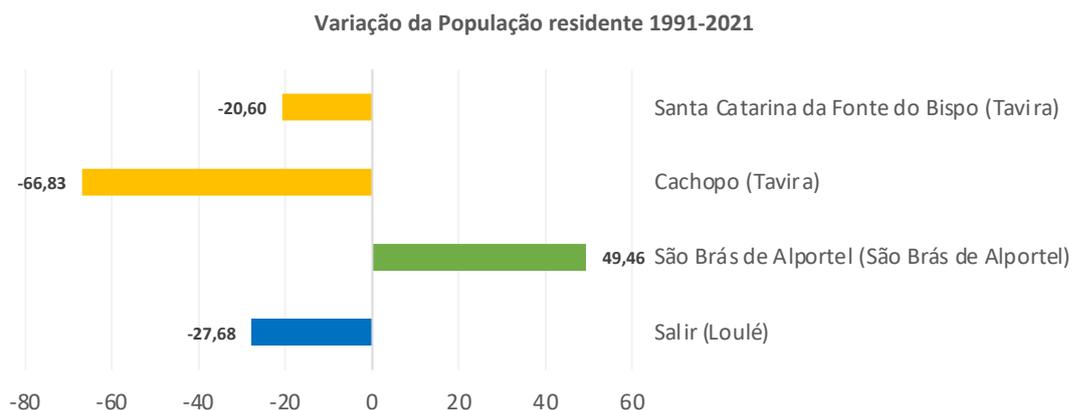


Figura 19 – Variação % da população residente nas freguesias da AI do Programa, entre os anos de 1991 e 2021

Fonte: Censos 1991 e 2021 – INE, 2023.

No Quadro 23 é possível ver os números absolutos da população residente dividida por grandes faixas etárias, onde se constata uma reduzida presença de indivíduos até aos 24 anos, e uma grande proporção de indivíduos entre as faixas etárias dos 25 aos 64 anos. Nas freguesias de Salir (Loulé) e de São Brás de Alportel, a distribuição etária da população é semelhante à média de todo o território nacional, apesar de uma superior proporção de indivíduos com mais de 65 anos. Importa, contudo, destacar as duas freguesias do concelho de Tavira, em particular a freguesia do Cachopo por ter uma elevada presença de indivíduos com mais de 65 anos, e com uma muito reduzida proporção nas faixas etárias mais jovens. Esta freguesia, para além de ser uma freguesia com muito poucos habitantes, tem uma estrutura etária muito envelhecida.

Quadro 23 – Variação População residente, no ano 2021, por faixa etária

Região Concelho Freguesia	População residente (N.º hab), por grupo etário, 2021					População residente (%), por grupo etário, 2021			
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Portugal	10 343 066	1 331 188	1 088 087	5 500 152	2 423 639	12,9%	10,5%	53,2%	23,4%
Continente	9 855 909	1 264 697	1 031 659	5 225 083	2 334 470	12,8%	10,5%	53,0%	23,7%
Algarve	467 343	62 781	45 829	247 784	110 949	13,4%	9,8%	53,0%	23,7%
Loulé	72 332	9 774	7 044	38 604	16 910	13,5%	9,7%	53,4%	23,4%
Salir	2 448	229	200	1 118	901	9,4%	8,2%	45,7%	36,8%
São Brás de Alportel	11 248	1 503	1 030	5 789	2 926	13,4%	9,2%	51,5%	26,0%
São Brás de Alportel	11 248	1 503	1 030	5 789	2 926	13,4%	9,2%	51,5%	26,0%
Tavira	27 523	3 199	2 389	13 871	8 064	11,6%	8,7%	50,4%	29,3%
Cachopo	471	18	14	133	306	3,8%	3,0%	28,2%	65,0%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 873	150	107	871	745	8,0%	5,7%	46,5%	39,8%

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023.

Para além dos dados já apresentados, importa também analisar outros indicadores que permitem caracterizar a distribuição e tendência da população, tais como o índice de envelhecimento. As freguesias que integram a área do Programa, apresentavam em 2021 um índice de envelhecimento acima da região do Algarve, bem como acima do nível Nacional, como se verifica pela Figura 20. O índice é particularmente negativo na freguesia de Cachopo.

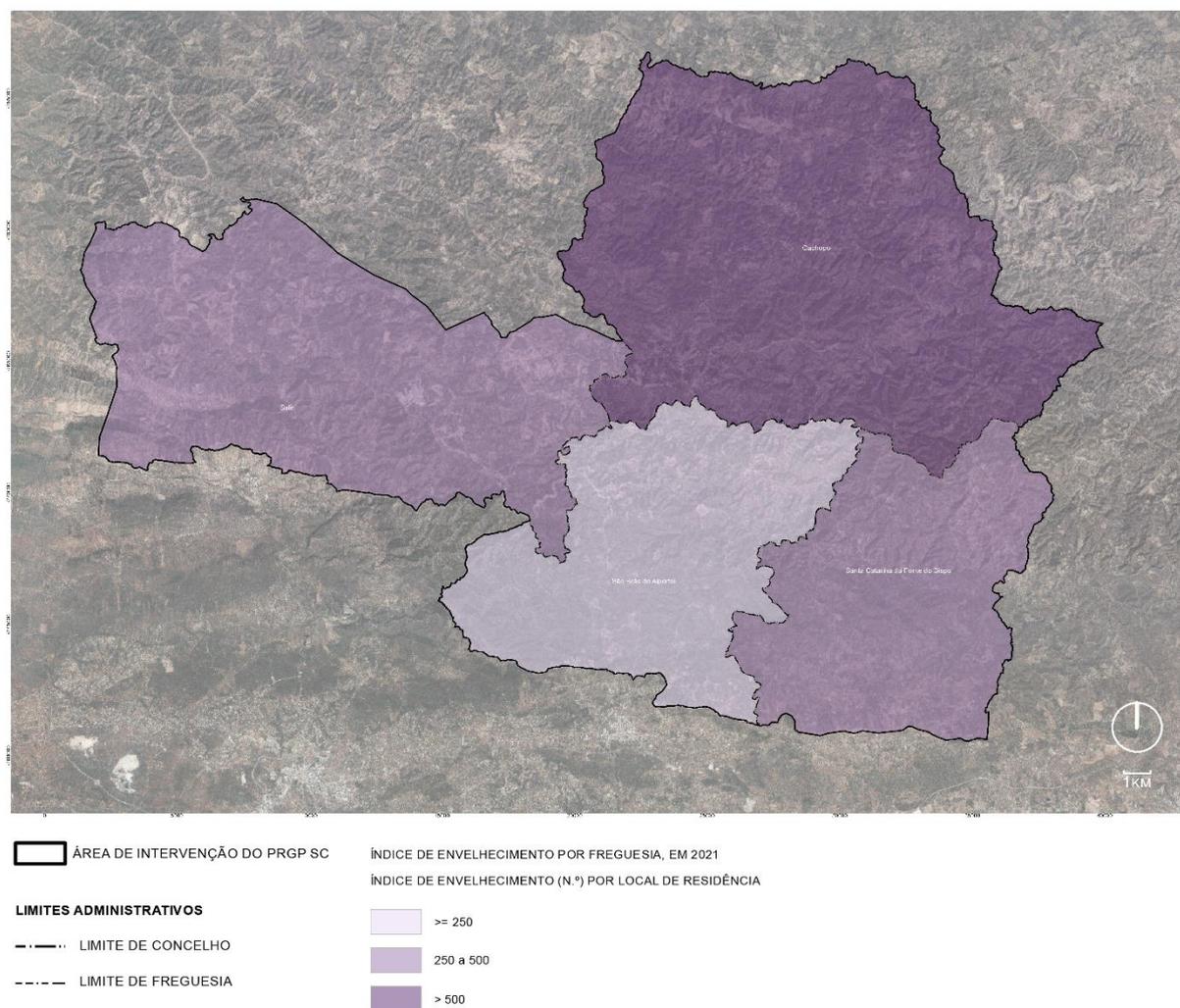


Figura 20 – Índice de envelhecimento na AI do PRGP SC

Os dados do período 2009-2021 para os concelhos em estudo indicam que a redução demográfica é devida, principalmente, aos valores negativos de saldo natural (diferença entre o número de nascidos-vivos e o número de óbitos num dado período) mas também pelo saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo). Contudo, entre 2012 e 2016 verificou-se um saldo migratório positivo nestes concelhos. A partir de 2017 a situação alterou-se, verificando-se um saldo quase nulo e relativamente estável nos concelhos de Loulé e São Brás de Alportel, sendo negativo no concelho de Tavira, somando assim ao impacto negativo já resultante do saldo natural neste concelho.

A qualificação académica da população residente na área em estudo, à data dos Censos 2021, é apresentada na Figura 21, que revelam que, no geral, a maior parte da população tem reduzidas qualificações, essencialmente até ao nível de ensino básico, o que constitui um fator limitante do desenvolvimento da região.

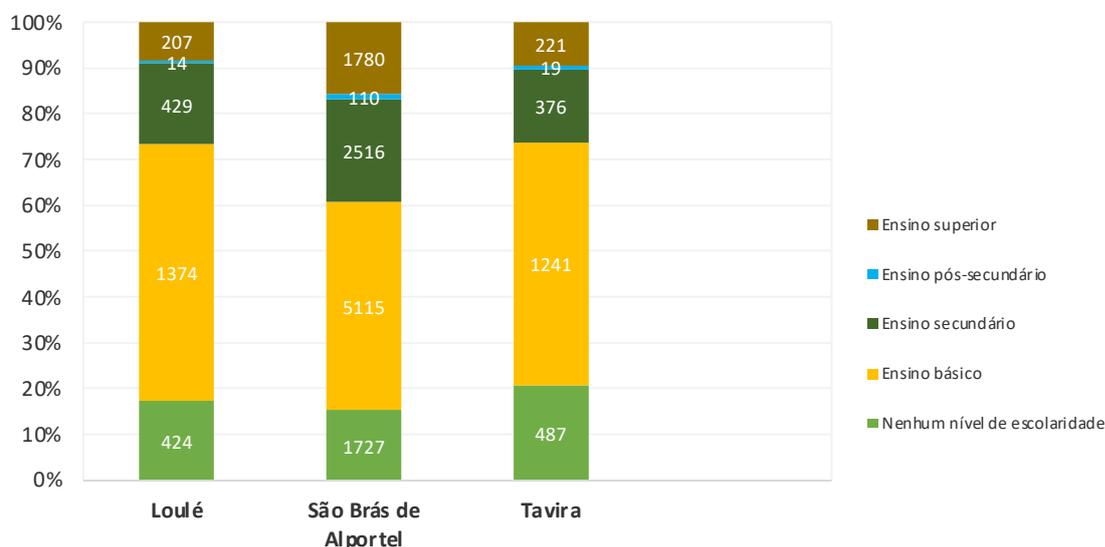


Figura 21 – Nível de qualificações da população residente nas freguesias da AI do Programa, por concelho, em 2021

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023.

Verifica-se ainda um número significativo de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade, que em algumas freguesias da área de estudo é superior ao número de indivíduos com ensino secundário concluído.

▪ Criação de emprego

No Quadro 24 caracteriza-se a população economicamente ativa em 2021 nas diferentes freguesias, bem como a taxa de desemprego associada. A taxa de desemprego no concelho de Loulé é a mais elevada, superior aos valores médios de Portugal e em linha com a região do Algarve. O concelho de Tavira, apresenta valores inferiores, mas ainda acima da média nacional, enquanto São Brás de Alportel com 7,22% é o concelho com menor taxa de desemprego entre os analisados.

Nas quatro freguesias verifica-se uma taxa de desemprego inferior à média da região Algarve e mesmo ao valor médio nacional, contudo a população ativa existente nestas freguesias é muito reduzida. A freguesia de São Brás de Alportel (que coincide com o concelho) é a mais populosa e apresenta valor mais próximos da média nacional, mas ainda assim abaixo da média da região do Algarve. A freguesia de Cachopo tem praticamente pleno emprego, mas uma população ativa muito reduzida.

Quadro 24 – População ativa e taxa de desemprego, no ano 2021, por freguesia

Região Concelho Freguesia	População ativa (N.º hab), 2021	População desempregada (N.º hab), 2021	Taxa de desemprego (%), 2021
Portugal	4817978	391517	8,13
Continente	4590360	369937	8,06
Algarve	213311	25167	11,80
Loulé	33863	3866	11,42
Salir	967	55	5,69
São Brás de Alportel	5081	367	7,22
São Brás de Alportel	5081	367	7,22
Tavira	11412	1042	9,13
Cachopo	109	1	0,92
Santa Catarina da Fonte do Bispo	670	40	5,97

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023.

Na Figura 22 e na Figura 23 é caracterizada a distribuição da população empregada, por setor de atividade. O INE agrupa as atividades económicas em três grandes sectores:

- Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral;
- Secundário, incluindo indústria transformadora e construção;
- Terciário, social, incluindo os serviços de educação ou saúde, e económico, incluindo os serviços como comércio ou transportes.

Constata-se na região de estudo uma predominância do setor terciário e um papel muito residual do setor primário, em termos de empregabilidade.

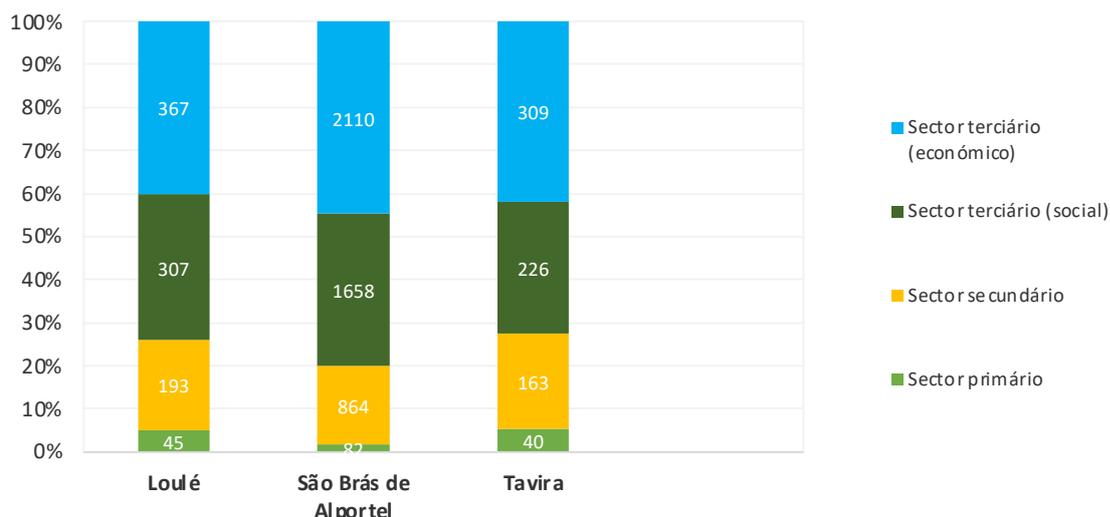


Figura 22 – Distribuição da população total empregada nas freguesias da AI do Programa, por concelho, em 2021

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023

A realidade das freguesias da AI é bastante homogénea, à exceção da Freguesia de Cachopo onde o sector terciário social é mais relevante do que o económico, ao contrário dos outros três concelhos. Importa, contudo, destacar que na maioria das freguesias o valor de empregabilidade do sector primário é mais elevado do que a média nacional, enquanto o sector terciário se encontra alinhado com a média nacional (Quadro 25).

Quadro 25 – População empregada, no ano 2021, por setor de atividade

Região Concelho Freguesia	População empregada (N.º), 2021					População empregada (%), 2021			
	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
Portugal	4 426 461	130 145	1 096 498	1 331 035	1 868 783	2,9%	24,8%	30,1%	42,2%
Continente	4 220 423	119 877	1 064 973	1 246 923	1 788 650	2,8%	25,2%	29,5%	42,4%
Algarve	188 144	6 750	28 220	57 348	95 826	3,6%	15,0%	30,5%	50,9%
Loulé	29 997	642	4 915	8 053	16 387	2,1%	16,4%	26,8%	54,6%
Salir	912	45	193	307	367	4,9%	21,2%	33,7%	40,2%
São Brás de Alportel	4 714	82	864	1 658	2 110	1,7%	18,3%	35,2%	44,8%
São Brás de Alportel	4 714	82	864	1 658	2 110	1,7%	18,3%	35,2%	44,8%
Tavira	10 370	880	1 539	3 220	4 731	8,5%	14,8%	31,1%	45,6%
Cachopo	108	12	18	52	26	11,1%	16,7%	48,1%	24,1%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	630	28	145	174	283	4,4%	23,0%	27,6%	44,9%

Fonte: Censos 2021 – INE, 2023

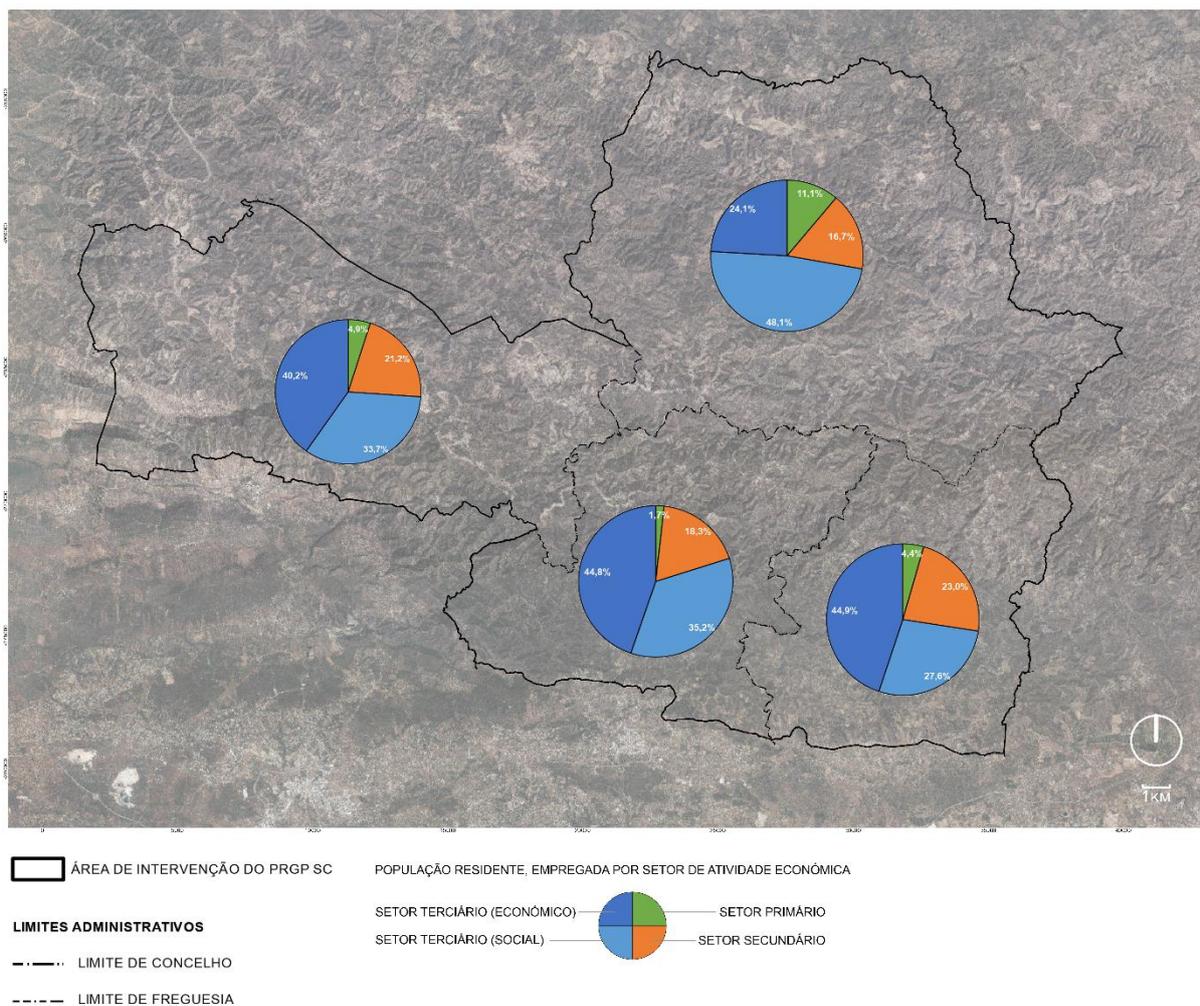


Figura 23 – População residente, empregada, por setor de atividade económica na AI do PRGP SC

▪ **Diversificação das atividades económicas**

Com base no Anuário Estatístico para o ano de 2021, é possível caracterizar o tecido empresarial dos concelhos da AI - Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, tendo-se analisado o número e categorias de estabelecimentos e empresas, mas também o volume de negócios e o valor acrescentado bruto (VAB) que cada categoria produz (ver Quadro 26, Quadro 27,

Quadro 28 e Quadro 29).

Na sua generalidade, a região do Algarve apresenta uma grande incidência de estabelecimentos ligados à área de alojamento, restauração e similares, com 17,3% de incidência, seguindo-se das atividades de comércio por grosso e a retalho com 16,2% de representatividade. Já as indústrias extrativas e a captação, tratamento e distribuição de água são as áreas com menor implantação no território algarvio.

Quadro 26 – Estabelecimentos por município, segundo a CAE-Rev.3, 2020

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	1 358 357	128 075	1 265	70 171	5 176	1 924	93 283	241 228	36 339	123 007	22 638	52 827	136 090	178 665	58 201	105 841	37 694	65 933
Continente	1 297 722	116 022	1 230	68 228	5 049	1 762	90 115	232 686	34 553	115 588	21 833	51 385	131 451	170 511	56 179	101 791	35 830	63 509
Algarve	76 911	6 242	49	2 057	219	114	6 803	12 445	1 950	13 299	759	3 829	5 730	10 607	2 506	4 060	2 233	4 009
Loulé	14 034	1 120	12	396	36	19	1 546	2 302	376	1 964	131	963	1 049	2 182	346	555	351	686
São Brás de Alportel	1 753	212	1	75	9	2	214	317	30	194	11	54	109	200	61	130	41	93
Tavira	4 350	707	7	101	13	10	315	690	51	820	44	242	354	387	136	166	132	175

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	1 358 357	9,4%	0,1%	5,2%	0,4%	0,1%	6,9%	17,8%	2,7%	9,1%	1,7%	3,9%	10,0%	4,3%	7,8%	2,8%	4,9%	
Continente	1 297 722	8,9%	0,1%	5,3%	0,4%	0,1%	6,9%	17,9%	2,7%	8,9%	1,7%	4,0%	10,1%	4,3%	7,8%	2,8%	4,9%	
Algarve	76 911	8,1%	0,1%	2,7%	0,3%	0,1%	8,8%	16,2%	2,5%	17,3%	1,0%	5,0%	7,5%	13,8%	3,3%	5,3%	2,9%	5,2%
Loulé	14 034	8,0%	0,1%	2,8%	0,3%	0,1%	11,0%	16,4%	2,7%	14,0%	0,9%	6,9%	7,5%	15,5%	2,5%	4,0%	2,5%	4,9%
São Brás de Alportel	1 753	12,1%	0,1%	4,3%	0,5%	0,1%	12,2%	18,1%	1,7%	11,1%	0,6%	3,1%	6,2%	11,4%	3,5%	7,4%	2,3%	5,3%
Tavira	4 350	16,3%	0,2%	2,3%	0,3%	0,2%	7,2%	15,9%	1,2%	18,9%	1,0%	5,6%	8,1%	8,9%	3,1%	3,8%	3,0%	4,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 – INE, 2022.

Quadro 27 – Empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	1 301 000	126 907	1 023	66 469	4 890	1 282	92 328	215 033	34 237	112 347	21 312	51 940	134 105	176 636	57 503	103 397	37 113	64 478
Continente	1 244 194	114 902	994	64 691	4 808	1 236	89 257	207 988	32 661	105 889	20 626	50 533	129 586	168 699	55 511	99 422	35 281	62 110
Algarve	72 652	6 179	37	1 903	209	57	6 720	10 554	1 826	12 199	691	3 698	5 617	10 438	2 482	3 926	2 199	3 917
Loulé	13 192	1 115	9	356	34	13	1 529	1 891	357	1 764	120	931	1 029	2 148	343	536	346	671
São Brás de Alportel	1 719	211	1	73	9	1	214	304	27	187	11	54	106	200	61	128	41	91
Tavira	4 138	699	5	94	11	3	313	592	50	762	39	236	350	385	136	160	131	172

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	1 301 000	9,8%	0,1%	5,1%	0,4%	0,1%	7,1%	16,5%	2,6%	8,6%	1,6%	4,0%	10,3%	13,6%	4,4%	7,9%	2,9%	5,0%
Continente	1 244 194	9,2%	0,1%	5,2%	0,4%	0,1%	7,2%	16,7%	2,6%	8,5%	1,7%	4,1%	10,4%	13,6%	4,5%	8,0%	2,8%	5,0%
Algarve	72 652	8,5%	0,1%	2,6%	0,3%	0,1%	9,2%	14,5%	2,5%	16,8%	1,0%	5,1%	7,7%	14,4%	3,4%	5,4%	3,0%	5,4%
Loulé	13 192	8,5%	0,1%	2,7%	0,3%	0,1%	11,6%	14,3%	2,7%	13,4%	0,9%	7,1%	7,8%	16,3%	2,6%	4,1%	2,6%	5,1%
São Brás de Alportel	1 719	12,3%	0,1%	4,2%	0,5%	0,1%	12,4%	17,7%	1,6%	10,9%	0,6%	3,1%	6,2%	11,6%	3,5%	7,4%	2,4%	5,3%
Tavira	4 138	16,9%	0,1%	2,3%	0,3%	0,1%	7,6%	14,3%	1,2%	18,4%	0,9%	5,7%	8,5%	9,3%	3,3%	3,9%	3,2%	4,2%

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 – INE, 2022.

Quadro 28 – Volume de negócios das empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	371 475 656	7 711 410	1 105 684	86 438 490	19 314 161	3 674 805	23 645 337	140 635 999	17 485 760	9 611 383	15 175 879	8 913 978	13 909 996	11 057 533	1 601 802	7 540 349	2 146 183	1 506 908
Continente	361 547 211	7 305 081	1 091 414	85 240 699	18 898 396	3 597 576	22 744 974	136 196 328	16 817 260	9 094 773	14 952 598	8 733 518	13 607 148	10 807 334	1 572 489	7 343 035	2 091 211	1 453 377
Algarve	7 991 515	313 763	11 870	298 686	17 659	192 195	1 149 158	3 050 570	177 398	1 116 228	60 907	424 172	301 717	363 718	52 275	283 340	122 944	54 915
Loulé	1 743 849	30 074	...	43 849	...	49 055	246 121	658 827	56 393	236 654	15 041	150 034	64 994	87 974	10 247	40 446	38 937	12 286
São Brás de Alportel	155 386	23 834	22	...	23 576	71 178	3 592	6 869	124	3 540	7 246	3 883	468	7 502	486	867
Tavira	323 578	32 302	...	9 689	36	10 761	47 402	114 034	...	44 534	1 252	18 721	14 999	7 421	1 370	7 791	5 725	3 114

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	371 475 656	2,1%	0,3%	23,3%	5,2%	1,0%	6,4%	37,9%	4,7%	2,6%	4,1%	2,4%	3,7%	3,0%	0,4%	2,0%	0,6%	0,4%
Continente	361 547 211	2,0%	0,3%	23,6%	5,2%	1,0%	6,3%	37,7%	4,7%	2,5%	4,1%	2,4%	3,8%	3,0%	0,4%	2,0%	0,6%	0,4%
Algarve	7 991 515	3,9%	0,1%	3,7%	0,2%	2,4%	14,4%	38,2%	2,2%	14,0%	0,8%	5,3%	3,8%	4,6%	0,7%	3,5%	1,5%	0,7%
Loulé	1 743 849	1,7%	/	2,5%	/	2,8%	14,1%	37,8%	3,2%	13,6%	0,9%	8,6%	3,7%	5,0%	0,6%	2,3%	2,2%	0,7%
São Brás de Alportel	155 386	/	/	15,3%	0,0%	/	15,2%	45,8%	2,3%	4,4%	0,1%	2,3%	4,7%	2,5%	0,3%	4,8%	0,3%	0,6%
Tavira	323 578	10,0%	/	3,0%	0,0%	3,3%	14,6%	35,2%	/	13,8%	0,4%	5,8%	4,6%	2,3%	0,4%	2,4%	1,8%	1,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 – INE, 2022.

Legenda: ... Valor confidencial

Quadro 29 – Valor acrescentado bruto das empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2020

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	94 186 512	2 098 545	434 733	21 135 492	4 114 354	1 545 598	7 782 105	18 912 045	5 148 231	3 183 830	7 449 755	2 877 101	7 111 981	6 345 524	948 064	3 494 266	958 847	646 043
Continente	91 631 556	1 968 745	439 949	20 894 657	3 922 226	1 499 894	7 468 988	18 299 229	4 969 374	3 005 491	7 353 168	2 825 394	6 890 426	6 213 843	930 489	3 398 971	931 710	619 001
Algarve	2 484 413	134 257	5 333	103 811	6 808	90 773	389 907	485 739	72 337	421 305	35 112	139 467	186 306	182 368	34 254	132 495	41 446	22 696
Loulé	562 283	12 672	...	14 919	...	29 079	77 158	97 011	27 258	93 971	7 816	61 165	39 232	54 629	6 996	18 416	15 174	5 479
São Brás de Alportel	43 830	8 649	17	...	7 682	10 089	970	2 961	90	1 567	3 540	2 326	341	3 889	167	575
Tavira	109 513	14 370	...	3 301	28	4 203	16 325	18 635	...	19 750	589	4 284	10 917	4 610	846	4 253	3 766	1 594

Região Concelho	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	94 186 512	2,2%	0,5%	22,4%	4,4%	1,6%	8,3%	20,1%	5,5%	3,4%	7,9%	3,1%	7,6%	6,7%	1,0%	3,7%	1,0%	0,7%
Continente	91 631 556	2,1%	0,5%	22,8%	4,3%	1,6%	8,2%	20,0%	5,4%	3,3%	8,0%	3,1%	7,5%	6,8%	1,0%	3,7%	1,0%	0,7%
Algarve	2 484 413	5,4%	0,2%	4,2%	0,3%	3,7%	15,7%	19,6%	2,9%	17,0%	1,4%	5,6%	7,5%	7,3%	1,4%	5,3%	1,7%	0,9%
Loulé	562 283	2,3%	/	2,7%	/	5,2%	13,7%	17,3%	4,8%	16,7%	1,4%	10,9%	7,0%	9,7%	1,2%	3,3%	2,7%	1,0%
São Brás de Alportel	43 830	/	/	19,7%	0,0%	/	17,5%	23,0%	2,2%	6,8%	0,2%	3,6%	8,1%	5,3%	0,8%	8,9%	0,4%	1,3%
Tavira	109 513	13,1%	/	3,0%	0,0%	3,8%	14,9%	17,0%	/	18,0%	0,5%	3,9%	10,0%	4,2%	0,8%	3,9%	3,4%	1,5%

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 – INE, 2022.

Legenda: ... Valor confidencial

Nas freguesias onde se insere a área de estudo do Programa destacam-se um conjunto diverso de atividades, que com menor ou maior impacto económico, compõem a identidade cultural deste território.

As indústrias transformadoras têm pouca relevância nas freguesias abrangidas pela AI. Contudo, importa destacar os telheiros, que podem ser considerados como uma unidade tradicional de produção de materiais cerâmicos para a construção. A cerâmica de construção, mais concretamente a produção de telhas artesanais, ladrilhos e tijolos burro, é considerada imagem de marca da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pois constitui um local privilegiado para desenvolver a atividade, uma vez que dispõe da matéria-prima necessária – o barro.

Como anteriormente analisado o sector terciário é o principal responsável pela atividade económica e emprego, nomeadamente pelas categorias “Comércio por Grosso e a Retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e “Alojamento, restauração e similares”. Grande parte da população ativa é absorvida por este setor, o que revela uma especialização da economia local na área dos bens e serviços, com maior incidência no turismo e atividades associadas. Pelo seu peso e importância económica e estratégica o turismo será abordado com maior detalhe.

Para uma análise do setor do turismo, foram considerados os dados do Anuário Estatístico da Região Algarve - 2021, mas também do SIGTUR (Sistema de Informação Geográfica do Turismo).

No Quadro 30 é possível identificar o número de alojamento turístico, empreendimentos turísticos (ET) e alojamentos locais (AL), que existem atualmente nas freguesias que integram a AI.

Todas as freguesias em análise dispõem de alojamento turístico exceção feita à freguesia do Cachopo, que não dispõe de empreendimentos turísticos. A freguesia de Cachopo tem um total de seis alojamentos locais (35 camas) e Santa Catarina da Fonte do Bispo dispõe de uma oferta de 57 alojamentos locais e 5 empreendimentos turísticos (410 camas), que, no entanto, representam uma pequena proporção do total da oferta do concelho de Tavira.

A freguesia de Salir dispõe de 141 alojamentos locais e 2 empreendimentos turísticos, correspondentes a 989 camas, mas que são uma muito pequena fração da oferta do concelho de Loulé.

A freguesia de São Brás de Alportel é a que dispõe de maior oferta consideravelmente às outras freguesias, com 141 alojamentos locais e 5 empreendimentos turísticos, com um total de 969 camas disponíveis.

Quadro 30 – Número de alojamentos turísticos e capacidade de alojamento, nas freguesias que integram a AI do Programa, SIGTUR 2023

Concelho	Freguesia	Número total de empreendimentos turístico, 2023	Número total de alojamento local, 2023	Capacidade, em número de camas, 2023
Loulé		78	6497	55103
	Salir	2	114	989
São Brás de Alportel		5	141	969
	São Brás de Alportel	5	141	969
Tavira		42	2019	19193
	Cachopo	0	6	35
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	5	57	410

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal - SIGTUR, 2023

Na Figura 24, Figura 25 e Figura 26, é possível observar a dispersão territorial dos empreendimentos turísticos e dos alojamentos locais, respetivamente, que constituem a oferta de alojamento da região, mas também a sua evolução ao longo do tempo, com os alojamentos locais a aparecerem apenas a partir de 2012, mas a partir de 2019 já serem em maior número do que os ET, que têm apresentado um crescimento mais moderado.

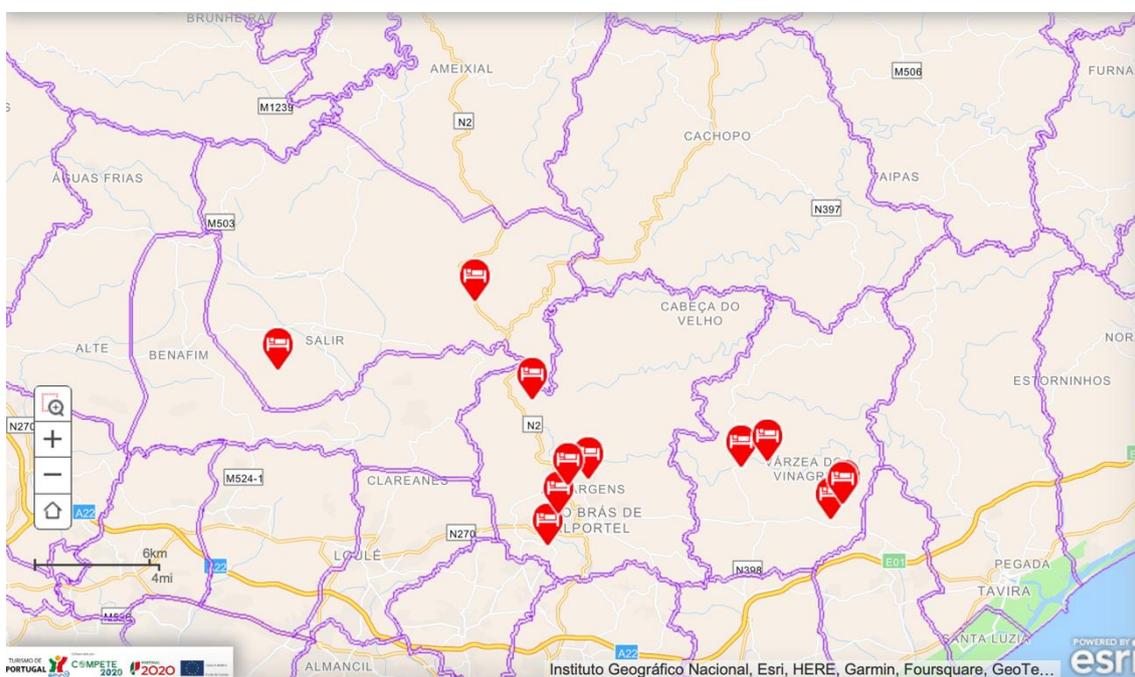


Figura 24 – Distribuição dos empreendimentos turísticos, nas freguesias da AI do PRGP SC

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal - SIGTUR, 2023

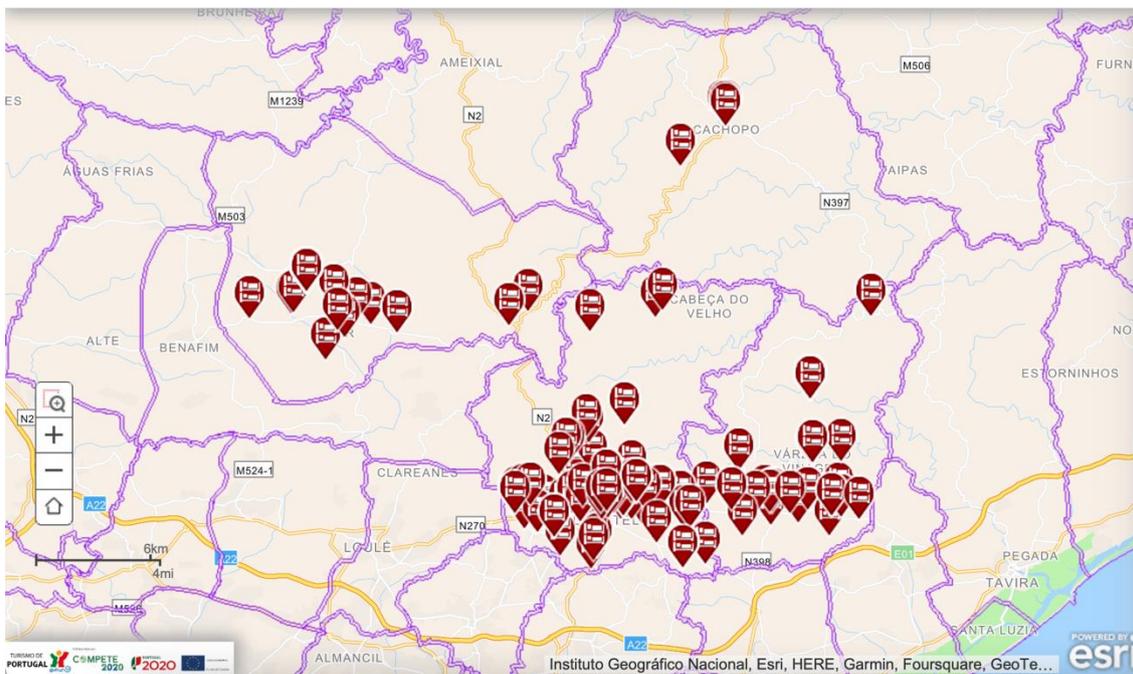


Figura 25 – Distribuição dos alojamentos locais nas freguesias da AI do Programa, SIGTUR (março 2023)

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal - SIGTUR, 2023.

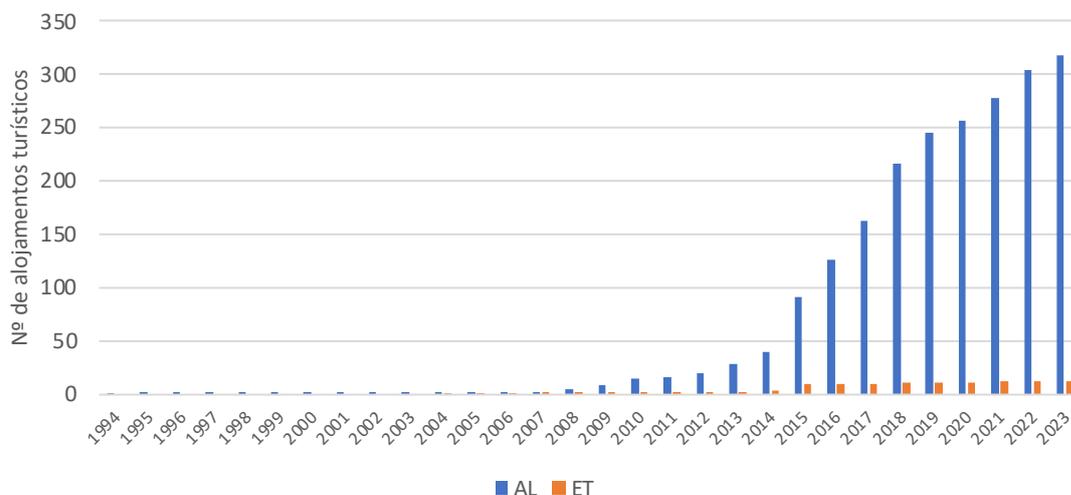


Figura 26 – Evolução do número total de alojamentos turísticos, por tipo de alojamento

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal - SIGTUR, 2023.

A análise dos proveitos decorrentes do alojamento turístico ao nível do concelho pode ser realizada com recurso ao anuário estatístico da Região. Destaca-se o concelho de Loulé que representa, face a todo o território algarvio, 14% do total de hóspedes, 15% das dormidas e cerca de 19% do total de proveitos.

O concelho de Tavira apresenta o segundo melhor desempenho em relação a hóspedes, dormidas e proveitos de aposento com um valor vinte e duas vezes mais alto do que o número de hóspedes registados em São Brás de Alportel. Na sua totalidade, São Brás de Alportel representa 0,18% do total de hóspedes acolhidos na região algarvia (Quadro 31).

Quadro 31 – Hóspedes, dormidas e proveitos nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2021

Região	Hóspedes	Dormidas	Proveitos de aposento
Concelho	Total (N.º)	Total (N.º)	Total (milhares de euros)
Portugal	14 462 011	37 332 422	1 752 251
Continente	13 027 777	31 480 167	1 513 700
Algarve	2 725 134	10 874 036	571 982
Loulé	384 773	1 603 841	110 790
São Brás de Alportel	4 967	11 192	732
Tavira	109 275	425 087	18 183

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 – INE, 2022

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões destas freguesias, impõe-se como fundamental para o desenvolvimento global do território. A base deste impulso passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades locais e promoção da articulação e complementaridade da oferta turística.

A freguesia de Salir tem potencialidades turísticas em diversas vertentes, como o turismo de natureza, o turismo de habitação e o turismo cinegético. O sítio do Malhão, o Serro dos Negros, o Serro do Alganduro, a Rocha da Pena, a Nave do Barão, a Cruz Alta, o Castelo de Salir, a Cabaça, o Carrasqueiro, o Morgado de Salir, a Rota das Noras e Azenhas, entre outros, constituem excelentes zonas de aptidão turística. A Festa da Espiga, celebrada na Quinta-feira de Ascensão (maio) é o acontecimento mais relevante ao nível das manifestações tradicionais da Freguesia de Salir, uma vez que encerra aspetos verdadeiramente ancestrais que estão relacionados com as raízes culturais das suas gentes. O desfile etnográfico, único no País, funciona como atrativo turístico a par de uma mostra/feira do mais genuíno artesanato.

A freguesia de São Brás de Alportel tem no turismo e nas atividades recreativas um pilar fundamental, nomeadamente o património de São Brás de Alportel, a Rota da EN2, a Rota da Cortiça, desporto/aventura, os percursos pedestres e os eventos/festividades. Estes aspetos fazem parte de uma nova tendência e de um novo paradigma de turismo associado à gastronomia, natureza e ambiente e ao mundo rural, situação que muito pode vir a beneficiar este território.

Esta freguesia possui vários percursos pedestres, percursos de BTT e passeios de natureza. Neste contexto importa destacar a Via Algarviana, um percurso turístico de natureza e cultura que atravessa a freguesia, podendo ser explorado nesse âmbito. A Via Algarviana é uma Grande Rota Pedestre (GR13) que liga Alcoutim ao Cabo de S. Vicente, com uma extensão de 300km, na sua maioria instalados na Serra Algarvia. Para além do seu valor intrínseco, a Via Algarviana pode ser considerada a “espinha-dorsal” de uma rede de percursos pedestres no Algarve, que a complementam e lhe criam diversas alternativas, ao sabor dos gostos e das capacidades dos caminhantes. Houve a preocupação de aproximar a Via dos locais de maior interesse natural e cultural, bem como de serviços de alojamento e restauração, incluindo empreendimentos de Turismo Rural, e aldeias típicas do interior algarvio. A incidência do projeto na atividade turística concretiza-se em dois planos: como produto específico, que atrai à região um público interessado em caminhar e conhecer a autenticidade do território, onde ainda se preservam valores culturais e naturais próprios; e/ou como mais um produto turístico que o Algarve tem para oferecer no quadro da diversificação e complementaridade, com outros domínios de oferta existentes. A Via Algarviana enquanto grande rota, e em complemento com as pequenas rotas com que se intersecta ao longo do seu traçado, pode contribuir para a complementaridade da oferta, mas também afirmar-se como um produto específico com um público próprio.

A freguesia de Cachopo possui uma forte identidade serrana que se expressa nas diversas tradições e festividades anuais, na prática de tecelagem e artesanato em madeira, na cestaria, na gastronomia e outras. Para quem visita a freguesia de Cachopo, é possível realizar passeios pedestres, visitar o Núcleo Museológico de Cachopo, observar o rico património arqueológico, natural e cultural e desfrutar de gastronomia tradicional. Destacam-se a Igreja Matriz de Santo Estêvão no centro da aldeia de Cachopo, as casas circulares vulgarmente conhecidas por palheiros. Estas construções em pedra e telhados de colmo ou junco da ribeira, de origem pré-histórica, servem para o armazenamento de alimentos para animais. Destaca-se também o Parque da Fonte Férrea de Cachopo, cujo nome deriva da qualidade das suas águas ricas em ferro, rodeada por uma vegetação imponente. No Sítio da Feiteira está o Miradouro Natural do Cerro do Malhanito, a 479 metros de altura, a partir do qual é possível usufruir da paisagem da serra e do barrocal.

Para quem visita a freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo é possível realizar passeios pedestres e conhecer a Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, a qual tem como finalidade a divulgação e promoção dos produtos aí confeccionados e outros de características locais e regionais, assim como mostrar aos visitantes as diferentes fases de produção e os utensílios utilizados. Do ponto de vista paisagístico, o ponto mais alto da Serra localiza-se em Alcaria do Cume (535 metros), nesta freguesia.

Os produtos artesanais são objetos únicos que refletem a cultura da região onde são criados. Essa riqueza está patente na variedade e qualidade das obras produzidas pelos artesãos, na diversidade das técnicas e dos materiais utilizados e na autenticidade com que integram os modos de vida e de

sentir da população local. De entre as várias artes, podem destacar-se a tecelagem (trabalho em linho, desenvolvido em Cachopo), destilarias (fabrico tradicional de aguardente (Cachopo e em Santa Catarina da Fonte do Bispo), albardaria (Cachopo), telhas, tijolos de burro e ladrilhos (Santa Catarina da Fonte do Bispo).

As freguesias de Salir, Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são considerados territórios de baixa densidade. Os projetos localizados nos territórios de baixa densidade têm vantagens ao nível dos incentivos e dos programas de apoios existentes, no âmbito do Portugal 2020, Portugal 2030 e Turismo de Portugal, o que pode constituir uma oportunidade para estas freguesias.

Segundo o Recenseamento Agrícola (RA), a área de culturas permanentes manteve-se quase inalterada no conjunto das freguesias da AI: em 1989 (5 973 ha) e em 2019 (5 811 ha)⁵. A análise do Quadro 32 permite verificar que essa não alteração decorreu do aumento da área de culturas permanentes nas freguesias de Salir (20,8%), São Brás de Alportel (14,3%) e Cachopo (232%) e uma pronunciada diminuição na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo (-49%). Contudo, com exceção da freguesia de Cachopo, estas variações de área de culturas permanentes ocorrem, em mais de 75%, em zonas das freguesias fora da AI⁶.

No mesmo período a área de culturas temporárias diminuiu mais de 87% em todas as freguesias, sendo que nas freguesias de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo, a área de culturas temporárias registada pelo RA 2019 é quase nula o que não é coerente com a COS 2018.

A informação proveniente do RA deve ser considerada para efeitos da análise da dinâmica das culturas agrícolas.

Quadro 32 – Evolução da área de culturas permanentes entre 1989 e 2019

		Salir	São Brás de Alportel	Cachopo	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Total
2019	Total	1 432	1 712	1 164	1 503	5 811
	Frutos de casca rija	868	894	767	759	3 288
	Olival	447	560	319	554	1 880
	Outras culturas permanentes	117	258	78	190	643
2009	Total	1 351	1 401	633	1 695	5 080
	Frutos de casca rija	708	649	227	839	2 423

⁵ Informação compatível com o registo da COS de um ligeiro aumento entre 1995 e 2018.

⁶ Na freguesia de Cachopo a área de culturas permanentes registada no RA 2019 não é coerente com a COS 2018

		Salir	São Brás de Alportel	Cachopo	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Total
2009	Olival	422	554	242	602	1 820
	Outras culturas permanentes	221	198	164	254	837
1999	Total	1 484	1 326	642	1 426	4 878
	Frutos de casca rija	809	615	387	763	2 574
	Olival	501	444	166	402	1 513
	Outras culturas permanentes	174	267	89	261	791
1989	Total	1 185	1 497	350	2 941	5 973
	Frutos de casca rija	663	707	230	1 350	2 950
	Olival	313	491	63	841	1 708
	Outras culturas permanentes	209	299	57	750	1 315

Quadro 33 – Evolução da área de culturas temporárias entre 1989 e 2019 por freguesia e variação em relação a 1989 (%)

	Freguesias	Área (ha)	Var (1989)
2019	Salir	130	-88,3%
	São Brás de Alportel	112	-87,4%
	Cachopo	14	-99,4%
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	1	-99,9%
	Total	257	-95,4%
2009	Salir	89	-92,0%
	São Brás de Alportel	27	-97,0%
	Cachopo	96	-96,0%
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	28	-97,7%
	Total	240	-95,7%
1999	Salir	850	-23,7%
	São Brás de Alportel	250	-71,8%
	Cachopo	797	-67,1%
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	284	-76,7%
	Total	2 181	-61,4%
1989	Salir	1 114	
	São Brás de Alportel	887	
	Cachopo	2 423	
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 220	
	Total	5 644	

Fonte: INE

Para o total do território das freguesias incluídas da AI e entre o RGA de 1989 e 2009, a evolução do número de animais é mostrada na Figura 27. Entre 1989 e 2009 o número de ovinos diminuiu 56%, o de caprinos 66% e o de bovinos 94%. Entre 2009 e 2019 deixou de existir bovinicultura, o número de ovinos diminuiu 36%, tendo os caprinos diminuído 10%.

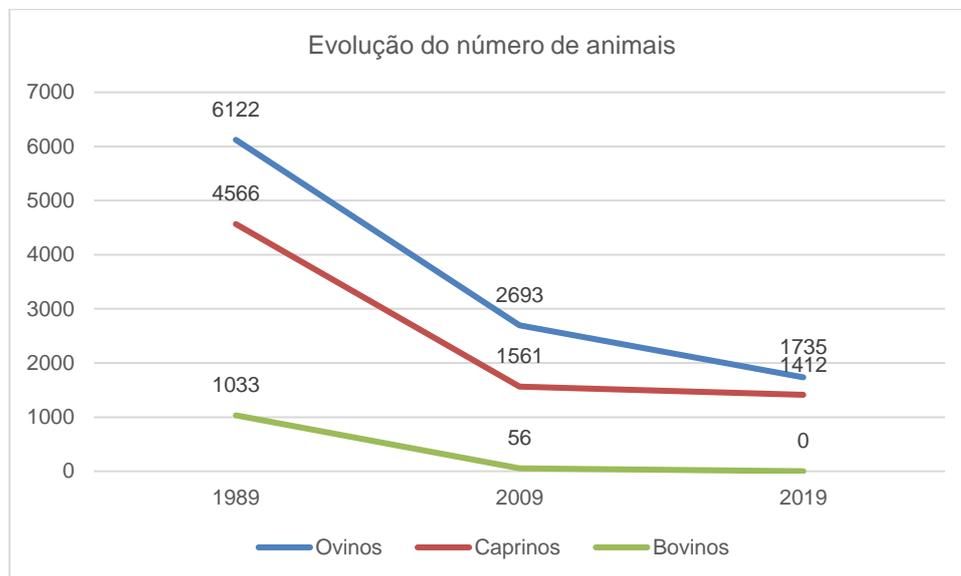


Figura 27 – Evolução do número de animais nas freguesias incluídas na AI do PRGP SC

Para a maior estabilidade do efetivo caprino na AI entre 2009 e 2019 poderá ter contribuído o apoio à raça Algarvia, no quadro dos apoios às raças autóctones. Existindo também uma raça autóctone ovina (Churra Algarvia), a comparação das necessidades das duas espécies e raças e a capacidade para as suprir na AI, sugere uma possível explicação para a maior estabilidade do efetivo caprino em detrimento do ovino.

Em 2019 nas freguesias incluídas na AI existiam 88 explorações com caprinos, 67% das quais com menos de 9 animais, existindo apenas 2 explorações com mais de 100 animais. A pecuária estabilizou a níveis muito baixos na AI, não existindo evidência de dinâmica de aproveitamento silvo-pastoril com dimensão relevante.

A AI encontra-se estabilizada quanto às áreas e atividades agrícolas de produção vegetal e animal, bem como quanto às atividades florestais.

A área de floresta de sobreiro, constitui a componente mais importante do valor económico e ambiental da AI.

Os dados dos IFN 4, 5 e 6, em conjunto com o impacto da medida de florestação de terras agrícolas decorrente do Regulamento n.º 2080/92, ajudam a clarificar a dinâmica dos povoamentos de pinheiro-manso na AI.

Verifica-se uma variação positiva entre o IFN 4 e 5 mas em que apenas 60% da superfície dos povoamentos de pinheiro-manso em 1995 mantinha a ocupação em 2005, isto é, ocorreu ocupação de novas áreas (o IFN regista que a ocupação, em 1995, das novas áreas de pinheiro-manso registadas em 2005, eram quase totalmente matos e pastagens). Entre 2010 e 2005 verifica-se uma estabilização da área e localização dos povoamentos (confirmada pela COS) que se mantém entre 2015 e 2010. Neste período, a COS regista uma estabilização compatível com os dados do IFN, o que significa que perdas provocadas pelo incêndio de 2012, não foram integralmente registadas ou ocorreu a substituição desses povoamentos por regeneração natural ou plantação.

O medronheiro encontra-se em toda a AI. Nas encostas umbrias, a espécie atinge maior desenvolvimento e potencial de produtividade. Tradicionalmente, o medronho destina-se à produção de aguardente, sendo o valor do fruto para o proprietário ou gestor (que não participe na apanha ou processamento industrial), bastante baixo ou quase nulo.

Contudo, é observável na AI o início do desenvolvimento da fruticultura do medronho, em alguns casos, com recurso a irrigação. Mesmo em exploração extensiva, a instalação ou adaptação destes pomares muda a organização da produção de medronho, constituindo uma alternativa económica válida para a transformação da paisagem na AI.

Os pomares de medronheiro facilitam a diversificação dos produtos (e.g consumo em fresco; produtos derivados ou processados, associação com produção de cogumelos) e permitem explorações rentáveis com muito maior incorporação da produção primária na cadeia de valor

Os dados entre 2009 e 2019 indicam um aumento muito substancial da apicultura nas freguesias da AI (ver Quadro 34). O número de colmeias e cortiços povoados aumentaram mais de 3,5 vezes nos últimos dez anos. A abundância e diversidade da flora melífera da AI (e.g. medronheiro, rosmaninho, alecrim, eucalipto) fornece as condições de base necessárias ao desenvolvimento da atividade.

Apesar dos riscos sanitários e associados à vespa velutina, em Portugal a apicultura encontra-se numa fase de expansão, tendo existido um esforço coordenado e apoiado pelo “Programa Apícola Nacional 2020-2022”.

O mel produzido na AI não está associado a nenhum regime de qualidade (DOP ou IGP).

Quadro 34 – Colmeias e cortiços povoados por freguesia incluída na AI e RA

Freguesias	1989	1999	2009	2019
Salir	1 867	2 870	2 065	5 073
São Brás de Alportel	765	947	554	2 346
Cachopo	1 876	3 433	1 277	4 255
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 542	1 310	504	4 489
Total	6 050	8 560	4 400	16 163

Fonte: INE

5.2.2.1.1 Análise SWOT

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT da situação atual do FCD2 Valorização do Território.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Valorização dos ativos do território			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 12 ZIF constituídas, abrangendo cerca de 50% da área do PRGP SC ▪ Áreas de caça associativa turística e municipal, que representam um potencial de atração de visitantes e de dinamização das áreas rurais ▪ Infraestrutura de percursos de caminhada e cicláveis (BTT) ▪ Património arqueológico e o património histórico e natural tal como, igrejas, miradouros, fontes, parques, etc., bem como os percursos pedestres, como por exemplo a Via Algarviana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grandes fogos florestais e problemas fitossanitários que têm vindo a afetar o sobreiro ▪ Elevada fragmentação da propriedade, com predomínio da micro propriedades que restringem o potencial de rentabilidade das explorações agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A dinamização da atividade agrícola e silvo pastoril, como um alicerce para a recuperação e valorização de produtos/recursos endógenos e tradicionais ▪ Implementação de estratégias que estimulem e valorização da produção de medronho e de mel ▪ Articulação das ZIF com o PRGP SC no sentido de estimular a dinamização das entidades envolvidas e tirar partido do seu potencial para a gestão e valorização da floresta ▪ Criação de mosaicos agrícolas e pastoreio que promovam descontinuidades no território ▪ Dinamização do emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, com aumento da produtividade e da competitividade dos produtores. ▪ Potenciar a atividade cinegética como elemento relevante para a gestão e valorização da AI ▪ Definição de usos compatíveis de recuperação, restauro e aproveitamento económico das áreas percorridas por fogos rurais ▪ Preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das galerias ripícolas, nomeadamente com as espécies autóctones ▪ Procura crescente de turismo de natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições para o adensamento de matos e matagais dos estágios iniciais da sucessão ecológica e que são dominados por espécies resistentes à seca e propensas para arderem ▪ Cenários previstos em termos de alterações climáticas de redução de precipitação, aumento do risco de erosão do solo, a desertificação e a perda da biodiversidade ▪ Aumento da presença de invasoras, como canaviais (<i>Arundo donax</i>) e manchas de acácias (<i>Acacia spp.</i>), nas linhas de água, com impactos significativos sobre o ecossistema, incluindo a alteração dos padrões de fluxo de água e a diminuição da qualidade da água

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Dinâmica socioeconómica			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas quatro freguesias verifica-se uma taxa de desemprego inferior à média da região Algarve e mesmo ao valor médio nacional ▪ Na maioria das freguesias o valor de empregabilidade do sector primário é mais elevado do que a média nacional ▪ O sector terciário é o principal responsável pela atividade económica e emprego, nomeadamente pelas categorias “Comércio por Grosso e a Retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e “Alojamento, restauração e similares” ▪ O grande potencial turístico nos concelhos de Loulé e de Tavira, reflete-se numa maior oferta de infraestruturas turísticas que dão suporte à oferta no eixo do turismo de lazer, cultura e natureza ▪ A produção de telhas artesanais, ladrilhos e tijolos burro, é considerada imagem de marca da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e constitui um local privilegiado para desenvolver a atividade, porque dispõe de barro 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A freguesia do Cachopo, não dispõe de empreendimentos turísticos ▪ Em 2021 a maior parte da população das freguesias da AI, tem reduzidas qualificações (essencialmente até ao nível de ensino básico), fator limitante do desenvolvimento da região ▪ Em 2021 o índice de envelhecimento da população das freguesias da AI, está acima da região do Algarve, bem como acima do nível Nacional ▪ De forma geral, os concelhos e as freguesias da AI apresentam uma baixa densidade populacional, inferior a Portugal Continental, sendo que as freguesias de Salir, Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são considerados territórios de baixa densidade ▪ A estrutura etária da AI é muito envelhecida, com predomínio de indivíduos com 75 ou mais anos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os projetos localizados nos territórios de baixa densidade têm vantagens ao nível dos incentivos e dos programas de apoios existentes, no âmbito do Portugal 2020, Portugal 2030 e Turismo de Portugal ▪ O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões das freguesias da AI impõe-se como um impulso fundamental para o desenvolvimento global do território 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despovoamento da AI ▪ Indisponibilidade/inexistência de mão-de-obra qualificada ▪ Incapacidade de gestão e manutenção das atividades agrícolas e florestais ▪ Agravamento da pirâmide etária invertida ▪ Declínio demográfico limita investimentos e novas intervenções no território

5.2.2.2 Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC)

a) Critério: Valorização dos ativos do território

Considerando o Critério Valorização dos ativos do território para a AI, e para dar cumprimento na presente avaliação ao objetivo de sustentabilidade que visa estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais, a análise incide sobre as estratégias de intervenção que suportam o Desenho da Paisagem Proposto (Parte II do Relatório do Plano), em particular no ponto 3 relativo à Estruturação e Transformação da Paisagem, concretizado em duas vertentes: a da reconversão e a da gestão da paisagem, assim como na espacialização da transformação da paisagem subjacente a este desenho.

Por forma efetuar a avaliação deste critério, foram analisados temas considerados relevantes designadamente os espaços florestais revitalizados, os mosaicos agrícolas mantidos e expandidos, as áreas rurais com gestão, as áreas ardidas reabilitadas, as linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas e propostas e o património cultural valorizado.

A Proposta de PRGP SC contempla um conjunto de ações para a **espaços florestais revitalizados**, tendo em vista uma melhor gestão e valorização dos povoamentos, designadamente:

- Promoção de uma abordagem integrada ao problema da perda de vitalidade das florestas de sobreiro, azinheira e de SAF de quercíneas, visando a melhoria do estado fitossanitário, dos povoamentos e a melhoria das funções produtivas e de conservação (13 611,29 ha);
- Diversificação das espécies arbóreas (eventual fomento de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*);
- Manutenção das áreas de pinheiro manso, mantendo as suas funções de proteção e conservação do solo e da água, permitindo uma eventual diversificação produtiva (e.g resinagem), e a continuidade do apoio à manutenção dos povoamentos e a remuneração dos serviços dos ecossistemas;
- Gestão das áreas de matos em função do declive e da localização, dentro das AEGC (1 369,20 ha) e fora das AEGC (11 202, 23 ha);
- Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta.

No que se refere à **manutenção e expansão dos mosaicos agrícolas e silvo-pastoris**, a Proposta de PRGP SC prevê:

- o combate à dispersão de minifúndios promovendo ações de emparcelamento, por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos;

- de áreas de agricultura são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas inseridas em RAN, para outras áreas contíguas com potencial agrícola e para áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas, contribuindo para o mosaico agrícola heterogéneo com áreas abertas (2 488,30 ha) e constituição de mosaicos agro-sivo-pastoril de áreas abertas (12 762,95 ha), num total de 15 251,25 ha;
- a preservação dos solos com melhor aptidão agronómica para a instalação de novas culturas;
- aposta nos produtos endógenos com qualidade regional;
- a criação de condições para a fixação de população jovem.

Relativamente às **áreas rurais com gestão**, a Proposta de PRGP SC prevê a dinamização de um conjunto de iniciativas de gestão colaborativa existentes e propostas, entre as entidades envolvidas e os interlocutores locais, tendo em vista uma melhor gestão, operacionalização e valorização destas áreas, designadamente:

- Os principais aglomerados populacionais são revitalizados (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem (AIGP a criar) e possibilidade de constituição de Condomínios de Aldeia;
- Revitalização de aglomerados populacionais onde exista atividade humana, com papel ativo na dinamização do território (agricultores, pastores...).
- Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta.
- Promoção e incentivo de uma gestão multifuncional das propriedades, que permita combinar diferentes atividades económicas, como a produção florestal, pequena agricultura, pastoreio e/ou turismo que, em conjunto, consigam gerar mais-valias suficientes para garantir rentabilidade aos proprietários e assim estimular uma gestão ativa e maior atratividade.
- Incentivo à constituição de entidades de gestão coletiva (agrupamentos de proprietários) para intervenção com escala territorial relevante, tendo em vista a promoção do investimento e a gestão ativa das propriedades.

No que se refere às **áreas linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas**, a Proposta de PRGP SC tendo em vista a preservação e valorização das linhas de água existentes e da vegetação das respetivas galerias ripícolas, contempla as seguintes ações:

- Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes;
- Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies autóctones melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água);
- Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica (755,59ha);

- Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica (201,78ha).

Quanto à **património cultural valorizado**, a Proposta de PRGP SC prevê a promoção do património natural e cultural enquanto ativo turístico, através das seguintes ações:

- Incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético, científico e criativo e das atividades desportivas), tradicionais e gastronómicas;
- Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza (birdwatching, percursos cicláveis e de caminhada);
- Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região;
- Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2, que dê resposta crescente procura, disponibilizando espaços de alojamento, alimentação, estadia e visitação;
- Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural, tendo em vista a sua visitação e usufruto;
- Estruturar a rede de rotas pedestres existentes, enquanto ativo turístico e económico a promover e a valorizar;
- Revitalização de aglomerados populacionais onde exista atividade humana, com papel ativo na dinamização do território (agricultores, pastores...).

Atendendo ao conjunto de ações descritas, contempladas pela Proposta de PRGP SC, verifica-se que constituem iniciativas alinhadas em soluções baseadas na natureza (NBS) que apoiam o desenvolvimento sustentável, isto é, mediante o aproveitamento da natureza para o desenvolvimento económico da região e a criação de emprego, respeitando as populações locais, a cultura e as tradições e conduzindo ao restauro dos recursos naturais.

Assim sendo, as iniciativas previstas no âmbito da Proposta do Programa contemplam “...ações de proteção, conservação, restauro, utilização sustentável e gestão de ecossistemas terrestres naturais ou modificados terrestres, que abordam os desafios sociais, económicos e ambientais de forma eficaz e adaptativa, ao mesmo tempo que proporcionam benefícios humanos de bem-estar, ecossistemas e resiliência e biodiversidade.”

b) Critério: Dinâmica socioeconómica

Considerando o Critério Dinâmica Socioeconómica para a AI, e para dar cumprimento na presente avaliação ao objetivo de sustentabilidade que visa estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais, a análise incide sobre as estratégias de intervenção que suportam o Desenho da Paisagem Proposto (Parte II do Relatório do Plano), em particular no ponto 3 relativo à Estruturação e Transformação da Paisagem.

Para concretizar a avaliação deste critério, foram analisados temas considerados relevantes na diversificação das atividades económicas do território em estudo (agricultura, floresta, silvopastorícia, turismo e cultura) assim como nos apoios financiados aos espaços rurais, criação de emprego, fixação da população e dinamização dos aglomerados populacionais, no sentido de avaliar as suas tendências de evolução, decorrentes da implementação da Proposta do PRGP SC.

Atendendo aos temas e ações relevantes no desenho da paisagem, ao cenário de Transição Positiva selecionado a ser adotado no Programa e às estratégias de intervenção contempladas na Proposta do PRGP SC, no que respeita às atividades económicas consideradas a Proposta prevê a dinamização destes setores a diversos níveis, potenciando uma atividade produtiva multifuncional das propriedades e considerando uma abordagem inter-geracional que garanta a continuidade e a sustentabilidade do processo de recuperação deste território.

A dinamização das atividades económicas será sustentada nas intenções da Proposta de expansão das áreas agrícolas e de pastagem, assim como na reconversão das áreas de matos em áreas de matos geridos e em mosaicos-agro-silvo-pastoril que, associados aos regimes de gestão propostos, conduzirão tendencialmente:

- ao aumento das atividades económicas relacionadas;
- ao aumento do número de empresas agrícolas dinamizadas ou criadas;
- ao incremento da atividade cinegética;
- ao fomento da pecuária de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos);
- à instalação de culturas emergentes (medronho e alfarroba);
- ao aumento da oferta e divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região.

No que à atividade turística diz respeito, a Proposta para a Serra do Caldeirão prevê apostar numa oferta diferenciada e complementar, relativamente aos habituais produtos “Sol e Mar”, concentrando-se a sua principal procura no período do ano que vai de outubro a maio.

Tendencialmente prevê-se um maior incremento das atividades turísticas relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como as atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas, que deverão ser estruturadas, incrementadas e divulgadas.

Também a cerâmica de construção, mais concretamente a produção de telhas artesanais, ladrilhos e tijolos burro, deverá ter incremento.

O corredor turístico ao longo da estrada N2 será criado, assim como a rede de percursos cicláveis e de caminhada estruturadas, sinalizadas e divulgadas.

Perspetivam-se assim efeitos positivos na criação de oportunidades de emprego numa lógica de renovação geracional através da captação de jovens empreendedores, favorecendo a fixação de população ativa nestes territórios, desenvolvendo as suas atividades, gerando rendimentos ao mesmo tempo que prestam um serviço público de gestão dos ecossistemas e da paisagem.

A Proposta prevê a revitalização dos principais aglomerados populacionais (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem (AIGP a criar) e possibilidade de constituição de Condomínios de Aldeia.

Em resposta às dinâmicas socioeconómicas imprimidas pela Proposta do Programa, para o território, prevê-se a fixação da população na Serra, a viver ou a trabalhar, contribuindo para manter a identidade cultural e promover o património local.

No âmbito do Programa de Transformação da Paisagem, para as áreas e ações prioritárias do PRGP SC serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas (fundamentalmente Serviços de Ecossistemas de regulação e culturais), por um período de 10 a 15 anos, acompanhados por um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados.

5.2.2.3 Medidas e Recomendações

Apresentam-se seguidamente as Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão do FCD2 Valorização do Território.

Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão (elaboração da Proposta de PRGP SC)

- Prever a adoção do programa de apoio ao emparcelamento rural simples tendo em vista aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos
- Prever a elaboração do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
- Prever ações de formação de jovens empreendedores tendo em vista a renovação geracional nas áreas da produção florestal, agrícola e pecuária
- Prever ações de formação em atividades tradicionais existentes na AI, como a produção artesanal de cerâmica de construção (telhas artesanais, ladrilhos e tijolos burro)
- Prever ações de sensibilização, formação e partilha de informação relativa às necessidades de conservação dos valores naturais existentes, junto de proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população em geral e visitantes
- Prever a identificação de “pontos de atividade humana” e atores do território com capacidade para dinamizarem e catalisarem outros atores, numa dinâmica fundamental à criação e operacionalização das AIGP

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)

- Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem – floresta revitalizada, mosaicos agrícolas e agro-silvo-pastoril criados, rede hidrográfica requalificada e galerias ripícolas reabilitadas e criadas e património natural e cultural valorizados
- Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
- Incentivar e avaliar as áreas objeto de emparcelamento da propriedade rústica
- Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento
- Promover a dinamização das ZIF na articulação e implementação do PRGP SC
- Assegurar a constituição e implementação das AIGP previstas na proposta do PRGP SC
- Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros
- Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras
- Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas a nível das atividades económicas, das empresas existentes, do efetivo pecuário, das áreas de culturas emergentes e dos produtos endógenos
- Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas)
- Monitorizar as ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural
- Criar mecanismos de atração de empresas, incentivos à criação de empregos e à fixação de população ativa
- Avaliar a aplicação de financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas para as áreas e ações identificadas como prioritárias

5.2.2.4 Quadro de Governança

Apresenta-se em seguida o Quadro de Governança referente ao FCD2 Valorização do Território.

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
DGT, ICNF, APA, DRAP Algarve DGPC, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - floresta revitalizada, mosaicos agrícolas expandidos, mosaicos agro-silvo-pastoris, rede hidrográfica e galerias ripícolas e património natural e cultural ▪ Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
APA, ICNF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras ▪ Prever ações de sensibilização, formação e partilha de informação relativa à conservação dos valores naturais existentes (proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população em geral e visitantes)
ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros
DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas ▪ Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento

Entidades	Ações a desenvolver
DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos
Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a aplicação de financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas
ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidade gestora e proprietários ou produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a dinamização das ZIF na implementação do PRGP SC
DGT, ANEPC, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a constituição e implementação da AIGP proposta no PRGP SC

5.2.3 FCD3 Serviços dos Ecossistemas

5.2.3.1 Análise da Situação de Referência

a) **Critério: Provisão dos serviços dos ecossistemas**

Atendendo ao objetivo de sustentabilidade que visa **incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas**, é verificada na situação de referência a inexistência de remuneração destes serviços e de que forma, para a AI do PRGP SC, poderão vir a ser objeto de remuneração dos serviços prestados por estes ecossistemas mais relevantes, aquando da implementação do PRGP SC.

Tendo em conta o retrato efetuado no Diagnóstico Prospetivo do Programa, a AI evidencia o abandono de extensas áreas florestais e agroflorestais que agravam o desemprego e dificultam a fixação de população neste território.

A constatação da perda de vitalidade dos povoamentos de sobreiro associada à degradação da capacidade de gestão e de manutenção dos terrenos agroflorestais, assim como o envelhecimento e a diminuição da população residente, justificam o abandono de muitas destas explorações.

Face a este cenário atual, a necessidade de promover um ordenamento e uma gestão das áreas florestais e agroflorestais adequados, constituem objetivos do presente Programa, no sentido de os poder transformar num modelo de ocupação territorial sustentável.

Um dos caminhos para ultrapassar os problemas enunciados passa por reconhecer que, para o exemplo relativo aos espaços florestais e agroflorestais estes podem fornecer, para além dos produtos lenhosos e não lenhosos habitualmente transacionados nos mercados, muitos outros contributos para o bem-estar da sociedade e preservação do capital natural.

Exemplos destes contributos, que não são valorizados ou insuficientemente valorizados pelos mercados, são os seguintes:

- Controlo da erosão;
- Regulação do ciclo hidrológico;
- Conservação da biodiversidade;
- Redução da suscetibilidade ao fogo;
- Reforço da qualidade da paisagem e identidade cultural;
- Oportunidades de recreio e turismo de natureza.

Conforme metodologia adoptada no âmbito da elaboração do PRGP SC, os Serviços dos Ecossistemas (SE) são definidos neste trabalho como os benefícios que as pessoas tiram dos ecossistemas ou, como **os contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar humano** (Haines-Young e Potschin, 2018).

Os SE são agrupados em três secções principais:

- (1) **serviços de aprovisionamento**, que dizem respeito aos bens ou produtos extraídos dos ecossistemas, tais como a produção agrícola e pecuária, a produção de madeira e outras fibras, plantas silvestres para consumo, ou a água para consumo humano;
- (2) **serviços de regulação e manutenção**, que se referem aos benefícios associados ao controlo dos processos naturais, tais como a regulação hidrológica, o controlo de erosão, a regulação climática, a polinização, a manutenção de habitats ou o controlo do risco de incêndio;
- (3) **serviços culturais**, que se relacionam com os benefícios não materiais que se obtêm dos ecossistemas, tais como as oportunidades de recreio e lazer, o valor estético de uma paisagem ou o seu valor cultural, ou o próprio valor de existência.

Com o foco nos espaços florestais existentes, podem encontrar-se sistemas onde a gestão necessária à obtenção de serviços de aprovisionamento pode contribuir também diretamente para os serviços de manutenção e serviços culturais.

É exemplo desta sinergia os povoamentos de sobreiro e de SAF de sobreiro, que geram serviços de aprovisionamento como seja a cortiça, sendo que a sua gestão também poderá contribuir quer para o aumento da sua vitalidade e produtividade, assim como para o aumento da resiliência aos fogos rurais, para a conservação de habitats e espécies, para a conservação do solo e para a manutenção do valor identitário da paisagem.

A possibilidade de uma futura remuneração dos SE nestas áreas passará também pela reconversão de áreas de matos em mosaicos agro silvo pastoris ou matos geridos, associados a regimes de gestão de combustíveis, de cinegética e silvo pastorícia, contribuindo assim para o mosaico com áreas abertas

e promovendo a resiliência destes territórios ao fogo e aos riscos, decorrentes das alterações climáticas.

Assim sendo, para que as áreas florestais, agroflorestais e de matos passem a contribuir para a provisão dos serviços de regulação e manutenção e serviços culturais dos ecossistemas, não valorizados pelos mercados, ou se valorizados, apenas de forma parcial e insuficiente, é necessária a adoção de políticas públicas de natureza ambiental.

Estas políticas deverão alinhar os interesses da sociedade e das gerações futuras com as necessidades dos atuais proprietários e gestores das terras, garantindo a devida valorização das propriedades rurais e a promoção da sua gestão sustentável, contrariando ou minimizando os graves problemas de abandono do território, vulnerabilidade aos fogos rurais e agravamento dos riscos decorrentes das alterações climáticas.

O pagamento por SE, reconhecidos como um importante instrumento de política de ambiente, baseia-se na realização de pagamentos, de forma continuada, a um conjunto de proprietários ou gestores rurais em troca de um fluxo de serviços dos ecossistemas, ou da adoção de uma ocupação do solo e de práticas de gestão, que potenciem esses fluxos.

A sua remuneração será efetuada através de recursos financeiros públicos (de Portugal ou EU) com complementos de outros contributos financeiros que sejam possíveis de mobilizar, tais como beneficiários diretos ou doadores, cumprindo um programa de pagamentos estabelecido e de monitorização da evolução do fornecimento dos SE.

A identificação inicial dos serviços dos ecossistemas mais relevantes na AI do PRGP SC, para a situação de referencia, foi efetuada pela equipa do Programa e resultou numa lista de 15 SE prioritários conforme Figura 28, incluindo 5 serviços de aprovisionamento, 5 serviços de regulação e 5 serviços culturais, de acordo com o referencial europeu CICES – Common International Classification of Ecosystem Services (www.cices.eu), que define os SE como os contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar humano.

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO		
<p>PRODUÇÃO AGRÍCOLA Ex: produtos da atividade agrícola como hortícolas, vinho, azeite, mel, etc.</p>		
<p>PECUÁRIA Ex: produtos da atividade pecuária como a carne e leite de cabra, ovelha, etc.</p>		
<p>PLANTAS SILVESTRES E OUTROS PRODUTOS Ex: apanha de medronho, cogumelos, plantas medicinais e aromáticas, etc.</p>		
<p>FIBRAS E OUTROS MATERIAIS Ex: cortiça, madeira, etc.</p>		
<p>CAÇA Ex: usufruto e produtos da atividade cinegética.</p>		
SERVIÇOS DE REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO		
<p>CONSERVAÇÃO DE HABITATS Ex: vegetação no leito dos rios e no sob coberto dos sobreiros, abrigo para reprodução de animais, zonas de alimentação e refúgio, etc.</p>		
<p>CONTROLO DO RISCO DE INCÊNDIO Ex: espécies resistentes ao fogo, estrutura da paisagem, faixas e áreas estratégicas de gestão de combustível, etc.</p>		
<p>POLINIZAÇÃO Ex: transporte de pólen por abelhas ou outros polinizadores.</p>		
<p>SEQUESTRO DE CARBONO Ex: pastagens permanentes semeadas biodiversas.</p>		
<p>CONSERVAÇÃO DO SOLO E CONTROLO DE EROSÃO Ex: solos agrícolas mais ricos pela decomposição de plantas, retenção do solo pelas raízes evitando a erosão, etc.</p>		
SERVIÇOS CULTURAIS		
<p>RECREIO E TURISMO DA NATUREZA Ex: caminhadas, ciclismo, observação de animais, etc.</p>		
<p>IDENTIDADE CULTURAL Ex: gastronomia local, sentimentos de pertença, etc.</p>		
<p>INFORMAÇÃO PARA A CIÊNCIA E EDUCAÇÃO Ex: investigação sobre recursos naturais da região, visitas de escolas, educação ambiental, etc.</p>		
<p>APRECIAÇÃO ESTÉTICA DA PAISAGEM Ex: valor estético da paisagem, etc.</p>		
<p>VALOR DE EXISTÊNCIA E LEGADO Ex: satisfação pela preservação de paisagens, animais e plantas, embora não usufrua delas diretamente.</p>		

Figura 28 – Lista de SE prioritários considerados na área do PRGP SC

5.2.3.1.1 Análise SWOT

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT da situação atual do FCD3 Serviços dos ecossistemas.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Provisão dos serviços dos ecossistemas			
<ul style="list-style-type: none"> Identificação de uma significativa diversidade de SE (de aprovisionamento, regulação e manutenção e culturais) presentes na AI do PRGP SC 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de espaços florestais e agroflorestais abandonados, com baixa rentabilidade, associada ao envelhecimento e diminuição da população residente Aumento da vulnerabilidade dos territórios aos fogos rurais e a problemas ambientais decorrentes da incapacidade dos proprietários em obterem rendimentos que lhes permita assegurar uma adequada gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade da implementação da remuneração pelos SE definidos como os benefícios que as pessoas retiram dos ecossistemas ou, como os contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar humano Reconhecimento da remuneração dos SE como um importante instrumento de política de ambiente Remuneração dos SE efetuada através de recursos financeiros públicos (de Portugal ou EU) com complementos de outros contributos financeiros tais como beneficiários diretos ou doadores 	<ul style="list-style-type: none"> Demora ou não implementação efetiva da remuneração pelos SE, na área do PRGP SC

5.2.3.2 Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC)

a) Critério: Provisão dos serviços dos ecossistemas

Atendendo às características biofísicas e socioeconómicas do território da AI do PRGP SC e tomando ainda em consideração as perceções dos beneficiários dos serviços, que serão maioritariamente os agentes que atuam no território e as populações locais, foi efetuada uma avaliação inicial dos SE existentes.

Para esse efeito foram integradas informações recolhidas no âmbito do processo participativo, nomeadamente através das entrevistas individuais, complementadas com a realização de um exercício coletivo de identificação dos SE, realizado na 1.ª Reunião de Participação Pública alargada (conforme Parte VIII, ponto 6 do Relatório do Programa).

Do exercício resultou a seleção dos SE a estudar, presentes na AI, conforme se apresenta no Quadro 35.

Quadro 35 – Identificação de SE na AI do PRGP SC

Serviços dos ecossistemas (CICES v 5.1)				
Secção	Divisão	Grupo	Classe	Código CICES
Aprovisionamento	Biomassa	Plantas terrestres cultivadas para nutrição, materiais ou energia	Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	1.1.1.1
			Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	1.1.1.2
		Animais criados para nutrição, materiais ou energia	Animais criados para fins nutricionais	1.1.3.1
		Plantas silvestres e cogumelos para nutrição, materiais ou energia	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição	1.1.5.1
		Animais silvestres para nutrição, materiais ou energia	Animais silvestres para nutrição	1.1.6.1
Regulação e manutenção	Regulação das condições físicas, químicas e biológicas	Regulação de fluxos de base e eventos extremos	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico	2.2.1.1 e 2.2.1.3
			Proteção contra incêndios	2.2.1.5
		Manutenção dos ciclos de vida, habitats e pool de genes	Polinização e dispersão de sementes	2.2.2.1 e 2.2.2.2
			Manutenção de populações e habitats	2.2.2.3
Composição e condições atmosféricas	Sequestro de carbono	2.2.6.1		

Serviços dos ecossistemas (CICES v 5.1)				
Secção	Divisão	Grupo	Classe	Código CICES
Culturais	Interações diretas com sistemas vivos que dependem da presença de um enquadramento ambiental	Interações físicas e experienciais com o ambiente natural	Recreio e turismo de natureza	3.1.1.1 e 3.1.1.2
		Interações intelectuais e representativas com o ambiente natural	Cultura e património	3.1.2.3
	Apreciação estética da paisagem		3.1.2.4	
	Interações indiretas e remotas com os sistemas vivos que não requerem presença no enquadramento ambiental	Outras características bióticas que têm valor de não uso	Caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado	3.2.2.1 e 3.2.2.2

No âmbito da análise das oportunidades e riscos decorrentes da Proposta de Programa, para o critério Provisão dos SE, procedeu-se a uma avaliação qualitativa do incremento da provisão dos SE identificados na AI do PRGP SC, atendendo aos efeitos decorrentes das ações previstas na Parte II - Desenho da Paisagem Proposto, Capítulo 1 da Proposta do Programa, conforme se apresenta no Quadro 36.

Quadro 36 - Incremento da provisão dos serviços dos ecossistemas na área do PRGP SC com as ações previstas no Desenho da Paisagem Proposto

				LINHAS DE AÇÃO				FLORESTAS				SISTEMAS AGRO-SILVOPASTORIS				ECOSSISTEMAS NATURAIS				TURISMO, RECREIO E PATRIMÓNIO				GESTÃO DOS FOGOS RURAIS																																																																																							
				AÇÕES				Recuperação e revitalização dos povoamentos de quercíneas visando a melhoria das funções produtivas e de conservação				Diversificação das espécies arbóreas (Quercus faginea e canariensis)				Criação do mosaico agro-silvo-pastoril de áreas abertas				Gestão das áreas de matos				Revitalização e expansão da área de mosaicos agrícolas				Manutenção das pastagens e desejável expansão das áreas				Instalação, de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba				Valorização dos produtos endógenos e tradicionais				Gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terra				Conservação e melhoria dos habitats protegidos i				Controlo da erosão nas bacias hidrográficas				Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes				Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais				Apoio à gestão de populações de espécies cinegéticas				Incremento das atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas				Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza				Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região				Promoção de cerâmica de construção tradicional				Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 e estruturação da rede de rotas pedestres existentes				Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural				Revitalização de aglomerados populacionais				Integração da Rede Primária				Gestão de combustíveis ou diversificação das ocupações e/ou usos do solo nas AEGC				Definição de áreas homogéneas para a gestão de matos				Constituição de mosaicos agrícolas heterogéneos				Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris			
SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS (CICES v 5.1)																																																																																																															
SECÇÃO	DIVISÃO	GRUPO	CLASSE																																																																																																												
APROVISIONAMENTO	Biomassa	Plantas terrestres cultivadas para nutrição, materiais ou energia	Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	--	--	--	--	↑	--	--	↑	--	--	--	--	↑	--	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	--	--	--	--																																																																								
			Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	↑	↑	--	↑	--	--	--	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--																																																																								
		Animais criados para nutrição, materiais ou energia	Animais criados para fins nutricionais	--	--	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	--	--	--	↑	--	↑	--	↑	--	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑																																																																								
		Plantas silvestres e cogumelos para nutrição, materiais ou energia	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição	↑	↑	↑	↑	--	--	--	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	--	↑	--	↑	↑																																																																								
		Animais silvestres para nutrição, materiais ou energia	Animais silvestres para nutrição	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑																																																																								
REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO	Regulação das condições físicas, químicas e biológicas	Regulação de fluxos de base e eventos extremos	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑																																																																								
			Proteção contra incêndios	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	--	↓	↓	--	--	--	--	--	↓	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑																																																																								
		Manutenção dos ciclos de vida, habitats e pool de genes	Polinização e dispersão de sementes	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	--	↑	--	--	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑																																																																								

				LINHAS DE AÇÃO				FLORESTAS				SISTEMAS AGRO-SILVOPASTORIS				ECOSSISTEMAS NATURAIS				TURISMO, RECREIO E PATRIMÓNIO				GESTÃO DOS FOGOS RURAIS																																																																																			
				AÇÕES																																																																																																							
				Recuperação e revitalização dos povoamentos de quercíneas visando a melhoria das funções produtivas e de conservação				Diversificação das espécies arbóreas (Quercus faginea e canariensis)				Criação do mosaico agro-silvo-pastoril de áreas abertas				Gestão das áreas de matos				Revitalização e desejável expansão da área de mosaicos agrícolas				Manutenção das pastagens e desejável expansão das áreas				Instalação, de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba				Valorização dos produtos endógenos e tradicionais				Gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terra				Conservação e melhoria dos habitats protegidos I				Controlo da erosão nas bacias hidrográficas				Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes				Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais				Apoio à gestão de populações de espécies cinegéticas				Incremento das atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas				Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza				Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região				Promoção de cerâmica de construção tradicional				Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 e estruturação da rede de rotas pedestres existentes				Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural				Revitalização de aglomerados populacionais				Integração da Rede Primária				Gestão de combustíveis ou diversificação das ocupações e/ou usos do solo nas AEGC				Definição de áreas homogéneas para a gestão de matos				Constituição de mosaicos agrícolas heterogéneos				Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris			
SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS (CICES v 5.1)																																																																																																											
SECÇÃO	DIVISÃO	GRUPO	CLASSE																																																																																																								
REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO	Regulação das condições físicas, químicas e biológicas	Manutenção dos ciclos de vida, habitats e pool de genes	Manutenção de populações e habitats	↑	↑	--	↑	--	↑	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↓	↓	--	--	↓	↑	--	--	↑	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑																																																																
		Composição e condições atmosféricas	Sequestro de carbono	↑	↑	↑	↑	--	--	↑	--	↑	↑	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	↑	--	↑	--	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑																																																																
CULTURAIS	Interações diretas com sistemas vivos que dependem da presença de um enquadramento ambiental	Interações físicas e experienciais com o ambiente natural	Recreio e turismo de natureza	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	--	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑																																																																
		Interações intelectuais e representativas com ambiente natural	Cultura e património	↑	↑	↑	--	↑	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑																																																																
	Apreciação estética da paisagem		↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	--	↑	↑	--	--	--	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑	--	--	--	↑	↑	↑	↑	↑																																																																	
	Interações indiretas e remotas com os sistemas vivos que não requerem presença no enquadramento ambiental	Outras características bióticas que têm valor de não uso	Caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado	↑	↑	↑	--	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	--	↑	↑	--	--	--	--	--	--	--	↑	--	--	--	↑	--	--	--	↑	--	--	--	↑	--	--	--	↑																																																																

Legenda:

↑	Incremento da provisão do SE
↓	Decréscimo da provisão do SE
--	Relação neutra ou sem relação

Da análise do Quadro 36 verifica-se uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e dos Culturais, com cerca de 37,5% dos efeitos positivos identificados para cada uma das secções referidas, atendendo às ações preconizadas na Proposta do PRGP SC e uma menor valorização dos serviços de Aprovisionamento com 25% dos efeitos positivos.

Ainda relativamente aos SE que obtiveram um maior incremento da sua provisão no exercício de avaliação efetuado, destacam-se as classes:

- Animais silvestres para nutrição
- Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico
- Proteção contra incêndios
- Manutenção de populações e habitats
- Recreio e turismo de natureza
- Cultura e património
- Apreciação estética da paisagem

Foram, contudo, identificados potenciais efeitos negativos nas classes Proteção contra incêndios e Manutenção de populações e habitats decorrentes das ações “Incremento de atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas”, “Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza” e “Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 e estruturação da rede de rotas pedestres existentes” pelos riscos inerentes a uma maior presença humana, nestes territórios vulneráveis.

Esta avaliação ilustra a importância relativa atribuída aos diferentes benefícios garantidos pelos SE, decorrentes das ações preconizadas no âmbito do Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SC.

Sendo esta uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva e reduzida atividade socioeconómica, a avaliação traduz o menor peso atribuído aos serviços de Aprovisionamento, e uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e Culturais, fornecidos pelos ecossistemas.

5.2.3.3 Medidas e Recomendações

Apresentam-se seguidamente as Medidas e Recomendações de Seguimento do FCD3 Serviços dos Ecossistemas.

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)

- Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na AI decorrentes das ações previstas
- Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias identificadas

5.2.3.4 Quadro de Governança

Apresenta-se em seguida o Quadro de Governança referente ao FCD3 Serviços dos Ecossistemas.

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, DGADR, DRAP Algarve, ICNF, APA, AGIF, CCDR Algarve, CM Loulé, São Brás de Alportel e Tavira	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na AI decorrentes das ações previstas
Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Entidades Gestoras das AIGP	<ul style="list-style-type: none">▪ Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias identificadas

5.2.4 FCD4 Governança Territorial

5.2.4.1 Análise da Situação de Referência

a) Critério: Cooperação territorial

No critério Cooperação territorial, considerando os seus objetivos de sustentabilidade “Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados e Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território”, mostra-se pertinente identificar e analisar na situação de referência os atores do território e suas dinâmicas (no que se refere às suas iniciativas e interações).

A cooperação territorial tem como objetivo dotar as populações de mecanismos necessários para beneficiar ao máximo as características intrínsecas das áreas onde vivem, por forma a alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A governança territorial, em linha com o preconizado no PNPOT, é um importante motor de articulação institucional através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais e da cooperação horizontal entre distintos atores, contribuindo para uma maior coerência entre políticas, promovendo uma maior eficiência, eficácia, transparência e corresponsabilização nos processos de tomada de decisão.

Também o PTP dá particular relevância à cooperação territorial e à colaboração institucional multinível, nomeadamente nos seus princípios de:

- participação dos proprietários e titulares de prédios rústicos nos processos torna-se preponderante à sua corresponsabilização na intervenção;
- subsidiariedade da ação pública, garantindo que as ações de intervenção agrícola, florestal ou silvo pastoril relativas a espaços privados são diretamente promovidas por entidades públicas apenas na medida em que os particulares, quer isoladamente quer em cooperação com aquelas, não as assegurem ou não possam assegurá-las;
- solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de espaços florestais corretamente ordenados e conservados;
- coordenação, promovendo a convergência, a articulação, a compatibilização e a complementaridade entre as várias ações de iniciativa pública e destas com as ações de iniciativa privada;
- justa ponderação, promovendo uma adequada ponderação de todos os interesses relevantes em face das operações a realizar (os interesses dos proprietários e demais titulares sobre prédios rústicos objeto de intervenções).

A área de intervenção do PRGP SC constitui um território vulnerável de floresta que apresenta alta e muito alta suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural (nos termos da Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro), em resultado das décadas de abandono das zonas rurais com sérias fragilidades sociais, económicas, na ocupação do solo e na gestão dos terrenos, que explicam a acumulação da vegetação em vastas extensões do território.

Os valores e as aptidões biofísicos e ambientais do território da Serra do Caldeirão, conjugados com os usos, ocupações e atividades que nele ocorrem, e a procura por estrangeiros, permitem a presença de vários agentes de diferentes setores, cuja articulação, colaboração e mobilização necessita de ser dinamizada.

Na área do PRGP SC, identificam-se dez tipologias de agentes do território, que abrangem setores e responsabilidades distintas, designadamente:

- proprietários e os demais titulares dos prédios rústicos;
- organismos do Estado, que integram:
 - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
 - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve);
 - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
 - Direção-Geral do Património Cultural (Direção regional de Cultura do Algarve);
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
 - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
 - Entidade Regional de Turismo do Algarve;

- Administração Regional de Saúde do Algarve;
- Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- IAPMEI, Agência para a Competitividade e Inovação;
- Comunidade intermunicipal, que corresponde:
 - Comunidade Intermunicipal do Algarve -AMAL;
- Municípios e freguesias:
 - Tavira - Santa Catarina da Fonte do Bispo, Cachopo;
 - São Brás de Alportel – São Brás de Alportel;
 - Loulé – Salir;
- Instituições de Ensino e Investigação, como seja:
 - Universidade do Algarve;
- Associações representativas das atividades económicas:
 - Associações de Produtores Florestais;
 - Associações Empresariais de Turismo;
 - Associações de Hotelaria, Restauração e Similares;
 - Associações de Comércio e Serviços;
 - Associações de Caça;
- Organizações Não-governamentais;
- Outras associações e organizações locais;
- Empresas;
- Cidadãos, atores locais e demais interessados.

O território de intervenção é caracterizado por uma reduzida dinâmica e baixa taxa de empreendedorismo por parte dos vários agentes em presença, registando uma baixa tradição de associativismo, partilha e colaboração em investimentos ou aquisições.

Regista-se uma dispersão de atuação por parte das entidades, com reduzida coordenação e interligação entre os vários setores e atividades, o que efetivamente pouco tem contribuído para promover a gestão integrada do território em estudo.

No entanto, na AI do Programa regista-se a existência de algumas iniciativas de interação e associação entre atores na gestão do espaço florestal, como sejam as associações de produção florestais que gerem as várias ZIF existentes.

Nas ZIF são assim vistas como um instrumento de grande potencial para promover uma melhor gestão e valorização da floresta e que têm tido sido bem acolhidas pelos proprietários e entidades locais, verifica-se que não estão a ter os resultados esperados, uma vez que têm constituído limitação e entraves ao investimento e dinamização da área.

O investimento na gestão dos proprietários dos seus terrenos tem sido reduzido registando-se, contudo, a procura dos mesmos para habitação por parte de indivíduos estrangeiros, sem reflexos na produtividade dos terrenos.

Também o recentemente estabelecido Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro que visa criar um conjunto de estruturas, normas e processos de articulação institucional na gestão integrada do fogo rural, que integra um conjunto de entidades, nos vários níveis, criando uma resposta preventiva e de ação rápida na intervenção face ao incêndio, encontra-se em fase de implementação.

De referir ainda a existência de pequenas cooperativas que efetuam a produção e promoção de produtos locais, com origem na alfarroba e no medronho.

Para quebrar o ciclo de desinvestimento e gestão dos territórios de floresta, coloca-se o desafio de valorizar o território através da paisagem, através de um processo participado de base local que envolva e estimule os vários atores do território em intervir, agentes ativos da construção de paisagens mais adaptadas e resilientes.

O envolvimento local, em particular dos municípios e juntas de freguesia em colaboração com as associações, os proprietários e as comunidades locais, mostra-se da máxima relevância para encetar transformações estruturantes na gestão e ordenamento do espaço rústico e na valorização da paisagem permitindo uma ação mais concertada e acertada perante as necessidades das populações, as exigências ambientais e económicas e a resiliência do território.

b) Critério: Articulação entre IGT

Atendendo ao objetivo de sustentabilidade assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com as condicionantes territoriais importa abordar e analisar na situação de referência do critério Articulação entre IGT, os instrumentos aplicáveis e as condicionantes territoriais que abrangem a área de intervenção, verificando em que medida devem ser tidos em consideração e integradas nas propostas a desenvolver.

Sobre a área de intervenção do PRGP SC incidem um conjunto de instrumentos de gestão territorial (IGT), de funções e âmbitos diversos, no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, designadamente, nacional, regional e municipal. Estes IGT apresentam abordagens estratégicas singulares e emanam diretrizes e orientações que devem ser consideradas e articuladas no Programa.

De âmbito nacional, a área de intervenção do PRGP SC encontra-se abrangida por planos e programas que definem e estabelecem o quadro estratégico para o ordenamento do território e para a programação das políticas setoriais, designadamente: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); o Programa Regional de Ordenamento Florestal da Região do Algarve (PROF Algarve) e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000).

Quanto ao **PNPOT**, publicado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, tem por base o conceito de coesão territorial e assume como principais princípios territoriais, a governança territorial, a organização territorial, a diversidade e a especificidade territoriais, a solidariedade e equidade territoriais, a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais nos diversos territoriais e as abordagens territoriais integradas. Estes princípios traduzem-se em 5 grandes Desafios Territoriais (D), subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial, a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta no horizonte 2030, de entre os quais destacam-se aqueles que, face às características da AI, o PRGP SC deverá considerar, designadamente:

- D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
 - 1.1. Valorizar o capital natural
 - 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
 - 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica
- D2. Promover um sistema urbano policêntrico
 - 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
 - 2.3. Promover a qualidade urbana
- D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
 - 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
 - 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização
- D4. Reforçar a conectividade interna e externa
 - 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
- D5. Promover a governança territorial
 - 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
 - 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial

Atendendo ao Modelo Territorial do PNPOT, que traduz a estratégia atrás referida, através dos seus 5 domínios territoriais – natural, social, económico, conectividade e governança territorial - apresentam relevância para a área de intervenção do PRGP SC as seguintes medidas de política neles enquadradas:

- 1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança
- 1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício

- 1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial
- 1.4 Valorizar o território através da paisagem
- 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta
- 1.7 Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática
- 2.1 Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica
- 3.1 Reforçar a competitividade da agricultura
- 3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural
- 3.3 Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais
- 3.4 Valorizar os ativos territoriais patrimoniais
- 3.8 Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial
- 3.11 Organizar o território para a economia circular
- 3.12 Promover a competitividade da silvicultura
- 4.2 Otimizar a conectividade ecológica nacional
- 5.3 Potenciar e qualificar a cooperação territorial
- 5.6 Reforçar as abordagens integradas de base territorial
- 5.8 Fortalecer as articulações rurais-urbanas
- 5.9 Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais

O **PROF** apresenta uma abordagem multifuncional e compreende 8 sub-regiões homogéneas, devidamente identificadas na Carta Síntese, sendo a AI do PRGP SC abrangida pelas sub-regiões homogéneas “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão”.

Para estas sub-regiões homogéneas do PROF Algarve são identificadas as funções gerais a desenvolver nos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas mesmas (Artigos 16.º, 20.º e 23.º do referido diploma).

Na Carta Síntese do PROF Algarve a área de intervenção do Programa insere-se ainda em Áreas Florestais Sensíveis, que correspondem a áreas cujo comportamento face ao risco de incêndio, à exposição a pragas e doenças, à sensibilidade, à erosão e à importância ecológica, social e cultural, carecem de normas e medidas especiais de planeamento, devendo as intervenções a desenvolver respeitarem as normas de silvicultura, constantes no Anexo I do PROF.

De acordo com Carta Síntese, à área de intervenção do PRGP SC é abrangida por Corredores Ecológicos, que conforme Artigo 9.º do mesmo diploma, as intervenções florestais a realizar nestes corredores devem respeitar as normas de silvicultura e gestão constantes do Anexo I do PROF, devendo ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios.

Na mesma Carta a área de intervenção é ainda abrangida pelas Áreas Classificadas, com normativas próprias no diploma do PROF Algarve.

No que respeita ao **PSRN2000**, publicado pela RCM 115-A/2008, de 21 de julho, estabelece a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, assim como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas, constituindo um instrumento para a gestão da biodiversidade que preconiza orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios.

Assim para o Sítio Caldeirão (PTCON0057), atual Zona Especial de Conservação (ZEC) define orientações de gestão “dirigidas prioritariamente para a conservação dos montados e recuperação de áreas de matagal mediterrânico, habitats que são igualmente importantes para a conservação de várias espécies da fauna” como sejam:

- Acompanhar as ações de ordenamento e gestão florestal, nomeadamente através de: definição e implementação de modelos de uso múltiplo do montado, baseado em sistemas extensivos; conservação das manchas florestais naturais mais desenvolvidas – azinhais, sobreirais e medronhais (condicionar cortes); controlo da instalação de novos povoamentos florestais, no que respeita a localização (preservando montado e azinhais), dimensão, composição e infraestruturas de apoio (rede viária, corta-fogos, etc.), assim como a sua gestão futura; promoção da regeneração natural nos montados e bosques de sobro e azinho; manutenção de faixas de matos, medida a compatibilizar com as ações necessárias à prevenção de incêndios florestais.
- Assegurar a manutenção do mosaico silvo-pastoril e a utilização de boas práticas agrícolas, o que contribuirá para o aumento das populações de espécies-presa.
- Ordenar a atividade cinegética, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.

Já para o Sítio Barrocal (PTCON0049), atual ZEC define orientações de gestão “dirigidas prioritariamente para a conservação dos afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos e matos baixos e prados calcícolas, assim como para a flora rupícola e ainda para várias espécies de morcegos que ocorrem nesta paisagem cársica”, como sejam:

- Acautelar os impactes de alterações de uso do território.
- Assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, tendo presente a preservação dos afloramentos rochosos e ecossistemas rupícolas.
- Ordenar a expansão urbano-turística e a extração de inertes.

Para cada uma destas áreas o PSRN2000 define ainda orientações de gestão com referência aos valores naturais. Estão em curso para as mesmas os Planos de Gestão das ZEC.

Os instrumentos de âmbito nacional analisados integram planos/programas setoriais, que atendendo à sua natureza e territorialização importam ser revertidos e incorporados no PRGP SC.

No que se refere ao âmbito regional, este encontra-se concretizado através do plano regional de ordenamento do território, mais precisamente do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT AL), que se encontra publicado pela RCM n.º 102/2007, de 3 de agosto e que define o modelo de organização do território para a região do Algarve.

No Modelo Territorial (MT) do PROT AL, a AI do PRGP SC insere-se nas seguintes unidades e subunidades homogéneas, para quais o referido diploma preconiza normas específicas de carácter territorial:

- Unidade Baixo Guadiana
 - subunidade Alcoutim/Martim-Longo - Promoção de oferta de terrenos para fins habitacionais e turísticos, orientando a procura para a envolvente dos núcleos e aglomerados rurais existentes, podendo implicar o alargamento dos perímetros urbanos, incluindo a definição de espaços urbanos de baixa densidade;
 - subunidade Castro Marim/Vila Real da Santo António - Gestão florestal abrangendo a globalidade do território rural; Orientação da construção para os núcleos e áreas rurais, com definição de perímetros em sede de PDM.
- Unidade Serra
 - subunidade Caldeirão - Gestão agroflorestal, conciliando o aproveitamento económico e dos recursos existentes com as condicionantes de paisagem e dos valores ecológicos, das áreas da Rede Natura 2000; Orientação da procura de edificação, independentemente da sua tipologia, para os núcleos e áreas rurais e suas envolventes próximas, com definição de perímetros urbanos em sede de PDM.

No mesmo MT a área do PRGP SC incide sobre áreas de “ocupação turística” com “incidência preferencial”; ao nível dos “Centros / Polos” surge a Freguesia de Cachopo, na área de influência do “aglomerado urbano de Loulé, São Brás de Alportel, Faro e Olhão, no eixo de articulação que liga “S. Bartolomeu de Messines – Alte - Nenafim, Salir, Martim Longo, ligações complementares existentes e propostas; na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA).

No que se refere à ERPVA a área de intervenção abrange as seguintes áreas, para as quais o referido diploma preconiza no ponto 4.1 Normas Específicas de Caracter Setorial:

- Áreas Nucleares
 - Áreas Protegidas: Rocha da Pena (parcialmente);
 - Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000: Barrocal e Caldeirão.
- Corredores Ecológicos

- Guadiana
- Meridional

O âmbito municipal por sua vez encontra-se concretizado através dos planos municipais de ordenamento do território, designadamente:

- o Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM Loulé);
- o Plano Diretor Municipal de São Brás de Alportel (PDM São Brás de Alportel);
- o Plano Diretor Municipal de Tavira (PDM Tavira).

O PDM Loulé foi publicado pela RCM n.º 81/1995, de 24 de agosto, com a 5.ª Alteração publicada pelo Aviso n.º 782/2022, de 13 de janeiro. Segundo a sua Planta de Ordenamento (regulamentada no diploma que publica o PDM), a AI do PRGP SC abrange as seguintes classes e categorias:

- No Solo urbano, integra Espaço Urbano: Aglomerado Urbano – tipo C
- No Solo rústico, integra os Espaços Agrícolas (Áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Área de Agricultura Condicionada II), os Espaços Florestais (Espaços florestais de produção-proteção) e os Espaços Naturais (Espaços Naturais Grau I (Reserva Ecológica Nacional)).

Por sua vez o PDM São Brás de Alportel foi publicado pela RCM n.º 71/1995, de 19 de julho, com a 1.ª Alteração publicada pelo Aviso n.º 26039/2007, de 27 de dezembro (para adaptação ao PROT AL), e a 1.ª Retificação publicada pelo Aviso 10012/2009, de 22 de maio. Na sua Planta de Ordenamento (cujas disposições normativas contam do seu Regulamento), a área do PRGP SC abrange as seguintes classes e categorias de espaço:

- No Solo urbano integra os Espaços Urbanos: Espaços Urbanos Estruturantes II e Espaço Urbano Não Estruturante;
- No Solo rústico, integra os Espaços Agrícolas (Espaços Agrícolas Condicionados, Espaços Agrícolas Indiscriminados), os Espaços Agroflorestais; os Espaços Rurais da Serra; os Espaços Naturais e Culturais (Áreas de Proteção e Valorização, Áreas Florestais de Proteção).

Já o PDM Tavira foi publicado pela RCM n.º 97/1997, de 19 de junho, com a 4.ª Alteração publicada pela Declaração n.º 82/2021, de 28 de julho, e a Suspensão da Iniciativa do Município pelo Aviso 23798/2022, de 19 de dezembro. De referir que a 2.ª Alteração do PDM publicada pelo Aviso n.º 25861/2007, de 26 de dezembro foi para adaptação ao PROT AL.

A área de intervenção do PRGP SC abrange as classes e categorias de espaço representadas na Planta de Ordenamento que se indicam seguidamente:

- No Solo urbano compreende os Espaços Urbanos e Urbanizáveis – Áreas Urbanas e Urbanizáveis;
- No Solo rústico integra os Espaços Agrícolas (Espaço Agrícola Preferencial, Espaço Agrícola Condicionada I, Espaço Agrícola Condicionada II, Espaço Agrícola Complementar), os

Espaços Florestais (Área Florestal de Produção, Área Florestal de Uso Condicionado), os Espaços Naturais e Culturais (Áreas de Proteção aos Sistemas Aquíferos).

A cada uma destas categorias são aplicadas as disposições constantes do Regulamento do PDM, nomeadamente no que se refere ao uso, ocupação e transformação do solo.

De referir que o próprio PRGP SC constitui um programa territorial setorial, com a particularidade de vincular diretamente as entidades públicas assim como os particulares, à semelhança dos planos diretores municipais, e que determinam normas a aplicar sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, pelo que a sua articulação e compatibilização com IGT como o PROF AL e a definição de orientações a adotar nos PDM, são fundamentais para viabilizar a implementação do Programa.

Incidem também sobre a área de intervenção do PRGP SC servidões e restrições de utilidade pública (SRUP), que visam a salvaguarda dos recursos e valores biofísicos e naturais existentes no território, e condicionam legalmente o uso, ocupação e transformação do solo, devendo-se estas áreas reger-se pelo disposto nos regimes legais que as publicam e apresentarem propostas de uso e ocupação compatíveis com esses regimes.

A área de intervenção do PRGP SC abrange as SRUP, quer ao nível dos recursos naturais, quer ao nível de infraestruturas, que se apresentam de seguida:

- Domínio Hídrico (DH), em particular Cursos de água, respetivos leitos e margens;
- Captações de Águas Subterrâneas para Abastecimento Público e respetivas zonas de proteção, que correspondem a Mealha, Cachopo I - Polidesportivo, Cachopo II – Moinho, Feiteira, Bengado e Morenos, nos concelhos de Tavira e São Brás de Alportel;
- Reserva Agrícola Nacional (RAN), totalizando 1.325 ha;
- Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Perímetro de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio;
- Aproveitamentos hidroagrícolas de Mealha e Grainho;
- Sobreiro e Azinheira;
- Oliveiras;
- Área Protegida (RNAP) - Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, com 491,09 ha;
- Rede Natura 2000, que inclui a Zona Especial de Conservação (ZEC) Caldeirão (PTCON0057), Barrocal (PTCON0049) e Zona de Proteção Especial (ZPE) Caldeirão (PTCON0057), com a seguinte representação territorial na AI do PRGP 22 877,99 ha, 535,67 ha, 22 877,99 ha, respetivamente;
- Área Classificadas ao abrigo de Compromissos Internacionais, em concreto o Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão (3PT030), com 5 574,45 ha;

- Rede elétrica, designadamente rede elétrica de média tensão (nos concelhos de Tavira e São Brás de Alportel), de alta tensão (nos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira) e de muito alta tensão (no concelho de Loulé);
- Rede Rodoviária Nacional, em particular várias ligações viárias integrantes da rede rodoviária nacional – rede nacional complementar como sejam as Estradas Nacionais (EN): N2, N124, N396 e N397.
- Estradas e Caminhos Municipais, nos três concelhos;
- Feixe Hertziano de Alcaria Ruiva / Alcaria do Cume e respetiva servidão radioelétrica, mais precisamente a ligação hertziana entre os centros radioelétricos de Alcaria Ruiva e Alcaria do Cume, e respetiva zona de desobstrução, no concelho de Tavira, Serra de Alcaria do Cume;
- Vértices Geodésico e respetivas zonas de segurança, nos três concelhos.

Nas Figuras 29, 30, 31 e 32 é possível observar a distribuição territorial de algumas SRUP, como seja, a RAN, a REN, a Área Protegida - Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, ZEC Caldeirão e ZPE Caldeirão (PTCON0057), ZEC Barrocal (PTCON0049) e restantes SRUP.

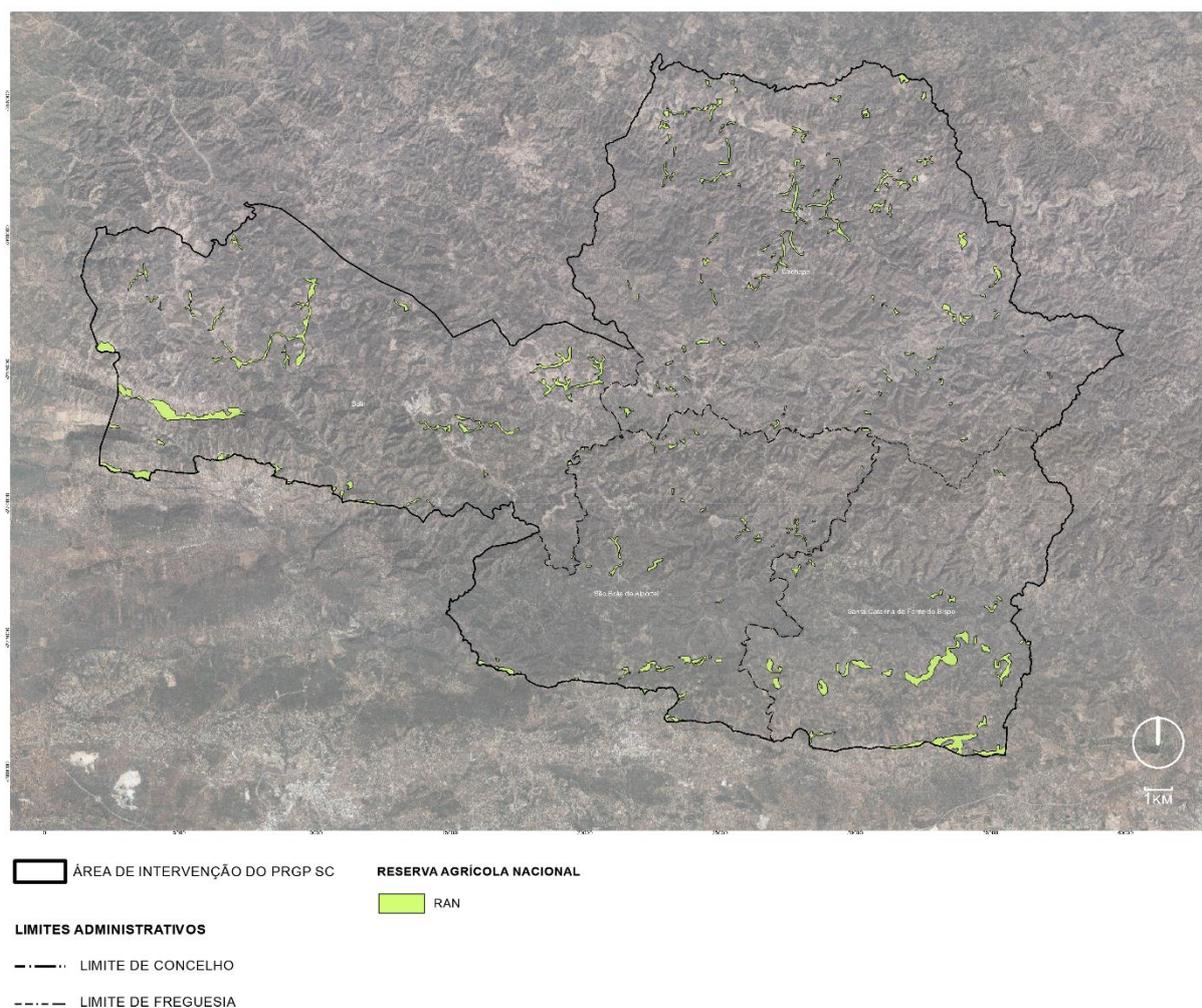


Figura 29 – Reserva Agrícola Nacional abrangida pela área de intervenção do PRGP SC

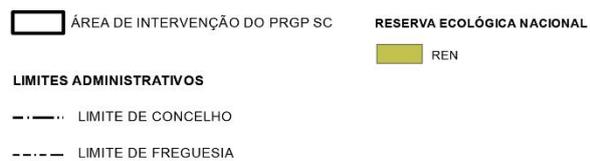
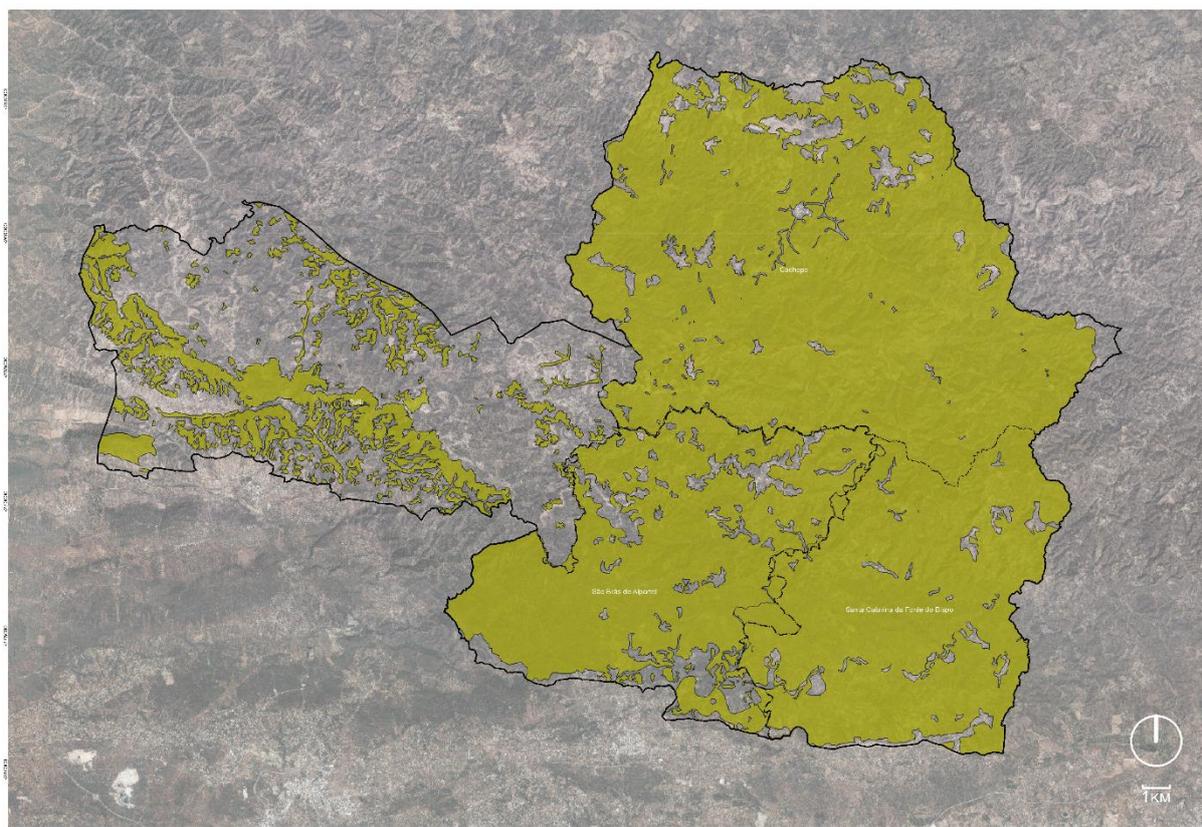


Figura 30 – Reserva Ecológica Nacional abrangida pela área de intervenção do PRGP SC

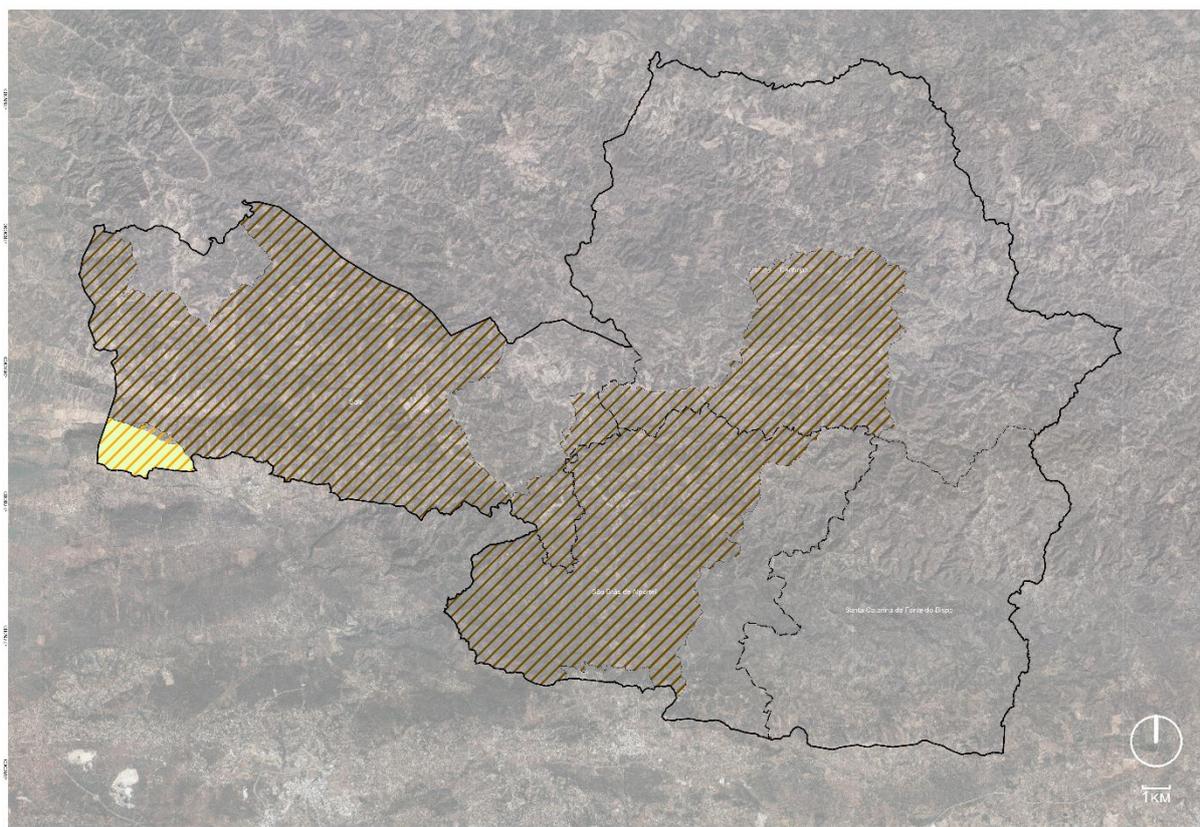


Figura 31 – Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Paisagem Protegidas integradas na área de intervenção do PRGP SC

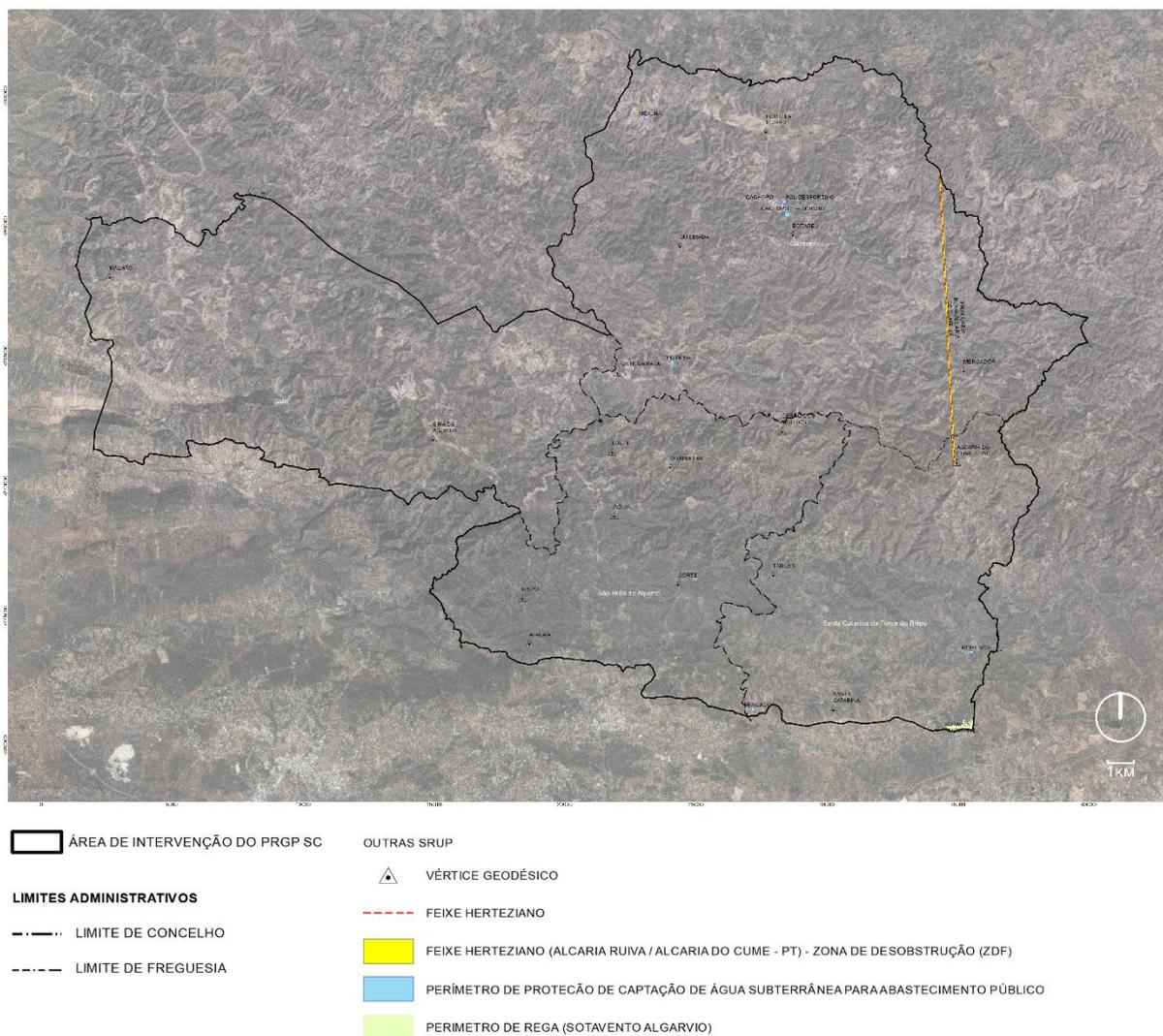


Figura 32 – Outras SRUP abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC

Atendendo ao âmbito do PRGP SC e aos recursos e valores biofísicos e naturais em presença na área de intervenção, importa salvaguardar na proposta de transformação da paisagem subjacente ao desenho da paisagem (manutenção ou alteração de uso, com recurso ou não à aplicação de regimes), a sua integração, definindo orientações e ações específicas para a sua valorização.

5.2.4.1.1 Análise SWOT

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT da situação atual do FCD4 Governança Territorial.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Cooperação territorial			
<ul style="list-style-type: none"> Existência de diversos agentes do território com representatividades setoriais e responsabilidades distintas Existência de incentivos e mecanismos de promoção da governança cooperativa na gestão dos espaços e propriedades rústicos Existência de Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais Existência de grandes investimentos florestais Existência de novos investimentos para habitação 	<ul style="list-style-type: none"> Dispersão de atuação das entidades contribuindo para a fraca gestão integrada do território Reduzida dinâmica e empreendedorismo dos atores no território Fraca tradição de cooperação e associativismo Baixa manutenção dos investimentos florestais de grande dimensão Desinteresse de particulares em investir e gerir as suas propriedades rústicas, no que se refere às atividades produtivas relacionadas 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização da articulação, colaboração e mobilização dos agentes no território desde a fase de construção das políticas territorial, envolvendo-os e corresponsabilizando-os nas propostas e na sua implementação Promoção e incentivo de uma gestão multifuncional das propriedades Congregação de diversos interesses setoriais (públicos e privados) em ações concretas de gestão de espaços florestais Incentivo a cooperativas de produção de produtos locais Estabelecimento de um quadro de governança multinível que viabilize a transformação da paisagem e gestão dos espaços florestais mais resilientes 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do desinteresse e desinvestimento no território da área de intervenção Intensificação do abandono e degradação dos espaços florestais Intensificação da baixa taxa de empreendedorismo, de associativismo e cooperação em investimentos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
Articulação entre IGT			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de vários IGT com orientações e diretrizes específicas para o ordenamento dos espaços florestais e para a valorização e gestão dos recursos e valores biofísicos e naturais, tendo em vista a resiliência, a atratividade e produtividade do território (PNPOT, PROF Algarve, PROTAL) ▪ Existência de IGT compatibilizados entre si (PDM de São Brás de Alportel e de Tavira foral alterados para se adaptarem às disposições do PROT AL) ▪ Território assinalado pela presença de valores e recursos biofísicos e naturais que constituem condicionantes territoriais (RAN, REN, DH, RN2000 - ZEC Caldeirão, ZEC Barrocal e ZPE Caldeirão, RNAP e áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de políticas setoriais de transformação da paisagem, florestais, de conservação da natureza e de gestão de incêndios rurais não articuladas e implementadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de uma Proposta de Programa que permita articular e compatibilizar as várias orientações estratégicas e intenções constantes dos IGT ▪ Existência do IGT PRGP para a área de intervenção, que constitui programa setorial com a particularidade de diretamente as entidades públicas assim como os particulares, que determinam normas de ocupação e utilização dos espaços florestais ▪ Desenvolvimento de propostas que visem planejar, programar e gerir um território de floresta com elevada perigosidade de incêndio ▪ Preconizar um desenho para a transformação da paisagem com orientações e diretrizes específicas para a manutenção e alteração do uso, compatíveis com as necessidades e aptidões do território ▪ Integração das condicionantes do território na Proposta do Programa (desenho da paisagem), como a RAN 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de convergência das políticas setoriais para a área de intervenção ▪ Não concretização das várias orientações e diretrizes para a área de intervenção ▪ Dificuldade em concretizar a reforma florestal através da transformação da paisagem, tornando a área de intervenção e sua unidade homogénea mais resiliente ao fogo ▪ Degradação dos recursos e valores biofísicos e naturais que determinaram a constituição das condicionantes territoriais ▪ Abandono e declínio de grandes manchas florestas por incapacidade de manter a sua gestão

5.2.4.2 Análise de Oportunidades e Riscos (com a implementação da Proposta do PRGP SC)

a) Critério: Cooperação territorial

Atendendo aos objetivos de sustentabilidade estabelecidos para o Critério Cooperação territorial, Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados e Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes no território, verifica-se que Proposta de PRGP SC considerou, desde o início do processo, como de máxima relevância que a transformação da paisagem resultante estivesse suportada num modelo de governança colaborativa, tendo por base um processo de participação pública alargado.

Este processo participativo teve como objetivo envolver os atores locais e regionais, institucionais e da sociedade civil (e.g. instituições públicas, empresas, organizações sociais e económicas e cidadãos), contribuindo para a construção de uma visão conjunta dos objetivos do reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural, que propicie resiliência, rendimento das atividades e qualidade de vida das populações locais.

O envolvimento das partes interessadas, ao longo de todo o processo de desenvolvimento do PRGP SC, permitiu integrar informação, conhecimento e experiências que complementam a informação existente e publicada e o conhecimento estritamente técnico-científico, por forma a torna-las parte ativa na formulação de soluções e no processo de tomada de decisão, incentivando a sua adesão e coresponsabilização na execução do PRGP SC, possibilitando ainda o eventual estabelecimento de parcerias desde a sua conceção, conferindo uma legitimidade acrescida ao Programa.

Neste sentido o acompanhamento do PRGP SC, em conformidade com disposto no Artigo 48.º do RJIGT, foi efetuado sobre a coordenação da Direção Geral do Território (DGT), e contou com o envolvimento de nove entidades territorialmente competentes, identificadas no despacho que determina a elaboração do Programa. Esta comissão integra:

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- Administração da Região Hidrográfica do Algarve
- Entidade Regional de Turismo do Algarve;
- Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.;
- Câmara Municipal de Tavira;
- Câmara Municipal de São Brás de Alportel;
- Câmara Municipal de Loulé.

O processo de participação pública (individual e colaborativa) compreende três momentos participativos, conforme figura seguinte:

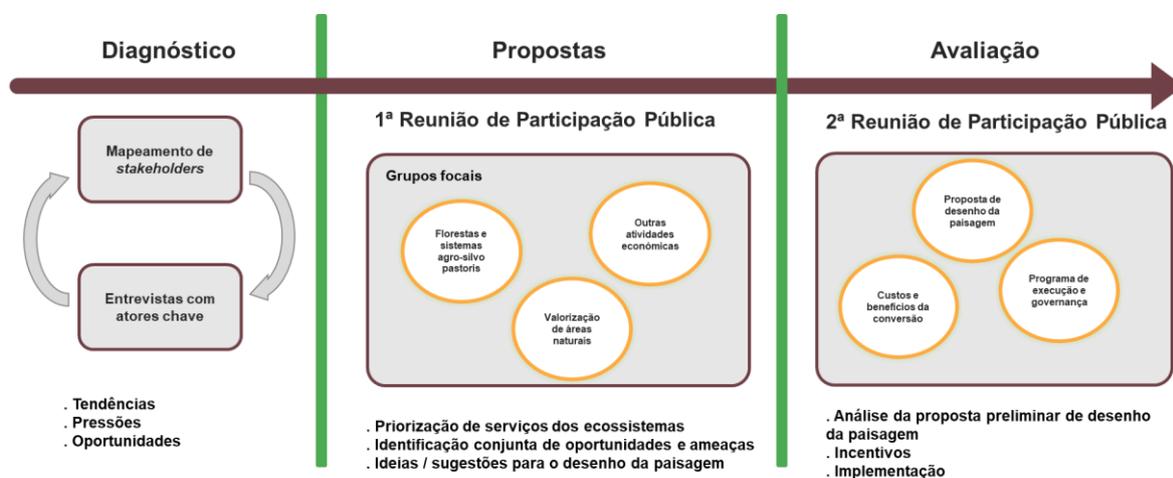


Figura 33 – Faseamento dos momentos participativos

Numa **primeira fase**, que decorreu em simultâneo com a 1.ª e 2.ª fases de elaboração do PRGP SC, compreendeu:

- **Mapeamento dos stakeholders**

Foi efetuado um primeiro mapeamento das partes interessadas com papel relevante na área de intervenção, que foi sendo aumentado e atualizado à medida que decorreram os diversos momentos de interação e que para além das entidades de acompanhamento integra instituições públicas e privadas, empresas, entidades, associações e grupos. Na Fase 3 esta lista conta com cerca de 48 atores envolvidos.

- **Entrevistas com atores**

As reuniões que ocorreram entre os dias 13 de fevereiro e 30 de março de 2023, através da plataforma Zoom, 12 entrevistas aos atores chave, 7 com entidades que acompanham o Programa (designada de Estrutura de Acompanhamento - EA) e outras 5 com empresas e organizações de âmbito regional (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, a Associação In Loco, a empresa Proactivetur e a Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade – QRER).

As entrevistas incidiram sobre atores regionais, dos três concelhos, de diferentes setores e combinando atores com uma dimensão mais política/estratégica e outros de maior ação/operacionalização no território, permitindo ter uma visão abrangente das principais dinâmicas do território (principais tendências, pressões e oportunidades na área de intervenção). Os seus resultados foram integrados no Diagnóstico Prospetivo do Programa.

- **1.ª Reunião com entidades de acompanhamento**

No dia 17 de março de 2023 teve lugar em São Brás de Alportel a Sessão de Lançamento do PRGP SC, que contou com a presença de 34 participantes de 16 entidades diferentes, 9 das quais integram a EA.

Nesta reunião foram identificadas as principais preocupações, expectativas e oportunidades que se colocam ao território de intervenção do PRGP SC e ao Programa, visto como uma oportunidade pela grande maioria dos participantes.

Já no **segundo momento**, que decorreu em simultâneo com a 3.ª Fase do PRGP SC, foi realizada a 1.ª Reunião de Participação Pública alargada no dia 6 de junho de 2023, em Tavira. Teve como objetivos os objetivos de apresentar e debater os princípios orientadores e a visão estratégica estruturada pela equipa do PRGP SC, para o território e de refletir com os atores locais e regionais sobre os eixos estratégicos que devem orientar a transformação da paisagem atual, seus constrangimentos e soluções.

A reunião foi estruturada em três partes:

- Na primeira, uma apresentação síntese dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico prospetivo do Programa, assim como os princípios orientadores definidos para a proposta de paisagem;
- Na segunda, a construção de uma Visão de um Futuro Sustentável para a Serra do Caldeirão em 2050 (exercício colaborativo em diferentes grupos), a reflexão sobre os serviços dos ecossistemas na AI e a votação dos serviços dos ecossistemas prioritários para o desenho da paisagem;
- Na terceira parte, o debate de diferentes áreas temáticas chave para a definição do Programa, em grupos, a saber: (1) Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris; (2) a Fixação de população, ocupação do território e dinamização da economia local; (3) Valorização do capital natural e do património cultural; e (4) a Gestão de combustível e aumento da resiliência do território aos fogos rurais.

A 1.ª Reunião de Participação Pública alargada contou com 41 participantes, de 22 diferentes entidades, entre os quais 16/5 representantes de organismos do Estado; 1 representantes de comunidades intermunicipais; 10 representante de municípios e freguesias; 0 representantes de instituições de ensino e de investigação; 3 representantes de associações representativas das atividades económicas; 6 representantes de empresas e 2 representantes de organizações não governamentais.

A partir das visões construídas pelos grupos, foi trabalhada a visão de todos os participantes para o território da AI, que combinasse as diferentes prioridades e perspetivas, tendo resultado na seguinte Visão para 2025: “Em 2050, a Serra do Caldeirão será um território rural atrativo e resiliente, com

aglomerados rurais dinâmicos, integrados numa paisagem produtiva, bem gerida, onde os ecossistemas se encontram em equilíbrio.”

No que se refere aos serviços dos ecossistemas, a conservação dos habitats e a conservação do solo e regulação dos fluxos hídricos são considerados os dois mais relevantes para a AI, tendo tido os serviços de produção agrícola, pecuária e plantas silvestre e outros produtos uma valorização muito elevada, enquanto que as características estéticas da paisagem e a Informação para a ciência e educação foram considerados os menos prioritários.

Nesta reunião foi ainda validado o diagnóstico e tendências de evolução e identificadas propostas específicas para cada uma das temáticas colocadas a discussão.

Os participantes consideraram, por unanimidade que o principal foco do PRGP SC deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida das pessoas, por via de uma revitalização da capacidade produtiva da Serra combinada com uma reorganização da paisagem que valorize e preserve a estrutura ecológica e hídrica da Serra.

Consideram do mesmo modo que, o Programa deverá também promover a estruturação do território em mosaicos que favoreçam a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo, permitindo conciliar a atividade produtiva e valorização dos recursos endógenos com a conservação dos ecossistemas naturais e da identidade cultural da região.

Destacaram o papel central dos aglomerados populacionais existentes na Serra no desenho e implementação do PRGP SC, constituindo-se como pólos agregadores de população e como peças chave para alavancar os espaços naturais e produtivos envolventes.

Por fim, reconheceram a existência de desafios estruturais no território, como sejam: a dimensão da propriedade, cadastro, envelhecimento populacional ou falta de infraestruturas, que não poderá ser resolvida pelo Programa, mas que este pode contribuir para a discussão e análise destas problemáticas, à luz da evolução que se pretende para o seu território.

Os resultados da reunião e constituíram importantes contributos que foram considerados na Proposta do Programa.

O terceiro momento participativo irá ocorrer durante o período de Discussão Pública do PRGP SC, constituindo uma sessão dirigida ao público alargado, de apresentação e debate da Proposta de Desenho de Paisagem, dos incentivos à sua transformação e respetivo programa de execução.

Espera-se que o envolvimento e participação dos vários agentes do território ao longo do processo de elaboração do PRGP SC, tenham atribuído robustez, credibilidade e responsabilização coletiva à proposta resultante, contribuindo para a agilização de futuras interações e cooperações na efetivação das ações preconizadas no Programa (p.e. futuras ações de gestão agregada das propriedades), e para a mobilização e dinamização destes agentes no desenvolvimento de intervenções concertadas a uma escala mais local, através de sinergias em rede, nomeadamente entre municípios, juntas de freguesia, associações e empresários locais e outros atores.

É proposto que o acompanhamento do PRGP SC seja assegurado por parte de todos os representantes e entidades, sem prejuízo do disposto no PTP, alargando este processo a outros atores de âmbito local e regional, identificados durante a elaboração do Programa como tendo um papel efetivo na atual dinâmica do território e na potencial transformação da paisagem.

Importa ainda salientar a articulação na implementação das ações preconizadas na Proposta de PRGP SC, nomeadamente no que se refere à estruturação do território em mosaicos e à gestão do regime de fogo com o SGIFR que se encontrará em efetivação no terreno, no horizonte temporal do Programa, existindo assim uma ação concertada.

b) Critério: Articulação entre IGT

O PRGP SC, enquanto programa setorial, prossegue os objetivos de interesse nacional, traduz o compromisso recíproco de compatibilização das respetivas opções e estabelece orientações e diretrizes a observar nos planos territoriais, eficazes e futuros.

Tendo em vista enquadrar as necessárias intervenções de transformação da paisagem necessárias para assegurar a resiliência e a dinamização do território rural onde se insere, esta Programa vincula diretamente todas as entidades públicas e os particulares relativamente às normas a vigorar sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais.

Considerando ao objetivo de sustentabilidade assegurar a articulação/compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes legais, verifica-se que na elaboração do PRGP SC existe a preocupação de enquadrar, incorporar e articular as políticas e orientações de programas e planos territoriais eficazes e de definir diretrizes e normas para a transformação da paisagem a incorporar nos planos territoriais (em particular PDM), a transpor e aplicar nos programas territoriais (como o PROF Algarve) e para os instrumentos de financiamento elegíveis.

Assim sendo, o PRGP SC integra, articula e compatibiliza as orientações estabelecidas pelo PNPOT, PSRN 2000, PROF Algarve, PROT AL e pelos PDM, para a área de intervenção.

A estratégia de intervenção do PRGP SC (objetivos operacionais e consequentemente os objetivos estratégicos e principais) e sua configuração de medida programática decorrem do PTP, cujo âmbito de aplicação encontra-se alinhado e conformado conceitualmente com o PNPTOT relativamente aos objetivos e medidas dirigidas à valorização do território e da paisagem, revitalização dos territórios das florestas, remuneração dos serviços dos ecossistemas e prevenção e adaptação às alterações climáticas.

Quanto ao PROF Algarve, são vertidas para a estratégia assim como para o Desenho da Paisagem Proposto, no que se refere às opções de ordenamento florestal, às aptidões florestais; às funções gerais dos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogéneas “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão”.

No Relatório da Proposta de PRGP SC (ponto 1.1 da Parte IV) é analisada e comprovada a compatibilidade das diretrizes do Programa e os IGT vigentes, em particular os PDM, no que se refere às regras de uso e ocupação do solo.

No mesmo documento a Proposta de PRGP SC estabelece diretrizes a incorporar nos PDM tendo em vista a sua adequação à proposta reordenamento e gestão preconizada no programa, nomeadamente a integração dos macro sistemas nos conteúdos regulamentares das diferentes categorias de espaço rústico (espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), no que se refere à ocupação, uso e aproveitamento do solo.

O PRGP SC não identifica alterações a efetuar no PROF Algarve na medida em que incorpora os seus regimes de gestão dos espaços florestais, define, contudo, diretrizes de transposição do PROF Algarve para os PDM.

Relativamente às servidões e restrições de utilidade pública (SRUP) que incidem na área de intervenção do Programa, tendo em atenção o mesmo objetivo de sustentabilidade referido anteriormente, verifica-se que a Proposta de PRGP SC considera como fatores de transformação determinantes para o Desenho da Paisagem, pela sua natureza e expressão territorial que possuem e pela influência direta que têm na ocupação e uso do solo e da paisagem, SRUP como a Reserva Agrícola Nacional e as Áreas Nucleares que fazem parte do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (áreas da Rede Natura 2000, Rede Nacional de Áreas Protegidas e classificadas ao abrigo de compromissos internacionais).

No Relatório de Diagnóstico do Prospetivo do PRGP SC (ponto 2.4 da Parte II) são analisadas as SRUP abrangidas pela área de intervenção do Programa, tendo em vista assegurar a compatibilidade da Proposta com as SRUP, no que se refere aos usos e ocupações compatíveis com os respetivos regimes aplicáveis.

5.2.4.3 Medidas e Recomendações

Apresentam-se seguidamente as Medidas e Recomendações de Seguimento do FCD4 Governança Territorial.

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) ▪ Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas ▪ Incentivar a produção de produtos endógenos e tradicionais ▪ Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agrosilvopastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) ▪ Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC ▪ Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção ▪ Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis ▪ Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP ▪ Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP

5.2.4.4 Quadro de Governança

Apresenta-se em seguida o Quadro de Governança referente ao FCD4 Governança Territorial.

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, CCDR Algarve, APA, DRAP Algarve, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção ▪ Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis ▪ Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP ▪ Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP
DGT, DGADR, CCDR Algarve, DRAP Algarve, AGIF, ICNF, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) ▪ Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas ▪ Incentivar a produção de produtos endógenos e tradicionais ▪ Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agrosilvopastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) ▪ Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC

6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

6.1 ANÁLISE DE OPORTUNIDADES E RISCOS – QUESTÕES CRÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE

No quadro que se segue, apresenta-se a síntese da análise comparativa (cenário 1 – situação de referência e cenário 2 – tendências evolutivas expectáveis) e oportunidades e riscos na qual se identificam as Questões Críticas de Sustentabilidade para a totalidade dos FCD.

Quadro 37 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados	<p>A área de intervenção do PRGP SC é predominantemente ocupada por espaços florestais que correspondem a cerca de 60%, com predominância das florestas de sobreiro que representam cerca de 73% da área total de florestas.</p> <p>A evolução da ocupação do solo nas duas últimas décadas manteve-se estável. Da análise destaca-se uma redução das áreas ocupadas por Pastagens em 56,5%, associada a uma variação negativa muito pronunciada do número de animais em produção pecuária. A redução da área de Pastagens deu origem a áreas de Floresta, Matos e Territórios Artificializados. As áreas de Matos, no seu total, registaram uma variação negativa, decorrente de políticas de florestação, principalmente associadas ao Pinheiro-manso. Já as áreas ocupadas pelos Territórios Artificializados foram as que registaram um maior aumento, em cerca 37,1%.</p>	<p>Tendo em vista uma melhor gestão, valorização e resiliência aos fogos rurais e a outros riscos decorrentes das alterações climáticas, a Proposta de PRGP SC contempla as seguintes ações para a revitalização do coberto vegetal:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção dos povoamentos de Sobreiros, Azinheiras e SAF; ▪ Manutenção das áreas de Pinheiro Manso; ▪ Áreas de Matos; ▪ Manutenção das Pastagens existentes e possível expansão; ▪ Preservação e valorização do habitat 9330; ▪ Reforço das Galerias Ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras; ▪ Criação de Galerias Ripícolas em linhas de água principais; ▪ Constituição de Mosaicos agro-silvo-pastoris.
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas	<p>Tanto a Agricultura como as Florestas registaram uma estabilidade das suas áreas. Destaca-se uma baixa variação de Floresta de Sobreiro, Azinheira, Outras Folhosas e de Pinheiro-bravo, e um aumento de 43,3% nos povoamentos de Pinheiro-manso, compensando as perdas decorrentes dos principais incêndios.</p>	<p>Sobre as áreas Agrícolas ou Agroflorestais, a Proposta do PRGP SC prevê a diversificação e dinamização dos Mosaicos agrícolas promovendo descontinuidades na paisagem e fomentando o dinamismo económico, através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização e possível expansão de Mosaicos agrícolas; ▪ Criação de áreas de pomares de Medronho e/ou Alfarroba.
			Matos com gestão	<p>Com vista a uma melhor gestão, bem como a sua valorização e resiliência aos fogos rurais, e a outros riscos decorrentes das alterações climáticas, destacam-se as principais tendências para a reconversão dos espaços florestais:</p>	<p>Promovendo a alteração do comportamento potencial do fogo, a Proposta prevê as seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível; ▪ Gestão de Matos; ▪ Mosaico Agro-silvo-pastoril; ▪ Mosaico Agrícola heterogéneo; ▪ Recuperação e criação de Galerias Ripícolas.
			Descontinuidades no território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação das espécies arbóreas (fomento de Quercus faginea e Quercus canariensis); ▪ Melhoria do estado fitossanitário dos povoamentos de Quercíneas; ▪ Manutenção das áreas de Pinheiro Manso; ▪ Gestão das áreas de Matos; 	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção das Pastagens existentes e possível expansão em áreas com aptidão, tendo em vista o incremento do efetivo caprino e a criação de descontinuidades; ▪ Preservação e valorização do habitat 9330, nas áreas de ZEC, nos termos do respetivo Plano de Gestão; ▪ Reforço das Galerias Ripícolas existentes e criação de novas galerias em linhas de água principais; ▪ Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris, privilegiando o pastoreio e a recuperação dos povoamentos de sobreiro. <p>Sobre as áreas Agrícolas, registou-se um decréscimo em 95,4% nas áreas de culturas temporárias.</p> <p>Visando a diversificação e dinamização dos Mosaicos Agrícolas, apresentam-se as principais tendências:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização e possível expansão de Mosaicos Agrícolas; ▪ Criação de áreas de pomares de Medronho e/ou Alfarroba; ▪ Revitalização da atividade Agro-silvo-pastoril. <p>Estas áreas promovem descontinuidades no território, constituindo obstáculos à propagação dos fogos rurais, constituindo assim elementos fundamentais no desenho de uma paisagem mais resiliente.</p>	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores		Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)	
	Gestão dos espaços rurais		Áreas rurais com gestão	<p>A ocupação da área de intervenção é caracterizada predominantemente por prédios de reduzida dimensão, constituindo-se um dos fatores limitantes na gestão do espaço rústico.</p> <p>A baixa densidade populacional, agravada pelo decréscimo de população, resultaram em processos de abandono dos espaços agrícolas, que deram origem a áreas de matos.</p> <p>Os impactos da ocorrência de fogos poderão refletir-se na evolução da vitalidade e produtividade dos povoamentos de sobreiros, o que poderá constituir um problema económico de base associado à sua gestão.</p> <p>Destaca-se sobre a área do PRGP SC uma estrutura de gestão cinegética de base associativa, com zonas de caça de dimensão adequada à gestão das espécies cinegéticas existentes.</p> <p>Na AI existem 13 ZIF's, abrangendo cerca de 50% da área do PRGP SC.</p> <p>Visando uma melhoria da gestão dos espaços rurais, no sentido da sua dinamização, aumento de rentabilidade, e maior resiliência destas áreas aos fogos rurais, relevam-se as principais tendências de evolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de uma abordagem integrada ao problema da perda de vitalidade dos povoamentos de quercíneas; ▪ Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território; ▪ Revitalização e possível expansão de mosaicos agrícolas; ▪ Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras. 	<p>A Proposta de PRGP SC promove e incentiva uma gestão multifuncional das propriedades, por forma a combinar diferentes atividades económicas, como a produção florestal, pequena agricultura, pastoreio e/ou turismo. Pretende-se que estas atividades consigam gerar mais-valias e maior atratividade.</p> <p>A Proposta preconiza o emparcelamento fundiário, com vista a uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores. Esta gestão agregada das propriedades, pretende a criação de bancos de terras, como forma de estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.</p>	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	Povoamentos florestais afetados por fogos rurais	<p>A AI do PRGP SC integra um território vulnerável à perigosidade de fogo rural.</p> <p>A AI do PRGP SC tem sido fustigada por incêndios recorrentes, que têm afetado fortemente os sobreirais e que, conseqüentemente, fomentam o abandono dos terrenos e aumentam o crescimento dos matos.</p>	<p>Nas últimas cinco décadas 57,5% da AI ardeu. No entanto, a recorrência do fogo nesta área é muito baixa, atendendo a que grande parte da área afetada por incêndios rurais (cerca 88,8%) ardeu somente uma vez no período considerado.</p> <p>Na última década, menos de 1% da área foi percorrida por fogos rurais, contudo, como referido, nos últimos 20 anos registaram-se dois mega incêndios que consumiram 57,5% da AI. As ocupações mais afetadas corresponderam a áreas de sobreiro e matos, áreas de sobreiros, outras folhosas, pinheiro manso e matos.</p> <p>Sobre a AI do PRGP SC, os modelos de combustível apresentam as seguintes distribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ matos e mosaicos de matos e herbáceas: 51,35% ▪ povoamentos florestais de pinheiro bravo: 21,05% ▪ povoamentos de pinheiro manso: 9,36% ▪ povoamentos adultos de carvalhos perenifólios: 12,57% <p>Refere-se a intensidade do vento como um fator determinante na dimensão dos dois mega incêndios registados. A maior severidade na propagação do fogo nestes eventos terá afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo.</p> <p>A AI do PRGP SC integra o macro-regime dos “grandes e mega-incêndios” e o regime de fogo correspondente aos “hot spots dos mega-incêndios com intervalos de retorno do fogo até 15 anos, baixa densidade de ocorrências com tendência temporal decrescente, e baixa pirodiversidade”.</p>	<p>A Proposta do PRGP SC tem por objetivos fundamentais aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais, bem como a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate.</p> <p>Atendendo aos limiares de resiliência ao fogo e mecanismo de dispersão das espécies arbóreas e espécies arbustivas dominantes face a fogos de elevada intensidade, severidade e extensão, o PRGP SC propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudanças no regime de fogo que promovam ocorrências de menor dimensão e de baixa intensidade; ▪ Aumento da capacidade de supressão, através da diminuição da intensidade expetável do fogo. <p>A Proposta para a gestão do regime de fogo procura gerir a acumulação de combustíveis e alterar o comportamento do fogo à escala da paisagem, através das seguintes áreas estratégicas de gestão de combustível:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede primária de faixas de gestão de combustível; ▪ Gestão de matos; ▪ Mosaico agro-silvo-pastoril; ▪ Mosaico agrícola heterogéneo; ▪ Recuperação de galerias ripícolas. <p>A Proposta prevê a diminuição da perigosidade dos fogos rurais no horizonte dos 10 anos, com maior expressão no horizonte de 50-100 anos.</p> <p>Prevê ainda a manutenção de 55,2% das áreas ocupadas com sobreiro e azinheira, com orientação silvo-pastoril ou agroflorestal, o que contribuirá para a redução das áreas de povoamentos florestais ardidas. Esta medida constitui-se como oportunidade para o combate em situações meteorológicas propícias a grandes incêndios rurais.</p> <p>Quanto à intensidade do fogo a Proposta de PRGP SC prevê uma redução global da intensidade linear da frente de fogo e da velocidade de propagação, reduzindo as áreas classificadas como muito elevada a extrema para 0,17% e 11,47% respetivamente. No</p>
		Intensidade potencial do fogo			
		Perigosidade de incêndio rural			

FC D	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores		Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)	
				<p>Verifica-se que 3,74 % da área de intervenção do PRGP SC apresenta intensidade linear das chamas muito elevada a extrema, com correspondência a 3,47% da rede primária das faixas de gestão de combustível (incluindo em 3,88% da área de influência da rede primária).</p> <p>Relativamente à perigosidade conjuntural de fogos rurais na AI, 52,17% integra a classe Alta, e 10,44% a classe Muito Alta. Releva-se a necessidade de melhorar a gestão do combustível existente, criando descontinuidades e barreiras à progressão de fogos rurais. Esta estratégia visa a diversificação da paisagem, o aumento da resiliência aos riscos das alterações climáticas, e a redução da suscetibilidade ao fogo e à severidade da área ardida.</p>	<p>que se refere à área de influência da rede primária, a intensidade linear das chamas é superior a elevada em 0,05% da sua área, e a velocidade de propagação é superior a elevada e, 10,27% da sua área.</p> <p>O regime de gestão de fogo proposto no Programa terá efeitos positivos no que se refere à perigosidade de fogos rurais, reduzindo a representatividade da AI nas classes de perigosidade Alta e Muito Alta. Porém, é de esperar que os efeitos ao nível da perigosidade de fogos rurais sejam mais evidentes no horizonte de 5 a 10 anos, uma vez que interferem com transformações na ocupação e gestão do solo cujos efeitos nem sempre são imediatos.</p>	
Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	Erosão dos solos	<p>A serra do Caldeirão constitui uma barreira à passagem dos ventos frios do quadrante norte e às depressões de noroeste, bem como uma barreira de condensação para os ventos húmidos do quadrante sul.</p>	<p>Prevê-se no curto e médio prazo, que o aumento da temperatura média ultrapassa os 1,5°C.</p> <p>As alterações climáticas implicam ainda alterações no nível de humidade e secura, regime de ventos, neve e gelo.</p>		
		Áreas de solos e vegetação degradados nas áreas mais suscetíveis à desertificação	<p>De acordo com a classificação climática de Koppen, insere-se na região de clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e quente.</p> <p>A AI é caracterizada por um período de verão quente, com as temperaturas médias a variar entre os 20-24°C, e inverno moderado, entre os 10-11,8°C.</p> <p>A precipitação ocorre sobretudo entre outubro e abril, sendo o valor médio acumulado mais elevado no mês de dezembro, com 96 mm, e o menor no mês de julho, com 3,6mm.</p> <p>O valor médio da humidade relativa do ar varia entre 83% em janeiro e 53% em julho. Relativamente à intensidade do vento, é classificado como brisa fraca.</p> <p>Face aos impactos das alterações climáticas sobre os recursos e ao agravamento de riscos e vulnerabilidades, estas</p>	<p>Face à necessidade de se reduzirem as emissões de gases, destaca-se o papel das florestas, solos e oceanos enquanto sumidouros de carbono, podendo absorver anualmente cerca de 56% de CO₂ emitido.</p> <p>Os cenários de evolução de precipitação, temperatura e evapotranspiração, estimam a diminuição da precipitação anual média, do escoamento superficial médio e da recarga média anual das águas subterrâneas, acompanhado de um aumento da temperatura e evapotranspiração média anual.</p> <p>Estas alterações traduzem-se em consequências ao nível da qualidade da água, intensificação de episódios de seca, e maior pressão para a desertificação, com perda de biodiversidade associada à alteração da estrutura e dinâmica dos ecossistemas.</p> <p>Neste contexto, prevê-se um aumento da ocorrência de ondas de calor (duração e intensidade), intensificação dos grandes incêndios</p>		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	
			Designação	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
			<p>constituem uma variável determinante na construção do desenho da paisagem.</p> <p>Para o horizonte de 2100, é esperado um aumento da temperatura média, que poderá chegar a uma variação de 4,1°C. Relativamente à precipitação, estima-se a sua redução, podendo esta ser mais intensa no período de verão, podendo chegar a 1,5mm. Prevê-se assim uma redução do valor mínimo de precipitação em mais de 50%.</p> <p>Ainda neste contexto, prevê-se que a alteração dos padrões climáticos relativos à temperatura e precipitação poderão agudizar problemas de produtividade e de fitossanidade dos povoamentos de sobreiros.</p>	<p>rurais e fenómenos meteorológicos extremos, com destaque para chuvas torrenciais, queda de granizo, ciclones e tornados.</p> <p>Estes novos regimes de temperatura e de precipitação potenciam a propagação de novas doenças, bem como o risco de pragas e doenças de plantas, extensíveis aos sistemas agrícolas e florestais.</p> <p>A Proposta de PRGP SC tem por base a sensibilização dos atores chave do território, visando a construção de soluções para a paisagem baseadas na natureza, no sentido de combater a perda da biodiversidade e, simultaneamente, tornar o território mais resiliente às alterações climáticas.</p> <p>A Proposta prevê modelos de gestão coletiva, orientadas para comunidades locais, tendo em vista uma melhor gestão e valorização da floresta.</p> <p>O Desenho da Paisagem Proposto, alinhado com os objetivos da REN, constitui uma oportunidade no que se refere à proteção dos recursos naturais água e solo, salvaguarda dos sistemas e processos biofísicos que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas e contribuição para a conectividade e a coerência ecológica das propostas. O Desenho da Paisagem Proposta remete para as orientações de gestão das áreas protegidas assegurando os objetivos de conservação a longo prazo das espécies e dos habitats existentes.</p> <p>Alinhada com a mitigação das alterações climáticas, a Proposta prevê Linhas de Ação associadas à “Recuperação e revitalização do coberto vegetal”, “Manutenção e expansão de mosaicos em zonas abertas”, e “Valorização e criação de habitats”.</p>

Quadro 38 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados	As áreas de Florestas de Sobreiro ocupando os mesmos espaços – cerca de 97%, desde 1995, mantendo-se estáveis. Durante este período, os incêndios florestais foram recorrentes, sendo os de maior dimensão, correspondentes aos anos de 2004 e de 2012.	<p>A Proposta contempla um conjunto de ações para os espaços florestais revitalizados, promovendo uma melhor gestão e valorização dos povoamentos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abordagem integrada à problemática da perda de vitalidade das florestas de sobreiro, azinheira e das SAF de quercíneas; ▪ Melhoria do estado fitossanitário, dos povoamentos e das funções produtivas e de conservação; ▪ Diversificação das espécies arbóreas – Quercus Faginea e Quercus Canariensis; ▪ Manutenção das áreas de pinheiro-manso; ▪ Gestão das áreas de matos, dentro e fora das AEGC; ▪ Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes. <p>A Proposta prevê as seguintes ações de manutenção e expansão dos mosaicos agrícolas e silvo-pastoris:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de ações de emparcelamento; ▪ Preservação de áreas agrícolas e expansão das mesmas, contribuindo para um mosaico agrícola heterogêneo e constituição de mosaicos agro-silvo-pastoril de áreas abertas; ▪ Preservação dos solos com melhor aptidão agronómica; ▪ Aposta nos produtos endógenos; ▪ Criação de condições para a fixação de população jovem.
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas	Estes ecossistemas sofrem pressões relacionadas com o défice na regeneração natural e no envelhecimento da estrutura arbórea, acentuando a sua vulnerabilidade a perturbações, como o fogo.	
			Matos com gestão	A baixa resiliência das paisagens é justificada pela: <ul style="list-style-type: none"> ▪ frequência e extensão das secas; ▪ presença de sobreiros com problemas fitossanitários; ▪ dominância de solos muito pobres. 	
			Áreas rurais com gestão	A gestão dos povoamentos de sobreiros na AI é um problema económico e ambiental muito pertinente. As áreas de povoamentos de pinheiro-manso registam áreas semelhantes, entre os anos 2015 e 2018 – cerca de 4 453 hectares. A principal função destes povoamentos é a proteção.	
			Linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas e propostas	O medronheiro é uma espécie presente em toda a área de intervenção do PRGP SC. Atualmente, regista-se uma ocupação territorial dispersa e uma elevada fragmentação das propriedades. O êxodo rural	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
				Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)
	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Património cultural valorizado	<p>e a tendência de “fuga” das novas gerações, provocam o abandono e a falta de investimento nos setores agro-silvo-pastoril ou florestal.</p> <p>Verificou-se um decréscimo significativo nas áreas de culturas temporárias – mais de 87%, em todas as freguesias e nas áreas de pastagens – cerca de 56,7%. Futuras intervenções devem centrar-se na criação de mosaicos agrícolas, promoção de pastoreio e emparcelamento fundiário.</p> <p>13 ZIF abrangem cerca de 50% da área do PRGP SC.</p> <p>As freguesias da AI são caracterizadas pela pouca dinamização, a baixa taxa de empreendedorismo e a falta de associativismo, partilha ou colaboração. No entanto, o emparcelamento pode ser estimulado pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ aquisição de propriedades pelo Estado português; ▪ criação de condomínios e cooperativas de proprietários; ▪ atribuição de incentivos ao emparcelamento. <p>Além de promover a prática de atividades de recreio e lazer, as áreas de caça associativa, surgem como forma de gestão de espécies animais, tornando um potencial ponto de atração de visitantes e de dinamização das áreas rurais.</p> <p>A preservação e valorização das linhas de águas e da vegetação das galerias ripícolas são essenciais para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ valorização da composição do mosaico paisagístico, ▪ proteção, formando uma de barreira natural contra fogos; ▪ estabilidade da rede hidrográfica. <p>A maioria da população ativa no território emprega atividades inseridas no setor terciário, evidenciando uma especialização na economia local, especialmente no turismo e nas atividades associadas.</p>	<p>Relativamente, às áreas rurais com gestão, a Proposta prevê um conjunto de iniciativas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização dos principais aglomerados populacionais e outros “pontos de atividade humana”; ▪ Promoção da articulação do PRGP com as ZIF existentes, para uma melhor gestão e valorização da floresta; ▪ Estímulo para uma gestão multifuncional das propriedades; ▪ Incentivo à constituição de entidades de gestão coletiva – agrupamentos de proprietários. <p>A Proposta PRGP SC prevê, nas áreas com linhas de água e galerias ripícolas, as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes; ▪ Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com a arborização de espécies autóctones; ▪ Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo das espécies invasoras; ▪ Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais. <p>Quanto ao património cultural valorizado, a Proposta de PRGP SC prevê a promoção do património natural e cultural, através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento das atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas; ▪ Desenvolvimento de atividades económicas associadas ao turismo de natureza; ▪ Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos; ▪ Criação de um corredor turístico ao logo da estrada N2;

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				As freguesias em análise têm um elevado potencial turístico, ligado à gastronomia, património e o turismo de natureza, desporto/aventura – dispendo de uma infraestrutura de percursos de caminhada e cicláveis (BTT).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural; ▪ Estruturação de uma rede de rotas pedestres existentes; ▪ Revitalização dos aglomerados populacionais.
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<p>Diversificação das atividades económicas (agricultura, floresta, silvo-pastorícia, cinegética, turismo e cultura)</p>	<p>O tecido empresarial dos concelhos da AI – Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, revelam grande incidência em atividades do setor terciário como alojamento, restauração e similares e atividades de comércio por grosso e a retalho.</p> <p>A maioria da população ativa emprega no setor terciário, revelando uma especialização da economia local na área dos bens e serviços, com maior foco no turismo e atividades associadas.</p> <p>Apesar da indústria transformadora possuir pouca relevância no território, a cerâmica de construção é considerada imagem de marca da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Os produtos artesanais refletem a cultura da região onde são criados. Destaca-se a tecelagem, as destilarias, albardaria, telhas, tijolos de burro e ladrilhos</p> <p>O concelho de Loulé representa, face à região do Algarve, 14% do total dos hóspedes, 15% das dormidas e 19% dos proveitos. O concelho de Tavira apresenta o segundo melhor desempenho e São Brás de Alportel representa 0,18% dos hóspedes acolhidos no Algarve. O estímulo das funções turísticas e recreativas deve ter por base o aproveitamento das potencialidades locais e a promoção da articulação e complementaridade da oferta turística.</p> <p>As áreas de culturas permanentes mantêm-se quase inalteráveis no conjunto das freguesias da AI. As culturas</p>	<p>A Proposta de PRGP SC visa estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, por medidas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização de setores económicos, potenciando uma atividade produtiva multifuncional das propriedades e adotando uma abordagem inter-geracional; ▪ Expansão de áreas agrícolas e de pastagem; ▪ Reconversão de áreas de matos em matos geridos e em mosaicos-agro-silvo-pastoril; ▪ Aposta numa oferta diferenciada e complementar dos produtos “Sol e Mar”; ▪ Incremento de atividades turísticas, desportivas, tradicionais e gastronómicas; ▪ Criação de um corredor turístico estruturado ao longo da estrada N2.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				<p>temporárias verificaram um decréscimo de 87%, em todas as freguesias.</p> <p>Entre 2009 e 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ deixou de existir bovinicultura; ▪ o número de ovinos diminuiu 36%; ▪ o número de caprinos diminuiu 10%. <p>A maior estabilidade do efetivo caprino na AI, poderá ter contribuído o apoio à raça Algarvia, no quadro das raças autóctones.</p> <p>Em 2019, a pecuária estabilizou a níveis muito baixos na AI, não evidenciando a dinâmica de aproveitamento silvo-pastoril com dimensão relevante.</p> <p>Quanto às áreas florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a área de floresta de sobreiro constitui a componente mais importante do valor económico e ambiental; ▪ mais de 60% dos povoamentos de pinheiro-manso em 1995, mantinha a ocupação em 2005; ocupação de novas áreas); ▪ os pomares de medronheiro facilitam a diversificação de produtos e permitem explorações rentáveis. <p>Apesar dos riscos sanitários e associados à vespa velutina, em Portugal verifica-se um aumento substancial da apicultura nas freguesias.</p>	
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Apoios financiados aos espaços rurais		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Criação de emprego	Os concelhos e as freguesias que compõem a AI, apresentam uma baixa densidade populacional, inferior ao valor nacional, exceto São Brás de Alportel que apresenta uma densidade interessante, embora os principais núcleos urbanos da freguesia não integrem a área em estudo.	<p>A Proposta de PRGP SC visa a impulsionar a criação de emprego, fixação da população e na dinamização dos aglomerados populacionais através de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de oportunidades de emprego; ▪ Revitalização dos aglomerados populacionais; ▪ Fixação da população na Serra do Caldeirão, mantendo a identidade cultural e promovendo o património local.
			População residente	Os três concelhos têm uma taxa de variação da população residente, entre 2011 e 2021, positiva. No entanto, as freguesias Salir e Cachopo perderam população residente – principalmente Cachopo com uma perda de 34,22% e as freguesias de São Brás de Alportel – um aumento de 5,5% e Santa Catarina da Fonte do Bispo – com 3,54%.	
			População presente	<p>A população residente dividida por faixas etárias ilustra uma:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ reduzida presença de indivíduos até 24 anos; ▪ grande proporção de indivíduos entre as faixas etárias dos 25 aos 64 anos. 	
			Aglomerados populacionais	<p>A população residente da área de estudo, apresenta reduzidas qualificações, sendo predominante o nível de ensino básico, constituindo um fator limitante.</p> <p>A taxa de desemprego no concelho de Loulé é a mais elevada, ultrapassando os valores médios de Portugal São Brás de Alportel apresenta o concelho com menor taxa de desemprego – 7,22%. Constata-se uma predominância no setor terciário e um papel residual do setor primário</p>	

Quadro 39 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	Incremento da provisão por tipo de serviço	<p>Na situação de referência não existe remuneração dos serviços dos ecossistemas.</p> <p>A AI do PRGP SC evidencia o abandono de extensas áreas florestais e agroflorestais. Esta situação é justificada pela degradação da capacidade de gestão e manutenção dos terrenos, contribuindo para a perda de vitalidade dos povoamentos de sobreiros, bem como pelo envelhecimento e a diminuição da população residente.</p> <p>Neste contexto, destaca-se o agravamento do desemprego e a dificuldade na fixação de população no território.</p> <p>A implementação de um modelo de ocupação territorial sustentável permitirá retirar contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar da sociedade e preservação do capital natural.</p> <p>Face às três principais secções dos SE, nomeadamente, de aprovisionamento, de regulação e manutenção e, culturais, destaca-se o potencial das sinergias que se poderão criar entre cada um destes grupos.</p> <p>Ressalva-se a necessidade de adoção de políticas públicas de natureza ambiental, alinhando os interesses da sociedade e das gerações futuras com as necessidades dos atuais gestores das terras.</p> <p>O pagamento por SE será efetuado através de recursos financeiros públicos de Portugal ou UE, com complementos de outros contributos financeiros, de beneficiários diretos ou doadores.</p> <p>Para a AI do PRGP SC foram identificados 15 SE prioritários, nomeadamente:</p>	<p>Face às características biofísicas e socioeconómicas do território, a Proposta preconiza na secção de aprovisionamento, serviços relacionados com o cultivo de “plantas terrestres para fins nutricionais”, “fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto”, “animais criados para fins nutricionais”, “plantas silvestres e cogumelos para nutrição” e, “animais silvestres para nutrição”.</p> <p>Sobre a secção de regulação e manutenção, foram identificados os serviços de “controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico”, “proteção contra incêndios”, “polinização e dispersão de sementes”, “manutenção de populações e habitats”, e “sequestro de carbono”.</p> <p>Relativamente à secção cultural, destacam-se os serviços de “recreio e turismo de natureza”, “cultura e património”, “apreciação estética da paisagem”, e “caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado”.</p> <p>Decorrentes da Proposta de Programa, para o critério Provisão dos SE, foi efetuada uma avaliação qualitativa do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção, atendendo aos efeitos decorrentes das ações previstas no Desenho da Paisagem Proposto.</p> <p>Verifica-se uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e dos Culturais, atendendo às ações preconizadas na Proposta do PRGP SC, com cerca de 37,5% dos efeitos positivos identificados, e uma menor valorização dos serviços de Aprovisionamento com cerca de 25% dos efeitos positivos.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento: produção agrícola, pecuária, plantas silvestres e outros produtos, fibras e outros materiais, caça; ▪ Regulação e manutenção: conservação de habitats, controlo do risco de incêndio, polinização, sequestro de carbono, conservação do solo e controlo de erosão, regulação dos fluxos hídricos; ▪ Culturais: recreio e turismo da natureza, identidade cultural, informação para a ciência e educação, apreciação estética da paisagem, valor de existência e legado. 	<p>Os SE que obtiveram um maior incremento da sua provisão no exercício efetuado, foram as classes de “Animais silvestres para nutrição”, “Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico”, “Proteção contra incêndios”, “Manutenção de populações e habitats”, “Recreio e turismo de natureza”, “Cultura e património” e “Apreciação estética da paisagem”.</p> <p>Foram, contudo, identificados potenciais efeitos negativos nas classes Proteção contra incêndios e Manutenção de populações e habitats decorrentes das ações “Incremento de atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas”, “Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza” e “Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 e estruturação da rede de rotas pedestres existentes” pelos riscos inerentes a uma maior presença humana, nestes territórios vulneráveis.</p> <p>Sendo esta uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva e reduzida atividade socioeconómica, a avaliação traduz o menor peso atribuído aos serviços de Aproveitamento, e uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e Culturais, fornecidos pelos ecossistemas.</p>

Quadro 40 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	Atores públicos e privados envolvidos à elaboração e implementação do PRGP SC	<p>A cooperação territorial tem como objetivo munir as populações de mecanismos necessários para beneficiar das características intrínsecas das áreas que habitam, alcançando um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.</p> <p>O Programa de Transformação da Paisagem enfatiza a cooperação territorial e à colaboração institucional multinível, com princípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação de proprietários e titulares de prédios rústicos; ▪ Subsidiariedade da ação pública, garantindo ações de intervenção agrícola, florestal ou silvo pastoril; ▪ Solidariedade inter-geracional; ▪ Coordenação, promovendo a convergência, articulação, compatibilização e a complementaridade entre as ações de iniciativa pública e privada; ▪ Justa ponderação, promovendo uma adequada ponderação de todos os interesses relevantes, face às operações a realizar. <p>Face às características biofísicas e ambientais, usos e atividades existentes na área de intervenção, estão presentes vários agentes, cuja articulação, colaboração e mobilização necessita de ser dinamizada.</p> <p>Na área do PRGP SC, identificam-se dez tipologias de agentes território, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietários e titulares dos prédios rústicos; ▪ Organismos do Estado: APA, ICNF, ANEPC, DGPC, CCDR Algarve, DRAP Algarve, ERTA, ARSA, AGIFR, IAPMEI; ▪ Comunidades Intermunicipais: AMAL; 	<p>A Proposta do PRGP SC considera de extreme relevância que a transformação da paisagem estivesse suportada num modelo de governança colaborativa, tendo como base a participação pública. Esta participação teve como foco, a envolvimento de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atores locais e regionais; ▪ Institucionais; ▪ Sociedade Civil. <p>O processo participativo contribuiu para a construção de uma visão conjunta dos objetivos de reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural resiliente, propiciando o rendimento das atividades e da qualidade de vida da população.</p> <p>O envolvimento das diversas partes interessadas, ao longo de todo o processo de elaboração do PRGP SC permite a integração de informação, conhecimento e experiências, complementares à existente e publicada, possibilitando eventuais parcerias.</p> <p>O acompanhamento do PRGP SC, é efetuado sobre a coordenação da Direção-Geral do Território (DGT) e com o envolvimento de nove entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve); ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; ▪ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve; ▪ Administração da Região Hidrográfica do Algarve; ▪ Entidade Regional de Turismo do Algarve; ▪ Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.; ▪ Câmara Municipal de Tavira;
			Reforço de competências e de relacionamento		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
		Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Municípios e Freguesias; ▪ Instituições de Ensino e Investigação; ▪ Associações representativas das atividades económicas; ▪ Organizações não-governamentais; ▪ Outras associações e organizações locais; ▪ Empresas; ▪ Cidadãos, atores locais e demais interessados <p>O território em estudo é caracterizado pela reduzida dinâmica e baixa taxa de empreendedorismo dos agentes em presença.</p> <p>Verifica-se uma fraca tradição de associativismo, partilha e colaboração. No entanto, a AI regista iniciativas de interação e associação entre os atores nos gestores dos espaços florestais com as associações de produção florestais, gerentes das várias ZIF.</p> <p>O grande potencial das ZIF, que apesar de terem sido bem acolhidas pelos proprietários e entidades locais, não transparecem os resultados esperados, constituído limitações e entraves ao investimento e dinamização.</p> <p>Para quebrar o ciclo de desinvestimento, a valorização do território, através de um processo participativo local, envolvendo e estimulando os diversos atores dos territórios.</p> <p>O envolvimento local, especialmente dos municípios e das juntas de freguesias, em colaboração com associações, proprietários e comunidades locais é crucial para iniciar as transformações estruturantes na gestão e ordenamento do espaço rústico e na valorização da paisagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de São Brás de Alportel; ▪ Câmara Municipal de Loulé. <p>O processo de participação pública, compreende três momentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Diagnóstico; 2) Propostas; 3) Avaliação. <p>Decorreu, em simultâneo, a primeira e a segunda fase com: o mapeamento dos stakeholders – conta com cerca de 48 atores envolvidos; e entrevistas com atores.</p> <p>Identificou-se que o principal foco do PRGP SC deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, revitalizando a capacidade produtiva da Serra e reorganizando a paisagem, valorizando e preservando a estrutura ecológica e hídrica da Serra. Conta-se com a promoção da estruturação do território em mosaicos que favoreçam a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo. Destaca-se o papel central dos aglomerados populacionais existentes na Serra, constituindo-se como polos agregadores.</p> <p>Os desafios estruturais no território enumerados consistem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na dimensão da propriedade; ▪ No cadastro; ▪ No envelhecimento populacional; ▪ Na falta de infraestruturas. <p>Além dos três momentos participativos, a discussão pública, promove uma sessão pública de apresentação da Proposta e de debate.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<p>Articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis</p> <p>Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SARUP) consideradas no Programa</p>	<p>Sobre a área de intervenção do PRGP SC vigoram um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), de funções e âmbitos diversos.</p> <p>No âmbito nacional, o PRGP SC encontra-se abrangido por planos e programas, nas áreas da conservação da natureza e da biodiversidade, ambiente, recursos hídricos e florestas, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); ▪ Programa de Transformação da Paisagem (PTP); ▪ Estratégia Nacional para as Florestas (ENF2023); ▪ Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR); ▪ Programa Regional de Ordenamento Florestal da Região do Algarve (PROF Algarve); ▪ Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000). <p>O PNPOT tem por base o conceito de coesão territorial e assume como princípios territoriais: a governança territorial, a organização territorial, a diversidade e a especificidade territoriais, a solidariedade e equidade territoriais, a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais nos diversos territórios e as abordagens territoriais integradas.</p> <p>O PTP constitui um programa estratégico de intervenção integrada em territórios vulneráveis – conflito entre a perigosidade e a ocupação do solo. Em consonância deste programa, os PRGP devem assegurar um desenho da paisagem que seja referencial de uma nova economia dos territórios rurais, promovendo uma floresta multifuncional, resiliente, rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e produzindo melhores serviços.</p>	<p>O PRGP SC, como programa setorial, têm como objetivo de sustentabilidade, assegurar a articulação do Programa com outros Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis e condicionantes legais, incorporando políticas e orientações de programas e planos territoriais e definido diretrizes e normas de transformação da paisagem a incorporar nos planos territoriais – PDM, e a transpor e aplicar nos programas territoriais – PROF Algarve e PNGIFR.</p> <p>Sendo assim, o PRGP SC integra e articula e compatibiliza as orientações estabelecidas pelo: PNPOT, PTP, ENF2030, PNGIFR, PSRN 2000, PROF Algarve, PROT AL e pelos PDM da AI.</p> <p>A estratégia de intervenção do PRGP SC e a sua configuração de medida programática decorrem do PTP, cujo âmbito encontra-se alinhado e conformado com o PNOT, ENF2030 e PNGIFR.</p> <p>Quando ao PROF Algarve são vertidas para a estratégica, e também para o Desenho da Paisagem, no que se refere ao ordenamento florestal, às aptidões florestais, às funções dos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões do “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão”.</p> <p>A Proposta de PRGP SC não identifica alterações a efetuar no PROF Algarve, incorporando os regimes de gestão dos espaços florestais, mas definindo diretrizes de transposição do PROF Algarve para os PDM.</p> <p>O Proposta comprova a compatibilidade das diretrizes do Programa e IGT, especialmente os PDM, no que se refere às regras de uso e ocupação do solo.</p> <p>Quanto às servidões e restrições de utilidade pública que incidem na AI, a proposta de PRGP SC considera-as como fatores de transformação da paisagem determinantes para o Desenho da Paisagem, em particular SRUP como a RAN e Áreas Nucleares – Rede Natura 2000, Rede Nacional de Áreas Protegidas e áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				<p>A ENF2030 estabelece como objetivos estratégicos e específicos: a minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos, através da defesa da floresta contra incêndios, da proteção contra agentes bióticos e a reabilitação dos ecossistemas afetados.</p> <p>Quanto ao PNGIFR, têm como meta, a orientação para uma gestão integrada de fogos rurais.</p> <p>No que se refere ao PROF Algarve, este programa incide sobre os espaços florestais e visa a enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional.</p> <p>O PROF engloba 8 sub-regionais homogêneas, sendo que a AI do PRGP SC abrangida pelas sub-regiões homogêneas do “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão”.</p> <p>De acordo com a Carta Síntese, a AI insere-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas Florestais Sensíveis; ▪ Corredores Ecológicos; ▪ Áreas Classificadas. <p>O PSRN2000 estabelece a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental. Na AI para os sítios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Caldeirão – define-se orientações de gestão para a conservação de montados e recuperação de áreas de matagal mediterrânico; ▪ Barrocal – define-se orientações para a conservação de afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos e matos baixos e prados calcícolas, assim como para a flora rupícola e ainda espécies de morcegos. <p>De acordo com o PROF CI, a área de intervenção encontra-se inserida nas sub-regiões homogêneas da Unidade Baixo Guadiana, com as sub-unidades Alcoutim/Martim-Longo e Castro Marim/Vila Real de</p>	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Questões Críticas de Sustentabilidade	
			Designação	Cenário 1 – Situação de Referência (sem a implementação do PRGP SC)	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
				<p>Santo António e a Unidade Serra com a sub-unidade Caldeirão.</p> <p>No modelo territorial, a AI incide sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas de ocupação turística com incidência preferencial; ▪ Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA). <p>No que se refere à ERPVA, a AI abrange áreas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas nucleares: Áreas Protegidas – Rocha da Pena; Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000 – Barrocal e Caldeirão; ▪ Corredores ecológicos: Guadiana e Meridional. <p>No âmbito municipal, os programas cingem aos Planos Diretores Municipais de Loulé, São Brás de Alportel e de Tavira.</p> <p>Incide sobre a AI do PRGP SC, as seguintes servidões e restrições de utilidade pública (SRUP): Domínio Hídrico, Captações de Água Subterrâneas para Abastecimento Público e respetivas Zonas de Proteção, RAN, REN, Perímetro de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio, Aproveitamentos Hidroagrícolas de Mealha e Grainho, Sobreiro e Azinheira, Oliveiras, Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Áreas Classificadas ao abrigo de Compromissos Internacionais, rede elétrica, Rede Rodoviária Nacional, Estradas e Caminhos Municipais, Feixe Hertziano de Alcaria Ruiva/Alcaria do Cume e Vértices Geodésicos.</p>	

6.2 SÍNTESE DAS MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

6.2.1 Síntese das Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão

Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão (elaboração da Proposta de PRGP SC)

- Prever a adoção do programa de apoio ao emparcelamento rural simples tendo em vista aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos
 - Promover o registo cadastral
 - Prever ações que visem o controlo da erosão (em particular de áreas ardidadas), de consolidação e recuperação de taludes e margens de linhas de água, privilegiando a criação e reabilitação das galerias ripícolas
 - Considerar orientações que contribuam para aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis: i) nas cabeceiras das bacias hidrográficas; ii) nas encostas mais declivosas e propensas à erosão; e iii) na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial
-
- Prever ações de formação de jovens empreendedores tendo em vista a renovação geracional nas áreas da produção florestal, agrícola e pecuária
 - Prever ações de formação em atividades tradicionais existentes na AI, como a produção artesanal de cerâmica de construção (telhas artesanais, ladrilhos e tijolos burro)
 - Prever ações de sensibilização, formação e partilha de informação relativa às necessidades de conservação dos valores naturais existentes, junto de proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população em geral e visitantes
 - Prever a identificação de “pontos de atividade humana” e atores do território com capacidade para dinamizarem e catalisarem outros atores, numa dinâmica fundamental à criação e operacionalização das AIGP

6.2.2 Síntese das Medidas e Recomendações de Seguimento

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)

- Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem – floresta revitalizada, mosaicos agrícolas e agro-silvo-pastoril criados, rede hidrográfica requalificada e galerias ripícolas reabilitadas e criadas e património natural e cultural valorizados
 - Monitorizar as áreas ardidadas por ocupação do solo
 - Monitorizar as emissões de GEE pelos incêndios rurais de grande dimensão
 - Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto
 - Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo
 - Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural dos incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF)
 - Monitorizar o controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies autóctones melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento dos cursos de água)
 - Monitorizar a preservação e valorização do habitat 9330
 - Assegurar o controlo de espécies invasoras
 - Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com os valores naturais existentes
-
- Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
 - Incentivar e avaliar as áreas objeto de emparcelamento da propriedade rústica
 - Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento
 - Promover a articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a dinamização da sua implementação e promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta
 - Assegurar a constituição e implementação das AIGP previstas na proposta do PRGP SC
 - Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros

Medidas e Recomendações de Seguimento (implementação da Proposta do PRGP SC)

- Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercíneas
 - Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras
 - Monitorizar as galerias ripícolas (criação e reabilitação da galeria ripícola)
 - Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas a nível das atividades económicas, das empresas existentes, do efetivo pecuário, das áreas de culturas emergentes e dos produtos endógenos
 - Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas)
 - Monitorizar as ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural
 - Criar mecanismos de atração de empresas, incentivos à criação de empregos e à fixação de população ativa
 - Avaliar a aplicação de financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas para as áreas e ações identificadas como prioritárias
-
- Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na AI decorrentes das ações previstas
 - Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias identificadas
-
- Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP SC)
 - Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas
 - Incentivar a produção de produtos endógenos e tradicionais
 - Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agro-silvo-pastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos)
 - Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC
 - Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na AI
 - Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis
 - Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP
 - Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP

6.3 SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território ▪ Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar as áreas ardidadas por ocupação do solo ▪ Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto ▪ Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF) ▪ Assegurar a concretização de medidas de mitigação preconizadas no âmbito do regime de gestão do fogo proposto

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, ICNF, APA, DRAP Algarve DGPC, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - floresta revitalizada, mosaicos agrícolas expandidos, mosaicos agro-silvo-pastoril, rede hidrográfica e galerias ripícolas e património natural e cultural ▪ Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da AI
DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas ▪ Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento
DGT, ANEPC, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a constituição e implementação das AIGP propostas no PRGP SC
ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, Entidades gestoras e proprietários ou produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o envolvimento das ZIF na dinamização e implementação do PRGP SC
DGT, DGADR, DRAP Algarve, ICNF, APA, AGIF, , CCDR Algarve, CM Loulé, São Brás de Alportel e Tavira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na AI decorrentes das ações previstas
Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Entidades Gestoras das AIGP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias identificadas
Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a aplicação de financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas
DGADR, APA, Associações de produtores, Agricultores, produtores florestais e empresários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria dos sistemas de monitorização das necessidades efetivas de água das culturas ao longo dos ciclos de crescimento
DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas ▪ Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos
APA, AGIF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar as emissões de GEE pelos incêndios rurais de grande dimensão
ICNF, APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar a taxa de erosão do solo ▪ Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água ▪ Vigilância e monitorização de pragas agrícolas e florestais, nomeadamente a nível da sua distribuição geográfica ▪ Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras ▪ Prever ações de sensibilização, formação e partilha de informação relativa à conservação dos valores naturais existentes (proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população em geral e visitantes)
ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros
CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações de manutenção das galerias ripícolas criadas e reabilitadas
CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, ICNF, APA, Associações de produtores, Agricultores e produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos ▪ Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, CCDR Algarve, APA, DRAP Algarve, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção ▪ Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis ▪ Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP ▪ Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP
DGT, DGADR, CCDR Algarve, DRAP Algarve, AGIF, ICNF, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) ▪ Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas ▪ Incentivar a produção de produtos endógenos e tradicionais ▪ Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agro-silvo-pastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) ▪ Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC

7 PROGRAMA DE SEGUIMENTO

O Programa de Seguimento visa definir as bases de suporte ao acompanhamento da AA no que respeita aos efeitos ambientais, sociais e económicos no território, decorrentes da implementação do PRGP SC.

Este acompanhamento será efetuado com recurso a um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos que irão suportar a avaliação dos efeitos dessa implementação.

O Programa de Seguimento é materializado nos Quadro 41, Quadro 42, Quadro 43 e Quadro 44 e compreende para cada FCD, Critério e Objetivo de Sustentabilidade definidos no Quadro de Avaliação, informação referente às Medidas e Recomendações de Seguimento estabelecidas, às Metas a atingir, aos Indicadores a calcular e à sua Periodicidade, a que acrescem as Fontes de Informação a utilizar e as Entidades Responsáveis ou Parceiros, envolvidos na sua implementação.

De referir que a monitorização do PRGP SC, incluindo a sua AA, é da competência do Fórum Intersectorial, coordenado pela DGT.

Os Indicadores que constam do Programa de Seguimento resultam de uma seleção de entre um número mais alargado de Indicadores estabelecidos no Quadro de Avaliação e identificados como

aplicáveis à fase de seguimento. Apesar do número recomendado ser de 20 indicadores para incluir no Programa de Seguimento, no âmbito do PRGP SC e atendendo aos fatores críticos selecionados e às temáticas a avaliar, foram estabelecidos 31 indicadores considerados revelantes.

O Programa de Monitorização e Avaliação dos Resultados do PRGP SC incorpora alguns dos indicadores estabelecidos no âmbito do Programa de Seguimento da AA, que se encontram assinalados.

A Periodicidade de avaliação do Programa de Seguimento da AA teve em consideração o horizonte temporal do PRGP SC (10 anos), bem como a necessidade de dar contributos para os relatórios sobre o estado do ordenamento do território (REOT) cuja avaliação se efetua de quatro em quatro anos (conforme previsto no Artigo 189.º do RJIGT).

Este Programa de Seguimento irá ainda constar da futura Declaração Ambiental.

Quadro 41 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Área de mosaicos agrícolas silvo-pastoris e de áreas abertas criados (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> COS - DGT 	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercíneas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> ICNF Estudos científicos 	ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Área de Matos integrados em AEGC (ha)	Anual	<ul style="list-style-type: none"> Cartografia de perigosidade de Incêndios – AGIF e municípios 	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Área de descontinuidades no território (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> COS - DGT 	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Áreas emparceladas ou agregadas (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP 	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
	Gestão dos espaços rurais		<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas, incentivos à criação de empregos e à fixação de população ativa 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Novos residentes (N.º)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Anuários estatísticos – INE Consulta DGADR, DRAP Centro 	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o empreendedorismo e a gestão agrupada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração floresta” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Manter a rentabilidade das culturas e diminuir o uso da água”, Aproveitar recursos endógenos e que melhorem a economia local” cf. PIAAC- AMAL) e “Utilizar águas para reutilização (ApR) na agricultura”, cf. PREH-Região do Algarve) 	Áreas com gestão associativa / agregada (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP 	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ardidas por ocupação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Manter a área ardida abaixo de 100ha Diminuição em 100% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 1000 ha 	<p>Área ardida em povoamentos florestais (ha)</p> <p>Área afetada por fogos superiores a 1000 ha (%)</p>	Anual	Cartografia de perigosidade de Incêndios – AGIF e municípios	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto Assegurar a concretização de medidas de mitigação preconizadas no âmbito do regime de gestão do fogo proposto 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área passível de ser consumida pelo fogo acima da capacidade de extinção nas áreas estratégicas de gestão de combustível 	<p>Alteração do comportamento do fogo nas áreas estratégicas de gestão de combustível (Rede Primária, mosaicos de parcelas de gestão de combustível, e nas futuras AIGP) (% de área com valores acima de 4000 kW/m)</p>			
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural 	<p>Áreas classificadas como alta e muito alta perigosidade de fogo rural (%), cf. cartografia ICNF</p>			
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P-3AC e no PIAAC AMAL 	<p>Área intervencionada com ações para a minimização da erosão dos solos (ha)</p>	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma SNIRH Plataforma SNIAmb PortaldoClima Verificação no local 	ICNF, APA
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P -3AC, no PIAAC AMAL e no PANCD 	<p>Área de solos e vegetação degradados intervencionada nas áreas mais suscetíveis à desertificação (ha)</p>	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma SNIRH Plataforma SNIAmb PortaldoClima Verificação no local 	ICNF, APA
			<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Salvaguarda dos solos de elevado valor e/ou suscetíveis à desertificação” relativas à medida de ação “1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) 		Trienal	<ul style="list-style-type: none"> ICNF Verificação no local 	CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, ICNF, APA, Associações de produtores, Agricultores e produtores florestais

Quadro 42 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores Formulação	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com "Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível" cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados "Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais" e "Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais" relativas à medida de ação "Ordenar e revitalizar os territórios da floresta" cf. PNPOT (até 2030) 	Área de mosaicos agrícolas silvo-pastoris e de áreas abertas criados (ha)	Trienal	COS - DGT	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercíneas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza" relativa à medida de ação "Valorizar o território através da paisagem" cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas (ha)	Trienal	ICNF Estudos científicos	ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais" relativa à medida de ação "Ordenar e revitalizar os territórios da floresta" cf. PNPOT (até 2030) 	Área de Matos integrados em AEGC (ha)	Anual	Cartografia de perigosidade de Incêndios – AGIF e municípios	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários" relativas à medida de ação "1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício" cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado "Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal" relativa à medida de ação "Ordenar e revitalizar os territórios da floresta" cf. PNPOT (até 2030) 	Áreas emparceladas ou agregadas (ha)	Trienal	Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal" relativa à medida de ação "Ordenar e revitalizar os territórios da floresta" cf. PNPOT (até 2030) 	Áreas com gestão associativa / agregada (ha)	Trienal	Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras Promover ações de manutenção das galerias ripícolas criadas e reabilitadas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com a "Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas" cf. ENF2030 	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas (ha) Extensão galerias ripícolas propostas (ha)	Trienal	COS – DGT Plataforma SNIRH APA e ICNF Verificação no local	ICNF, APA CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Reabilitação do património cultural e arquitetónico" relativa à medida de ação "Valorizar o território através da paisagem" cf. PNPOT (até 2030) 	Iniciativas de valorização do património cultural, total e por tipologia (n.º)	Trienal	Portal monumentos Municípios Verificação no local	DGT, DGPC, CCDR Algarve, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais" relativa à medida de ação "Ordenar e revitalizar os territórios da floresta" e do efeito esperado "Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais" relativa à medida de ação "Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural" cf. PNPOT (até 2030) 	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE (n.º) VAB por atividade económica	Trienal	Anuários estatísticos – INE Anuários estatísticos – INE Consulta DGADR, DRAP Centro	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais" relativas à medida de ação "Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural" cf. PNPOT (até 2030) 	Explorações agrícolas instaladas (N.º)			
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais" relativas à medida de ação "Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural" cf. PNPOT (até 2030) 	Evolução do efetivo pecuário (N.º)	Trienal	Anuários estatísticos – INE Consulta DGADR, DRAP Centro	

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados (N.º)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Anuários estatísticos – INE Consulta DGADR, DRAP Centro 	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Evolução da área ocupada por culturas emergentes (medronheiro, alfarrobeira) (ha)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> COS - DGT 	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 		Empresas de animação turística (n.º)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Anuários estatísticos – INE 	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”. 	Extensão de trilhos e percursos pedestres sinalizados (ml)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Verificação no local Consulta Região de Turismo do Algarve, ICNF 	Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve, ICNF
			<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 		Estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	Trienal	<ul style="list-style-type: none"> Anuários estatísticos – INE Consulta DGADR, DRAP Centro 	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a aplicação do modelo de financiamento multifundos da PTP (PRR, FEADER, FA, FFP) 	<ul style="list-style-type: none"> Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos P Regionais e na PAC 2023-2027 	Volume dos apoios financiados aos espaços rurais, total e por tipologia (€)	Anual	Relatórios de Monitorização de PRR, FEADER, FA, FFP	Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030) 	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário (n.º)	Trienal	Anuários estatísticos – INE	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Minimização das situações de perda demográfica nos meios rurais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030) 	População residente, por grupo etário (n.º)	Trienal	Anuários estatísticos – INE	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030) 	População presente, por grupo etário (n.º)	Trienal	Anuários estatísticos – INE	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
					<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 			Iniciativas de desenvolvimento dos aglomerados populacionais (n.º) ou Condomínios de Aldeia (n.º)

Quadro 43 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção decorrentes das ações previstas Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias Identificadas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Produção de informação e mapeamento de ecossistemas e seus serviços para dispor da sua valoração e posterior remuneração” relativa à medida de ação “Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial” cf. PNPOT (até 2030) Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos PO Regionais 	Incremento da provisão por serviços de aprovisionamento (unidade adequada a cada tipo de SE)	Anual	Relatórios de Monitorização FA	DGT, DGADR, DRAP Algarve, ICNF, APA, AGIF, ERT Algarve, CCDR Algarve, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
					Incremento da provisão por serviços de regulação e manutenção (unidade adequada a cada tipo de SE)			Incremento da provisão por serviços de culturais (unidade adequada a cada tipo de SE)

Quadro 44 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Indicadores	Periodicidade	Fontes de Informação	Entidades responsáveis ou Parceiros
					Formulação			
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da participação cívica nos processos de elaboração, monitorização e avaliação de instrumentos de gestão territorial” relativo à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PNPOT (até 2030) 100% dos atores públicos e privados identificados como partes interessadas 	Atores públicos e privados envolvidos, total e por tipologia (n.º)	Anual	<ul style="list-style-type: none"> Consulta Municípios e juntas de freguesia 	DGT, DGADR, CCDR Algarve, DRAP Algarve, AGIF, ICNF, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agro-silvo-pastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” e do efeito esperado “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” relativa à medida de ação “Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas” cf. PNPOT (até 2030) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de capacitação e de sensibilização (n.º) Participantes nas ações, total e por tipologia (n.º) 			
			<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” e do efeito esperado “Reforço das redes de cooperação territorial” relativa à medida de ação “Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais” cf. PNPOT” (até 2030) 	Redes de cooperação estabelecidas (n.º)			
			<ul style="list-style-type: none"> Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Envolvimento das comunidades locais na resolução de problemas e cocriação de soluções de ordenamento do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PNPOT” (até 2030) 100% dos agentes do território identificados como partes interessadas 	Agentes do território envolvidos (n.º)			
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SC com os IGT aplicáveis 	Avaliação qualitativa da articulação / compatibilização do Programa com os IGT aplicáveis	Anual	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma Sistema Nacional de Informação territorial (SNIT) – DGT Municípios 	DGT, CCDR Algarve, APA, DRAP Algarve, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel
			<ul style="list-style-type: none"> Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SC com condicionantes territoriais 	Avaliação qualitativa da articulação do Programa com as SARUP aplicáveis			

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos

- **DGT (2020).** Formação dos planos territoriais - Matérias no âmbito das atribuições da DGT. Direção-Geral do Território. Lisboa
- **FERMISSON, J.** A revitalização de áreas rurais no interior português: desafios e possibilidades de integração territorial. CESO I&D – Investigação e Desenvolvimento. Lisboa.
- **PARTIDÁRIO, M.R. (2012).** Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA. Lisboa.
- **PARTIDÁRIO, M. R. (2007).** Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora.
- **PARTIDÁRIO, M. R. (2003).** Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. DGOTDU. Lisboa.
- **PARTIDÁRIO, M. R. (coord), Vicente, G., Augusto, B., Belchior, C., Nespen, S., Frade, S. Lima, J. & Martins, R. 2009.** Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental. CCDR-LVT. Lisboa.

Legislação

- **Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro** (Diário da República n.º 223/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-02) - Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Entre Minho e Lima, de Alva e Mondego, de Montes Ocidentais e Beira Alta, das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e da Serra do Caldeirão.
- **Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro** (Diário da República n.º 249/2020, Série I de 2020-12-24) - Aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro** (Diário da República n.º 114/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-15) **que altera o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 junho** (Diário da República n.º 123/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-26) - Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.
- **Resolução do Conselho de Ministros 2/2022, de 7 de Janeiro** (Diário da República n.º 5/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-07) adapta a **Resolução de Conselho de Ministros n.º**

49/2020, de 24 de junho (Diário da República n.º 121/2020, Série I de 2020-06-24) – Cria Programa de Transformação da Paisagem.

9 ANEXOS

Anexo I – Orientações e Metas do QRE

Anexo II - Ponderação dos Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE

Anexo III - Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE

ANEXO – I

Orientações e Metas do QRE

Quadro 1 – QRE – Orientações e Metas de Documentos de Referência Nacional

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos ▪ Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade ▪ Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ▪ Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais ▪ Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais ▪ Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
<p>PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) (Lei n.º 99/2019, publicada em Diário da República n.º 170, 1ª Série, de 5 de setembro de 2019)</p>	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício ▪ Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial ▪ Valorizar o território através da paisagem ▪ Ordenar e revitalizar os territórios da floresta ▪ Prevenir riscos e adaptar o território às alterações climáticas ▪ Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica ▪ Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural ▪ Reforçar a competitividade da agricultura ▪ Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural ▪ Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial ▪ Organizar o território para a economia circular ▪ Promover a competitividade da silvicultura ▪ Otimizar a conectividade ecológica nacional 	<p><u>Até 2030</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação de passivos ambientais ▪ Incremento da atividade agrícola e florestal (produto e emprego) ▪ Reconhecimento da relevância dos serviços prestados pelos ecossistemas enquanto fator de diferenciação positiva dos territórios ▪ Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza ▪ Aumento da atratividade turística dos territórios rurais ▪ Reabilitação do património cultural e arquitetónico em espaço urbano e rural ▪ Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal ▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais ▪ Implementação de uma cultura de sensibilização para o risco e aumento da adesão a atitudes e comportamentos de boas práticas de prevenção e redução do risco ▪ Alinhamento da oferta educativa e formativa com as necessidades dos setores de atividade e dos ecossistemas de inovação de base territorial ▪ Preparar e gerir a floresta para ser sumidouro estável de um mínimo de 10 Mton de CO2 ▪ Diversificação das fontes de rendimento das explorações florestais ▪ Redução dos custos públicos em áreas riscos ambientais

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM (PTP)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, publicada em Diário da República n.º 121, 1ª Série, de 24 de junho de 2020)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais▪ Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas▪ Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis▪ Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais▪ Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais▪ Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala	<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir investimento público e privado para os territórios vulneráveis, viabilizando uma gestão ativa, enquanto pilar da prevenção dos incêndios rurais e da construção de uma paisagem rural sustentável e resiliente

PROGRAMA DE AÇÃO PARA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (P-3AC)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, publicado em Diário da República n.º 147, 1ª Série, de 2 de agosto de 2019)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais▪ Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo▪ Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez▪ Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas▪ Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima▪ Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais▪ Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações▪ Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação▪ Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização	<p>Metas para 2030:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 100% de Municípios com planos de defesa da floresta contra incêndios que integram avaliações de vulnerabilidade climática futura e medidas de adaptação▪ 80% - Eficiência no uso da água no consumo agrícola▪ 25% - População alvo de campanhas de sensibilização ou divulgação relacionadas com impactes das alterações climáticas e medidas de adaptação▪ 10% - Redução da área de distribuição geográfica das espécies exóticas invasoras (face ao ano de referência)▪ 10% - Redução do nº de casos de doenças humanas transmitidas por vetores associados alterações climáticas (média decadal)

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA 2030 (PNEC 2030)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, publicado em Diário da República n.º 133 de 10 de julho de 2020

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Descarbonizar a economia nacional;▪ Dar prioridade à eficiência energética;▪ Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do País;▪ Garantir a segurança de abastecimento;▪ Promover a mobilidade sustentável;▪ Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono;▪ Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva;▪ Garantir uma transição justa, democrática e coesa	<p>Para o ano 2030:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Reduzir entre 45 % e 55 % as emissões de gases com efeito de estufa, por referência às emissões registadas no ano de 2005;▪ Incorporar 47 % de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia;▪ Reduzir 35 % do consumo de energia primária com vista a uma melhor eficiência energética;▪ Atingir 15 % interligações de eletricidade

ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050 (RNC2050)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, publicado em Diário da República n.º 123 de 1 de julho de 2019

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;▪ Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050;▪ Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas;▪ Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica;▪ Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;▪ Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;▪ Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;▪ Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva	<ul style="list-style-type: none">▪ redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005

POLÍTICA NACIONAL DA ARQUITETURA E PAISAGEM (PNAP)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, publicado em Diário da República n.º 130, 1ª Série, de 7 de julho de 2015)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a manutenção e valorização das funções ecológicas da paisagem, estimulando a sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial▪ Contribuir, ao nível da gestão e ordenamento das paisagens, do planeamento e da construção para a implementação das estratégias de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, bem como as de prevenção e redução dos riscos▪ Promover a proteção e valorização do património natural e dos sistemas de produção agrícola que contribuem para a qualidade e para o carácter da paisagem rural▪ Fomentar a adoção de metodologias e processos de gestão integrada do património, arquitetónico e urbano, e da paisagem, bem como a implementação de práticas de conservação e reabilitação sensíveis e respeitadoras da história e da memória▪ Promover a arquitetura e paisagem portuguesas como recursos para a criação de emprego, para a promoção do turismo e economia nacionais	---

ESTRATÉGIA NACIONAL DAS FLORESTAS 2030 (ENF2030)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, publicado em Diário da República n.º 24, 1ª Série, de 4 de fevereiro de 2015)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais▪ Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas▪ Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos▪ Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados▪ Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação▪ Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade▪ Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas▪ Promover a resiliência da floresta▪ Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos▪ Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais▪ Modernizar e capacitar as empresas florestais▪ Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais	Metas contidas na matriz de operacionalização da estratégia contidas nos seguintes objetivos estratégicos: <ul style="list-style-type: none">A. Minimização de riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivosB. Especialização do territórioC. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentosD. Internacionalização e aumento do valor dos produtosE. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setorF. F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE (ENCNB 2030)

(Resolução de Conselho de Ministros n.º 55/2018, publicado em Diário da República n.º 87, 1ª Série, de 7 de Maio de 2018)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e promover a sua gestão partilhada▪ Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional▪ Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas▪ Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo-prazo, serviços relevantes para o bem-estar humano▪ Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida▪ Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade▪ Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade▪ Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural▪ Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas	---

PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

(Resolução de Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, publicado em Diário da República n.º 115, 1ª Série, de 16 de junho de 2020)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">Reformar o modelo de gestão florestal, fomentando a inovação e a melhoria da competitividade das empresas do setor florestal e agroflorestalPromover, em áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões, a constituição de unidades de gestão de modo a garantir a recuperação do coberto vegetal de forma ordenada e diversaDisponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústicoImplementar programas e projetos de reconversão de povoamentos, pela instalação de pastagens melhoradas e de área agrícola em locais estratégicos, bem como a criação de faixas e manchas agrícolas de descontinuidade da florestaAssegurar a gestão da regeneração natural de espécies autóctones e a execução dos planos de prevenção e gestão dos parques naturais e áreas de elevado valor onde se promove o restauro da paisagemDiminuir a carga combustível à escala da paisagem, pelo controlo de espécies invasoras, promovendo o reaproveitamento dos sobrantes da exploração florestalReduzir as ignições de maior risco	<ul style="list-style-type: none">A perda de vidas humanas em incêndios, embora sendo possível, seja um fenómeno raroA percentagem dos incêndios com mais de 500 ha fixar-se abaixo de 0.3% do total de incêndiosA área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660 000 ha (a atualizar até 2023 para valor considerando perdas de bens e serviços)

PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000 (PSRN2000)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, publicado em Diário da República n.º 139, 1ª Série, de 21 de julho de 2008)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">Promover uma melhor integração dos objetivos de conservação dos valores naturais nos IGT, compatibilizando-os com diversas atividades, incluindo a urbanização, o turismo, a indústria extrativa, as infraestruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazerIntegração dos objetivos de conservação da biodiversidade nos instrumentos de gestão da política agrícola e das pescas, alinhados com as reformas da Política Agrícola Comum e das PescasGarantir uma lógica de gestão integrada da bacia hidrográfica na gestão dos valores associados às linhas de água, obrigando à necessária articulação entre as autoridades de conservação da biodiversidade e as entidades de tutela da gestão da águaPromover a elaboração de planos de gestão que definam as medidas e ações de conservação, visando a compatibilização da conservação dos valores naturais com as atividades neles praticadasControlo ou erradicação de espécies invasoras, bem como de outras espécies não indígenas em situações específicas, complementado com o controlo de animais assilvestrados	---

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALGARVE (PROF Alg)

Portaria n.º 53/2019, de 2 de novembro, publicado em Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2 de novembro de 2019

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;▪ Especialização do território;▪ Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;▪ Internacionalização e aumento do valor dos produtos;▪ Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;▪ Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.	<p>Metas previsionais para 2030:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 15,2% de espaços florestais para a SRH da Serra do Caldeirão▪ 7,0% de floresta para a SRH da Serra do Caldeirão

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE – RH8 (PGRH8 2016-2021)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, publicado em Diário da República n.º 181, 1ª Série, de 20 de setembro de 2016)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Adequar a Administração Pública na gestão da água;▪ Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;▪ Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;▪ Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;▪ Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;▪ Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;▪ Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água▪ Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.	<p>Até 2021:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 82% das massas de água superficiais alcançassem o bom estado▪ 100% das massas de água subterrânea alcançassem o bom estado <p>Até 2027:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 100% das massas de água superficiais alcançassem o bom estado▪ 100% das massas de água subterrânea alcançassem o bom estado

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO GUADIANA – RH7 (PGRH7 2016-2021) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, publicado em Diário da República n.º 181, 1ª Série, de 20 de setembro de 2016)	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequar a Administração Pública na gestão da água; ▪ Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água; ▪ Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras; ▪ Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos; ▪ Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água; ▪ Promover a sustentabilidade económica da gestão da água; ▪ Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água; ▪ Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais; ▪ Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol 	<p>Até 2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 82% das massas de água superficiais alcançassem o bom estado ▪ 100% das massas de água subterrânea alcançassem o bom estado <p>Até 2027:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 91% das massas de água superficiais alcançassem o bom estado ▪ 100% das massas de água subterrânea alcançassem o bom estado
PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (PANCD) (Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, revisto e atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, publicado em Diário da República n.º 248/2014, Série I de 24 de dezembro)	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis; ▪ Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas; ▪ Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis; ▪ Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) e o PANCD 	<p>Período de três a cinco anos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ incremento das áreas sob gestão sustentável certificada, que incluam a aplicação de boas práticas de uso do solo <p>Período de cinco anos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ proceder à inclusão dos objetivos de conservação do regime hídrico nos planos de gestão florestais das áreas públicas e privadas <p>Período de seis a nove anos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ reduzir significativamente a taxa de perda de habitats naturais e da sua degradação e fragmentação; ▪ impedir a extinção de espécies ameaçadas e melhorar o seu estado de conservação, aplicando adequados planos de recuperação; ▪ manter a biodiversidade doméstica e aplicar estratégias para minimizar a erosão genética e salvaguardar a diversidade genética.

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET 2027)

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, publicado em Diário da República n.º 187/2017, 1ª Série de 27 de setembro de 2017)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Valorizar o território e as comunidades:▪ Impulsionar a economia:▪ Potenciar o conhecimento;▪ Gerar redes e conectividade:▪ Projetar Portugal	<p>Metas de sustentabilidade económica:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ aumentar a procura em todo o território: 80 milhões de dormidas;▪ crescer em valor: 26 mil milhões de euros em receitas; <p>Metas de sustentabilidade social:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ alargar a atividade turística a todo o ano, atingindo em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre;▪ duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo (de 30% para 60%);▪ assegurar que o turismo gera um impacto positivo nas populações residentes; <p>Metas de sustentabilidade ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de energia e da água e desenvolvem ações de gestão ambiental dos resíduos.

Quadro 2 – QRE – Orientações e Metas de Documentos de Referência Regional

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROTAL)	
(Determinada a sua elaboração pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março, não chegou a ser aprovado)	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer; ▪ Robustecer e qualificar a economia, promover atividades intensivas em conhecimento; ▪ Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo; ▪ e ▪ Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável. 	---
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI)	
(Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2020, publicada em Diário da República n.º 62, 1ª Série, de 27 de março de 2020)	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar a oferta de produtos turísticos no interior, tendo por base os ativos estratégicos das regiões e a valorização dos recursos endógenos que distingam e promovam os territórios ▪ Promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, promovendo uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com mais capacidade de sequestro de carbono, projetos-piloto associados ao pagamento de serviços de ecossistemas, programas e projetos de reordenamento e gestão da paisagem ▪ Apoiar a gestão ativa de áreas protegidas, consubstanciada em projetos de restauro, valorização e conservação de habitats e espécies, com uma forte componente de prevenção estrutural contra incêndios ▪ Promover a gestão e exploração comum dos espaços florestais e agrícolas em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, dirigida a contextos microterritoriais com escala adequada para uma gestão florestal e agrícola ativa e racional ▪ Promover uma produção agrícola sustentável que divulgue a importância da produção agrícola local, através de cadeias de consumo de proximidade. ▪ Assegurar uma exploração responsável dos recursos geológicos existentes, enquanto fatores estratégicos para o desenvolvimento económico 	---

Quadro 3 – QRE – Orientações e Metas de Documentos de Referência Municipal

PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PIAAC-AMAL)	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ melhorar o nível de conhecimento sobre o sistema climático do Algarve, e as relações diretas e indiretas que o clima e as suas alterações têm nos setores considerados prioritários (Recursos Hídricos, Agricultura, Biodiversidade, Economia, Energia, Florestas, Saúde Humana, Segurança de Pessoas e Bens, Transportes e Comunicações, Zonas Costeiras e Mar); ▪ reduzir a vulnerabilidade do Algarve aos impactos das alterações climáticas e aumentar a capacidade de resposta com base em políticas de adaptação, assentes no aprofundamento contínuo do conhecimento e da monitorização; ▪ integrar a adaptação às alterações climáticas em políticas setoriais e nos instrumentos de gestão do território, com incidência na região do Algarve; ▪ promover a adaptação com base na evidência demonstrada por estudos científicos e boas práticas, nacionais e internacionais; ▪ promover o envolvimento e potenciar sinergias entre as várias partes interessadas no processo de adaptação às alterações climáticas, apelando à participação informada dos diferentes agentes locais e fortalecendo parcerias entre entidades e organismos públicos e privados responsáveis pela gestão da Comunidade Intermunicipal do Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento de áreas com sistemas agroflorestais implementados ▪ Maximizar a infiltração de água no solo, diminuindo a erosão ▪ Aumento da qualidade e extensão dos habitats em locais protegidos ▪ Aumento da quantidade e qualidade dos habitats ripícolas ▪ Aproveitar recursos endógenos e que melhorem a economia local ▪ Aproveitar recursos naturais poluidores, problemáticos ou atualmente não aproveitados ▪ Manter a rentabilidade das culturas e diminuir o uso da água ▪ Aumento da área de sequeiro
PLANO DE GESTÃO FLORESTAL DA ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE CACHOPO NORTE	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
Sem informação disponível à data	
PLANO DE GESTÃO FLORESTAL DA ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE CACHOPO SUL	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
Sem informação disponível à data	

PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DA ROCHA DA PENA

(Aviso n.º 20717/2010, publicado em Diário da República, nº 202, 2.ª série de 18 de outubro de 2010)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger e conservar os valores biofísicos, estéticos, paisagísticos e ecológicos do Barrocal; ▪ Fomentar de forma equilibrada e sustentada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região, incentivando e apoiando as atividades tradicionais, a recuperação de povoados e construções antigas de arquitetura tradicional, bem como de sistemas de rega, potenciando os recursos naturais e humanos; ▪ Promover o ordenamento do território para que o seu uso seja feito sem prejuízo dos fins referidos nas alíneas anteriores; ▪ Promover a divulgação dos seus valores naturais, arquitetónicos/arqueológicos e estéticos, bem como criar condições para a divulgação destes valores, como pólos de atração turística ou de lazer; ▪ Desenvolver práticas educativas e científicas de defesa e estudo dos valores naturais e culturais, com a participação ativa das comunidades locais, na perspetiva de um desenvolvimento humano harmonioso e sustentável. 	--

PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA – REGIÃO DO ALGARVE (PREH-RAIlg)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação das disponibilidades e os consumos hídricos atuais, no barlavento e no sotavento algarvio, e estabelecimento de cenários prospetivos que tenham em conta os efeitos das alterações climáticas; ▪ Estabelecimento de metas e horizontes temporais de eficiência hídrica para os principais usos, nomeadamente os associados aos setores agrícola, turístico e urbano; ▪ Identificação de medidas de curto e médio prazo que promovam a reutilização da água tratada e a eficiência hídrica, assim como os fatores críticos para o seu sucesso; ▪ Identificação de soluções estruturais e novas origens de água que complementem o previsível decréscimo do recurso por via das alterações climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medida Urb_07_ALG - Monitorização e controlo ativo de perdas - S. B. Alportel: Reduzir a água não faturada para 30%; Algarve: Redução de 3 500 000 m3 de perdas reais em 2025 ▪ Medida Agri_03_ALG - Aumento da eficiência de rega nas parcelas (gota-a-gota). Atingir uma eficiência de rega de 90%. ▪ Medida Agri_10_ALG - Maximização do uso da água (Rega Deficitária Controlada-RDC). Atingir uma poupança anual de cerca de 10% a 25% nas explorações em que se implementar a RDC. ▪ Medida Agri_12_ALG - Utilizar águas para reutilização (ApR) na agricultura ▪ Medida Agri_15_ALG - Realização de campanhas de sensibilização adequadas às realidades locais pelo setor agrícola. Redução em 10%

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL (PDM S. BRÁS ALPORTEL)

(Resolução de Conselho de Ministros nº 71/95, publicada em Diário da República n.º 165, 2ª Série, de 19 de julho de 1995, alterado pelo Aviso nº 26039/2007, publicado em Diário da República n.º 249, 2ª Série, de 27 de dezembro 2007, republicado pelo Aviso n.º 10012/2009 publicado em Diário da República n.º 99, 2ª Série, de 22 de maio de 2009)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial,▪ Estabelece a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas,▪ Integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional▪ Estabelece o modelo de organização espacial do território municipal,	---

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOULÉ (PDM LOULÉ)

(Resolução de Conselho de Ministros nº81/95, publicada em Diário da República n.º 195, 2ª Série, de 24 de agosto de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 66/2004, publicada em Diário da República n.º 123, 2ª Série, de 26 de maio de 2004, Aviso n.º 7430/2017, publicada em Diário da República n.º 126, 2ª Série, de 3 de julho de 2017, alterado pelo Aviso n.º 3006/2018, publicada em Diário da República n.º 46 de 6 de março de 2018, alterado pela Declaração n.º 79/2021, publicado em Diário da República n.º 144 de 27 de julho de 2021, alterado pelo Aviso n.º 782/2022 publicado em Diário da República n.º 9 de 13 de janeiro de 2022)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover o desenvolvimento integrado do concelho, através da distribuição racional das atividades, da implementação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais;▪ Proteção e gestão dos recursos naturais e culturais, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;▪ Valorizar:<ul style="list-style-type: none">– O turismo, no litoral e no interior do concelho;– A indústria transformadora;– A agricultura e pescas;– As áreas ecológicas mais sensíveis;– As áreas urbanas e urbanizáveis;▪ Garantir um futuro de qualidade para o concelho, através da defesa dos interesses dos munícipes e agentes económicos.	---

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAVIRA (PDM TAVIRA)

Resolução do Conselho de Ministros nº 97/97 publicada em Diário da República n.º 139, 2.ª Série, de 19 de junho de 1997, alterado pelo Aviso n.º 24377-B/2007 publicado em Diário da República nº 238, 2.ª série de 11 de dezembro de 2007, alterado pelo Aviso n.º 25861/2007 publicado em Diário da República nº 248, 2.ª série de 26 de dezembro de 2007, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1581/2011 publicado em Diário da República, nº 202, 2.ª série de 20 de outubro de 2011, alterado pelo Aviso n.º 7522/2019 publicado em Diário da República, nº 83, 2.ª série de 30 de abril de 2019, alterado pela Declaração n.º 82/2021 publicado em Diário da República, nº 145 de 28 de julho de 2021

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none">▪ Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;▪ Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;▪ Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações;▪ Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;▪ Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional;▪ Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município	--

PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE LOULÉ (PMAAC-LOULÉ)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<p>A operacionalização desta estratégia está assente em três grandes eixos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adaptação – Compreende as medidas e ações de adaptação às alterações climáticas dirigidas às principais vulnerabilidades climáticas diagnosticadas para o concelho de Loulé; ▪ Mitigação – Engloba as medidas e ações de mitigação das emissões de GEE, visando designadamente a redução das emissões, o aumento da eficiência energética e o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis. ▪ Gestão e Conhecimento – Reúne medidas e ações transversais, dirigidas: à promoção da investigação sobre alterações climáticas; à monitorização de parâmetros climáticos, de emissões de GEE, de matrizes energéticas e da execução do PMAC; à sensibilização dos agentes de desenvolvimento e da comunidade local para esta temática; à implementação de mecanismos de governança no domínio da política de ação climática local. 	<p><u>Adaptação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a gestão dos espaços agroflorestais, aumentar a resiliência da floresta aos incêndios e reduzir os fatores de risco: OSA2 – Reduzir o risco de incêndio; OSA7 – Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água ▪ Aumentar a capacidade de retenção de águas superficiais e subterrâneas: OSA3 –Aprofundar e melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; OSA7 – Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água ▪ Promover o aproveitamento de águas pluviais e residuais: OSA5 – Aumentar o aproveitamento das águas pluviais e residuais e de outras origens disponíveis <p><u>Mitigação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a capacidade de sumidouro natural da floresta e de outros usos do solo: OSM2 – Aumentar a captura de carbono; ▪ Promover a transição para uma economia circular; OSM6 – Potenciar a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento socioeconómico local <p><u>Gestão e conhecimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamizar a governança multinível da ação climática local: OSG2 – Envolver os atores-chave locais e promover a articulação e as parcerias institucionais ▪ Mobilizar os atores estratégicos e a população para a ação climática: OE5 – Mobilizar a comunidade local para participar na definição e implementação de ações individuais e coletivas de resposta aos desafios das alterações climáticas, em linha com um modelo de governança que potencie sinergias locais, regionais e nacionais

PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS DE S. BRÁS DE ALPORTEL (PMDFCI S. BRÁS DE ALPORTEL)

(Aviso n.º 14714/2020, publicado em Diário da República n.º 188, 2ª Série, de 25 de setembro de 2020)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (1.º eixo estratégico); ▪ Redução da incidência dos incêndios (2.º eixo estratégico); ▪ Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios (3.º eixo estratégico); ▪ Recuperar e reabilitar os ecossistemas (4.º eixo estratégico); ▪ Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz (5.º eixo estratégico); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira intervenção em menos de 20 minutos em 95% das intervenções ▪ Realização de ações de sensibilização com o objetivo de reduzir os comportamentos de risco na utilização dos fogos, particularmente a realização de queimas de sobrantes – 2 por ano ▪ Garantir o pré-posicionamento de 3 equipas nos Locais Estratégicos de Estacionamento durante os períodos críticos de incêndios ▪ Garantir que pelo menos uma equipa permanece no local do incêndio durante 24h até que o mesmo seja dado como extinto, ao longo de todas as fases de perigo

PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS DE LOULÉ (PMDFCI LOULÉ)

(disponível em www.icnf.pt)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; ▪ Redução da incidência dos incêndios; ▪ Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; ▪ Recuperar e reabilitar os ecossistemas; ▪ Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter a área ardida abaixo de 30 há ▪ Diminuição do número de incêndios com áreas superiores a 1 hectare ▪ Eliminar incêndios com áreas superiores a 100 hectares ▪ Reduzir o número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais

PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS DE TAVIRA (PMDFCI TAVIRA)

(Aviso 9860/2019, publicado em Diário da República n.º 109, 2ª Série, de 6 de junho de 2021)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; ▪ Redução da incidência dos incêndios; ▪ Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; ▪ Recuperar e reabilitar os ecossistemas; ▪ Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não ultrapassar a média da área anual ardida na última década (2007-2016) * - Área < 7.5 ha em 2027, ▪ Não ultrapassar a média de número de ocorrências da última década (2007-2016) < 31 ocorrências, em 2027, ▪ Assegurar a primeira intervenção em menos de 30 minutos.

*para o cálculo da média foi excluída a área do grande incêndio de 2012

ANEXO – II

Ponderação dos Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE

IDENTIFICAÇÃO DAS ERAE

Conforme disposto no n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, foi solicitado “...parecer sobre o âmbito e o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa”, identificadas no ponto 5.2 Identificação das ERAE, do RFCD.

Seguidamente são apresentadas as entidades que foram convidadas a emitir parecer, identificando as que efetivamente o enviaram.

De referir que as ERAE são coordenadas pela DGT.

Quadro 1 – Identificação das ERAE convidadas e as que emitiram parecer ao RFCD

Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE)	Receção de Parecer
Entidades relevantes identificadas pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio [número 3, do Artigo 3.º]	---
1. Agência Portuguesa do Ambiente, I.P (incluindo Administrações de Região Hidrográfica do Algarve)	
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)	√
3. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	
4. Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	√
6. Câmara Municipal de Loulé	
7. Câmara Municipal de Tavira	√
8. Câmara Municipal de São Brás de Alportel	
Outras entidades consideradas relevantes	---
9. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	
10. Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.	
11. Entidade Regional de Turismo do Algarve	
12. Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL	
13. Direção-Geral do Património Cultural (Direção Regional de Cultura do Algarve)	

Conforme previsto no número 3 do Artigo 5.º do RJAAE, a entidade responsável pela elaboração do Programa solicita parecer às entidades sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação, a incluir na fase seguinte de relatório ambiental.

Quadro 2 – Ponderação dos Pareceres ao RFCD

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
Após análise dos documentos apresentados, designadamente o “Relatório de diagnóstico prospetivo” e o “Relatório de fatores críticos para a decisão”, destaca-se a necessidade de retificações a serem efetuadas aos documentos e de uma análise de compatibilização dos elementos desenvolvidos para o PRGPSC, na presente fase, com os elementos do Plano de Gestão (PG) da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, que são de seguida reportadas.	---	---
Relatório de diagnóstico prospetivo	---	---
a) O subcapítulo “2.1.2. - Valores naturais” deve ser iniciado com o ponto “2.1.2.2 – Áreas Classificadas e Habitats Protegidos”, pois o ponto “2.1.2.1. Flora e Fauna” faz referência às ZEC “Caldeirão” e ZEC “Barrocal”, antes de explicar o que são estas áreas.	---	A ordem dos subcapítulos será alterada no relatório.
b) No ponto “2.1.2.2.” deve ser feita referência ao Sítio Ramsar “Ribeira do Vascão” que integra a área de intervenção (AI), incluindo representação cartográfica.	---	A referência ao sítio Ramsar “Ribeira do Vascão” será incluída no referido capítulo. A representação cartográfica do referido sítio encontra-se já contemplada na Figura 12.
c) A caracterização da fauna e flora deve ser feita tendo por base informação do ICNF, nomeadamente as fichas do Plano Setorial da Rede Natura 2000 e dos relatórios de base do PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, com identificação dos habitats e espécies incluídos nos vários anexos das Diretivas Habitats e Aves. Atendendo à importância e extensão da área classificada como rede Natura 2000 incluída na AI esta caracterização deve ser mais robusta do que a apresentada.	---	A caraterização da fauna e flora constante do subcapítulo 2.1.2.1 será complementada com a informação constante das fichas do PSRN 2000 e dos relatórios de base disponibilizados referentes aos PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e da ZEC “Barrocal”.
d) Página 34 e outras – são apresentadas as referências bibliográfica “turismo do Algarve, 2012a” e “Turismo do Algarve, 2012b”, mas as mesmas não se encontram na listagem de bibliografia.	---	As referências bibliográficas serão incluídas na listagem da bibliografia presente na Parte V – Bibliografia.

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
e) <i>Página 45, “Quadro 6 – Transição das ocupações do solo (COS nível 4) entre 1995 (colunas) e 2018 (linhas). Diferença de áreas e variação percentual”: a tabela não é de fácil leitura e interpretação, sugere-se melhorá-la especificando se os dados apresentados na tabela principal são variações percentuais ou diferenças de áreas (hectares).</i>	---	A tabela é especificada na legenda e apresenta os resultados em ha e a % de variação, indicando a fórmula de cálculo. Foi corrigido o título da coluna do total de 2018 acrescentando-se a unidade (ha).
f) <i>Página 57 – As figuras não apresentam a referência às ZEC e ZPE referidas.</i>	---	Será incluída nova imagem com a representação da “Área Protegida – Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, da ZEC Caldeirão e da ZEC Barrocal”.
g) <i>Página 82/83, subcapítulo “2.5.2.3.4 - Pinheiro-bravo e Eucalipto”: no que diz respeito o pinheiro-bravo, evidências no terreno indicam uma forte expansão natural do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro, designadamente nas áreas de serra onde o declínio é mais acentuado, pelo que é previsível que áreas que hoje em dia ainda apresentam dominância de sobreiro em futuro passarão a ter dominância de pinheiro-bravo, com um aumento da área ocupada por pinheiro-bravo e diminuição da área ocupada por sobreiro.</i>	---	Os dados da COS utilizados na caracterização não evidenciam uma forte expansão do pinheiro-bravo. O ICNF regista, contudo, uma “forte expansão” do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro (nos termos do comentário incluído no parecer). A quantificação desta observação quanto à sua área atual e tendência de evolução seria essencial para uma maior elaboração sobre o assunto. Pode dizer-se que o pinheiro-bravo é uma espécie com carácter pioneiro, não sendo, porém, uma espécie invasora. Pode também afirmar-se, atendendo à biologia da espécie e à observação da sua propagação, que a proximidade a povoamentos pré-existentes ou a caminhos de extração de resíduos de exploração serão determinantes no padrão espacial da regeneração. O comentário foi incluído no Relatório de Diagnóstico Prospetivo, citando a fonte.
h) <i>Página 85, subcapítulo “2.5.2.3.7 - Zonas de Intervenção Florestal”: falta referir a ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF 427/19), constituída em 2022 com 2675 hectares na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.</i>	---	A referida ZIF será incluída no quadro 18 e na figura 30, sendo ainda corrigida a carta CD17 respeitante às ZIF integradas na área de intervenção do PRGP SC.

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
i) <i>“Quadro 28” - ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve – não é a denominação correta. Pode ser ICNF ou DRCNF-Algarve.</i>	---	A denominação será alterada.
j) <i>Para assegurar o cumprimento dos objetivos da criação da rede Natura 2000, para as ZEC e ZPE são estabelecidas medidas de conservação que deverão permitir a manutenção ou o restabelecimento do grau de conservação favorável dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidos, com presença significativa nas ZEC e ZPE, em conformidade com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação. Nesse sentido, os Planos de Gestão (PG) identificam o conjunto de objetivos de conservação para cada um dos valores naturais protegidos com presença significativa nas ZEC e ZPE, identificando, face às prioridades de conservação, as medidas necessárias para os atingir. Assim, atendendo ao facto de que a área da Zona Especial de Conservação (ZEC) e da Zona de Proteção Especial (ZPE) “Caldeirão” integram 40% da área de intervenção (AI) deste Programa, deve ser feita referência ao PG da ZEC/ZPE “Caldeirão”, logo no enquadramento, e mencionando que deve existir uma compatibilização entre ambos (o mesmo sucedendo para o PG da ZEC “Barrocal”, apesar de representar 1% da AI). Adicionalmente, destaca-se a necessidade de cumprimento com o disposto pelo Regime Jurídico de Proteção das Espécies (parte integrante do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, na sua redação atual).</i>	---	<p>As medidas e ações propostas no cenário de “Transição Positiva” para desenho da paisagem da área de intervenção do PRGP SC, aplicam-se fora das áreas das ZEC Caldeirão e ZEC Barrocal sendo que, dentro destas, aplicar-se-ão as normas que constarem dos respetivos Planos de Gestão em elaboração.</p> <p>Os PRGP “ (...) destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas”, tendo, assim, objetivos específicos, associados à vulnerabilidade aos fogos rurais. Atendendo ainda ao disposto na alínea d) do Artº 7º do Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro, e o facto de os Planos de Gestão das ZEC serem articulados com o SGIFR, propõe-se incluir no cenário de “Transição Positiva” as propostas relativas às Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível (AEGC) dentro da área classificada pela Rede Natura 2000.</p>
k) <i>13 de outubro A abordagem de “mosaicos estratégicos”, bem como a “organização do desenho da paisagem”, nas áreas pertencentes à rede Natura 2000 tem de ter em consideração a presença de habitats e espécies protegidas e adaptar-se à localização dos mesmos.</i>	---	Idem resposta à alínea j).

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
<p>l) Quer as “propostas territoriais e propostas preliminares de gestão apresentadas” no PRGPSC, quer os “temas, linhas de ação e ações relevantes para o desenho da paisagem desejável” devem ter em consideração, tanto as principais pressões e ameaças identificadas no relatório de base do PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, bem como as medidas propostas até ao momento. Com estas medidas pretende-se fazer face às principais pressões e ameaças identificadas para estas áreas classificadas, nomeadamente com:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o restabelecimento do ecossistema fluvial e ribeirinho – a gestão sustentável das áreas de montado e promoção da sua recuperação em áreas sem pastoreio ou degradadas – a gestão e conservação dos bosques de sobreiro e azinheira – a gestão e conservação dos matos e manutenção do habitat de lince-ibérico – o controlo de espécies exóticas invasoras de flora e fauna – o fomento da ocorrência e a densidade de coelho-bravo e perdiz-vermelha – a conservação de locais de nidificação das aves de rapina <i>Aquila fasciata</i> e <i>Circaetus gallicus</i> – o ordenamento das atividades recreativas ou desportivas, motorizadas ou não, organizadas ou informais – a sensibilização, formação e partilha de informação com os proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais. 	---	
<p>m) As medidas apresentadas acima correspondem ao proposto no PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e que podem ser transversais ao PRGPSC, relativamente às medidas do PG da ZEC “Barrocal”, em virtude de a área englobada na AI ser mais pequena, devem ser vistas caso a caso.</p>	---	Idem resposta à alínea j).

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
<p>n) <i>As áreas temáticas identificadas não devem incluir apenas a “valorização de áreas naturais” na vertente de atividade económica, como se depreende pelos 3 temas identificados e também a conservação de habitats e espécies, que deve ser alargada a incorporada em todos os grupos temáticos, conjuntamente com as questões da resiliência ao fogo, alterações climáticas ou recursos hídricos. Deve também ser incluída a questão das espécies exóticas invasoras.</i></p>	---	<p>As áreas temáticas identificadas correspondem a uma abordagem preliminar, efetuada no âmbito do Relatório de Diagnostico Prospetivo, no ponto 6 referente aos Próximos Passos dos Momentos Participativos, naqueles que seriam os temas a tratar nos futuros grupos focais a estabelecer, na 1ª Reunião de Participação Pública.</p> <p>As temáticas que foram efetivamente abordadas e discutidas no âmbito da 1ª Reunião de Participação Pública Alargada, que teve lugar no dia 6 de junho de 2023, em Tavira, contemplaram 4 grupos Temáticos:</p> <p>Grupo Temático 1 – Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris; Grupo Temático 2 – População e atividades económicas; Grupo Temático 3 – Valorização do capital natural; Grupo Temático 4 – Aumento da resiliência do território aos fogos rurais.</p> <p>Para cada uma das áreas temáticas foram constituídos grupos focais cujos temas debatidos e as principais conclusões se encontram na Parte VII – Processo Participativo, do Relatório do Programa.</p>
<p>o) <i>: A Página 82, no subcapítulo “2.5.2.3.3 Medronheiro”, refere-se que “[...] é observável na AI o início do desenvolvimento da fruticultura do medronho, em alguns casos, com recurso a irrigação. Mesmo em exploração extensiva, a instalação ou adaptação destes pomares muda a organização da produção de medronho, constituindo uma alternativa económica válida para a transformação da paisagem na AI”. Ainda, a Página 131, “Quadro 30 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Desejável”, no que diz respeito os Sistemas agro-silvopastoris, como ação é reportada a “Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%)”, assim como no “Quadro 34 – Propostas territoriais e propostas preliminares de gestão do PRGP SC” (Página 163), no que respeita os Matos é proposto “Transformar</i></p>	---	<p>A intenção de introdução de pomares de medronho/alfarroba terá lugar enquanto ação de reconversão de matos em áreas com aptidão para tal, conforme é apresentado nos referidos subcapítulos.</p> <p>Na indicação presente no Quadro 30, será retirada a transformação a partir de florestas de outras folhosas.</p> <p>Ao contrário do que é transmitido pela análise dos cortes esquemáticos presente nas Figura 51 e 52, nunca foi intenção considerar a transformação de áreas de povoamentos de sobreiro, ainda que decrépitos, em pomares de medronho/alfarroba, dado o estatuto de proteção que os mesmos possuem.</p>

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
<p><i>em pomares de medronho e alfarroba ou outro uso produtivo do solo”, que se traduz no “Apoio à transformação e manutenção dos novos pomares”, também para a Florestas de pinheiro-bravo. Estes princípios retornam também sucessivamente no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, a Página 17 no “Quadro 2 – Quadro Problema do PRGP SC”, onde é individuada como oportunidade a “Aposta nos pomares de medronheiro e alfarrobeira face à sua valorização económica”. Esta visão reflete-se na “Figura 52 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável” (Página 173) do Relatório de Diagnóstico Prospetivo, onde na parte terminal de menor declive das encostas com exposição norte aparece “MEDRONHO/ALFARROBA Introdução de pomares”. Em linha geral, nada há opor nas situações em que a introdução de pomares produtivos respeita a legislação em vigor e abranja áreas improdutivas e/ou degradadas, sem valores naturais a proteger. No entanto, analisando a “Figura 51 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual)” (Página 171) do Relatório de Diagnóstico Prospetivo, parece que a introdução dos pomares vai incidir em povoamentos de sobreiro, que embora em algumas situações pode ser considerado como decrépito, é protegido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, na sua redação atual, pelo que a sua substituição não pode ser planeada como desejável. A manutenção deste tipo de povoamento, mesmo pela sua fragilidade, deve ser uma prioridade a ser promovida com ações de beneficiação e adensamento.</i></p>		<p>O sobreiro e a azinheira têm um regime de proteção específico (Decreto Lei 169/2001, de 25 de maio) que não é alterado, nem alterável, pelo PRGP SC.</p> <p>Desta forma, o referido corte esquemático será alterado por forma a atender à questão mencionada.</p>
<p>p) <i>Página 156, “UGP 4 - Vale agrícola de Alportel - Elementos turístico-culturais de destaque”: referir o Plano de Pormenor (PP) “Monte da Ribeira” (sítio do Arimbo).</i></p>	---	<p>Na ficha da UGP 4 será incluído o referido PP.</p>

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
q) <i>Página 171, “Figura 51 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual)” e Página 172, “Figura 52 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável”: como referido anteriormente, consideramos que falta considerar o pinheiro-bravo na dinâmica apresentada.</i>	---	A dinâmica do pinheiro-bravo será representada no corte esquemático.
Relatório de fatores críticos para a decisão	---	---
a) <i>O capítulo “3.2.1 - Área de intervenção” deve fazer referência às áreas classificadas como Rede Natura 2000 e integradas na AI, pois, como já referido, são uma parte considerável da AI.</i>	No capítulo referente à Área de Intervenção serão referidas as áreas classificadas como Rede Natura 2000 que a integram.	---
b) <i>Páginas 25/26/30/57/60: refere-se o Plano de Ordenamento Florestal do Algarve, mas a terminologia correta é Programa e não Plano</i>	A terminologia será corrigida.	---
c) <i>Página 13: destaca-se novamente como evidências no terreno indicam uma forte expansão natural do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro, designadamente nas áreas de serra onde o declínio é mais acentuado, pelo que é previsível que áreas que hoje em dia ainda apresentam dominância de sobreiro em futuro passarão a ter dominância de pinheiro-bravo, com um aumento da área ocupada por pinheiro-bravo e diminuição da área ocupada por sobreiro.</i>	---	Idem resposta alínea g)
d) <i>Página 14: falta novamente referir a ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF 427/19), constituída em 2022 com 2675 hectares na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.</i>	A ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF 427/19), será incluída.	---

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
2. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve)		
<p>e) <i>Página 25, “Quadro 5 – Macropolíticas do QRE do PRGP SC”, Página 26, “Quadro 6 – Convergência das macropolíticas do QRE com as QE do PRGP SC”, e Página 30, “Quadro 9 – Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD”: a Página 85 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo, no capítulo “2.5.2.3.7 - Zonas de Intervenção Florestal”, são reportadas as várias ZIF que incidem na área de abrangência do PRGPSC, a maior parte das quais tem Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado. No entanto, nos quadros acima referidos apenas são tidos em conta os PGF de duas ZIF (Cachopo Sul e Cachopo Norte). Pelo exposto, devem ser considerados também os PGF aprovados das outras ZIF.</i></p>	<p>Serão incluídos nos quadros 5, 6 e 9 do RFCD SC, os PGF das ZIF em falta, desde que disponíveis.</p>	<p>---</p>
<p>f) <i>Página 32, “Quadro 10 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)”: no que diz respeito a “Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas”, falta definir qual é a unidade de medida do indicador (hectares ou n.º de áreas).</i></p>	<p>A unidade de medida é o ha.</p>	<p>---</p>
<p>g) <i>Face a esta extensão e aos objetivos para os quais a rede Natura 2000 foi constituída, nomeadamente contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e das espécies de flora e fauna selvagens no território da União Europeia, considera-se que o FCD “Serviços dos Ecossistemas” (Quadro 12) deve ser mais ambicioso e não se focar apenas “na criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais”, mas englobar também a conservação da natureza per si, devendo esta alteração refletir-se também ao nível dos indicadores e metas propostos.</i></p>	<p>O valor da “conservação da natureza per si” já está contemplado e é avaliado no indicador “Incremento da provisão por serviços de regulação e manutenção” que se referem aos benefícios associados ao controlo dos processos naturais tais como a regulação hidrológica, o controlo da erosão, a regulação climática, a manutenção dos habitats, entre outros.</p>	<p>---</p>

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC																								
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve																										
II. ANÁLISE	---	---																								
2.1. Relatório de diagnóstico prospetivo	---	---																								
<u>Aproveitamentos Hidroagrícolas:</u>																										
<p>No relatório é descrito o Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio (AHSA) que abrange parcialmente a área de intervenção do PRGP SC, no seu extremo sudeste, na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.</p> <p>Acresce informar que, na área do PRGP existem outros Aproveitamentos Hidroagrícolas, do grupo IV (Decreto-Lei nº 269/82, de 10/07 com as alterações publicadas no Decreto-Lei nº 86/2002, de 6/04, que estabelece o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola) em exploração no concelho de Tavira, designadamente Grainho, Malhada do Peres e Mealha, cujas características se sintetizam no quadro seguinte (DGADR 2015).</p>	---	<p>Os aproveitamentos hidroagrícolas de Grainho e Mealha serão tidos em conta e incluídos na descrição presente no Quadro 9 referente aos aproveitamentos hidroagrícolas existentes na área de intervenção. No caso do aproveitamento hidroagrícola de Malhada do Peres, verifica-se que o mesmo se situa fora da área de intervenção do PRGP SC.</p>																								
<table border="1" data-bbox="174 836 860 1225"> <thead> <tr> <th>Identificação</th> <th>Área total projeto (ha)</th> <th>Área total em exploração (ha)</th> <th>Freguesia</th> <th>Ano de conclusão</th> <th>Gestão</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grainho</td> <td>6</td> <td>4</td> <td>Cachopo</td> <td>1985</td> <td>COOPREGA, Cooperativa Agrícola de Rega do Grainho</td> </tr> <tr> <td>Malhada do Peres</td> <td>56</td> <td>28</td> <td>União freguesias de Tavira</td> <td>2004</td> <td>Flor de Curral de Boeiros Cooperativa Agrícola de Rega, CRL</td> </tr> <tr> <td>Mealha</td> <td>12</td> <td>3</td> <td>Cachopo</td> <td>1996</td> <td>Futuro da Mealha Cooperativa Agrícola de Rega da Mealha</td> </tr> </tbody> </table>	Identificação	Área total projeto (ha)	Área total em exploração (ha)	Freguesia	Ano de conclusão	Gestão	Grainho	6	4	Cachopo	1985	COOPREGA, Cooperativa Agrícola de Rega do Grainho	Malhada do Peres	56	28	União freguesias de Tavira	2004	Flor de Curral de Boeiros Cooperativa Agrícola de Rega, CRL	Mealha	12	3	Cachopo	1996	Futuro da Mealha Cooperativa Agrícola de Rega da Mealha		
Identificação	Área total projeto (ha)	Área total em exploração (ha)	Freguesia	Ano de conclusão	Gestão																					
Grainho	6	4	Cachopo	1985	COOPREGA, Cooperativa Agrícola de Rega do Grainho																					
Malhada do Peres	56	28	União freguesias de Tavira	2004	Flor de Curral de Boeiros Cooperativa Agrícola de Rega, CRL																					
Mealha	12	3	Cachopo	1996	Futuro da Mealha Cooperativa Agrícola de Rega da Mealha																					

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve		
<p><i>Estes AH são incluídas no grupo IV, tratando-se de obras coletivas de interesse local, cuja gestão é efetuada pelas cooperativas, a água tem origem em pequenas barragens e destinam-se a promover a agricultura de regadio em áreas desfavorecidas no que respeita à aptidão dos solos e disponibilidade de água. Os AH localizam-se na proximidade de pequenos aglomerados. No link https://sir.dgadr.gov.pt/expl-algarve são identificadas as localizações dos AH supramencionados.</i></p>	---	
<p><i>Consideramos que estas áreas são importantes de ter em conta no diagnóstico da área de intervenção do PRGP, tendo presente os objetivos operacionais e estratégicos previstos para o PRGP, designadamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis; Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais; Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais.”</i> • <i>“Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural”.</i> 	---	---

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve		
<i>Sublinha-se que, nos termos do Regime Jurídico da RAN as áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola inserem-se na RAN, por integração específica, estando como tal também sujeitas à emissão de parecer pela Entidade Regional da RAN, no âmbito do regime jurídico da RAN (RJLAN).</i>	---	---
<i>No caso presente, os AH localizam-se no concelho de Tavira, o qual tem a decorrer o procedimento de revisão do respetivo PDM, tendo sido dadas orientações pela DRAP para classificar estas áreas como Reserva Agrícola Nacional, no cumprimento do estabelecido no ponto 3 art.º 8.º do RJLAN.</i>	---	---
<i>O PRGP considera que a “criação de manchas agrícolas e pastoreio que promovem descontinuidades, teriam um impacto muito positivo na gestão desta paisagem, tanto para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também para a redução do risco de incêndio de grande magnitude. Um grande impulso à sua dinamização seria o emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores.”</i>	---	---
<i>Considera-se importante referir que no contexto da participação da DRAP na AGIF, e incluído na Orientação estratégica: 2. Cuidar dos Espaços Rurais, está a ser desenvolvido pela DRAP o projeto “Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos”, visando a sua utilização como ferramenta de prevenção de incêndios rurais contribuindo para a manutenção sustentável de territórios vulneráveis e para o fomento da pecuária extensiva – Gestão de combustível através do pastoreio extensivo.</i>	---	---
<i>Ainda que os trabalhos estejam a desenvolver-se noutra contexto (AGIF), consideramos que os dados deste projeto poderão vir a constituir um contributo útil para o Programa em apreço.</i>	---	Idem comentário alínea j)

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve		
<i>Em linhas gerais, pretende-se a criação de uma Bolsa de Pastores (Seleção de pastores tendo em consideração o seu registo profissional (formação, associado OPP, ANCCRAL, REAP, inexistência de litígios e expedientes abertos com o MAA, etc.), efetivo (espécie/raças utilizadas, estatuto sanitário).</i>	---	A proposta foi integrada na definição do Regime Silvo-pastoril.
<i>Apoiar a formação /capacitação de pastores, ou seja, capacitar empreendedores que aceitem o desafio de desenvolver um projeto de futuro ligado à produção pecuária baseado na pastorícia e queiram apostar numa formação especializada e prática, com vista a conseguirem uma alternativa profissional num setor que tem na atualidade problemas de renovação geracional.</i>	---	A proposta foi integrada na definição do Regime Silvo-pastoril.
<i>Criação de um Banco de Terras de Pastores - facilitando o acesso de pastores ligados à pecuária extensiva a terrenos localizados em áreas de baixa densidade, com vista a promover o emparcelamento e a viabilização de explorações economicamente rentáveis, evitar o abandono e a degradação da paisagem e contribuir para o crescimento da economia local.</i>	---	A proposta foi integrada na definição do Regime Silvo-pastoril, não adotando a designação "Banco de Terras" por ser suscetível de confusão com outras iniciativas.
<u>Desenho da Paisagem:</u>	---	---
<i>Considera-se que no que respeita à "revitalização e possível expansão dos mosaicos agrícolas" poderão ser consideradas não só as áreas de RAN, de reduzida dimensão e com carácter pontual na área de intervenção do Programa, mas também as áreas incluídas nos Aproveitamentos Hidroagrícolas (as quais no âmbito da revisão do PDM de Tavira irão ser incluídas na RAN – ponto 3 art.º 8.º do RJRAN) as quais consideramos são áreas de maior aptidão para a revitalização e expansão de áreas agrícolas</i>	---	Serão consideradas as áreas incluídas nos Aproveitamentos Hidroagrícolas, enquanto áreas de viáveis para a expansão dos mosaicos agrícolas heterogéneos com áreas abertas.

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
5. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve		
<p><i>Em síntese, para cada FCD são definidos critérios de avaliação conforme os objetivos e os indicadores estabelecidos, considerando-se que estão identificados os indicadores necessários para que possam ser ponderadas alternativas de planeamento e gestão preconizadas pelo PRGP SC.</i></p>	---	---
<p>Em conclusão: <i>Considerar a existência dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, do grupo IV, em exploração no concelho de Tavira, designadamente Grainho, Malhada do Peres e Mealha, tendo presente, os objetivos operacionais e estratégicos previstos para o PRGP SC.</i></p>	---	---
<p><i>Em relação à linha de ação “revitalização e possível expansão dos mosaicos agrícolas” incluir áreas de Aproveitamentos Hidroagrícolas (as quais no âmbito da revisão do PDM de Tavira irão ser incluídas na RAN – ponto 3 art.º 8.º do RJRAN) as quais consideramos são áreas de maior aptidão para a revitalização e expansão de áreas agrícolas.</i></p>	---	---
<p><i>No contexto da participação da DRAP na AGIF, está a ser desenvolvido o projeto “Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos”, visando a sua utilização como ferramenta de prevenção de incêndios rurais contribuindo para a manutenção sustentável de territórios vulneráveis e para o fomento da pecuária extensiva – Gestão de combustível através do pastoreio extensivo.</i></p>	---	---

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
7. Câmara Municipal de Tavira		
<i>Em resposta ao pedido de parecer previsto no artigo 47.º do RJIGT ao Município de Tavira, encarrega-me (...) de informar que é FAVORAVEL, porém consideramos importante:</i>	---	---
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Tratando-se de um documento estratégico que se encontra ainda numa fase inicial, envolver os Srs. Presidentes de Junta no processo.</i> 	---	As Juntas de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, de Cachopo, de São Brás de Alportel e de Salir integram a Lista das partes interessadas e serão envolvidos ao longo do processo participativo do PRGP SC.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Considerar estratégias públicas de criação de valor acrescentado em produtos artesanais como a tecelagem, destilarias, telhas, tijolos de burro e ladrilhos, outros à semelhança do que aconteceu com o burel acrescentando valor a um produto já existente através de novas utilizações e venda para outros mercados.</i> 	---	As estratégias públicas de criação de valor acrescentado nos produtos artesanais referidos, serão consideradas.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>O PRGP deverá compatibilizar as ocupações de solo propostas com as limitações que irão ser impostas pelas alterações climáticas, nomeadamente no que respeita à redução da precipitação e ao seu uso tendencialmente mais eficiente.</i> 	---	As ocupações do solo propostas têm em consideração as limitações que decorrem do impacto das alterações climáticas, conforme referido, quer pela escolha das espécies a adotar, como nos usos e na forma de condução das culturas existentes e propostas, no que respeita à sua relação com a gestão dos recursos hídricos. Da articulação com o PROF – Algarve decorre uma instância de compatibilização importante. Na verdade, o PROF Algarve analisou dois cenários climáticos RCP 4.5 e RCP 8.5, para além do clima atual. Esses cenários descrevem alterações em múltiplas variáveis associadas à temperatura e precipitação e foram essenciais para a definição das espécies e sistemas prioritários a considerar na sub-região Homogénea Serra do Caldeirão e na sub-região homogénea Barrocal.

Excertos/sínteses dos Pareceres ao RFCD	Ponderação no RA	A ponderar no PRGP SC
7. Câmara Municipal de Tavira		
<ul style="list-style-type: none"> <i>Prever a importância da reabilitação física e técnica das cooperativas de regantes já existentes (Graíno, Mealha e Malhada do Peres) potenciando o investimento público realizado no passado (barragem + perímetro de rega) numa lógica de economia rural circular idealmente de venda direta ao consumidor final, aumentando a sua sustentabilidade económico-financeira.</i> 	---	Será contemplado ao nível das ações relevantes para o Desenho da Paisagem Desejável, a necessidade de reabilitação física e técnicas das cooperativas de regantes existentes, por forma a dinamizar as atividades agrícolas nos perímetros de rega.

ANEXO – III

Pareceres recebidos no âmbito da consulta do RFCD às ERAE

Algarve
Quinta de Marim Parque Natural da Ria Formosa,
8700-194 OLHÃO

Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, 107
1099-052 Lisboa, Portugal
pcgt.apoio@dgterritorio.pt

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.algarve@icnf.pt
 289700210

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-020231/2023	P-018868/2023	2023-05-17
Assunto <i>subject</i>	2ª FASE - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGPSC) – Parecer ICNF, I.P.		

Ex.^{mo(a)} senhor(a),

No seguimento do pedido de parecer (E-035514/20239), que deu entrada em data 2023-05-10, para os efeitos do previsto no artigo 48.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), o ICNF, I.P. vem por este meio emitir parecer sobre a proposta de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGPSC).

Após análise dos documentos apresentados, designadamente o “Relatório de diagnóstico prospetivo” e o “Relatório de fatores críticos para a decisão”, destaca-se a necessidade de retificações a serem efetuadas aos documentos e de uma análise de compatibilização dos elementos desenvolvidos para o PRGPSC, na presente fase, com os elementos do Plano de Gestão (PG) da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, que são de seguida reportadas.

Relatório de diagnóstico prospetivo

- O subcapítulo “2.1.2. - Valores naturais” deve ser iniciado com o ponto “2.1.2.2 - Áreas Classificadas e Habitats Protegidos”, pois o ponto “2.1.2.1. Flora e Fauna” faz referência às ZEC “Caldeirão” e ZEC “Barrocal”, antes de explicar o que são estas áreas.
- No ponto “2.1.2.2.” deve ser feita referência ao Sítio Ramsar “Ribeira do Vascão” que integra a área de intervenção (AI), incluindo representação cartográfica.
- A caracterização da fauna e flora deve ser feita tendo por base informação do ICNF, nomeadamente as fichas do Plano Setorial da Rede Natura 2000 e dos relatórios de base do PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, com identificação dos habitats e espécies incluídos nos vários anexos das Diretivas Habitats e Aves. Atendendo à importância e extensão da área classificada como rede Natura 2000 incluída na AI esta caracterização deve ser mais robusta do que a apresentada.
- Página 34 e outras* – são apresentadas as referências bibliográfica “turismo do Algarve, 2012a” e “Turismo do Algarve, 2012b”, mas as mesmas não se encontram na listagem de bibliografia.



e) *Página 45*, “Quadro 6 – Transição das ocupações do solo (COS nível 4) entre 1995 (colunas) e 2018 (linhas). Diferença de áreas e variação percentual”: a tabela não é de fácil leitura e interpretação, sugere-se melhorá-la especificando se os dados apresentados na tabela principal são variações percentuais ou diferenças de áreas (hectares).

f) *Página 57* – As figuras não apresentam a referência às ZEC e ZPE referidas.

g) *Página 82/83*, subcapítulo “2.5.2.3.4 - Pinheiro-bravo e Eucalipto”: no que diz respeito ao pinheiro-bravo, evidências no terreno indicam uma forte expansão natural do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro, designadamente nas áreas de serra onde o declínio é mais acentuado, pelo que é previsível que áreas que hoje em dia ainda apresentam dominância de sobreiro em futuro passarão a ter dominância de pinheiro-bravo, com um aumento da área ocupada por pinheiro-bravo e diminuição da área ocupada por sobreiro.

h) *Página 85*, subcapítulo “2.5.2.3.7 - Zonas de Intervenção Florestal”: falta referir a ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF 427/19), constituída em 2022 com 2675 hectares na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.

i) “Quadro 28” - ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve – não é a denominação correta. Pode ser ICNF ou DRCNF-Algarve.

j) Para assegurar o cumprimento dos objetivos da criação da rede Natura 2000, para as ZEC e ZPE são estabelecidas medidas de conservação que deverão permitir a manutenção ou o restabelecimento do grau de conservação favorável dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidos, com presença significativa nas ZEC e ZPE, em conformidade com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação. Nesse sentido, os Planos de Gestão (PG) identificam o conjunto de objetivos de conservação para cada um dos valores naturais protegidos com presença significativa nas ZEC e ZPE, identificando, face às prioridades de conservação, as medidas necessárias para os atingir. Assim, atendendo ao facto de que a área da Zona Especial de Conservação (ZEC) e da Zona de Proteção Especial (ZPE) “Caldeirão” integram 40% da área de intervenção (AI) deste Programa, deve ser feita referência ao PG da ZEC/ZPE “Caldeirão”, logo no enquadramento, e mencionando que deve existir uma compatibilização entre ambos (o mesmo sucedendo para o PG da ZEC “Barrocal”, apesar de representar 1% da AI). Adicionalmente, destaca-se a necessidade de cumprimento com o disposto pelo Regime Jurídico de Proteção das Espécies (parte integrante do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, na sua redação atual).

k) A abordagem de “mosaicos estratégicos”, bem como a “organização do desenho da paisagem”, nas áreas pertencentes à rede Natura 2000 tem de ter em consideração a presença de habitats e espécies protegidas e adaptar-se à localização dos mesmos.

l) Quer as “propostas territoriais e propostas preliminares de gestão apresentadas” no PRGPSC, quer os “temas, linhas de ação e ações relevantes para o desenho da paisagem desejável” devem ter em consideração, tanto as principais pressões e ameaças identificadas no relatório de base do PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e do PG da ZEC “Barrocal”, bem como as medidas propostas até ao momento. Com estas medidas pretende-se fazer face às principais pressões e ameaças identificadas para estas áreas classificadas, nomeadamente com:

- o *restabelecimento do ecossistema fluvial e ribeirinho*



- a gestão sustentável das áreas de montado e promoção da sua recuperação em áreas sem pastoreio ou degradadas
- a gestão e conservação dos bosques de sobreiro e azinheira
- a gestão e conservação dos matos e manutenção do habitat de lince-ibérico
- o controlo de espécies exóticas invasoras de flora e fauna
- o fomento da ocorrência e a densidade de coelho-bravo e perdiz-vermelha
- a conservação de locais de nidificação das aves de rapina *Aquila fasciata* e *Circaetus gallicus*
- o ordenamento das atividades recreativas ou desportivas, motorizadas ou não, organizadas ou informais
- a sensibilização, formação e partilha de informação com os proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais

As medidas apresentadas acima correspondem ao proposto no PG da ZEC/ZPE “Caldeirão” e que podem ser transversais ao PRGPSC, relativamente às medidas do PG da ZEC “Barrocal”, em virtude da área englobada na AI ser mais pequena, devem ser vistas caso a caso.

m) As áreas temáticas identificadas não devem incluir apenas a “valorização de áreas naturais” na vertente de atividade económica, como se depreende pelos 3 temas identificados e também a conservação de habitats e espécies, que deve ser alargada a incorporada em todos os grupos temáticos, conjuntamente com as questões da resiliência ao fogo, alterações climáticas ou recursos hídricos. Deve também ser incluída a questão das espécies exóticas invasoras.

n) A *Página 82*, no subcapítulo “2.5.2.3.3 Medronheiro”, refere-se que “[...] é observável na AI o início do desenvolvimento da fruticultura do medronho, em alguns casos, com recurso a irrigação. Mesmo em exploração extensiva, a instalação ou adaptação destes pomares muda a organização da produção de medronho, constituindo uma alternativa económica válida para a transformação da paisagem na AI”. Ainda, a *Página 131*, “Quadro 30 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Desejável”, no que diz respeito os Sistemas agro-silvopastoris, como ação é reportada a “Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%)”, assim como no “Quadro 34 – Propostas territoriais e propostas preliminares de gestão do PRGP SC” (*Página 163*), no que respeita os Matos é proposto “Transformar em pomares de medronho e alfarroba ou outro uso produtivo do solo”, que se traduz no “Apoio à transformação e manutenção dos novos pomares”, também para a Florestas de pinheiro bravo. Estes princípios retornam também sucessivamente no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, a *Página 17* no “Quadro 2 – Quadro Problema do PRGP SC”, onde é individuada como oportunidade a “Aposta nos pomares de medronheiro e alfarrobeira face à sua valorização económica”. Esta visão reflete-se na “Figura 52 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável” (*Página 173*) do Relatório de Diagnóstico Prospetivo, onde na parte terminal de menor declive das encostas com exposição norte aparece “MEDRONHO/ALFARROBA Introdução de pomares”. Em linha geral, nada há opor nas situações em que a introdução de pomares produtivos respeita a legislação em vigor e abranja áreas improdutivas e/ou degradadas, sem valores naturais a proteger. No entanto, analisando a “Figura 51 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual)” (*Página 171*) do Relatório de Diagnóstico Prospetivo, parece que a introdução dos pomares vai incidir em povoamentos de sobreiro, que embora em algumas situações pode ser considerado como decrépito, é protegido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, na sua redação atual, pelo que a sua substituição não pode ser planeada como desejável. A manutenção deste tipo de povoamento, mesmo pela sua fragilidade, deve ser uma prioridade a ser promovida com ações de beneficiação e adensamento.



o) *Página 156*, “UGP 4 - Vale agrícola de Alportel - Elementos turístico-culturais de destaque”: referir o Plano de Pormenor (PP) “Monte da Ribeira” (sítio do Arimbo).

p) *Página 171*, “Figura 51 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual) ” e *Página 172*, “Figura 52 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável”: como referido anteriormente, consideramos que falta considerar o pinheiro-bravo na dinâmica apresentada.

Relatório dos fatores críticos para a decisão

a) O capítulo “3.2.1 - Área de intervenção” deve fazer referência às áreas classificadas como rede Natura 2000 e integradas na AI, pois, como já referido, são uma parte considerável da AI.

b) *Página iii/25/26/30/57/60*: refere-se o Plano de Ordenamento Florestal do Algarve, mas a terminologia correta é Programa e não Plano.

c) *Página 13*: destaca-se novamente como evidências no terreno indicam uma forte expansão natural do pinheiro-bravo em detrimento do sobreiro, designadamente nas áreas de serra onde o declínio é mais acentuado, pelo que é previsível que áreas que hoje em dia ainda apresentam dominância de sobreiro em futuro passarão a ter dominância de pinheiro-bravo, com um aumento da área ocupada por pinheiro-bravo e diminuição da área ocupada por sobreiro.

d) *Página 14*: falta novamente referir a ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF 427/19), constituída em 2022 com 2675 hectares na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.

e) *Página 25*, “Quadro 5 – Macropolíticas do QRE do PRGP SC”, *Página 26*, “Quadro 6 – Convergência das macropolíticas do QRE com as QE do PRGP SC”, e *Página 30*, “Quadro 9 – Convergência das macropolíticas do QRE com os FCD”: a *Página 85* do Relatório de Diagnóstico prospetivo, no capítulo “2.5.2.3.7 - Zonas de Intervenção Florestal”, são reportadas as várias ZIF que incidem na área de abrangência do PRGPSC, a maior parte das quais tem Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado. No entanto, nos quadros acima referidos apenas são tidos em conta os PGF de duas ZIF (Cachopo Sul e Cachopo Norte). Pelo exposto, devem ser considerados também os PGF aprovados das outras ZIF.

f) *Página 32*, “Quadro 10 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)”: no que diz respeito a “Área de Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas”, falta definir qual é a unidade de medida do indicador (hectares ou nº de áreas).

g) Face a esta extensão e aos objetivos para os quais a rede Natura 2000 foi constituída, nomeadamente contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e das espécies de flora e fauna selvagens no território da União Europeia, considera-se que o FCD “Serviços dos Ecossistemas” (Quadro 12) deve ser mais ambicioso e não se focar apenas “na criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais”, mas englobar também a conservação da natureza per se, devendo esta alteração refletir-se também ao nível dos indicadores e metas propostos.

Adicionalmente, solicita-se o envio da cartografia apresentada em formato *shapefile*, para ficar em anexo ao processo em causa e servir para futuras melhores apreciações que poderão vir a ser necessárias.



Pelo exposto, o ICNF, I.P. emite **parecer favorável condicionado** às retificações acima reportadas.

O presente parecer não dispensa as autorizações e pareceres previstos na legislação em vigor para a apreciação do Programa em causa, em razão da matéria, a emitir por parte das outras entidades competentes.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve

Joaquim Castelão Rodrigues

Documento processado por computador, nº S-020231/2023

Unidade Orgânica: Divisão de Licenciamento e Ordenamento do Território

Assunto: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão
PCGT-ID 766 (ex-11)
Req: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Data: 2023-05-29

N.º: INF/275/2023/DRAPALG Proc.: OT/4/2023/DRAPALG

PARECER

DESPACHO

Na sequência da solicitação remetida através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), relativa ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGP SC), processo n.º 766 (ex-11), para emissão de parecer nos termos do artigos 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), cumpre informar o seguinte:

I. ENQUADRAMENTO

O PRGP SC é um programa sectorial, ou seja um instrumento programático, de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território (art.º 39.º RJIGT).

Pretende-se com a elaboração de programas setoriais estabelecer e justificar as opções e os objetivos setoriais com incidência territorial e definir normas de execução, integrando as peças gráficas necessárias à representação da respetiva expressão territorial (art.º 41.º RJIGT).

A elaboração do PRGP SC, enquanto programa setorial é determinada ao abrigo do n.º 1 do Art.º 46.º do RJIGT, e nos termos da legislação específica, art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 28 - A/2020, de 26/06, que estabelece o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP).

O processo de elaboração do PRGP SC, incluindo o conteúdo material e documental, acompanhamento, participação e aprovação, é elaborado em conformidade com o disposto nos Artigos 39.º, 40.º, 41.º, 46.º, 47.º 48.º, 50.º e 51.º do RJIGT e nos Artigos 7.º e 10.º do RJRP.

Acresce que o PRGP SC, é sujeito a avaliação ambiental, conforme estabelece a alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 /05 (Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica - RJAEE), fazendo parte do conteúdo documental o Relatório Ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do programa e as suas alternativas razoáveis.

Sublinha-se que, o PRGP irá originar diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas as entidades públicas (n.º 1 do art.º 3.º do RJGIT), e direta e indiretamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, (n.º 3 do Art.º 3.º do RJIGT).

Referir que, conforme ponto 5 do mesmo artigo, *“as normas dos programas territoriais que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, uso e transformação do solo são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais.”*

No que respeita ao programa em apreço, são submetidos para parecer os seguintes documentos:

- Relatório diagnóstico prospetivo;
- Relatório de fatores críticos para a decisão

II. ANÁLISE

2.1 Relatório diagnóstico prospetivo

O presente documento engloba a apresentação do diagnóstico prospetivo e a proposta preliminar do desenho da paisagem.

Os PRGP, são “*destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversidade e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas*”, através da definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, a partir da aptidão do solo e das necessidades de gestão e de ordenamento.

A delimitação das áreas a sujeitar a estes programas foram definidos no Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24/06, sendo este o enquadramento legal que define a área para a elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão (PRGP SC), cuja determinação de elaboração é efetuada pelo Despacho n.º 11891/2021, de 2/12.

O presente Programa abrange 3 concelhos e 4 freguesias, numa área total de 56.348,19 ha, tal como identificado nas figuras abaixo (FIG.1 e 2)

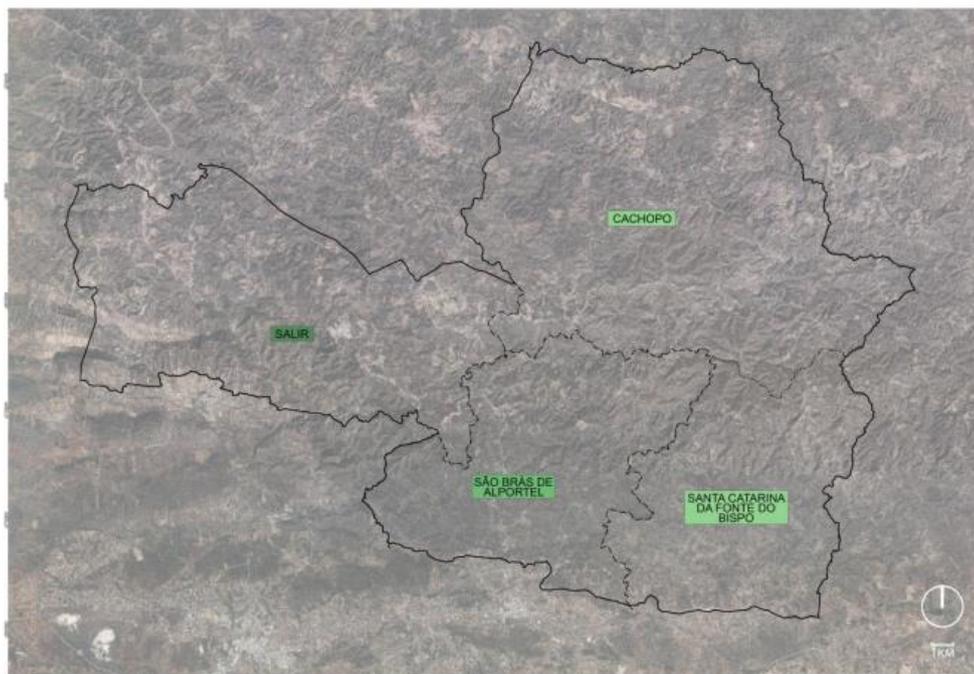


Figura 1- Área de intervenção do PRGP SC

Quadro 1 – Freguesias que integram a área de intervenção do PRGP SC, respetiva área (ha) e percentagem da área

NUTS II	NUTS III	Distrito	Concelho	Freguesia	Área (ha)	%
Algarve	Algarve	Faro	Loulé	Salir *	15 572,32	28%
			São Brás de Alportel	São Brás de Alportel*	10 711,51	19%
			Tavira	Santa Catarina da Fonte do Bispo*	9 712,14	17%
				Cachopo	20 352,22	36%
					56 348,19	100,0%

Figura 2 - Quadro síntese das áreas ocupadas

São definidos os seguintes objetivos operacionais deste Programa:

- Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;

- Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;
- Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;
- Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;
- Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;
- Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala.

Como objetivos estratégicos, no n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2/12, são definidos os seguintes:

- Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;
- Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;
- Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvo pastoris, cinegéticas e turísticas;
- Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando

a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem”.

No relatório, no capítulo 2 que estuda as dinâmicas territoriais e socio económicas, nomeadamente os recursos e valores biofísicos e naturais, sublinha-se a análise realizada aos solos e classes de capacidade de uso, servidões e restrições de utilidade pública em presença, as quais consideramos corretas, e sintetizamos a seguir:

- **Solos**

A unidade de solos mais predominante na área de intervenção são os Litossolos do tipo Solos Incipiente - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de xistos ou gravaques.

Nos vales de algumas ribeiras, principalmente nos vales mais abertos e aplanados, ocorrem Aluviosolos Modernos, dos tipos Solos Incipiente - Aluviosolos Modernos, Não Calcários, de textura mediana (A), Solos Incipiente - Aluviosolos Modernos, Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura pesada (Aac) e Solos Incipientes - Aluviosolos Modernos, Não Calcários, de textura ligeira (Al), bem como pequenas manchas de Aluviosolos Antigos do tipo Solos Incipientes - Aluviosolos Antigos, Não Calcários, de textura mediana (At).

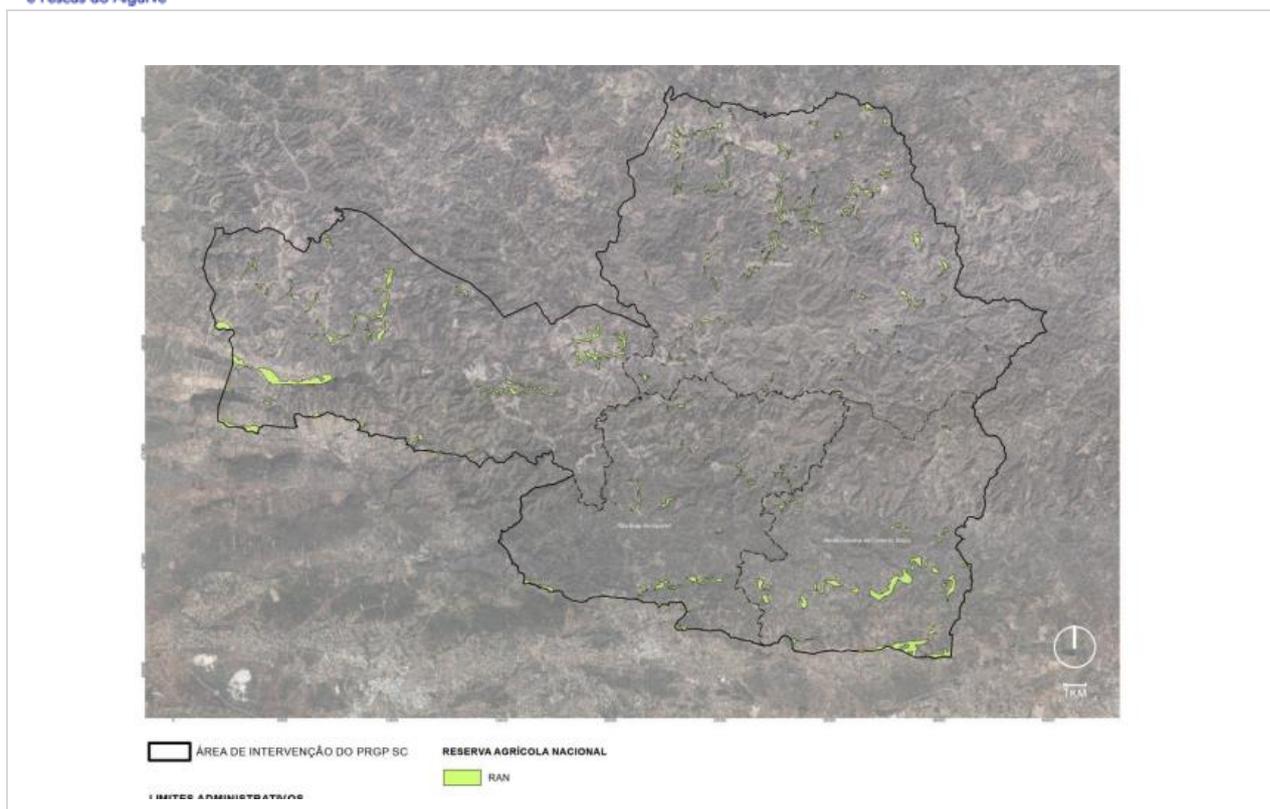
- **Classes de capacidade de uso**

No que diz respeito à capacidade de uso do solo, de acordo com a Carta de Capacidade de Uso do Solo de Portugal Continental (CNA, 1982) à escala 1:1.000.000, grande parte da área de intervenção do PRGP SC está enquadrada na classe E. Apenas ao longo de alguns cursos de água (Ribeira do Vascão, Ribeira do Freixo Seco, Ribeira da Foupana e Ribeira de Alportel) ocorrem manchas associadas à classe A, e alguns complexos das classes C+D ou E.

- **Servidões e restrições de utilidade pública**

Na área de intervenção do PRGP SC verificam-se manchas dispersas e de pequena dimensão de solos classificados como Reserva Agrícola Nacional (RAN) no território dos três concelhos, com representação gráfica na Planta de Condicionantes dos PDM de Loulé, Tavira e São Brás de Alportel.

Nestas áreas aplica-se o regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31/03 com as alterações publicadas no Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16/09 e Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de Fevereiro (Figura 3).



- **Aproveitamentos Hidroagrícolas**

No relatório é descrito o Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio (AHSA) que abrange parcialmente a área de intervenção do PRGP SC, no seu extremo sudeste, na freguesia de Santa Catarina Fonte do Bispo, concelho de Tavira.

Acresce informar que, na área do PRGP existem outros Aproveitamentos Hidroagrícolas, do grupo IV (Decreto-Lei nº 269/82, de 10/07 com as alterações publicadas no Decreto-Lei nº 86/2002, de 6/04, que estabelece o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola) em exploração no concelho de Tavira, designadamente Grainho, Malhada do Peres e Mealha, cujas características se sintetizam no quadro seguinte (DGADR 2015).

Identificação	Área total projeto (ha)	Área total em exploração (ha)	Freguesia	Ano de conclusão	Gestão
Grainho	6	4	Cachopo	1985	COOPREGA, Cooperativa Agrícola de Rega do Grainho
Malhada do Peres	56	28	União freguesias de Tavira	2004	Flor de Curral de Boeiros Cooperativa Agrícola de Rega, CRL
Mealha	12	3	Cachopo	1996	Futuro da Mealha Cooperativa Agrícola de Rega da Mealha

Estes AH são incluídas no grupo IV, tratando-se de obras coletivas de interesse local, cuja gestão é efetuada pelas cooperativas, a água tem origem em pequenas barragens e destinam-se a promover a agricultura de regadio em áreas desfavorecidas no que respeita à aptidão dos solos e disponibilidade de água. Os AH localizam-se na proximidade de pequenos aglomerados. No link <https://sir.dgadr.gov.pt/expl-algarve> são identificadas as localizações dos AH supramencionados.

Consideramos que estas áreas são importantes de ter em conta no diagnóstico da área de intervenção do PRGP, tendo presente os objetivos operacionais e estratégicos previstos para o PRGP, designadamente:

“Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;

Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;

Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais.”

“Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural”

Sublinha-se que, nos termos do Regime Jurídico da RAN as áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola inserem-se na RAN, por integração específica, estando como tal também sujeitas à emissão de parecer pela Entidade Regional da RAN, no âmbito do regime jurídico da RAN (RJLAN).

No caso presente, os AH localizam-se no concelho de Tavira, o qual tem a decorrer o procedimento de revisão do respetivo PDM, tendo sido dadas orientações pela DRAP para classificar estas áreas como Reserva Agrícola Nacional, no cumprimento do estabelecido no ponto 3 art.º 8.º do RJLAN.

O PRGP considera que a *“criação de manchas agrícolas e pastoreio que promovem descontinuidades, teriam um impacto muito positivo na gestão desta paisagem, tanto para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também para a redução do risco de incêndio de grande magnitude. Um grande impulso à sua dinamização seria o emparcelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores.”*

Considera-se importante referir que no contexto da participação da DRAP na AGIF, e incluído na Orientação estratégica: 2. Cuidar dos Espaços Rurais, está a ser desenvolvido pela DRAP o projeto *“Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos”*, visando a sua utilização como ferramenta de prevenção de incêndios rurais contribuindo para a manutenção sustentável de territórios vulneráveis e para o fomento da pecuária extensiva - Gestão de combustível através do pastoreio extensivo.

Ainda que os trabalhos estejam a desenvolver-se noutra contexto (AGIF), consideramos que os dados deste projeto poderão vir a constituir um contributo útil para o Programa em apreço.

Em linhas gerais, pretende-se a criação de uma Bolsa de Pastores (Seleção de pastores tendo em consideração o seu registo profissional (formação, associado OPP, ANCCRAL, REAP,

inexistência de litígios e expedientes abertos com o MAA, etc.), efetivo (espécie/raças utilizadas, estatuto sanitário).

Apoiar a formação /capacitação de pastores, ou seja capacitar empreendedores que aceitem o desafio de desenvolver um projeto de futuro ligado à produção pecuária baseado na pastorícia e queiram apostar numa formação especializada e prática, com vista a conseguirem uma alternativa profissional num setor que tem na atualidade problemas de renovação geracional;

Criação de um Banco de Terras de Pastores - facilitando o acesso de pastores ligados à pecuária extensiva a terrenos localizados em áreas de baixa densidade, com vista a promover o emparcelamento e a viabilização de explorações economicamente rentáveis, evitar o abandono e a degradação da paisagem e contribuir para o crescimento da economia local.

- **Desenho da paisagem**

As áreas temáticas relevantes no Desenho da Paisagem Desejável para a área de intervenção do PRGP SC, foram definidas com base no processo participativo, permitindo a partir destes contributos, traçar as principais linhas de ação que orientarão a transformação da paisagem.

Desta forma, a abordagem ao Desenho da Paisagem Desejável resulta do diagnóstico prospetivo da situação de referência e, conseqüentemente, a formulação de uma proposta preliminar onde é apresentada a visão estratégica para a área de intervenção, de acordo com as áreas temáticas consideradas mais relevantes.

Os temas e ações relevantes que constituem os pilares do Desenho da Paisagem Desejável, foram organizados em cinco principais linhas de ação (LA), das quais sublinhamos a seguinte:

Sistemas agro-silvopastoris

LA – Manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas:

- ▶ **Revitalização e possível expansão de mosaicos agrícolas** (preferencialmente em RAN), promovendo a diversidade dos usos e funções;
- ▶ **Manutenção das pastagens existentes e possível expansão** em áreas com aptidão (transformação de matagais com declives compatíveis <30%), tendo em vista o incremento do efetivo caprino (raça algarvia autóctone) e a criação de descontinuidades;
- ▶ **Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba** (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%);
- ▶ **Valorização dos produtos endógenos e tradicionais** (cortiça, medronho, mel, alfarroba...), beneficiando de apoios e subsídios a atividades económicas de pequena escala;
- ▶ **Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras**, combatendo a dispersão dos minifúndios e promovendo a sua viabilidade económica.

Considera-se que no que respeita à “*revitalização e possível expansão dos mosaicos agrícolas*” poderão ser consideradas não só as áreas de RAN, de reduzida dimensão e com carácter pontual na área de intervenção do Programa, mas também as áreas incluídas nos Aproveitamentos Hidroagrícolas (as quais no âmbito da revisão do PDM de Tavira irão ser incluídas na RAN - ponto 3 art.º 8.º do RJRAN) as quais consideramos são áreas de maior aptidão para a revitalização e expansão de áreas agrícolas.

Conforme identificado do relatório de Diagnóstico Prospetivo, é a partir do Desenho da Paisagem Desejável que será obtida uma planta de desenho proposto e a elaboração das diretrizes de planeamento e gestão.

2.2 Relatório de definição de Fatores críticos de decisão

O PRGP Serra do Caldeirão (SC), atendendo à alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica - RJAEE), é sujeito a avaliação ambiental, devendo fazer parte do conteúdo documental o Relatório Ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do programa e as suas alternativas razoáveis.

O objetivo da presente AA é de apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do Programa, contribuindo de forma contínua e efetiva para a avaliação das consequências ambientais da Proposta de PRGP SC, durante a sua fase de elaboração e antes da sua aprovação.

Quanto ao âmbito estratégico, a focagem no objeto de avaliação foi assegurada com a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), identificados como os temas chave que irão estruturar e objetivar a análise e a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica, decorrentes da futura implementação da Proposta de PRGP SC.

Os fatores críticos de decisão (FCD) identificados no Relatório, são os a seguir descritos:

FCD1 - Resiliência ao fogo

Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no ordenamento da floresta conjugado com mosaicos agrícolas e silvo-pastoris, de áreas abertas, promovendo a prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e a outras vulnerabilidades, no quadro de mudanças climáticas.

FCD2 - Valorização do território

Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na promoção da multifuncionalidade territorial, na valorização dos ativos locais e na gestão sustentável da propriedade rústica.

FCD3 - Serviços dos ecossistemas

Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais, promovendo a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

FCD4 - Governança Territorial

Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no reforço das competências e do relacionamento entre atores públicos e privados. Avalia ainda a articulação da Proposta de Programa com os outros instrumentos de ordenamento territorial.

Uma vez identificados os FCD para a área a sujeitar ao PRGP SC, são definidos os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade para cada FCD, indicadores e metas.

Em síntese, para cada FCD são definidos critérios de avaliação conforme os objetivos e os indicadores estabelecidos, considerando-se que estão identificados os indicadores necessários para que possam ser ponderadas alternativas de planeamento e gestão preconizadas pelo PRGP SC.

III. CONCLUSÃO

Face ao exposto, na sequência da solicitação remetida através da PCGT, relativa ao **Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGP SC)**, e no contexto das competências desta DRAP, propõe-se a emissão de parecer favorável ao Relatório de Definição de Fatores Críticos de Decisão.

No que respeita ao Relatório Diagnóstico Prospetivo, propõe-se a emissão de parecer favorável, com as seguintes recomendações/contributos:

- a) Considerar a existência dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, do grupo IV, em exploração no concelho de Tavira, designadamente Grainho, Malhada do Peres e Mealha, tendo presente, tendo presente os objetivos operacionais e estratégicos previstos para o PRGP SC;
- b) Em relação à linha de ação *“revitalização e possível expansão dos mosaicos agrícolas”* incluir áreas de Aproveitamentos Hidroagrícolas (as quais no âmbito da revisão do PDM de Tavira irão ser incluídas na RAN - ponto 3 art.º 8.º do RJRAN) as quais consideramos são áreas de maior aptidão para a revitalização e expansão de áreas agrícolas;
- c) No contexto da participação da DRAP na AGIF, está a ser desenvolvido o projeto *“Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos”*, visando a sua utilização como ferramenta de prevenção de incêndios rurais contribuindo para a manutenção sustentável de territórios vulneráveis e para o fomento da pecuária extensiva - Gestão de combustível através do pastoreio extensivo.

À consideração superior,

A técnica
Raquel Monteiro

De: Ana Adelino <anaadelino@biodesign.pt>
Enviado: 19 de maio de 2023 09:43
Para: Rosa Silvério
Assunto: FW: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | Parecer ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT

Importância: Alta

De: Marta Rodrigues <mrodrigues@dgterritorio.pt>
Enviada: 19 de maio de 2023 09:33
Para: Ana Adelino <anaadelino@biodesign.pt>
Cc: João Pedro Carvalho <joaopcarvalho@biodesign.pt>
Assunto: FW: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | Parecer ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT
Importância: Alta

Bom dia Ana

Reencaminho para vosso conhecimento o parecer da CM de Tavira no âmbito da consulta que fizemos ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT.

Um abraço

Marta



Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, 107
1099-052 Lisboa, Portugal
telf: +351 213819600
www.dgterritorio.pt



prgp@dgterritorio.pt
prgp.comunicacao@dgterritorio.pt



De: Miguel Silva <mcsilva@cm-tavira.pt>
Enviada: 18 de maio de 2023 21:57
Para: Marta Rodrigues <mrodrigues@dgterritorio.pt>
Cc: 'Eurico Palma' <epalma@cm-tavira.pt>
Assunto: FW: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | Parecer ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT
Importância: Alta

Exma. Dr.ª Marta Rodrigues

Em resposta ao pedido de parecer previsto no artigo 47.º do RJGT ao Município de Tavira, encarrega-me o Sr.º Vereador Eurico Palma de informar que é FAVORAVEL, porém consideramos importante:

- Tratando-se de um documento estratégico que se encontra ainda numa fase inicial, envolver os Srs. Presidentes de Junta no processo.
- Considerar estratégias públicas de criação de valor acrescentado em produtos artesanais como a tecelagem, destilarias, telhas, tijolos de burro e ladrilhos, outros à semelhança do que aconteceu com o burel acrescentando valor a um produto já existente através de novas utilizações e venda para outros mercados.
- O PRGP deverá compatibilizar as ocupações de solo propostas com as limitações que irão ser impostas pelas alterações climáticas, nomeadamente no que respeita à redução da precipitação e ao seu uso tendencialmente mais eficiente
- Prever a importância da reabilitação física e técnica das cooperativas de regantes já existentes (Graíno, Mealha e Malhada do Peres) potenciando o investimento público realizado no passado (barragem + perímetro de rega) numa lógica de economia rural circular idealmente de venda direta ao consumidor final, aumentando a sua sustentabilidade económico-financeira

Certo da vossa melhor atenção

Com os melhores cumprimentos;

Miguel Silva

Coordenador Municipal Proteção Civil
Diretor Heliporto Cachopo

Telefone: 281 322 122 / 281 320 542 Ext: 2150



Praça da República, 8800-951 Tavira
Telefone: 281 320 500

www.facebook.com/cmtavira

camara@cm-tavira.pt | www.cm-tavira.pt



De: Manuel Cavaqueira [<mailto:mcavaqueira@cm-tavira.pt>]

Enviada: 10 de maio de 2023 17:05

Para: 'Expediente' <expediente@cm-tavira.pt>

Cc: 'Ana Isabel Nascimento' <ajnascimento@cm-tavira.pt>; Coordenador_SMPC Miguel Silva <mcsilva@cm-tavira.pt>

Assunto: FW: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | Parecer ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT

Dar entrada
De: Direção-Geral do Território

De: Marta Rodrigues [<mailto:mrodrigues@dgterritorio.pt>]

Enviada: 9 de maio de 2023 17:27

Para: mcavaqueira@cm-tavira.pt

Cc: pcgt@cm-tavira.pt

Assunto: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | Parecer ao abrigo do artigo n.º 47 do RJGT

Exmo. Sr. Eng.º Manuel Cavaqueira

No âmbito do vosso acompanhamento na elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão, vimos por este meio solicitar a emissão do Parecer previsto no artigo 47.º do RJGT. Solicita-se ainda a emissão do referido parecer **no prazo de dez dias úteis** com vista a garantir a viabilidade da conclusão desta fase no final de maio.

Envia-se o link para acesso ao Relatório com os Fatores Críticos para a Decisão, bem como o Diagnóstico Prospetivo.

<https://we.tl/t-QDoC148vIq>

Agradecemos desde já o vosso empenho neste processo. Pedimos adicionalmente a formalização da vossa nomeação na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, para que os pareceres possam ser solicitados e emitidos através desta plataforma.

Com os melhores cumprimentos

Marta Rodrigues



Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, 107
1099-052 Lisboa, Portugal
telf: +351 213819600
www.dgterritorio.pt



prgp@dgterritorio.pt
prgp.comunicacao@dgterritorio.pt

